



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
Departamento de Ciências Humanas - Campus V



**VOZES DO CAMPO: A Experiência dos Sem-Terra no
Acampamento Carlos Marighella, em Ipiaú(BA)**

Por

Tarcísio Fernandes Cordeiro

**SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – *campus V*
PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA, MEMÓRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**VOZES DO CAMPO: a experiência dos sem-terra no acampamento
Carlos Marighella, em Ipiaú (BA)**

TARCÍSIO FERNANDES CORDEIRO

Dissertação apresentada à Coordenação de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional do Departamento de Ciências Humanas – *campus V* / UNEB como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ely Souza Estrela

Santo Antônio de Jesus – Bahia
2007

TARCÍSIO FERNANDES CORDEIRO

**VOZES DO CAMPO: a experiência dos sem-terra no acampamento
Carlos Marighella, em Ipiaú (BA)**

Esta Dissertação foi julgada apta para a obtenção do título de Mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional e aprovada em sua forma final pela Coordenação do Curso de Pós-Graduação do Departamento de Ciências Humanas – *campus* V, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Apresentada perante a Banca Examinadora composta dos Professores:

Profa. Dra. Ely Souza Estrela – UNEB
Orientadora – Presidente da Banca

Prof. Dr. Charles de Almeida Santana – UNEB
Membro – Titular da Banca

Profa. Dra. Guiomar Inez Germani – UFBA
Membro – Titular da Banca

Aprovada, em 30/08/2007.

Aos homens e mulheres que lutam pela terra no Brasil,
sob os barracos de lona preta.

AGRADECIMENTOS

Durante esta caminhada muitas foram as contribuições que recebi, de modo que estaria sendo injusto se não agradecesse às pessoas que colaboraram, cada um ao seu modo, para que não faltassem palavras nestas páginas. É com carinho que agradeço:

Aos trabalhadores e trabalhadoras do acampamento Carlos Marighella, que gentilmente se dispuseram a participar desta pesquisa. Lembrando que, em muitas oportunidades, estas pessoas interrompiam o trabalho e as atividades no acampamento para me receber sempre com o carinho e a atenção daqueles que, mesmo vivenciando as agruras do conflito fundiário, nunca perdem a ternura.

À Professora Ely Souza Estrela, a quem tive o privilégio de ter como orientadora. Sua experiência auxiliou-me a responder questões que, a cada instante, surgiam no decorrer deste trabalho. Agradeço, principalmente, pela paciência dispensada a mim, nos momentos em que as minhas angústias e dificuldades pareciam insuperáveis. Muito obrigado por ter acreditado nesta pesquisa desde o início.

À Professora Guiomar Inez Germani e ao Professor Charles D'Almeida Santana pela leitura e sugestões valiosas no processo de construção desta pesquisa.

Aos professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *campus* V – Santo Antônio de Jesus.

Aos que se dispuseram, mesmo sem me conhecer, a colaborar com esta pesquisa. Em especial, à Professora Cláudia Sousa, e Miro Figueiredo, que com sua habilidade contribuiu para a revisão do presente texto.

À Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UNEB, cujo apóio financeiro, através do Programa de Capacitação Docente, em muito contribuiu para a concretização do presente trabalho.

Ao Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias da UNEB, *campus* XXI – Ipiaú, local de trabalho e de amigos, onde recebi o apoio logístico para a realização deste estudo.

Aos professores Eduardo Alfredo Morais Guimarães e Otávio de Jesus Assis, incentivadores desta pesquisa.

Aos funcionários Mateus Félix dos Santos e Walter Vieira de Andrade, que não mediram esforços no sentido de contribuir para a realização desta empreitada, transportando-me por diversas vezes para o acampamento Carlos Marighella, em dias e horários nada convencionais: fins de semana, feriados, tarde da noite, ou, ainda, bem cedinho.

Aos discentes Hamilton Pacheco Santos, Liz Maria Teles de Sá Almeida e Marcelo Alves Batista dos Santos, que se dispuseram a acompanhar-me diversas vezes nas visitas aos acampados, intermediando contatos e encontros.

Aos colegas de turma, que tiveram sempre um gesto de carinho e solidariedade durante os semestres em que estivemos juntos, registrando especialmente os debates com o Nilo, o incentivo do Hamilton, as conversas com a Júlia e a atenção da Cirlene.

Aos familiares que, durante todo o tempo, acreditaram no meu trabalho. Não posso deixar de agradecer, carinhosamente, à Tânia e Liliane, irmãs-professoras, da Universidade e da vida, que por diversas vezes propuseram ajustes em meus textos.

À minha mãe, dona Terezinha, pessoa que demonstra o seu profundo amor a cada ligação, prece e abraço a mim destinado. Obrigado mãe, por tudo, inclusive pela ajuda nas análises das passagens bíblicas.

A meu pai, sr. Zequinha (*in memorian*), que lutou uma vida para ver os filhos estudando, o meu mais profundo agradecimento.

À Zenaide, amiga – filha – irmã – mãe, por sua multiplicidade, agradeço múltiplas vezes.

Ao sr. Antônio (*in memorian*), muito mais que um sogro, que até bem pouco tempo acompanhou minhas angústias e dores, dividindo as alegrias e tristezas das mudanças para Santo Antônio de Jesus e Jequié. Muito obrigado por ter cuidado do pequeno João durante os seis meses em que os pais desta linda criança, professores viajantes da UNEB e estudantes de diferentes mestrados, não puderam estar presente.

Ao pequeno João e à grande Talita, filhos de um pai ausente, o mais tenro obrigado. É possível que vocês não saibam, mas cada abraço, cada beijo, cada carinho, e até mesmo cada pirraça, me ajudam a perseverar nesta caminhada pela educação e pela vida, de forma que talvez um dia vocês possam perceber os sentidos de tanto sacrifício.

À companheira Karina Cordeiro, que, mesmo com todas as minhas loucuras e devaneios, soube me apoiar com muita ternura e carinho. Para ti, reservo o único beijo destes agradecimentos.

Não tratou, não plantou, não criou, não gerou emprego, está ausente, só espera valorização, ou fazer cadastro para tirar o dinheiro em banco e não aplicar, é abandono. Qualquer do povo pode ocupar, usar, plantar.

(Euclides Neto)

RESUMO

Na Bahia, as primeiras ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) são registradas, a partir de 1987, no extremo sul do estado. Posteriormente, o movimento amplia sua área de atuação para as demais regiões baianas, territorializando-se. No Baixo Sul, a presença do MST, e de outros movimentos sociais de luta pela terra, deu-se, entre outros motivos, pela desestruturação da economia cacaueteira, verificada em princípios da década de 1990, em decorrência da disseminação da praga denominada vassoura-de-bruxa (*Crinipellis perniciososa*), e pela queda do preço do cacau no mercado internacional. Neste contexto, o município de Ipiáú (BA), distante 353 quilômetros da capital baiana, passa a conviver com a presença do MST através da ocupação, em 1999, de uma propriedade rural de 733,8 hectares. Esta área, denominada pelos integrantes do MST como acampamento Carlos Marighella, passa a ser palco de uma acirrada disputa que tem se revelado, tanto para os sem-terra como para o fazendeiro, uma questão que extrapola os limites da luta pela terra. O conflito representa, do ponto de vista do latifúndio, a afirmação de um modelo assentado nas práticas de mando e na expropriação camponesa; e da parte dos sem-terra, assinala o questionamento e a ruptura deste modelo, considerado excludente e perverso. Várias vezes despejados, os sem-terra retornam à área, sinalizando a disposição para os enfrentamentos e evidenciando a importância que o acesso a terra assume para suas vidas. Além de destacar os conflitos acima assinalados, a pesquisa aponta as tensões existentes entre o projeto almejado pelos sem-terra e algumas das propostas propugnadas pelo movimento social e evidencia as formas de violência, dentre elas a simbólica e a judicialização do conflito. Destacam-se também as estratégias cotidianas de resistências, as relações de sociabilidade e as solidariedades forjadas no espaço do acampamento, demonstrando que, para além das dificuldades, os sem-terra conquistam aliados, criam utopias, compõem e recompõem memórias, ao mesmo tempo que forjam uma identidade social que dá sentido à luta, afirmando a ruptura com um modelo de sociedade assentado na grande propriedade e no trabalho assalariado nos moldes impostos pelo latifúndio.

Palavras-chave: cacau, sem-terra, acampamento, conflito fundiário, MST.

ABSTRACT

The Landless Rural Workers' Movement's (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST) first actions were registered in Bahia, to the extreme south of the state in 1987. Subsequently, the movement extended its scope to other Bahian regions and as a result spread throughout the state of Bahia. In the lower south of Bahia, the MST's presence as well as that of other social movements' in the struggle for land was due among other motives to the fragmenting of the cocoa economy, noted at the start of the nineties and resulting from the spread of witch's broom disease (*Crinipellis perniciosa*), and the fall in cocoa prices on the international market. In this context, the Ipiaú municipality, 353 kilometers from the Bahian capital, was marked by the MST's presence with its occupying of 733.8 rural property in 1999. This area, called by MST members, the Carlos Marighella camp site, was the scene of a heated debate in which it became clear for both landless peoples and landowners that the land issue went beyond the struggle for land. The conflict represents in terms of land ownership the strengthening of a model based upon control and peasant land dispossession. From the landless movement's perspective, the conflict implies questioning and breaking away from this model, considered to be discriminatory and perverse. Although they have been thrown out several times, landless peoples always return to their area, showing their courage to face conflicts and thus indicating the importance of access to land in their lives. In addition to facing these conflicts, this research points to tensions existing between landless peoples' goals and some put forward by the social movement. Further, it registers forms of violence, including symbolic forms as well as the movement's legal imbroglios. Daily resistance strategies, social relations and solidarities forged within the camp site context are also brought to the fore. These serve to show that besides their difficulties, landless peoples create alliances, utopias, compose and recompose memories and moreover, forge a social identity that give meaning to their struggle. They thus break free from a social model based upon large-scale properties and hired labor linked to traditional land ownership practices.

Key-words: cocoa, landless people, camp site, land conflict, MST.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1º Capítulo – A TERRA: a questão agrária em debate	27
1.1. Luta pela terra no Brasil a partir da constituição do MST	27
1.2. Organização, expansão e crise do cacau no Estado da Bahia	30
1.3. A resposta dos movimentos sociais de luta pela terra.....	41
1.4. O MST, regional Baixo Sul, no contexto do Círculo.....	46
2º Capítulo – O HOMEM: memórias, utopias e identidades	58
2.1. As memórias: rupturas e permanências no imaginário camponês.....	58
2.2. As utopias: a mística, o mito e a ideologia na construção do “amanhã”	74
2.3. O jogo das identidades na formação do militante sem-terra	91
3º Capítulo – A LUTA: a história sob os barracos de lona preta	115
3.1. A constituição do acampamento e a origem das famílias.....	115
3.2. O conflito fundiário e as estratégias de enfrentamento	134
3.3. As experiências de violência dos acampados.....	154
3.4. O cotidiano das famílias sob os barracos de lona preta	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
Glossário	174
Referências	175
APÊNDICES	
Roteiro de entrevistas	1
Questionário sociocultural.....	2

VOZES DO CAMPO (fontes orais)

- 1.1. Adailton Silva Sousa
- 1.2. Adelino Santos de Jesus (Dole)
- 1.3. Ademar Bispo Cardoso
- 1.4. Ailton Batista dos Santos
- 1.5. Alberico França de Oliveira
- 1.6. Carlito Conceição
- 1.7. Djones Santos Oliveira
- 1.8. Edísia Evete Amâncio Batista
- 1.9. Edvaldo de Oliveira Silva
- 1.10. Elian Santos da Silva
- 1.11. Eliane Aleixo dos Santos
- 1.12. Eliene da Silva (Lica)
- 1.13. Elisângela Passos Couto
- 1.14. Floriano Rosa de Souza
- 1.15. Honorina Bernardes dos Santos
- 1.16. Jerônimo Sales de Jesus (Ôna)
- 1.17. Joscelino Felisberto Moreira
- 1.18. Maria Aparecida Alves Santos
- 1.19. Maria José da Conceição
- 1.20. Nebson Santos da Silva
- 1.21. Valdinei de Souza Santos
- 1.22. Valdir de Souza Santos
- 1.23. Valdivino Machado dos Santos

LISTA DAS FIGURAS

1	Gráfico. Produção de Cacau Brasileira e do Estado da Bahia (1990/01 a 1999/00)	38
2	Fotografia. Reunião de Acampados do Carlos Marighella, abril 2001	45
3	Mapa. Bahia – Regionalização do MST (2003)	47
4	Mapa. Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio das Contas (Cimurc)	48
5	Gráfico. Participação na Produção Nacional de Cacau – Safra 2002/03 AAB	48
6	Fotografia. Extração Ilegal de Madeira, Fazenda Dois Amigos, outubro 1999	54
7	Gráfico. Motivação para Continuar Lutando pela Terra	75
8	Fotografia. Manifestação do MST nas ruas de Ipiaú, janeiro 2007	105
9	Gráfico. Participação em Organizações de Trabalhadores	109
10	Fotografia. Acampamento Carlos Marighella, outubro 1999	115
11	Fotografia. Mercado Municipal de Itagibá, agosto 1999	116
12	Mapa. Bahia – Municípios de Origem dos Acampados	118
13	Gráfico. Comparativo entre a Naturalidade e a Residência dos Acampados	119
14	Gráfico. Espaço de Residência dos Acampados	121
15	Gráfico. Experiência Anterior no Trabalho com a Terra	124
16	Gráfico. Escolaridade do Gênero Masculino por Faixa Etária	125
17	Gráfico. Escolaridade do Gênero Feminino por Faixa Etária	125
18	Fotografia. Transporte Escolar das Crianças, julho 2007	127
19	Gráfico. Formas de Ingresso no Acampamento Carlos Marighella	129
20	Fotografia. Mobilização do MST, março 2000	133
21	Gráfico. Período de Ingresso no MST	133
22	Fotografia. Placa de Advertência, julho 2007	139
23	Gráfico. Participação em Ocupações de Diferentes Áreas	140
24	Fotografia. Barracos Destruídos após Despejos, fevereiro 2005	146
25	Gráfico. Período de Chegada no Acampamento Carlos Marighella	153
26	Gráfico. Experiência de Violência dos Acampados do Carlos Marighella	155
27	Fotografia. Acampada Seca Roupas em Varal Improvisado, março 2000	158
28	Gráfico. Núcleo Familiar	161
29	Fotografia. Acampamento de Beira de Pista, julho 2007	163
30	Gráfico. Renda Familiar	166
31	Gráfico. Fonte da Renda Familiar	166
32	Fotografia. Produção de Banana e Aipim, agosto 1999	169

LISTA DE TABELAS

1	Famílias Assentadas pelo Governo Federal (1990/96)	28
2	Estrutura Fundiária do Brasil (1995/96)	29
3	Produção Brasileira de Cacau em Grão (1990/01 a 2001/02) – AAB	38
4	Acampamentos Existentes na Região do Baixo Sul e Costa do Dendê, 2005	42
5	Assentamentos Existentes na Região do Baixo Sul e Costa do Dendê, 2005	43
6	Produção da Lavoura de Cacau no Cimurc, 2003 - AAB	49
7	Comparativo do Produto Interno Bruto dos municípios do Cimurc, 1991 e 2000	50
8	Indicadores Sociais dos Municípios que integram o Cimurc	51
9	Distribuição e Evolução das Populações dos Municípios que integram o Cimurc	53
10	Assentamentos Organizados pelo MST, Regional Baixo Sul – BA, 2003	55
11	Motivação para Continuar Lutando pela Terra	75
12	Usos Lexicais dos Acampados / Campo Semântico: o Sagrado e a Religião	85
13	Usos Lexicais dos Acampados / Campo Semântico: Sentimentos	88
14	Usos Lexicais dos Acampados / Campo Semântico: Atores Sociais do Conflito	92
15	Usos Lexicais dos Acampados / Campo Semântico: Caracterização dos Espaços	99
16	Participação em Organizações de Trabalhadores	109
17	Usos Lexicais dos Acampados / Campo Semântico: Formas de Organização	114
18	Naturalidade e Residência por Região dos Acampados do Carlos Marighella	119
19	Usos Lexicais dos Acampados / Campo Semântico: Localidades	120
20	Espaço de Residência dos Acampados	121
21	Experiência Anterior no Trabalho com a Terra	124
22	Escolaridade Distribuída por Gênero e Faixa Etária	125
23	Formas de Ingresso no Acampamento Carlos Marighella	129
24	Período de Ingresso no MST	133
25	Participação em Ocupações de Diferentes Áreas	140
26	Período de Chegada no Acampamento Carlos Marighella	153
27	Experiência de Violência dos Acampados do Carlos Marighella	155
28	Usos Lexicais dos Acampados / Campo Semântico: Problemas dos Acampados	157
29	Núcleo Familiar	161
30	Usos Lexicais dos Acampados / Campo Semântico: Estrutura Familiar / Gênero	162
31	Renda Familiar	166
32	Fonte da Renda Familiar	166
33	Usos Lexicais dos Acampados / Campo Semântico: Produção na Terra	168

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAB – Ano Agrícola Brasileiro
CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
Ceplac – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CETA – Movimento Estadual dos Trabalhadores Acampados, Assentados e Quilombolas
Cimurc – Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio das Contas
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT Rural – Central Única dos Trabalhadores – sessão Rural
Fasama – Fomento à Agroecologia e Sustentabilidade nos Assentamentos da Mata Atlântica
Fetag – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
Flonibra – Florestas Nipo-Brasil
GeografAR – Geografia dos Assentamentos em Áreas Rurais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB – Instituto de Cacau da Bahia
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Jupará – Jupará Assessoria Agro-Ecológica
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Mastro – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
Mirad – Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrário
MLST – Movimento de Libertação dos Sem-Terra
MLT – Movimento de Luta pela Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NERA – Núcleo de Estudos da Reforma Agrária
PIB – Produto Interno Bruto
PM – Polícia Militar
PNRA – Plano Nacional da Reforma Agrária
Procacau – Programa de Expansão da Cacaucultura do Brasil
Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC – Pólo de Unidade Camponesa
Racaasul – Rede de Acampados e Assentados do Sul da Bahia
Seagri – Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Sedes – Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza
STF – Supremo Tribunal Federal
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UDR – União Democrática Ruralista
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
Unesp – Universidade Estadual Paulista
UP – Unidade de Produção
USP – Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

Madrugada do dia 28 de outubro de 1999, o caminhão pára em frente à porteira da Fazenda Dois Amigos, cerca de quarenta e cinco pessoas descem do veículo. O frio intenso é enfrentado debaixo de uma lona preta improvisada como abrigo, a escuridão amplia a ansiedade de todos, a noite é tensa, logo amanhecerá, o novo dia certamente trará mudanças na vida daquelas pessoas, e assim, com os primeiros raios da alvorada, inicia-se mais uma ação de ocupação de terra.

As origens e os desdobramentos desta cena, construída a partir dos relatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, apontam para o complexo tema da luta pela posse da terra, problema social que se materializa a partir das desigualdades patrocinadas, através dos tempos, por modelos socioeconômicos excludentes que aprofundam a concentração de terras no Brasil.

As vozes destes sujeitos nos contam a história do acampamento Carlos Marighella, situado à margem da BA-650 que liga a cidade de Ipiaú ao município de Ibirataia, constituído a partir da ocupação de uma área de 733,8 hectares, pertencente ao espólio de Rosalino Astrogildo Pinheiro. Neste espaço onde outrora a monocultura do cacau espalhava-se por largas extensões de terra, servindo de imagem simbólica do poder político das oligarquias rurais, implanta-se atualmente severas mudanças a partir da organização dos trabalhadores rurais sem-terra, atores sociais que agregam à cacauicultura uma diversificada produção de subsistência modificando a estrutura fundiária até então vigente.

É importante esclarecer que o meu interesse por questões relativas aos trabalhadores rurais sem-terra vem do período da graduação em Letras (1995 a 1999) no Departamento de Educação, *campus X* da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Teixeira de Freitas. Neste intervalo de tempo ocorrem os massacres de Corumbiara e Eldorado de Carajás e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) se consolida como um dos principais contrapontos ao projeto neoliberal em curso.

A questão agrária torna-se um tema constante dentro do espaço acadêmico: debates, seminários, palestras são realizadas no intuito de problematizar as ações “radicalizadas” dos sem-terra. Nestes eventos se estabelecem contatos com lideranças dos movimentos sociais, e posteriormente inicio uma fase que compreende visitas a diversas áreas de assentamentos e acampamentos no extremo sul da Bahia. O resultado deste intercâmbio é

o estágio de conclusão de curso realizado no projeto 4.045, primeiro assentamento do MST no Estado, situado no município de Alcobaça.

Em relação aos acampados do Carlos Marighella, o contato se dá a partir do final de 2004, momento em que ingresso como docente no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, *campus XXI* da UNEB, em Ipiaú. A relação se consolida, em janeiro de 2005, com a implantação do projeto de intervenção social coordenado pelo Prof. Eduardo Guimarães denominado *Agricultura Orgânica sustentável: uma proposta para ações voltadas à segurança alimentar, recuperação ambiental, utilização racional dos recursos naturais e inclusão social em assentamentos do MST*.¹ A partir deste trabalho elabora-se a proposta inicial do projeto “Vozes do Campo”, que posteriormente é apresentada na seleção do mestrado multidisciplinar do Departamento de Ciências Humanas, *campus V* da UNEB, Santo Antônio de Jesus.

No que diz respeito à delimitação da temática, é preciso considerar que a reforma agrária no Brasil tem se constituído, nos últimos anos, um tema de intenso debate que envolve segmentos variados da sociedade. Certamente, por este motivo, muito se tem estudado sobre o problema agrário e seus desdobramentos na realidade nacional. Apesar do considerável trabalho de pesquisadores sobre a questão fundiária no Brasil, o assunto vem exigindo, cada vez mais, o constante incremento das pesquisas dado a sua natureza e a sua demanda. O trabalho desenvolvido por estudiosos, instituições, organismos não-governamentais tem como propósito compreender o papel dos trabalhadores rurais organizados em movimentos sociais, principalmente sua atuação no cenário nacional a partir da década de 1980.

As pesquisas apontam os principais fatores que determinam a exclusão a terra, bem como as estratégias de enfrentamento e reconquista do espaço, destacando que, apesar de terem um objetivo central – a terra –, os camponeses atuam com múltiplas variáveis presentes em cada conflito no campo, uma vez que envolvem ações de milhares de pessoas espalhadas por um vasto território. Em cada barraca de lona é possível descobrir histórias de vida que revelam os diferentes caminhos que levam à luta pela reforma agrária, e destas trajetórias podem-se retirar importantes lições.

Nesta perspectiva, tem-se intensificado o estudo do cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em seu processo de acesso a terra, revelando suas formas de

¹ O projeto teve duração de um ano, sua abrangência limitava-se às áreas organizadas pelo MST no Baixo Sul e foi financiado pelo programa Petrobrás / Fome Zero. Atualmente o Prof. Eduardo Guimarães coordena o projeto Fasama em parceria com o Incra, com sede em Itabuna (BA).

relacionamento e o universo cultural em que se constituem. Todos estes trabalhos contribuem para recuperar o espaço negado ao homem e à mulher do campo em nosso modelo de sociedade.

O acampamento Carlos Marighella é um destes espaços nos quais são traçados ao mesmo tempo as estratégias de luta e os laços sociais capazes de redesenhar as fronteiras da paisagem rural brasileira, onde as expectativas pelo sonho de autonomia se misturam às angústias de um cotidiano marcado pela privação de ordens variadas. É provável que o estudo desta comunidade possa revelar até que ponto os valores culturais de uma população contribuem para a elaboração de estratégias de resistência capazes de responder a demandas complexas.

A partir desta discussão, é preciso direcionar os questionamentos para a análise do fenômeno da construção do movimento de luta pela terra no Brasil. Pois mesmo se considerarmos as contribuições de intelectuais, sindicatos e de setores progressistas do clero, é bastante difícil compreender como os trabalhadores rurais sem-terra articularam forças em torno de um projeto capaz de produzir alterações na conservadora paisagem rural brasileira.

Como camponeses e camponesas, em sua maioria com baixa escolaridade, marginalizados e/ou excluídos socialmente, conseguiram se organizar para enfrentar um adversário tão desigual quanto o latifúndio? Será que este movimento se dá apenas por motivações econômicas? Até que ponto fatores como a identidade cultural e a memória social² podem contribuir para o estabelecimento de uma nova ordem no campo? Existe uma ética de organização e um significado que é peculiar a estas pessoas? Qual a lógica da organização social de um acampamento? Como funciona a “silenciosa” retórica do homem e da mulher do campo? Quais estratégias identitárias foram utilizadas por estas pessoas durante as sucessivas migrações?

Toda esta complexidade aponta para a necessidade de uma reflexão que consiga superar visões reducionistas deste universo. Nesta perspectiva pretende-se adotar postulações teóricas que possam colaborar para um estudo da experiência camponesa, em especial de sua mobilização para os enfrentamentos fundiários.

² O termo é empregado na concepção proposta por Alessandro Portelli (1997), em que a memória sempre se manifesta individualmente mesmo quando nos referimos ao registro de lembranças que possam ser coletivamente compartilhadas. Por tal característica, outros autores como Renato Ortiz (1994) e Ecléa Bosi (1999) defendem a expressão memória coletiva proposta por Maurice Halbwachs (1990).

Thompson, E., em sua publicação *Costumes em comum* (1998), revisita criticamente a historiografia inglesa do século XVIII. Em um dos capítulos trata sobre os movimentos que ficaram conhecidos como *food riots* (motins da fome), episódios geralmente marcados pela escassez de alimentos, onde a população famélica, via de regra camponesa, se organizava com vistas a superar tal situação. O historiador inglês, em sua análise, apresenta o conceito de economia moral, que pode ser compreendido, em linhas gerais, como o universo de significações atribuídas pelas pessoas pobres não só ao trabalho, mas especialmente à distribuição da riqueza social em tempos de crise, escassez e empobrecimento generalizado:

A questão não é apenas que seja conveniente reunir num termo comum o feixe identificável de crenças, usos e formas associados com a venda de alimentos em tempos de escassez, mas também que as profundas emoções despertadas pelo desabastecimento, as reivindicações populares junto às autoridades nessas crises e a afronta provocada por alguém a lucrar em situações de emergência que ameaçam a vida, conferem um peso 'moral' particular ao protesto (THOMPSON, E., 1998, p. 257).

Este conceito supera uma explicação economicista dos conflitos, por colocar em evidência o papel da experiência camponesa na elaboração de uma moral que está diretamente relacionada aos valores, hábitos, costumes e tradições destas pessoas. A fome passa a ser vista não mais exclusivamente como causa dos motins, mas, sobretudo, como sinal de alerta de que valores relativos a uma ordem social, constituídos coletiva e cotidianamente, estão sendo ameaçados, o que justifica, portanto, uma intervenção desta comunidade.

Thompson, E. (1998:259) ainda faz referência à ressignificação dada ao conceito por James C. Scott, em *The moral economy of the peasant* (A economia moral do camponês), em que "(...) para os camponeses a subsistência depende do acesso a terra, o que está no centro da análise, mais do que a venda de alimentos, são os costumes relativos ao uso da terra e ao direito de acesso aos seus produtos". Ao observar este fragmento, pode-se notar que o valor (o uso moral, a ética) da terra para o homem e a mulher do campo não está ligado à especulação imobiliária ou ao *status* social do grande latifundiário, não está relacionado com a pauta de exportação, com os "elevados" interesses nacionais da política de superávits fiscais, e, sim, à sua tradição enquanto camponês, enquanto ser cultural que age em uma determinada realidade socioeconômica, delimitada geograficamente, operando uma lógica que lhe é própria e que não pode ser vista como de importância menor. Em outros termos, Thompson, E. (1978, p.182) apresenta uma crítica à concepção estruturalista de Althusser:

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: "experiência humana". É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de "empirismo". Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como

necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.

Moura (1986), em seu estudo sobre o campesinato, afirma que o camponês luta por formas culturais e sociais próprias, encarando ao seu modo o sistema hegemônico que o cerca. Desta forma, surgem contradições dentro da ordem capitalista vigente que podem ser percebidas no fato de o camponês controlar a terra sem ser possuidor de capital – na acepção marxista do termo; ou ainda pela distribuição das atividades dentro da estrutura familiar sem a remuneração típica do modelo econômico capitalista. Todos estes aspectos geram fissuras na ordem social que contribuem para significativas transformações.

O embate que se observa nesta pesquisa não se restringe apenas à disputa econômica, notam-se desdobramentos em diversos níveis, dentre eles: o social, em que as partes envolvidas na disputa questionam o direito à posse da terra a partir da justificativa do uso que dela fazem; o cultural, quando se consideram os aspectos relativos à reprodução do modo de vida no espaço em contenda; o ideológico, haja vista as formas como os atores nomeiam o local em disputa. Por um lado, os sem-terra, mesmo não sabendo explicar o porquê do nome Carlos Marighella, defendem com veemência a denominação atribuída ao acampamento, não permitindo que sejam feitas referências ao local como Fazenda Dois Amigos; o político,³ quando das ações movidas pelo proprietário do imóvel, que lança mão de diversos recursos legais,⁴ para postergar o desfecho do conflito, seja na expectativa de reaver definitivamente a área ou no intuito de impor um preço maior ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), neste caso, utiliza-se da estratégia de pressionar os camponeses através de reiteradas ações de despejo, criando por conseguinte uma pressão destes sujeitos junto ao órgão federal.

Em relação a este conjunto de enfrentamentos, Fernandes (2006) apresenta o conceito de conflitualidade. Para o autor, o conflito pode ser resolvido ou esmagado, entretanto a conflitualidade não, uma vez que ela se relaciona diretamente com as contradições e paradoxos que o sistema capitalista impõe à vida humana. O geógrafo lembra ainda que as pessoas não atuam como objetos dentro de uma engrenagem, mas sim como sujeitos históricos que resistem à exploração e à expropriação. A conflitualidade se materializa no

³ Tanto os acampados como o proprietário do imóvel rural Fazenda Dois Amigos são articulados politicamente. Se o MST possui um deputado estadual bastante influente junto ao Incra, o fazendeiro se apóia em um político que representa os interesses das empresas de papel e celulose no sul do Estado.

⁴ Pesquisa elaborada por Clóves Araújo (2005) no campo do direito agrário revela que as questões fundiárias são estrategicamente postergadas por filigranas jurídicas que impedem o cumprimento da Lei em sua essência, o que acarreta graves danos à sociedade como um todo. Outro estudo produzido por Marcelo Justo (2002) questiona o papel do poder judiciário na contenção da violência no campo.

conflito, entretanto sua existência independe do embate, ela permanece fixada na estrutura social, aguardando o tempo mais propício à sua manifestação nos territórios. Assim compreendidos por Fernandes (2006, p. 27), “os territórios não são apenas espaços físicos, são também espaços sociais, espaços culturais, onde se manifestam as relações e as idéias, transformando em território até mesmo as palavras”.

É certo que a história destas famílias não começa no momento da ocupação, a trajetória de suas vidas em busca do pedaço de chão é marcada por contradições e contrariedades, simbolizando, dentre outras possibilidades, a luta por um modo de vida que se consolida no contato com a terra. Além disto, acredita-se que a experiência destas narrativas estabelece diálogo com as centenas de conflitos fundiários que se desenvolvem diuturnamente em vários espaços.

As experiências dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do acampamento Carlos Marighella constituem o *corpus* desta pesquisa, que objetiva compreender aspectos relacionados à trajetória de luta destes sujeitos, suas histórias, os deslocamentos e os dramas desta coletividade em sua resistência cotidiana às pressões de toda a sorte – ordens de despejo, precariedade de infra-estrutura, limitações econômicas, violência perpetrada pelas estruturas do Estado ou por agentes do latifúndio conservador – na luta pelo acesso a terra.

Apenas como ilustração destes conflitos, durante os quase oito anos, já foram executadas pelo menos 12 ações de reintegração de posse, resultando na prisão de 26 trabalhadores. Cabe destacar que, no tocante à resistência na terra em território baiano, apenas o conflito no acampamento Rosa do Prado, que está localizado no município do Prado (BA), no extremo sul baiano, registra maior número de ações de despejo e tempo de litígio. Neste caso, o conflito envolve a monocultura do eucalipto.⁵

Para a realização desta pesquisa, foram consultadas fontes documentais que contribuíssem para a compreensão do problema agrário, em especial a participação do MST nas últimas décadas. Neste sentido, visitamos o Núcleo de Estudos da Reforma Agrária (NERA), da Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Presidente Prudente (SP), o núcleo de geografia agrária e o Centro de Apoio à Pesquisa em História da Universidade de São Paulo (USP), na capital paulista, bem como o acervo do Projeto Integrado de Pesquisa “A geografia dos Assentamentos em Área Rural” – Projeto GeografAR vinculado à

⁵ Sobre os efeitos da cultura do eucalipto no extremo sul baiano, ver Koopmans (1997). Sobre o conflito no acampamento Rosa do Prado, ver Veloso (2006).

Universidade Federal da Bahia (UFBA). No que diz respeito à crise na região cacauzeira, foi oportuno a visita à sede da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), em Itabuna, e do setor de teses da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e aos arquivos do Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio das Contas (Cimurc), em Ipiaú. No Incra, em Salvador, foi possível acessar informações relativas ao processo de desapropriação da Fazenda Dois Amigos. Também foram utilizadas notícias e reportagens publicadas em jornais e revistas. A estes documentos acrescentou-se material fotográfico elaborado por Rogério Ferrari, Ayan Hohlenwerger, Emídio Neto e Mateus dos Santos, que revelam momentos distintos do acampamento em estudo.

No tocante às fontes orais foram realizadas 23 entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras rurais do acampamento Carlos Marighella. Utilizou-se o formato de entrevista semi-aberta em que as questões são formuladas no instante do encontro respeitando a dinâmica do diálogo, não havendo obrigatoriedade em seguir uma determinada seqüência, contudo pautando a conversa a partir de temas relacionados em um roteiro de entrevista (cf. apêndice 1). Além da utilização direta dos relatos dos acampados, buscou-se elaborar, em uma perspectiva sociolinguística, tabelas que apresentassem os usos lexicais dos trabalhadores, a partir dos vocábulos integrantes de um mesmo campo semântico. Para tanto, nesta pesquisa, além das transcrições das entrevistas, fez-se necessário a verificação da utilização vocabular, no conjunto dos acampados, de maneira a auxiliar a compreensão que estes sujeitos fazem do universo em estudo (BAGNO, 2000; 2001). Tem-se, ainda, no que diz respeito às entrevistas, um pequeno glossário resultado das explicações, em geral dadas pelos próprios entrevistados a termos e expressões empregados durante os diálogos.

Posteriormente, dada a dinâmica encontrada no acampamento, formulou-se um questionário sociocultural (cf. apêndice 2) que melhor registrasse as constantes movimentações e migrações dos acampados, incluindo origens e trajetórias, a experiência anterior com a terra, o ingresso no MST e no acampamento Carlos Marighella, as fontes de renda, o convívio com a violência enquanto trabalhadores rurais sem-terra, bem como o significado da luta pela terra para estes sujeitos. Para tanto, fez-se a opção por aplicá-lo às pessoas que se declararam proprietários dos barracos. No total foram coligidos 33 questionários.

As fontes orais⁶ ocupam lugar de destaque neste estudo uma vez que, contemporaneamente, na tentativa de dialogar com as memórias de trabalhadores e trabalhadoras rurais, é cada vez mais freqüente o uso do registro oral destas pessoas como

⁶ O uso da expressão está de acordo com o proposto por Joutard (1998); outros estudiosos como Thompson, P. (1998) fazem uso do termo História Oral.

uma fonte para o trabalho dos pesquisadores que entendem como importante a narrativa destes atores sociais. Obviamente que tal procedimento enfrenta resistências por parte dos que entendem como por demais subjetivas as histórias oriundas da mente humana. Sobre esta questão Samuel (1990, p. 239) esclarece que “a memória tem sua própria seletividade e seus silêncios, assim como o relato escrito tem seus vieses burocráticos e vazios insuperáveis”, ou seja, o registro escrito é tão imbricado de particularidades quanto o testemunho oral, talvez a grande diferença entre escrita e oralidade seja aquela apontada por Vansina (1982, p. 158): “um documento escrito é um objeto: um manuscrito. Mas um documento oral pode ser definido de diversas maneiras, pois um indivíduo pode interromper seu testemunho, corrigir-se, recomeçar etc.”

Em um documento oral não se deve pretender achar uma “verdade única”, uma vez que atuam neste tipo de documento “diversas verdades”. Queiroz (1988, p. 19) aponta que “(...) tudo quanto se narra oralmente é história, seja história de alguém, seja história de um grupo, seja história real, seja ela mítica”. Está também é a opinião de Portelli (1997, p. 30): “as narrativas históricas, poéticas e míticas sempre se tornam inextricavelmente misturadas.” Desta maneira não devemos nos prender ao que é narrado, mas sim à forma de se construir a narrativa, ou seja, os significados são mais importantes que os fatos narrados, é da simbologia presente na narrativa que se consegue perceber não apenas o que efetivamente ocorreu, mas também aquilo que se desejou que ocorresse.

A memória não é um arquivo estático em que se depositam os fatos de outrora, é antes de tudo uma oficina de imagens capaz de produzir constantes ajustes nestes fatos. Isso faz com que o testemunho oral nunca seja idêntico; mesmo quando efetuado pelo mesmo narrador, existem sempre releituras, lacunas, pausas, hesitações que alteram a narrativa. Sobre este aspecto, Montenegro (1994, p. 150) advoga que “o caráter singular de toda memória (mesmo coletiva) e a forma como esta sempre se reconstrói a partir do olhar do presente fazem cada entrevista ter um significado muito próprio”. Ter sensibilidade e paciência para ouvir são predicados caros aos que trabalham com relatos orais, uma vez que pequenos detalhes em uma entrevista podem revelar fatos importantes sobre o universo local do entrevistado. Samuel (1990, p. 231) esclarece que “um homem ou uma mulher, falando sobre seu trabalho, sabe mais sobre ele do que o pesquisador mais diligente tem condições de descobrir (...)”. Ora, está informação tão evidente nem sempre é acolhida por setores da Academia que, embasados em teorias universais e auto-evidentes, elaboram um olhar crítico capaz de desprezar, nos termos de Thompson, E. (1978), a própria experiência humana.

Thompson, P. (1998, p. 255) argumenta que “(...) naturalmente não há razão para fazer uma entrevista, a menos que o informante seja, de algum modo, mais bem informado do que o entrevistador”. Como colocado anteriormente, o entrevistado sempre saberá mais sobre si do que o entrevistador pode supor. O que prioritariamente determina a entrevista é a necessidade de quem a faz. Neste caso, o entrevistado é o detentor do conhecimento, mas cabe ao seu interlocutor a condução dos trabalhos e principalmente a utilização posterior deste material, o desafio ético que se impõe neste momento da pesquisa é que as vozes das pessoas entrevistadas habitem o texto, posteriormente redigido pelo pesquisador, sem distorções. Obviamente que o estudo de uma comunidade rural traz diversas histórias de vida,⁷ competindo ao estudioso selecionar o material necessário ao debate. Este fato aponta que ao trabalhar com testemunhos orais se faz necessário realizar recortes do *corpus*, da mesma forma que faríamos ao analisar uma fonte escrita. Entretanto é preciso delimitar com precisão os objetivos que apontam para a escolha deste ou daquele aspecto.

Outro tema importante para os que utilizam fontes orais é a preocupação com os desdobramentos do trabalho efetivado; em outros termos, com os resultados que eventualmente a produção da pesquisa pode oferecer à comunidade. Amado, Janaína (1997) afirma que não podemos confundir a produção acadêmica e seus objetivos com o movimento social, não devemos alimentar a crença de que a “devolução” da pesquisa à comunidade em estudo terá o poder de levá-los a avançar em sua luta.

A respeito desta angústia, Portelli (1997, abril) nos diz que o verdadeiro serviço prestado pela história oral é fazer com que a voz destas comunidades, em geral excluídas, cheguem até outras pessoas e outras comunidades. O verdadeiro retorno da pesquisa não é para dentro da comunidade, mas sim sua projeção para outros espaços até então inacessíveis.

A evidência oral torna possível escapar de algumas falhas dos documentos, pelo menos até onde interessa aos termos recentes (i.e., aqueles que são da memória viva), e o testemunho que traz é pelo menos tão importante quanto o das cercas vivas e campos, embora um não deva excluir o outro (SAMUEL, 1990 p. 230).

Não se pretende afirmar que o uso de fontes orais seja o único caminho para acessar aquilo que entendemos como memória dos trabalhadores rurais sem-terra. No entanto, dado os objetivos deste tipo de pesquisa, o espaço e os sujeitos envolvidos, a utilização de fontes orais constitui importante instrumento, já que permite que os sujeitos analisados na pesquisa construam sua própria representação.

⁷ O termo é aqui utilizado na acepção de Queiroz (1988), na qual a **história de vida** consiste em uma narrativa individual que trata de acontecimentos que foram vivenciados e transmitidos pelo narrador, cabendo ao pesquisador perceber a relação entre particular e coletivo, de maneira a possibilitar a partir da experiência individual uma leitura das situações que caracterizam o amplo aspecto social em que o sujeito está inserido.

Em linhas gerais, ao adotar fontes orais como base metodológica em projetos que envolvam comunidades rurais, o pesquisador lança mão de três critérios: 1) a relação com a própria abordagem. Thompson, P. (1998, p. 44) assegura que “a história oral é uma história construída em torno de pessoas”, não se pretende narrar a história de “grandes personagens”, não se quer produzir novos mitos, mas sim compreender o cotidiano e as estratégias de resistência na luta pela terra; 2) a necessidade de conhecer as experiências vividas por estes acampados, suas memórias constituem-se no acervo deste tipo de pesquisa, em especial quando se considera a possibilidade de compreender os significados do presente através dos relatos do passado. Bosi (1999, p. 82) nos fala que “um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente”; 3) o fato da maioria dos camponeses serem iletrados, sendo a tradição oral o veículo primordial de suas tradições. Martins (2000, p. 107) resume bem esta compreensão teórica:

A nossa rotina de vida é feita de sobressaltos, do vaivém do cotidiano ao não cotidiano, ao mágico, ao religioso. É um cotidiano inconstituído, apenas evidenciado na realidade vivida da imensa maioria da população. Como, então, buscar investigativamente o privado e o cotidiano na história da sociedade brasileira, sem dialogar com a sociologia e, sobretudo, sem dialogar com a etnografia das crenças e costumes do povo? Uma historiografia limitada a documentos escritos numa sociedade de iletrados encontra-se ela mesma num impasse, impasse que torna ilícita a tentativa de afrancesar a nossa perspectiva histórica, expressão, aliás, de nossa alienação intelectual e de nossa desmemória.

As pessoas que vivem no acampamento Carlos Marighella, no município de Ipiaú – BA, possuem histórias para contar, suas experiências são singulares por mais que lutem coletivamente por um objetivo comum. O reconhecimento das vozes presentes neste espaço de luta não revela apenas sua identidade e força cultural através dos usos que fazem da língua, mas atesta também a importância da oralidade enquanto veículo capaz de prover as lacunas da escrita, uma vez que as falas destes sujeitos se constituem em impressos de sua própria história, da sua experiência no mundo.

É importante lembrarmos que além de sem-terra, os trabalhadores rurais são também sem-escola, sem-saúde, sem-segurança – enfim, como a maioria da população do país, sem acesso à cidadania. Obviamente que estes fatores farão parte do “álbum de recordações” enunciado por suas histórias de vida, sendo estas uma fonte rica em sabedoria, lugar de memória do qual se pode apreender múltiplos ensinamentos.

Nesta pesquisa, dentre outros conceitos, são também utilizados os seguintes aportes teóricos: conflito fundiário, compreendido como a disputa pela propriedade da terra não envolvendo necessariamente o emprego da violência (CPT, 2005); “dobras”, entendidas como as contradições, sobre os significados da luta pela terra, entre as lideranças do MST e os acampados (SILVA, C., 2004); utopia, fenômeno capaz de contrastar a realidade presente ao futuro desejado, mobilizando os sujeitos em direção às mudanças propugnadas (BOFF, 1999).

Cabe ainda esclarecer que, para a melhor compreensão dos efeitos da crise econômica e seus desdobramentos sociais, a partir da localização do acampamento Carlos Marighella, no município de Ipiaú, optou-se pela utilização da análise dos dados socioeconômicos do Cimurc, um consórcio formado por 14 municípios, integrantes do Baixo Sul baiano – com exceção de Jequié –, criado em 1998 com o objetivo de propor soluções coletivas para o enfrentamento da crise desencadeada na lavoura cacaueteira através da implantação de políticas de desenvolvimento regional (ARAÚJO; MIDDLEJ, 2006).

A presente dissertação é constituída por três capítulos que se propõem a formular uma análise do objeto em estudo em perspectivas diferentes e ao mesmo tempo complementares, seguidos das considerações finais. Os títulos dos capítulos fazem uma releitura da divisão utilizada por Euclides da Cunha (2006) em sua obra *Os sertões*, a saber: a terra, o homem e a luta. A paráfrase à tríade euclidiana é um reconhecimento da denúncia social presente em seu texto, em que é possível construir um retrato da tragédia no campo causada pelo abismo social existente entre as elites econômicas e os sertanejos no fim do século XIX. De certa forma tal fotografia parece pairar com novos matizes em álbuns contemporâneos.

O primeiro capítulo, *A TERRA: a questão agrária em debate*, preliminarmente trata sobre o problema agrário brasileiro, apontando para a concentração fundiária e o surgimento do MST na década de 1980. Em seguida, há uma abordagem sobre o processo de ocupação territorial e povoamento da região sob influência da economia cacaueteira no Estado da Bahia, situando a participação dos trabalhadores rurais na expansão da lavoura. Posteriormente, discutem-se a crise desencadeada pela vassoura-de-bruxa na década de 1990, suas implicações socioeconômicas nos municípios integrantes do Cimurc e a conseqüente reação dos movimentos sociais de reivindicação da terra, em especial a atuação do MST neste cenário através da consolidação da Regional Baixo Sul.

No segundo capítulo, *O HOMEM: memórias, utopias e identidades*, há um debate acerca da construção do imaginário sem-terra, a partir das diversas experiências do universo camponês, incluindo as releituras que os sujeitos fazem do passado, para explicar a atuação no conflito vivido, em função do que se almeja para o futuro. Neste processo, é destacado o discurso político-religioso. Logo após apresenta-se o jogo das identidades na formação do militante sem-terra. Busca-se, nestes debates, registrar os desencontros entre o imaginado pelos sem-terra e as proposições do MST.

Já no terceiro capítulo, *A LUTA: a história sob os barracos de lona*, os temas tratados são atinentes à constituição do acampamento Carlos Marighella e as origens dos núcleos familiares. Em seguida, discute-se o conflito fundiário, as estratégias de enfrentamento e a influência de fatores conjunturais externos, a luta pela terra, que determinam a atuação dos atores sociais. Trata-se, ainda, das experiências de violência dos sem-terra e do cotidiano sob os barracos de lona preta. Neste momento são observados a estruturação familiar, o cuidar da terra e as fontes de renda.

1º Capítulo – A TERRA: a questão agrária em debate

1.1. A luta pela terra no Brasil a partir da constituição do MST

Em 1984, ainda sob o regime militar, acontece a fundação do MST, na cidade de Cascavel (PR), (COMPARATO, 2001; FERNANDES, 2000). Sua constituição está diretamente relacionada com as experiências de luta dos trabalhadores rurais sem-terra de diversas regiões do Paraná, em especial dos expropriados de Itaipu, organizados através do Movimento Justiça e Terra, e do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro), (GERMANI, 2003). O MST conta com a importante colaboração da ala progressista da Igreja Católica para se consolidar, além do apoio de intelectuais e Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) (SILVA, E., 2004). Enquanto movimento social, o MST se constitui desde então em importante veículo de luta pela Reforma Agrária no Brasil, sua territorialização pelo espaço brasileiro é um dos fenômenos mais impressionantes observados na contemporaneidade (FERNANDES, 2000). Em contraponto à organização camponesa, é criada a União Democrática Ruralista (UDR), em 1985, entidade que defende os interesses dos grandes proprietários de terra. Sua principal ação política é a construção de uma ampla base parlamentar no Congresso Nacional com o objetivo de pugnar pelos interesses do latifúndio.

Com a redemocratização (1985), o debate sobre uma efetiva política de reforma agrária é retomado, cria-se o Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrário (Mirad) e é decretado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), que traz referenciais teóricos diferentes dos PNRA's propostos pelos governos militares. Em síntese, o PNRA da "Nova República" propunha a regularização fundiária e/ou o assentamento de 1,4 milhão de famílias em quatro anos. Para tanto, o Decreto Presidencial 91.766/1985 define os procedimentos jurídicos necessários para o cumprimento da meta. Os resultados deste PNRA apontam para um enorme fracasso no que diz respeito aos números pretendidos, contudo, o reconhecimento político-institucional e a regulamentação dos procedimentos legais para a desapropriação de terras são importantes avanços para a Reforma Agrária no Brasil.

Todos estes elementos vão propiciar as condições para que na Constituição de 1988⁸ fique estabelecido que a propriedade rural que não cumprir sua função social poderá ser desapropriada para fins de reforma agrária. Segundo a Carta Magna, além de manter a fazenda produtiva, o proprietário deve preservar o meio ambiente, cumprir as obrigações trabalhistas e favorecer o bem-estar daqueles que vivem do trabalho na terra, quer sejam proprietários ou trabalhadores.

A despeito dos avanços no aparato jurídico brasileiro, a desapropriação apenas ocorre quando há pressão patrocinada pelos movimentos sociais. A pesquisa *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*, (LEITE, 2005), realizada pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em cooperação com o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), revela um dado importante: das 92 áreas de assentamentos analisadas entre 1985 e 1997, apenas quatro projetos foram isentos de conflito, ou seja, apenas 5% da amostra. O restante, mais precisamente 88 áreas, o que equivale a 95% dos casos analisados, é resultado de pressões pelo acesso a terra. Isto indica o quanto os assentamentos, resultado objetivo da reforma agrária, são frutos de conflitos patrocinados por movimentos sociais, e não de iniciativas do Estado.

O fato é que a reforma agrária tem se constituído numa das questões proeminentes do debate nacional, marcada pelo acirramento dos conflitos no campo e pelas divergentes opiniões sobre a sua eficácia. Tal embate se reflete, inclusive, na atual política agrícola do Governo Federal, que mantém um Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) voltado eminentemente para o agronegócio e a pauta de exportações, e, ao mesmo tempo, um Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) atento ao fomento da agricultura familiar e à implementação da Reforma Agrária no país. O conflito também é observado pelos índices: se, por um lado, a partir da última década, é crescente o número de famílias assentadas ou que regularizaram a situação fundiária em que vivem, por outro, o número de estabelecimentos agrícolas com mais de mil hectares continua elevado (cf. tabelas 1 e 2).

Tabela 1

FAMÍLIAS ASSENTADAS PELO GOVERNO FEDERAL (1990/96)				
1990-1992	1993-1994	1995	1996	Total
494	36.481	42.912	62.044	141.931

Fonte: Incra *apud* Leite (1997).

⁸ Artigo 186º, da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Tabela 2

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO BRASIL (1995/96)				
Área Total	Estabelecimentos	Percentual	Área (ha)	Percentual
< 10ha	2.518.628	49,87	7.882.194	2,23
10ha < 100ha	2.010.203	39,80	62.693.586	17,73
100ha < 500ha	419.562	8,31	83.355.220	23,57
500ha < 1000ha	56.965	1,13	40.186.297	11,36
> 1000ha	44.958	0,89	159.493.949	45,10
TOTAL	5.050.316	100,00	353.611.246	100,00

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1995/96.

Elaboração: Projeto GeografAR *apud* Santos (2004).

Os dados e fatos históricos apontam que a expressão “Reforma Agrária no Brasil” não passa de uma retórica governamental que não foi implantada efetivamente até hoje. Na verdade, o que se rotula como Reforma Agrária se refere a ações que objetivam responder aos conflitos de terra localizados, em uma perspectiva pautada pela pressão de movimentos sociais. Santos (2004, p. 40) faz uma síntese do que efetivamente foi implementado, pelas políticas públicas, no campo brasileiro nos últimos anos:

Modernizaram-se as técnicas e ampliou-se a inserção do capital no campo sem, contudo, alterar a estrutura de posse e uso da terra. A sua propriedade manteve o caráter excludente do modelo de desenvolvimento agropecuário conservando o pequeno camponês vinculado às relações de tradicionais produções, compartilhando-as com as condições de assalariamento temporário, na maioria dos casos sem qualquer proteção legal. Muitos dos pequenos produtores, que cultivavam para as suas subsistências, foram expulsos para as cidades e uma parcela significativa dos atuais minifúndios representa mais lugares de moradia que de produção, em especial, nas regiões próximas aos grandes centros urbanos, onde o agricultor busca novas estratégias para garantir as condições de sua sobrevivência.

Em linhas gerais, frente ao quadro histórico da questão agrária brasileira, percebe-se que os camponeses têm enfrentado políticas de Estado adversas (GERMANI, 1993). Há séculos o modelo agrário que se caracteriza no Brasil condena, por um lado, populações inteiras à exclusão social, enquanto, por outro, fortalece através dos seus instrumentos de poder, a concentração latifundiária e o uso especulativo da terra, seja por meio de políticas de Estado ou pela violência praticada por oligarquias locais. O surgimento, principalmente a partir da segunda metade do século XX, de movimentos populares de reivindicação da terra representa uma reação a esta situação excludente. Em contrapartida, a resposta dos setores conservadores agrários provoca o agravamento da violência no campo. Na Bahia, dentre as várias experiências de luta pela terra, Leite (2005) destaca os conflitos fundiários verificados na região sob influência da monocultura do cacau, os quais passaremos a descrever.

1.2. Organização, expansão e crise do cacau no Estado da Bahia

Em um processo longo e gradual, o cultivo do cacau que inicialmente é visto como ornamental, “planta de quintal” para usarmos a expressão de Garcez (1997), alcança, em 1903, a condição de principal produto das exportações do Estado da Bahia, assim permanecendo durante boa parte do século XX, período em que atravessa diversas crises conjunturais que produzem rearranjos em sua estrutura econômica. Entretanto nenhuma delas produz os efeitos do colapso experienciado na economia cacauaieira a partir do final da década de 1980, com a contaminação dos cacauais pela praga da vassoura-de-bruxa.⁹

Os estudos sobre o cacau no território baiano (BAIARDI, 1984; GARCEZ, 1997; MARINHO, 2004) apontam que as primeiras sementes do fruto oriundas da Amazônia chegam ao sudoeste do Estado da Bahia em meados do século XVIII pela capitania de São Jorge dos Ilhéus. Neste período, a região apresentava baixa densidade demográfica e uma economia restrita à extração de madeira, pesca e cultivo de gêneros de subsistência. Tal situação se dá em grande parte pela inadequação da cana-de-açúcar, principal produto da colônia portuguesa, as características do solo e clima regionais.

No plano econômico, dois aspectos contribuem para a formação da lavoura cacauaieira. O primeiro diz respeito à crise no setor agroindustrial açucareiro que permite o estímulo, mesmo que inicialmente modesto, a outros setores produtivos na tentativa de minorar as perdas acumuladas na comercialização do açúcar. O segundo fator está relacionado com a tentativa de reverter a condição da metrópole portuguesa dentro do continente europeu, passando de importadora para exportadora de cacau e seus derivados. Nesta fase inicial, destaca-se a ocupação territorial através da expropriação das terras indígenas, em que o capital comercial da incipiente burguesia mercantil da Capitania financia as expedições a fim da construção da infra-estrutura necessária ao plantio do cacau. Neste contexto, utiliza-se basicamente de mão-de-obra assalariada ou semi-assalariada, uma vez que o trabalho compulsório representaria um custo elevado frente aos riscos de um desbravamento, daí o uso da expressão “desbravador”, assim caracterizado por Baiardi (1984, p. 53):

Esse desbravador, originalmente extrator de madeira, não se confundia com o produtor colonial. Na maioria dos casos era brasileiro e utilizava trabalho assalariado dissociado dos meios de produção, em suas expedições destinadas a consolidar a ocupação e a implantar os cacauais.

⁹ O fungo *Crinipellis Perniciosa*, causador da praga denominada vassoura-de-bruxa, foi descoberto em 1895 no Suriname e aproximadamente 25 anos depois se revelava um sério problema para a lavoura cacauaieira do Equador. Apareceu em Trinidad em 1928. Na Bahia, em 1989 foram descobertos os primeiros focos.

O efetivo processo de ocupação territorial da região está diretamente relacionado com a implantação da lavoura cacaueteira nas primeiras décadas do século XIX, através de uma expansão gradual, centrada na pequena propriedade, consorciada a lavoura de subsistência e a presença de outras atividades agrárias, tais como: a borracha, a piaçava e a pecuária (GARCEZ, 1997). Essa configuração fundiária baseada na pequena propriedade recebe na região a denominação de “buraras”, seus trabalhadores são conhecidos como “burareiros” no quadro social da lavoura cacaueteira, sendo assim caracterizados por Marinho (2003, p. 13):

burareiro – tem uma terra de 20 a 40 hectares titulada, com plantio de cacau e de outros produtos, chega no máximo a 400 arrobas de cacau e mantém estreitas relações, geralmente de dependência, com o médio e grande produtor.

Por seu formato e características, as buraras representam o modelo tradicional de reprodução social camponesa, uma vez que os membros da família atuam coletivamente em diversas atividades do ciclo produtivo, visando à manutenção de suas demandas básicas, eventualmente utilizando o excedente da produção em negociações que não visam diretamente ao lucro.

Baiardi (1984) defende que a constituição da lavoura cacaueteira está ligada diretamente à lógica do lucro e do cálculo capitalista, uma vez que o trabalho dos “burareiros” era financiado pelo capital comercial local. Neste cenário, a pequena unidade de produção não-capitalista, ou Unidade de Produção (UP) familiar, ocuparia espaço residual no conjunto da produção. Os principais argumentos para tal assertiva são de que a consorciação da cacauicultura com outras lavouras de subsistência não é harmoniosa, dada à necessidade do sombreamento durante a formação do cacaueteiro. Por sua vez, o cacau tem um longo ciclo com período de formação de quatro a seis anos, o que inviabiliza a participação da produção familiar sem financiamentos que permitam a subsistência nesta fase. Baiardi (1984, 87) anota que “ao longo da história da cacauicultura a pequena produção foi expropriada e recriada à custa da expansão da fronteira agrícola”, logo, cabe ao burareiro o papel outrora atribuído ao desbravador na conquista de novas áreas para o plantio do cacau.

A consolidação comercial da lavoura cacaueteira se dá sob os auspícios do regime imperial brasileiro, é nesta fase que se estabiliza o fornecimento de amêndoas para o exterior, a produção cresce vertiginosamente, saltando de 27 toneladas em 1834 para 304 toneladas em 1850. Contribuem para este incremento fatores como a introdução de variedades biológicas melhor adaptadas às características geográficas da região e o aprimoramento do

trato da lavoura. É preciso considerar que tanto o cacau como a mão-de-obra dispensados para o trato da lavoura não eram naturais da região, fato que exigiu um período de adaptação e conhecimento de ambos os fatores para iniciar um cultivo consistente da lavoura.

No que diz respeito à implantação da lavoura cacauzeira, os pesquisadores (BAIARDI, 1984; GARCEZ, 1997) concordam que a mesma ocorre de maneira desordenada, sem a regulação do Estado, através da ocupação arbitrária de terras devolutas ou da invasão de áreas legalmente constituídas, mas precariamente exploradas, cujo direito de posse deriva do instituto da Sesmaria, pois a presença do Estado não era suficiente para demarcar e regularizar a ocupação fundiária, em muitos casos não havendo a titulação apropriada, e mesmo que existente, não sendo respeitada.

Diante deste quadro, implanta-se um sistema cujo valor se fixa na quantidade de pé de cacau plantado, a terra não entra na transação, pois em geral não se tem sua posse legal, o que se estabelece é um acordo entre as partes para a utilização de uma área que em geral não pertence a nenhum dos envolvidos. Este sistema recebe o nome de “contrato”, e o trabalhador rural que atua nesta estrutura é reconhecido como contratista, assim definido por Marinho (2003, p. 13):

contratista – recebe uma terra por 3 a 6 anos para plantar cacau, utilizando-a também para agricultura de subsistência enquanto planta os cacauzeiros. Quando devolve a terra recebe um percentual, anteriormente acertado, por pé de cacau plantado.

Com o advento da República, a lavoura cacauzeira conhece o seu auge. Em 1903, o cacau atinge a posição de principal produto de exportação da economia baiana; já em 1920, seu volume na participação das vendas exteriores da Bahia atinge a marca de 42%. O cacau torna-se o esteio da nova Unidade Federativa e o Brasil passa a ocupar lugar de destaque dentre os principais produtores mundiais. A riqueza da região cacauzeira atrai inúmeras pessoas dispostas a aventurar-se pelo fruto-de-ouro, em geral são sem-terras oriundos de outras regiões pobres dos Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas. Como consequência desta migração ocorre um processo de ampliação da fronteira agrícola em três direções, a saber: ao sul do Estado, compreendendo a área da antiga capitania de Porto Seguro; ao norte, estendendo-se até as proximidades do Recôncavo Baiano; e a oeste, nos limites do semi-árido. Este fluxo de migração é mantido, com algumas variações, até a década de 1970 (GARCEZ, 1997).

O relato a seguir trata da experiência migratória para a região do cacau:

Óia a gente teve uma herança lá ni minha terra, Ruy Barbosa, sabe? Mas naquela emergência, dizia que aqui no sul a gente ganhava muito dinheiro, meu pai veio embora pra aí, eu era pequenininho, aí meu pai veio embora pra aí, aí a gente se mandou pra Ibirataia, aí chegemo, aí sei que meu pai morreu, a minha mãe também morreu e nunca mais foi lá vê essa herança, se tem, se acabou, viu? É em Ruy Barbosa, aí também num foi lá também... aí eu num sei como é que está lá, se ainda tem essa terra, se acabou tudo, ninguém sabe!

Pergunta – E o seu pai veio embora pra cá possivelmente pra poder trabalhar no cacau?

É... trabalhar no cacau, que disse que era bom pra ganhar dinheiro. Lá no norte é um negócio muito difícil pra gente, né? Aí disse: “Ah! Vamo embora pra lá porque vai ganhar muito dinheiro!”, sabe? Aí a gente botou aquelas trouxa na cabeça e foi em 52, é... em 52 eu era bem novo e a gente se mudou de lá pra cá e daí eu num saí até hoje, saio assim pra trabalhar, mas torno voltar pra minha terra de novo.

Pergunta – Mas como é que foi essa viagem, o senhor ainda lembra dessa viagem?

Ah, eu lembro! Eu tava pequeno, mas eu lembro! Botava um mocado de coisa na cabeça e saía de lá do norte pra aqui pegando carona, viu? E muita carona. As pessoa ajudava a gente, né? Porque a gente num tinha dinheiro nem para comprar as passagem daqueles lugar, tem muita gente boa, né? “Ei, menino! Vem cá!”, e dava alguma coisa a nós. Meu pai, meu pai arruma um dia um trabalho aqui, outro ali, trabalhando e arrumando o dinheiro e nós se mandamo de pé, sei que nós andamo muito tempo de lá pra cá... sei que nós ficemo muito tempo andando de lá pra cá, sei que nós veio embora pra aí, primeiro que nós saímo pra aí, num saímo mas pra canto nenhum.

Pergunta – Vocês vieram andando de Ruy Barbosa até Ibirataia?

Andando até Ibirataia de pés, pegemo uma carona nesse meio de Jequié e... pro Jaguaquara, depois do Jaguaquara, nós entremo em Apuarema... em Santa Terezinha ... não Apuarema, de lá nós saímo por Gandu e vortemo descendo pra Ibirataia, tudo de pés, os nosso pés inchava de tanto a gente andar com aquelas percatinha, viu? Tudo pequeno, tudo andando pelo meio do mundo.

Pergunta – E como é que vocês faziam na hora que dava canseira, na hora de poder descansar?

A gente ficava no pé de moitcha, pé de moitcha na beira da estrada, aquele sol quente e a gente engarranchava ali e ficava e descansava, quando o sol esfriava mais a gente se mandava, chegava adiante a gente pedia rancho, muita gente num queria dar rancho, outros já tinha bom coração e dava rancho à gente... quando era no outro dia botava as cangáia na cabeça e se mandava de noite... é que nós chegemo aí.

Pergunta – E carregando a mudança na cabeça?

É, na cabeça! Num tinha nada mermo, também num tinha roupinha, aquela roupinha, num tinha mala, tinha sacola, um saco de roupa na cabeça, era um sofrimento, viu? Ahh! Eu vou dizer! Assim que nós chegemo...¹⁰

O relato faz referência a uma família que se desloca da região de Ruy Barbosa (BA), no sertão, para a cidade de Ibirataia (BA), no Baixo Sul. Em sua narrativa, o narrador associa o norte, lugar onde morava, à crise, “Lá no norte é um negócio muito difícil pra gente”, tanto que “naquela emergência, dizia que aqui no sul a gente ganhava muito dinheiro, meu pai veio embora”. Neste fragmento, percebe-se a presença do imaginário atribuído à região

¹⁰ Entrevista concedida ao autor por Edvaldo Oliveira Silva, 63 anos, natural de Ibirataia (BA).

cacaueira, de maneira que o camponês, na expectativa de acessar melhores oportunidades de trabalho, empreende juntamente com a família uma caminhada de aproximadamente 300 quilômetros. O narrador, possivelmente com oito anos de idade, esclarece que algumas pessoas ajudavam os retirantes, ofertando rancho, dando carona, arrumando serviços para o pai, ou ainda oferecendo “alguma coisa” às crianças. Sobre o cansaço, o trabalhador relata que “os nosso pés inchava de tanto a gente andar com aquelas percatinha”, as moitas à beira da estrada serviam para proteger do sol escaldante, assim que “esfriava” retomavam a caminhada. A situação de pobreza é notada também no momento em que o sem-terra faz referência aos poucos pertences, “num tinha nada mermo”, levados em um saco de roupa na cabeça. A família, conforme o relato, deixa uma terra de herança, para tentar a sorte nas terras do cacau, mas não consegue, nesta nova região, a posse da terra.

Segundo Garcez (1997), as áreas sob domínio de pequenos produtores, com o passar do tempo, vão se incorporando ao patrimônio de grandes fazendas de cacau em processos que envolvem acirradas disputas de terra. Isto se dá pela fragilidade das instituições locais que representavam o regime republicano, pela precariedade ou ausência de titulação fundiária, associada a uma série de fatores econômicos que contribuem para a cobiça das áreas rurais, tais como: potencialidade regional para produção do fruto; elevação do valor de mercado do produto por uma forte demanda externa; mão-de-obra barata e rusticidade no trato da lavoura.

Neste contexto, segundo a historiadora, surgem fortes oligarquias rurais que passam a atuar de maneira indiscriminada na defesa de seus interesses, estabelecendo um ordenamento social marcado pelo clientelismo e pela violência perpetrada por milícias particulares que agiam ao arrepio da Lei. Na literatura, sobre este período, Jorge Amado¹¹ registra, no romance *Terras do Sem Fim* (1996), a seguinte passagem: “Por cima da justiça, do juiz e do promotor, do júri de cidadãos, estava a lei do gatilho, última instância da justiça em Ilhéus.” O aparecimento da figura do “coronel” na sociedade cacaueira se insere no período que a historiografia nacional denomina como Velha República, momento em que os interesses das oligarquias rurais influenciam fortemente as decisões políticas do país.

No plano regional, as iniciativas governamentais favoreceram a lógica da acumulação de terra, uma vez que os poderes locais, em particular as prefeituras, eram administrados em consonância com os interesses das influentes famílias produtoras de cacau que inclusive, em muitas oportunidades, apropriavam-se do bem público destes municípios para atender a seus interesses particulares. Segundo Baiardi (1984), este processo é incrementado quando

¹¹ Sobre a presença da figura do coronel na literatura de Jorge Amado, ver Heine (2004).

o grande proprietário de terras produtoras de cacau deixa de se envolver diretamente com os trabalhadores rurais e desloca-se para os centros urbanos, passando a agir enquanto liderança política na defesa de seus interesses econômicos. Entretanto, como já dito anteriormente, sua atuação não se restringe ao plano legal, o uso da força é utilizado de maneira recorrente contra seus adversários, pois em geral o controle político lhe assegura a possibilidade da ampliação das terras, seja através do uso da máquina pública, por empréstimos jamais pagos ao erário, pela prática de negociações espúrias como o “caxixe”¹² seja por empréstimos escorchantes a pequenos produtores.

O alicerce que dá suporte a esta estrutura é constituído pelos trabalhadores da lavoura cacaeira que em sua trajetória buscam superar as dificuldades de sua condição social através do estabelecimento de relações que assegurem sua estabilidade junto ao latifúndio, o que poderia implicar a conquista de um pequeno espaço para o exercício de sua autonomia, mais precisamente um “pedaço de chão”, um lugar onde se pudesse proteger a família desenvolvendo, via de regra, uma agricultura de subsistência (MARINHO, 2004).

Para este economista, a parcela do território camponês, em linhas gerais, encontra-se encravada dentro do latifúndio sob forma de um pequeno lote, muitas vezes negociado em acordos mais amplos, como a renda ou a meia, junto ao proprietário rural. Estas formas de relação no campo, ainda presentes nos dias atuais, apontam para o convívio da grande plantação com o espaço reservado ao pequeno trabalhador rural,¹³ lembrando aqui que o termo convívio não implica harmonia entre os atores sociais envolvidos, mas sim laços que acabam por constituir fronteiras culturais capazes de estabelecer um constante diálogo.

Na ponta da pirâmide social, segundo Garcez (1997), o forte incremento na produção associado às conseqüentes receitas envolvidas na comercialização produzem uma importante divisão na estrutura dirigente deste modelo econômico. A burguesia cacaeira passa a ser composta por um setor formado pelos produtores que se relacionam com o capitalismo agrário, enquanto que os comerciantes de cacau se constituem em representantes do capitalismo comercial. Os interesses destes setores se revelam antagônicos: os produtores tentam controlar o preço do produto em níveis que atendam suas pretensões; por outro lado, o aumento da oferta inviabiliza a margem de lucro desejada; por sua vez, aos comerciantes não interessa a construção de um parque agroindustrial local capaz de agregar valor ao produto *in natura*, já que os ganhos auferidos

¹² Modalidade fraudulenta de apossamento e/ou comércio de propriedades registradas ou com documentação irregular, mediante o uso de documentos forjados (GARCEZ, 1997, p. 78).

¹³ Sobre a relação entre o latifúndio e a unidade camponesa, ver BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

no comércio são provenientes de duas fontes: o financiamento ao produtor e a venda das bagas ao comércio exterior.

Em 1929, a crise da bolsa de valores de Nova York impõe duras perdas ao comércio internacional de cacau. Logo após, em 8 de junho de 1931, é criado a partir do projeto formulado por Ignácio Tosta Filho, o Instituto de Cacau da Bahia (ICB), sociedade cooperativa que mais tarde seria transformada em autarquia. Em linhas gerais, o ICB se propunha a atuar na regulação do mercado de amêndoas, ampliar a infra-estrutura necessária à produção e comercialização do produto, além da produção de pesquisas. O quadro regional que antecede a implantação do ICB é descrito da seguinte maneira por Ignácio Tosta Filho *apud* Garcez (1981, p. 25-26):

O regime vigente da organização social era a lei do bacamarte; as condições sanitárias precaríssimas, por vezes dizimadoras; as comunicações e transportes só se efetuaram em lances penosíssimos de heroísmo e bravura, a ponto de o transporte representar, em certos lugares, 40 a 50% do valor do cacau nos portos primários de embarque; era a mais desenfreada agiotagem, e a mais deslavada exploração dos lavradores, de mistura com um sistema organizado de 'caxixes'.

Em um primeiro momento, a atuação do ICB foi determinante para a superação das dificuldades, entretanto com a Segunda Guerra Mundial fica comprometido o fluxo comercial com a Europa, local em que se encontram os principais países importadores de cacau. Sem condições de comercializar boa parte da produção, a economia estagna-se e a região padece dos efeitos produzidos em tal contexto.

O relato de um acampado do Carlos Marighella aponta para as dificuldades no transporte e comercialização do cacau, conforme pode ser observado:

(...) meu avô, que era por parte de mãe, cansou de carregar oito, nove mula pra Jequié quando chegava ni Jequié, quando chegava lá, o cacau num tinha preço nenhum, qual... qual era...que ele fazia, pegava o cacau e despejava dentro do rio de Conta, voltava pra trás e vinha embora, tá ouvindo?¹⁴

Segundo a narrativa, o transporte do cacau, realizado em mulas de Ipiaú para Jequié, implicava uma série de riscos que nem sempre eram compensados no momento da venda do produto. Muitas vezes a carga era lançada ao rio, pois, como nos fala o trabalhador, "o cacau num tinha preço nenhum". O fato indica dificuldade em viabilizar e regular a comercialização da produção cacauzeira. É provável que muitos produtores não tenham resistido a contexto tão desfavorável.

¹⁴ Entrevista concedida ao autor por Alberico França de Oliveira, 96 anos, natural de Ipiaú (BA).

Um novo ordenamento é verificado a partir da criação da Ceplac, em 1957. Mais uma vez o projeto é formulado por Inácio Tosta Filho. Entretanto desta feita o órgão é vinculado ao governo federal e agregava em uma mesma entidade as funções de assistência técnica, produção de pesquisa agrônômica, crédito orientado e venda de insumos aos produtores. As ações da Ceplac contribuem para a modernização da lavoura cacaueteira elevando a produção nacional de 164 mil toneladas no ano de sua criação para, em duas décadas, atingir o montante de 283 mil toneladas (GARCEZ; FREITAS, 1979).

Contudo, os números crescentes da produção não representam ganhos para os trabalhadores rurais. Pelo contrário, o que se observa é um processo de fragilidade dos antigos contratos sociais. A modernização da lavoura representa a proletarização destes trabalhadores, uma vez que as atividades passam a ser cada vez mais específicas, constituindo uma “linha de produção”. A este respeito Baiardi (1984, p. 83) anota que “a melhoria das condições de infra-estrutura viária e o advento do Estatuto do Trabalhador Rural, Lei 4.914 de 2/3/1963, são as principais causas da redução do número de trabalhadores residentes nos estabelecimentos”, Existe aqui um exemplo do rompimento das relações de trabalho, tendo em vista que a moradia outrora assegurada torna-se um eficiente instrumento de coerção e de submissão da força de trabalho assalariada. O conceito de assalariado, dentro da economia cacaueteira, é assim definido por Marinho (2003, p. 13):

assalariado – também chamado de trabalhador, operário, diarista, peão. Pode ser permanente (morar na fazenda), ou temporário (os bóias-frias do cacau). Pode ser contratado pela diária, neste caso, ganha (de direito) um salário mínimo e trabalha (em termos legais) 8 horas diárias; ou pode ser contratado por empreitada. Assim, o trabalhador aceita fazer determinada tarefa por “x” (qualquer atividade inerente à produção de cacau), cada semana toma um adiantamento em dinheiro, geralmente correspondente ao valor pago ao assalariado, e deixa o saldo na mão do patrão para receber no final da empreitada.

Diante das informações apresentadas, é possível perceber que durante todo o século XX o quadro social que se configura a partir da lavoura cacaueteira baiana sofre poucas alterações, com exceção da década de 1990, quando se percebe os efeitos da crise desencadeada pelo surgimento da vassoura-de-bruxa, praga que dizima as plantações de cacau, associada a fatores macro-econômicos desfavoráveis à comercialização, tais como: o aumento do custeio e manutenção decorrente da ampliação das áreas plantadas, a valorização da moeda brasileira frente ao dólar e a queda do preço do cacau no mercado internacional (COSTA, J., 1998). Esta combinação de fatores faz com que a produção caia abruptamente durante a década de 1990 (cf. tabela 3).

Tabela 3

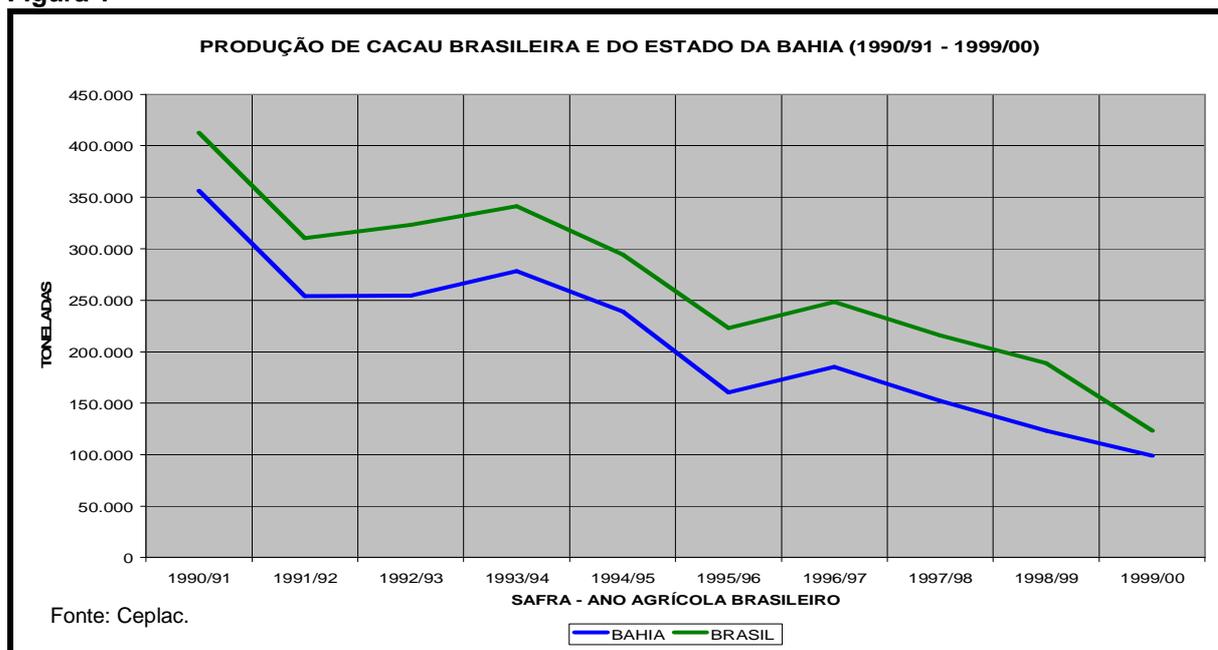
PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CACAU EM GRÃO
1990/91 a 2001/02 – AAB¹⁵
(toneladas)

Período	Bahia	Espírito Santo	Amazonas	Pará	Rondônia	Demais Estados	TOTAL
1990/91	356.327	6.470	210	24.560	23.160	2.200	412.927
1991/92	253.798	5.242	192	24.280	25.410	1.310	310.232
1992/93	254.464	7.886	682	27.880	29.850	2.530	323.292
1993/94	278.280	6.300	633	26.603	27.634	1.601	341.051
1994/95	238.886	5.200	569	32.444	16.473	876	294.448
1995/96	160.390	6.100	572	37.000	18.206	810	223.078
1996/97	185.247	6.100	556	37.000	18.380	810	248.093
1997/98	152.381	6.100	633	37.000	18.970	810	215.894
1998/99	123.283	6.100	1.058	37.000	20.835	810	189.086
1999/00	98.617	1.270	370	17.057	5.595	338	123.247
TOTAL	2.101.673	56.768	5.475	300.824	204.513	12.095	2.681.348

Fonte: Ceplac.

Nota-se que a Bahia, principal produtor nacional, acumula as maiores perdas. Em dez anos a produção cai aproximadamente 72% no Estado. No plano nacional este número é ligeiramente inferior e representa algo em torno de 70%. No comparativo entre a produção de cacau brasileira e do Estado da Bahia chega-se à conclusão de que a queda na produção nacional está diretamente relacionada com a baixa produtividade verificada nos cacauais baianos (cf. figura 1).

Figura 1



¹⁵ O ano agrícola brasileiro é compreendido entre maio de um determinado ano a abril do ano posterior.

Em relação às causas que ocasionam a contaminação da vassoura-de-bruxa nos cacauais baianos, Policarpo Júnior (2006, p. 52-53), em artigo publicado na revista *VEJA*, apresenta denúncia de bioterrorismo contra membros da Ceplac ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT) da região, em especial o ex-prefeito de Itabuna, Geraldo Simões. O texto tem como base o depoimento do técnico em administração Luiz Henrique Franco Timóteo, réu confesso, que afirma ter agido em conjunto com outros cinco funcionários do órgão com o objetivo de sabotar as plantações de cacau no sul da Bahia para minar o poder político e econômico dos barões do cacau. A matéria ainda faz referência aos protestos organizados por sindicatos de produtores rurais, inclusive o Cimurc, assim como à instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na assembléia legislativa do Estado da Bahia. Os acusados se defendem negando as denúncias e atribuem uma motivação eleitoral a tais afirmações.

Posteriormente, Geraldo Simões é inocentado pela CPI do cacau e, nas eleições de 2006, é eleito deputado federal, assumindo, logo após a posse de Jacques Wagner como governador do Estado, a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri). A função exercida pelo ex-prefeito de Itabuna no executivo estadual determina uma mudança no posicionamento dos produtores rurais, demonstrando o jogo de interesses políticos que cerca a questão. Como ilustração deste processo tem-se a presente nota publicada por um jornal de circulação regional:

Geraldo e o Consórcio

Pouco tempo depois de ser repudiado pelo Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio das Contas (Cimurc), por ter seu nome relacionado ao bioterrorismo da vassoura-de-bruxa, o atual secretário estadual da Agricultura, Geraldo Simões, vem sendo aguardado com festas pela entidade. Ele marcará presença amanhã, em Ipiaú, na solenidade de posse do prefeito de Itagibá, Gilson Fonseca, reeleito por unanimidade para a presidência do Cimurc, e certamente será ovacionado pelos prefeitos e demais lideranças presentes ao ato.

(JORNAL AGORA, 2007)

Ainda sobre o bioterrorismo, Costa, J. (1998, p. 57) apresenta as seguintes ilações a respeito da contaminação por ação criminosa:

- 1 – localização inicial dos focos em zonas consideradas nobres, como as de Uruçuca, Camacã e Ilhéus;
- 2 – a grande distância, como eventual barreira de impedimento técnico da contaminação do fungo *Crinipellis pernicioso*, entre a Amazônia e o sul da Bahia;
- 3 – a descoberta da enfermidade, no mesmo período, em localidades distantes e, geograficamente, em regiões opostas;
- 4 – fato de ter sido encontrado um saco no porão da sede da Ceplac contendo galhos contaminados com a referida enfermidade, com um bilhete informando a disseminação em toda a região;
- 5 – ter sido encontrado, em lugares diferentes, o material infectado amarrado em pés de cacau;
- 6 – a coincidência de focos encontrados seguindo o traçado da rodovia BR 101.

Entretanto existem outras possibilidades para a contaminação. Com base em laudos técnicos e informações da Ceplac. Costa, J. (1998) apresenta um estudo que aponta o Programa de Expansão da cacauicultura do Brasil (Procacau), programa criado pelo Decreto Presidencial 73.960/74, que vigora a partir de 1976 e objetivava a expansão do plantio de cacau nacionalmente, como o principal responsável pela disseminação do fungo na região. Este programa permitiu o intercâmbio de espécies botânicas, contaminadas pelo fungo, oriundas da Amazônia para zonas indenes da praga. Somente em 1987 o governo do Estado da Bahia, através do Decreto 334.324/87, proibiu a entrada em território baiano do cacau produzido na região Amazônica.

O fato determinante é que com a praga os municípios que até então possuíam economias baseadas para o atendimento das demandas da lavoura cacauceira se viram de uma hora para outra em sérias dificuldades. Apesar da grande riqueza gerada pela cultura do cacau, apenas parte dela foi investida na região, com ampliação da área plantada e gastos em infra-estrutura, não ocorrendo a prudência de investir os excedentes de capital em atividades industriais (ARAÚJO; MIDDLEJ, 2006). Cabe lembrar, apenas como ilustração desta estratégia econômica, que no Estado de São Paulo parte da riqueza gerada pelo café foi destinada às atividades industriais secundárias, o que permitiu uma melhor absorção dos efeitos causados pela crise da cafeicultura (MARTINS, 2004). A região cacauceira, ao contrário, padece pelo fato de ter sua economia viabilizada quase que exclusivamente em torno da lavoura do cacau. No dizer de Baiardi (1984, p. 65), “a economia da região cacauceira movia sua acumulação através do segmento agrário-exportador que, diferentemente do complexo exportador cafeeiro, não era matriz do capital industrial”.

A falência do agronegócio cacauceiro, dentre outras conseqüências, reacende no plano regional o discurso que propõe a divisão do Estado da Bahia. O economista e professor da UESC, Fernando Rios do Nascimento, publica no jornal *Agora*, edição de 8 a 14 de junho de 2002, um artigo intitulado “O cacau e a divisão do Estado”, em que sustenta que a crise da lavoura somente poderá ser estancada com o desenvolvimento da autonomia política local, uma vez que os homens públicos baianos já não mais se preocupam com o desordenamento social produzido pela crise econômica que assola a região produtora de cacau (NASCIMENTO, 2004). Entretanto, os trabalhadores formulam outras respostas para a crise agrícola, dentre elas destaca-se a luta pela terra.

1.3. A resposta dos movimentos sociais de luta pela terra

No Brasil são variados os episódios de resistência no campo, desde as ações de sociedades indígenas, os quilombos organizados pelos negros, até as revoltas camponesas que em alguns casos, como a de Canudos (1896-97) e do Contestado (1912-16), sofrem a intervenção violenta do Estado brasileiro através da participação significativa do seu efetivo militar. Registram-se também muitos conflitos locais que eclodem a partir de 1950. Além destas experiências mais coletivas de resistência, as trabalhadoras e trabalhadores rurais brasileiros desenvolvem múltiplas formas de resistência no campo, em situações de enfrentamento diário, nas disputas travadas por posseiros, rendeiros, meeiros, e ainda nos processos movidos por trabalhadores rurais, junto à Justiça do Trabalho, contra os proprietários que exploram sua produção.

O acúmulo destas experiências de vida, da luta cotidiana passada através das gerações, constitui-se em fonte rica de ensinamentos para as batalhas travadas na atual conjuntura. Certeau (1995, p. 250) afirma que “(...) as ações culturais constituem movimentos. Elas inserem criações nas coerências legais e contratuais. Inscrevem trajetórias, não indeterminadas, mas inesperadas, que alteram, corroem e mudam pouco a pouco os equilíbrios das constelações sociais”. Parece oportuno esta passagem, quando se tenta compreender as estratégias de luta utilizadas por trabalhadores rurais sem-terra nos últimos anos, tão grande tem sido a capacidade de leitura que apresentam frente ao momento político no qual estão inseridos e nas ações que conseqüentemente patrocinam.

Trabalhadoras e trabalhadores rurais brasileiros historicamente vêm sofrendo com o preconceito que lhes é dispensado pela elite rural, que os consideram preguiçosos, ignorantes e pouco capazes. Estes atributos nos revelam uma tentativa de perpetuar a estratificação social que se impõe no campo, de maneira a inibir movimentos que permitam em última instância o acesso destes homens e mulheres ao seu “pedaço de chão”.

De maneira particular, no Baixo Sul da Bahia, percebe-se um cenário peculiar desta realidade, em que a crise desencadeada no início da década de 1990 pela vassoura-de-bruxa na lavoura cacaueteira, associada à queda no preço do cacau no mercado internacional, faz com que grandes extensões agrícolas sejam subutilizadas ou até mesmo abandonadas por seus proprietários, provocando uma grande massa de desempregados que migra para as periferias dos centros urbanos. Posteriormente, parte desta população é arregimentada por movimentos populares de luta pela terra. A partir destas condições

conjunturais é que se observa o movimento de retorno dos trabalhadores rurais às propriedades improdutivas, redefinindo o mapa agrário no Baixo Sul baiano.

Atualmente existem acampamentos / assentamentos organizados em 17 municípios da região, segundo informações disponibilizadas pelo escritório regional do Incra, em Itabuna (cf. tabelas 4 e 5). Até agosto de 2004, no Baixo Sul da Bahia, foram assentadas 1.823 famílias em 38 áreas desapropriadas para fins da Reforma Agrária, além de 1.755 famílias que vivem em 26 acampamentos provisórios à espera de novas desapropriações de terras improdutivas.

Tabela 4

ACAMPAMENTOS EXISTENTES NA REGIÃO DO BAIXO SUL E COSTA DO DENDÊ, 2005

Município	Movimento	Nome do Assentamento	Famílias
Aurelino Leal	MST	Oito de Março	20
Barra do Rocha	CUT Rural	Conjunto Bonfim	15
	CUT Rural	Boa Esperança	119
Camamu	PUC	06 de Abril	18
	MST	Antonio Conselheiro	185
Gandu	MST	Aliança	133
	PUC	Roseli Nunes	02
Gongogi	Fetag	São Gerônimo e Andaraí	81
Ibirapitanga	Jupará	Santa Luzia	37
	Jupará	Dois Riachões	24
	Raacasul	Nova Canudos	19
	Raacasul	São João	23
Igrapiúna	MST	Olga Benário	56
Ipiaú	MST	Carlos Marighella	134
Itagibá	MST	Nova Independência	138
Nilo Peçanha	MST	Dividir o Pão	140
	PUC	São João	28
	MST	Retiro	66
Ubaitaba	Jupará	Terra Vida	33
	Raacasul	Unidos Venceremos	67
	Fetag	São José Baixa da Guia	137
	Raacasul	Terra sem Males	98
	Jupará	N. Srª da Conceição Aparecida	19
	Jupará	Mulheres Fruto da Terra	85
Wenceslau Guimarães	MLT	Palestina	47
	MSTR	Oswaldo Alves de Almeida	31
TOTAL	8 movimentos	26 acampamentos	1.755 famílias

Fonte: Incra, escritório regional de Itabuna (BA), março de 2005.
Elaboração: Tarcísio Fernandes Cordeiro.

Tabela 5

ASSENTAMENTOS EXISTENTES NA REGIÃO DO BAIXO SUL E COSTA DO DENDÊ, 2005			
Município	Movimento	Nome do Assentamento	Famílias
Ubaitaba	Jupará	Cachoeira Bonita	40
	Jupará	Cruzeiro do Sul	60
Aurelino Leal	Jupará	Cascata	40
Ibirapitanga	MST	Paulo Jackson (Oricó)	55
Wenceslau Guimarães	MST	Che Guevara	47
	MST	Fábio Henrique	76
	MST	Oziel Alves	80
	PUC	Boa Sorte	41
	PUC	Ressitente	48
	PUC	Boa Sorte	33
	PUC	Vila Tencredo Neves	55
	PUC	Chico Mendes	30
	PUC	Cedro I	20
	Independente	Novo Horizonte	103
PUC	Dois Irmãos	20	
Igrapiúna	PUC	Mata do Sossego	72
Barra do Rocha	CUT	Coroa Verde	50
Maraú	Racaasul	Conjunto Laranjeira	30
	Racaasul	Liberdade	52
	Fetag	Santa Maria	53
Valença	Independente	Santa Luzia	26
Ituberá	MST	Josenei Hipólito	50
	MST	Lucas Dantas	50
	MST	Margarida Alves	25
Gongogi	Racaasul	Santa Irene	81
Gandu	MLT	Cedro III	18
	PUC	Jutaci	25
	PUC	Mineiro	30
Ibirapitanga	Racaasul	Serra de Areia	37
Camamu	PUC	Par Camamú	180
	MST	Limoeiro	55
	MST	Mariana	27
	MST	Paulo Freire	27
	PUC	Zumbi dos Palmares	50
	PUC	Dandara dos Palmares	50
	PUC	Argemiro Mendes	32
	MST	Conceição / Santa Elísia	30
Taperoá	MST	17 de Abril	25
TOTAL	8 movimentos	38 assentamentos	1.823 famílias

Fonte: Inkra, escritório regional de Itabuna (BA), março de 2005.

Elaboração: Tarcísio Fernandes Cordeiro.

A maioria destas áreas está relacionada com siglas de movimentos sociais organizados, tais como: MST, MLT, Fetag, CUT Rural, Racaasul, CETA, Jupará, PUC e MSTR.¹⁶ A multiplicidade de siglas envolvidas representa o amplo aspecto ideológico presente nos Projetos de Assentamento desenvolvidos na região. Encontram-se entidades de preservação ecológica, sindicatos de trabalhadores rurais e movimentos de luta pela reforma agrária.

O termo “ocupação” é a palavra-chave deste modelo de territorialização da reforma agrária, contudo esta forma de atuação sofre um revés quando, em agosto de 2001, é publicada a Medida Provisória número 2.183-56, editada pelo governo brasileiro, que impede que as áreas ocupadas por trabalhadores rurais sejam vistoriadas pelo Incra durante um período de dois anos.

Desde então, os estudos indicam (FERNANDES, 2006; LEITE, 2005) que a resposta do movimento social tem se pautado na organização de acampamentos que se instalam às margens das rodovias numa estratégia que objetiva dar maior visibilidade à sociedade brasileira sobre o problema fundiário do país, ou nas proximidades do latifúndio agrícola, numa possibilidade de ocupação paulatina, bem como da retomada, sob a perspectiva da ótica midiática, de ocupações massivas em áreas agrícolas ou órgãos públicos.

Nesta nova configuração de forças, o acampamento deixa de ter o caráter meramente aglutinador de outrora e assume as dimensões da formação política, da experiência cotidiana e da vivência social que d’antes estavam relacionadas às áreas ocupadas em via de legalização. É neste novo espaço que se estabelecem relações de amizade e companheirismo fundamentais à mobilização. Isto se revela importante, pois, no dizer de Marques (2000, p. 113), “o processo de luta possibilita a experimentação do novo e o questionamento na prática de certas normas e instituições, incrementando a capacidade crítica dos trabalhadores sem terra em relação à sua condição subalterna”.

Na narrativa a seguir, o sem-terra, faz referência ao acampamento como espaço em que se tem contato com práticas até então desconhecidas:

Tem que estudar, não só de baixo da lona preta, mas a gente vai estudando, as vez tem as viagem e a gente leva o pessoal, chega lá explica direitinho, toma os curso as vez... tinha... tinha gente ali que num sabia... eu mesmo num sabia nem plantar um pé de banana, hoje

¹⁶ As siglas remetem respectivamente a: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Movimento de Luta pela Terra; Federação dos Trabalhadores na Agricultura; Central Única dos Trabalhadores – sessão Rural; Rede de Acampados e Assentados do Sul da Bahia; Movimento Estadual dos Trabalhadores Acampados, Assentados e Quilombolas; Jupará Assessoria Agro-ecológica; Pólo de Unidade Camponesa; Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

graças a Deus sou do movimento, eu sei trabalhar na questão, na área de criatório, entendeu? De fazer pasto, de trabalhar com pocilga, de mexer com cavalo, entendeu? Com vários tipo de coisa, hoje graças a Deus sou do movimento, já tomei vários curso, sei criar peixe, trabalhar na questão de piscicultura, tudo dentro do movimento, né? Então a pessoa aprende, é melhor do que a pessoa, as vez, tá num acampamento sem formação nenhuma, só ali debaixo da lona preta, então o movimento gosta que a pessoa fique de baixo da lona preta que é por causa dos estudo, que é pra pessoa num perder... que a pior coisa é a pessoa se assentar e num saber dos direito que tem, entender como assentado o que fazer, aí aquela pessoa sem formação nenhuma, quando chegar lá na terra, ele vai usar agrotóxico, porque ele num tem informação, num tem estudo, num tem nada, né?¹⁷

Segundo o sem-terra, o movimento possibilita oportunidades para o trabalhador aprender, por exemplo, a cuidar da terra. Não é apenas debaixo da lona preta que se conhece novas coisas, mas também nas viagens organizadas pelo movimento, quando é possível realizar cursos, conhecer pessoas, trocar experiências. O narrador explica que o movimento lhe oportuniza o acesso ao conhecimento. Em suas palavras, “tem que estudar”, pois é necessário ter uma formação para a vida no futuro assentamento. É por isso que “o movimento gosta que a pessoa fique de baixo da lona preta”. Esta formação se dá em diversos momentos, dentre eles, destacam-se as reuniões e assembléias (cf. figura 2).

Figura 2 – REUNIÃO DE ACAMPADOS DO CARLOS MARIGHELLA, ABRIL 2001



Foto: Ayan Hohlenwerger

Para Marques (2000), o acampamento é uma estratégia utilizada pelo movimento social, em que é experienciada, pelo sem-terra, a metamorfose do vivido pelo que se propõe viver. O acampamento é um espaço de duração provisória, indeterminada, portanto um espaço intermediário, uma vez que apresenta poucos atributos da condição anterior ou daquela que

¹⁷ Entrevista concedida ao autor por Djones Santos Oliveira, 21 anos, natural de Ipiáú (BA).

se almeja viver. Esta também é a posição de Gomes (2001, p. 104), para quem o acampamento:

É um momento de criação de novas formas de organização, de intervenção de novas maneiras de lutar, novas maneiras de viver. (...) um momento de ruptura, em que se criam novos caminhos, novas estratégias. A concretização desses caminhos não se dá de forma homogênea: o próprio acampamento é um espaço heterogêneo.

O fragmento a seguir, extraído da obra *Lições da terra*, pode exemplificar um pouco do universo cultural do homem e da mulher do campo no processo de mobilização:

Ao se organizar e partir para a luta, esses seres humanos não levam apenas pautas com reivindicações, mas também preocupações, sentimentos, dores, alegrias, sonhos e esperanças. Isto também faz parte da vida humana e deve ser percebido no desenvolvimento do ato político. Tanto os elementos e meios que vão sendo arranjados para se fazer a luta fazem parte da cultura, quanto a forma de andar, vestir, cantar, alimentar-se, armar lonas para morar por uma noite à beira das estradas, nas longas marchas desenvolvidas.

(BOGO, 1999, p. 50)

A verdade é que as famílias, organizadas a partir do ideal de conquista do seu espaço no mundo e impelidas pela violência dos centros urbanos, dão início ao movimento migratório de retorno a terra. Construindo, a partir deste instante, uma história de lutas, em que homens e mulheres tidos como incapazes tomam para si a decisão de lutar pela transformação de suas vidas.

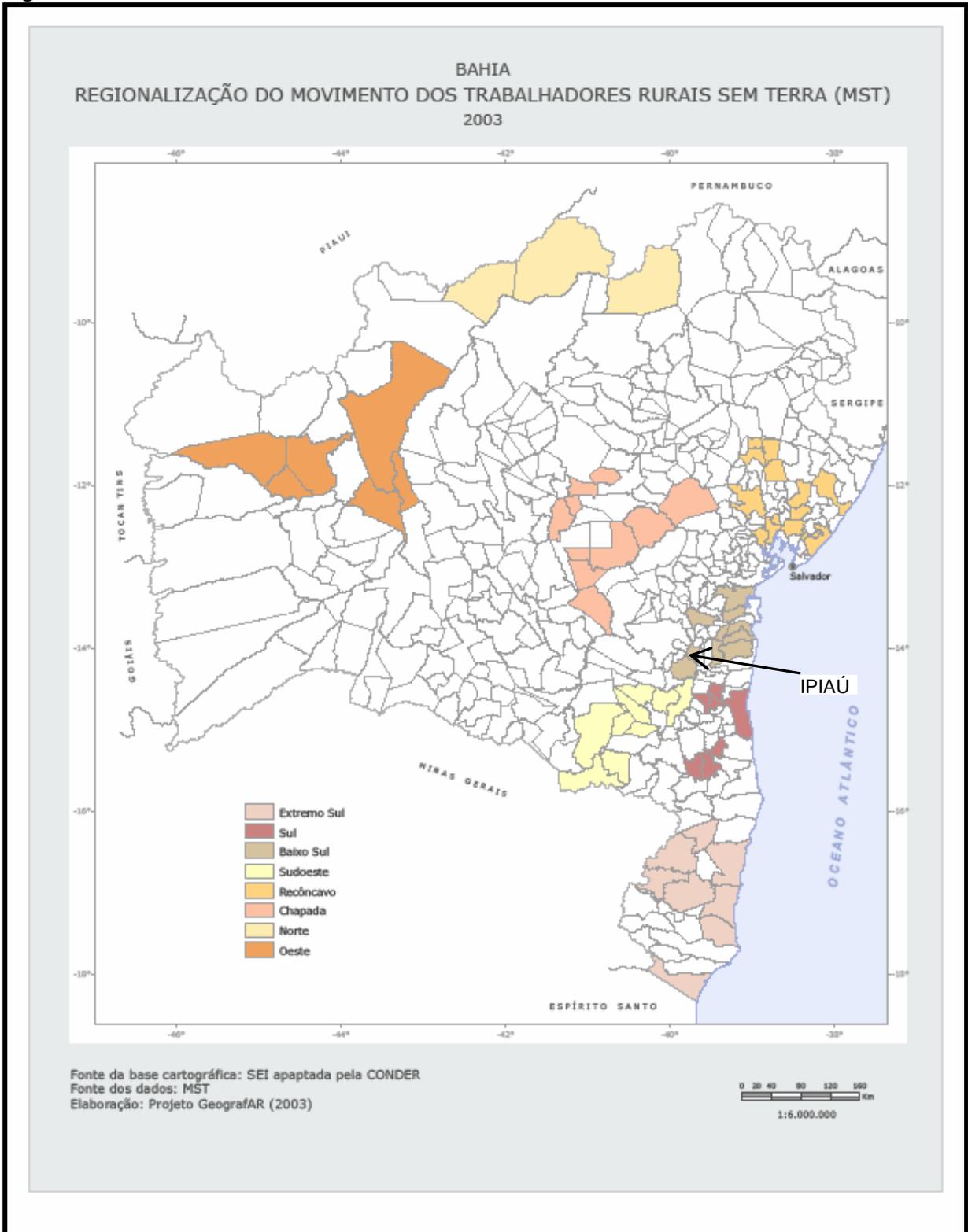
1.4. O MST, regional Baixo Sul, no contexto do Cimurc

Ipiaú¹⁸ encontra-se localizada na margem direita do rio das Contas, distante 353 quilômetros da capital baiana, na Região Cacaueira¹⁹ segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para o governo da Bahia, segundo a divisão administrativa do Estado, o município integra a região denominada Litoral Sul, ou na perspectiva que passou a ser adotada a partir de 2007, no território de identidades do Médio Rio das Contas. Já para o MST, a cidade está situada na regional Baixo Sul (cf. ilustração 3), delimitada geograficamente: ao sul pelo rio das Contas; a leste pelo oceano Atlântico; ao norte pelo Recôncavo Sul; e a oeste pelos municípios que integram o sudoeste baiano.

¹⁸ Município criado com território desmembrado de Jequié, com a denominação de Rio Novo, através do Decreto Estadual de 02.12.1933. A sede foi elevada à categoria de cidade por Decreto Estadual, de 30.03.1938. Teve o topônimo alterado por Decreto Estadual, de 31.12.1943 para Ipiaú.

¹⁹ A microrregião cacaueira da Bahia, definição do IBGE em 1967, com 18.102 Km², composta por 28 municípios, corresponde hoje à microrregião de Ilhéus e Itabuna, pela nova denominação do IBGE, com 41 municípios.

Figura 3



Os 276 Km² do município estão distribuídos em uma região de clima úmido / subúmido a seco com vegetação caracterizada por floresta ombrófila densa. Tais condições naturais são propícias para o cultivo da lavoura cacaueteira, uma vez que tal espécie necessita de calor, sombra e umidade para se desenvolver e produzir. Neste sentido, as condições climáticas (constante precipitação de chuvas) e a vegetação da Mata Atlântica favorecem o cultivo da lavoura, pois a sombra produzida pelas árvores da mata assegura ao mesmo tempo proteção contra a luz solar e umidade ao “pé de cacau”.

Os primeiros agricultores chegam à região, no início do século XX, expulsando os índios e ampliando a fronteira agrícola das roças de cacau. Esta expansão se dá velozmente e somente estanca o seu avanço ao se deparar com o semi-árido baiano, mais precisamente dentro dos limites geográficos do município de Jequié.

Sobre o aspecto econômico, o município de Ipiaú faz parte do Cimurc (figura 4), consórcio intermunicipal que responde por uma parcela significativa da produção nacional de cacau (cf. tabela 6 e figura 5):

Figura 4

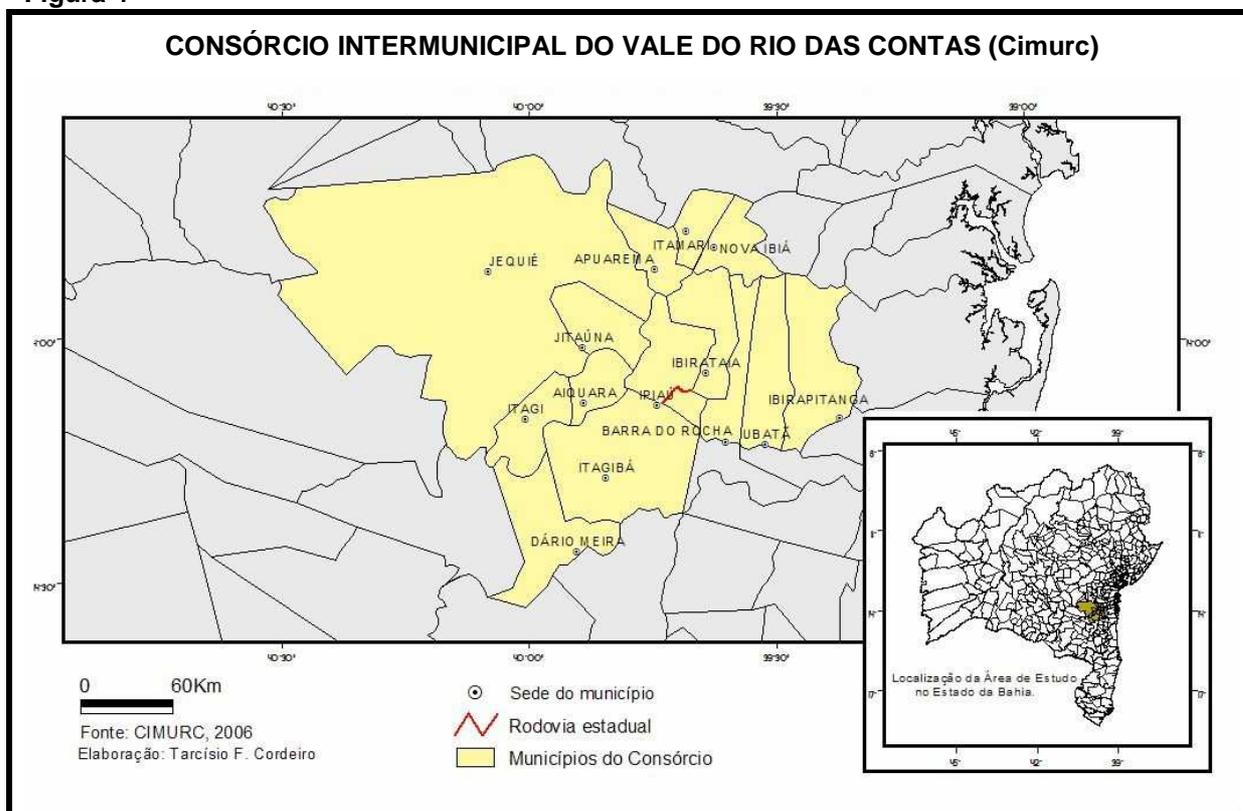
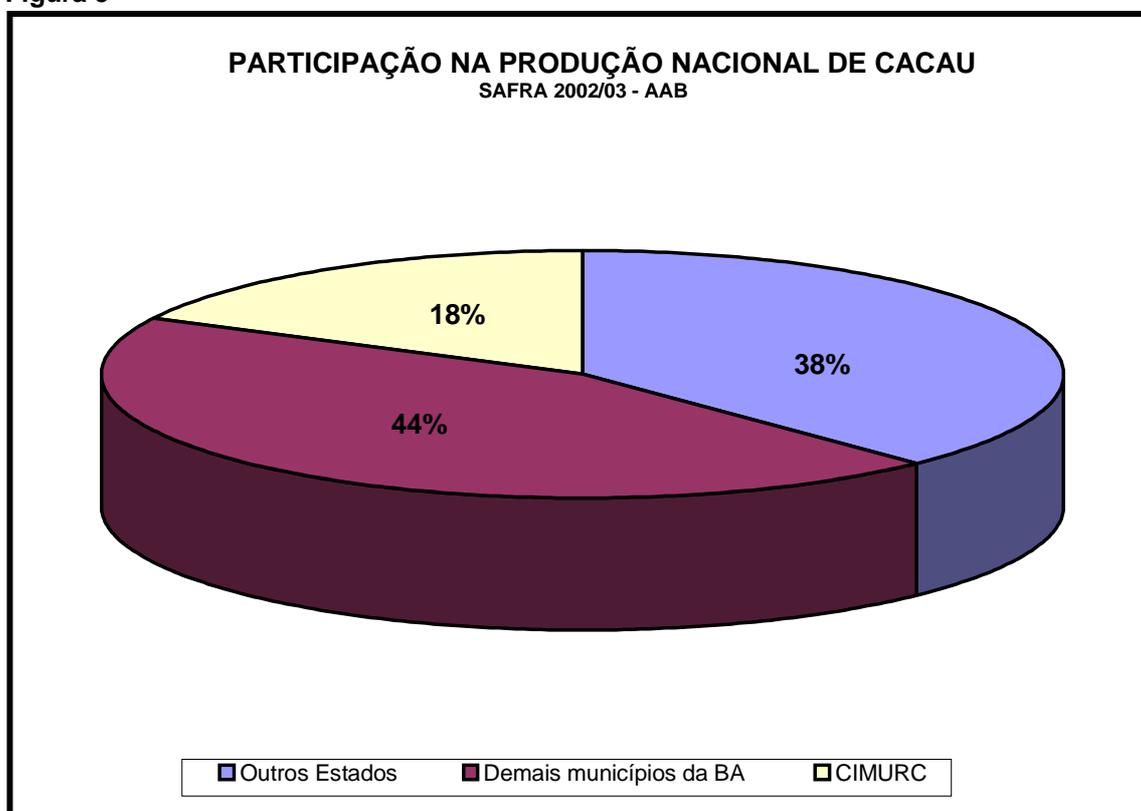


Tabela 6

PRODUÇÃO DA LAVOURA DE CACAU NO CIMURC, 2003 – AAB					
Município	Área (Km ²)	Área plantada (hectares)	Produção (toneladas)	Valor estimado (mil reais)	Rendimento (kg / hectare)
Aiquara	195	5.260	1.173	5.279	223
Apuarema	151	2.705	1.082	4.869	400
Barra do Rocha	193	8.115	1.256	6.782	154
Dário Meira	400	6.374	1.497	8.084	234
Ibirapitanga	470	21.401	2.863	15.747	133
Ibirataia	226	15.521	4.219	23.205	271
Ipiaú	287	9.305	2.163	11.897	232
Itagi	303	7.027	1.581	7.115	224
Itagibá	810	10.949	4.135	22.743	377
Itamarí	131	3.936	1.697	9.164	431
Jequié	3.035	7.174	1.076	4.842	149
Jitaúna	333	8.455	1.505	6.773	178
Nova Ibiá	181	5.598	3.342	18.381	596
Ubatã	333	5.480	1.009	5.550	184
TOTAL	7.048	117.300	28.598	150.431	270

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (2003) e Ceplac.

Figura 5



Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (2003) e Ceplac.

Conseqüentemente, dada a importância da lavoura cacauera no contexto do Cimurc, os efeitos da crise, a partir da década de 1990, são sentidos na produção econômica destes municípios (cf. tabela 7).

Tabela 7

COMPARATIVO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS DO CIMURC, NOS ANOS DE 1991 E 2000

Municípios	PIB (em R\$ 1.000) Total		PIB (em R\$ 1,00) <i>per capita</i>		Participação no PIB do Cimurc (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Aiquara	24.912	19.771	3.768	3.720	1,72	2,69
Apuarema	21.152	15.668	2.766	2.105	1,46	2,13
Barra do Rocha	27.971	22.221	2.886	2.752	1,93	3,02
Dario Meira	42.241	22.833	3.127	1.500	2,92	3,10
Ibirapitanga	98.710	29.912	3.685	1.349	6,83	4,07
Ibirataia	57.954	37.202	2.554	1.504	4,01	5,06
Ipiaú	193.403	94.893	4.578	2.175	13,50	12,90
Itagi	64.997	25.999	4.466	1.777	4,50	3,54
Itagibá	96.151	43.705	4.828	2.542	6,65	5,95
Itamari	43.598	13.305	4.937	1.594	3,01	1,81
Jequié	639.299	355.166	4.416	2.413	44,24	48,31
Jitaúna	64.096	20.030	3.077	951	4,43	2,72
Nova Ibiá	22.239	6.739	2.118	940	1,54	0,93
Ubatã	48.401	27.675	1.869	1.269	3,35	3,73
Total	1.445.124	735.120	3.828	2.019	100,00	100,00

Fonte: Agronegócios Consultoria *apud* Araújo; Midlej (2006).

O Produto Interno Bruto (PIB), no conjunto destes municípios, registrou queda de 51% durante a década de 1990, enquanto que a renda *per capita* apontou decréscimo da ordem de 52% no mesmo período. O município de Ipiaú, em especial, apresentou uma perda, em números absolutos, no valor de 98,5 milhões de reais, e um conseqüente empobrecimento, *per capita*, no total de R\$ 2.403,00. Em relação ao município de Jequié, percebe-se que apesar de sofrer com o colapso econômico dos municípios vizinhos que dinamizam o seu PIB, a cidade consegue manter e ampliar sua participação no PIB regional. Uma explicação para isto é o fato de o município não ter sua produção econômica vinculada exclusivamente à lavoura cacauera.

Como se pode observar, e ao contrário do que os produtores rurais poderiam imaginar, a crise não se mostra efêmera, o que representa a quebra da safra de cacau durante anos consecutivos. A situação se agrava quando os trabalhadores rurais são demitidos, originando uma gigantesca massa de desempregados. A seguir, pode-se observar a opinião

de uma trabalhadora rural sem-terra acampada no Carlos Marighella a respeito das mudanças sociais que se dão a partir da crise desencadeada pela vassoura-de-bruxa:

Eram ricas pra todo mundo num sentido, porque às vezes não faltava um trabalho, apesar da gente ganhar pouco, mas também era um pouco que não faltava, né? A gente tá trabalhando numa fazenda, a gente podia fazer um compromisso porque no final da semana a gente tinha aquele dinheiro pra manter. E aí depois que veio este problema desta doença, da vassoura-de-bruxa, que atingiu toda esta região, então o emprego ficou difícil para todo mundo, foi aonde mesmo a gente que trabalhava na... morava na rua e trabalhava nas roça, né? No meu caso em Gongogi, mas depois disso nem quem morava nas própria roça tinha mais o que fazer. Teve que ser jogado tudo das roças pra cidade sem ter nada o que fazer.²⁰

O quadro de falência em que se encontra a lavoura cacauieira ao final do século XX pode ser avaliado através dos indicadores sociais dos municípios integrantes do Cimurc (cf. tabela 8) em contraste com as demais cidades brasileiras. Os dados se referem à pesquisa sobre exclusão social no Brasil elaborada por Pochmann e Amorim (2003), em que se observa, através de oito indicadores, aspectos relativos ao padrão de vida, grau de conhecimento e violência.

Tabela 8

INDICADORES SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O CIMURC (ano de referência - 2000)²¹

Município	Posição no Ranking Nacional	Índice de Pobreza	Índice de Emprego Formal	Índice de Desigualdade	Índice de Escolaridade	Índice de Alfabetização	Índice de Juventude	Índice de Violência	Índice de Exclusão social
Aiquara	4222º	0,200	0,054	0,017	0,223	0,622	0,507	1,000	0,343
Apuarema	5101º	0,163	0,005	0,015	0,202	0,576	0,426	1,000	0,309
Barra do Rocha	4787º	0,165	0,075	0,013	0,218	0,554	0,476	0,951	0,323
Dário Meira	5376º	0,106	0,009	0,011	0,171	0,495	0,420	1,000	0,290
Ibirapitanga	5271º	0,167	0,052	0,010	0,190	0,538	0,385	0,950	0,299
Ibirataia	4098º	0,183	0,061	0,015	0,270	0,632	0,516	1,000	0,348
Ipiaú	3264º	0,279	0,075	0,056	0,369	0,700	0,574	0,981	0,396
Itagi	4905º	0,138	0,039	0,012	0,198	0,598	0,469	1,000	0,318
Itagibá	4255º	0,183	0,058	0,023	0,228	0,602	0,510	1,000	0,342
Itamari	4515º	0,198	0,015	0,025	0,216	0,595	0,495	1,000	0,333
Jequié	2960º	0,331	0,094	0,060	0,410	0,722	0,612	0,987	0,422
Jitaúna	4130º	0,181	0,030	0,010	0,234	0,594	0,581	1,000	0,347
Nova Ibiá	4600º	0,173	0,016	0,014	0,193	0,639	0,515	1,000	0,330
Ubatã	4051º	0,221	0,048	0,036	0,281	0,627	0,517	0,951	0,350
Média Regional	4395º	0,192	0,045	0,022	0,243	0,606	0,500	0,987	0,339

Fonte: Atlas da exclusão social no Brasil *apud* Pochmann; Amorim (2003).

²⁰ Entrevista concedida ao autor por Honorina Bernardes dos Santos, 61 anos, natural de Jequié (BA).

²¹ De acordo com Pochmann e Amorim (2003), para interpretar o resultado dos indicadores basta considerar dois fatores: 1) o índice varia de zero a um; 2) as piores condições de vida equivalem a valores próximos a zero, enquanto as melhores situações sociais estão próximas de um. Em nossa análise acrescentaremos a seguinte classificação aos intervalos de exclusão social apresentados pelos autores: 0.0 a 0.4 – extrema; 0.4 a 0.5 - alta; 0.5 a 0.6 - baixa; 0.6 a 1.0 – mínima.

Considerando a média regional, verifica-se, no que diz respeito ao indicador que mede a pobreza (0,192), que as cidades exibem grande participação de chefes de família com rendimentos abaixo da linha de pobreza, bem como um número reduzido de empregos formais (0,045) sobre a população economicamente ativa. Soma-se a isto uma desigualdade extrema (0,022) calculada a partir da razão entre a quantidade de chefes de família que ganham acima de dez salários mínimos sobre os chefes de família que ganham abaixo deste valor. No tocante ao legado técnico-cultural da sociedade, nota-se um relativo avanço no quesito alfabetização (0,606) da população acima de cinco anos de idade. Entretanto o indicador recua drasticamente (0,243) quando se considera a escolaridade, ou seja, os anos de estudo do chefe de família. Nota-se que os jovens de 0 a 19 anos representam metade da população (0,500) e que o índice de homicídios por cem mil habitantes é mínimo (0,987).

Conforme as informações disponibilizadas por Pochmann e Amorim (2003), os municípios integrantes do Cimurc respondem por um índice de 0,339, o que representaria, caso este conjunto de municípios constituísse uma localidade, o 4.395º lugar no *ranking* nacional. Em síntese, o conjunto dos indicadores aponta para a extrema exclusão social presente no cenário regional. Tal configuração promove a busca por oportunidades de emprego em outras regiões do Estado e do país. Os que permanecem no Baixo Sul abandonam as áreas rurais e escolhem centros urbanos mais desenvolvidos para fixar residência.

É preciso compreender que a definição urbana e rural não é suficiente para explicar o drama ao qual foram submetidas as populações dos municípios integrantes do Cimurc. Nestas localidades, devido à pequena extensão territorial dos municípios associada as características socioeconômicas, verifica-se um perfil rural, mesmo nas sedes municipais. O fato é que morar na zona urbana de um município como Nova Ibiá, Aiquara, Jitaúna ou Barra do Rocha, representa viver em uma área com praticamente as mesmas configurações do espaço rural, ou seja, nestas cidades a classificação entre urbano e rural perde completamente o sentido²², o que agrava ainda mais o fluxo populacional em direção a outras regiões, quando considerados os dados demográficos.

No período de uma década (cf. tabela 9) ocorre um incremento de 10,5% da população urbana, acompanhado pela queda de 27,6% dos que habitam a zona rural dos municípios do vale. Nota-se ainda o decréscimo populacional, da ordem de 3,6%, na região. Estes índices indicam dois movimentos migratórios: 1) infra-regional, do campo para a cidade; 2) em direção a outras regiões. A diminuição da população, neste contexto, acaba

²² Sobre este tema, ver VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas (SP): Autores Associados, 2002.

influenciando no cálculo da renda *per capita* regional, que poderia apresentar números menores, caso o número de habitantes fosse mantido após uma década. Neste contexto, Ipiaú registra um resultado geral semelhante ao observado no total dos municípios. Entretanto sua evasão é assustadora, uma vez que a população rural decresce 35,5% enquanto que o acréscimo urbano é de apenas 4,2%.

Tabela 9

DISTRIBUIÇÃO E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O CIMURC									
Município	População								
	Urbana			Rural			Total		
	1991	2000	Var. (%)	1991	2000	Var. (%)	1991	2000	Var. (%)
Aiquara	2.455	2.726	11,0	4.157	2.589	-37,7	6.612	5.315	-19,6
Apuarema	3.681	4.382	19,0	3.966	3.061	-22,8	7.647	7.443	-2,7
Barra do Rocha	3.065	3.425	11,7	6.625	4.649	-29,8	9.690	8.074	-16,7
Dário Meira	4.102	4.931	20,2	9.405	10.291	9,4	13.507	15.222	12,7
Ibirapitanga	6.697	6.363	-5,0	20.087	15.814	-21,3	26.784	22.177	-17,2
Ibirataia	15.369	18.726	21,8	7.325	6.015	-17,9	22.694	24.741	9,0
Ipiaú	36.408	37.924	4,2	8.837	5.697	-35,5	45.245	43.621	-3,6
Itagi	8.536	9.986	17,0	6.018	4.643	-22,8	14.554	14.629	0,5
Itagibá	7.284	8.767	20,4	12.632	8.424	-33,3	19.916	17.191	-13,7
Itamari	4.649	5.488	18,0	4.182	2.859	-31,6	8.831	8.347	-5,5
Jequié	116.885	130.296	11,5	27.887	16.906	-39,4	144.772	147.202	1,7
Jitaúna	6.993	9.568	36,8	13.838	11.488	-17,0	20.831	21.056	1,1
Nova Ibiá	2.358	2.534	7,5	8.144	4.632	-43,1	10.502	7.166	-31,8
Ubatã	19.430	17.847	-8,1	6.470	3.956	-38,9	25.900	21.803	-15,8
Total	237.912	262.963	10,5	139.573	101.024	-27,6	377.485	363.987	-3,6

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (2003) *apud* Araújo; Midlej (2006).

Quando Certeau (1994) afirma que o espaço é constituído pelas pessoas, pode-se concluir o contrário, ou seja, sem os seres humanos os espaços perdem o sentido de existir. Imaginemos agora pequenas cidades que perderam milhares de pessoas, famílias inteiras que se deslocam em menos de uma década. É possível presumir os vazios deixados pela ausência dos que sem alternativas foram levados a buscar novos espaços.

É justamente neste cenário marcado pelo esvaziamento social que ocorre o enfraquecimento das elites rurais. Os herdeiros do coronelismo baiano, tão proclamado na literatura de Jorge Amado, encontram-se endividados com instituições de crédito, absolutamente falidos, e não mais conseguem impor sua autoridade política como outrora.

Muitos são os proprietários rurais que abandonam literalmente suas fazendas, simbolizando o esgotamento do modelo agro-exportador regional dependente da monocultura cacaujeira. A gravidade da crise gera o agravamento definitivo das relações sociais. A fala a seguir revela a insustentável situação de trabalho nas roças de cacau:

(...) nas fazenda realmente não dava pra gente trabalhar, realmente por causa da vassoura-de-bruxa, que ali eles colocou pra o pessoal ser meeiro, e realmente não é meeiro, nem a terça não chega a ser, não chega nem ser a terça porque eles põe a gente lá como meeiro, depois esse meeiro, aí agora eles volta a diminuir as roça, quando tava na produção começa a diminuir a roça, começa a dizer que tem que dar duas ou três limpa nas roça, aí a gente acaba ficando até sem alimentação, aí foi o caso que meu pai mudou.²³

Mudar para aonde? Muitos se deslocam para as periferias dos grandes centros urbanos regionais, como Ilhéus e Itabuna, e lá encontram uma dura realidade: desemprego, violência, marginalidade e o distanciamento do espaço rural. O fortalecimento dos movimentos sociais de reivindicação da terra, em meados da década de 1990, no Baixo Sul baiano se dá em larga medida pelo drama de milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais deslocados de suas áreas de atuação. Este fator, associado ao enfraquecimento das elites rurais regionais, acaba por formular as condições favoráveis à luta pela Reforma Agrária no Baixo Sul. Neste sentido, se, por um lado, a quebra da safra cacaujeira traz desemprego em massa para os trabalhadores rurais, por outro, contribui para a formação dos acampamentos que lutam pelo acesso a terra, através da implantação de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária em áreas abandonadas pela monocultura do cacau. Em alguns casos, como no acampamento em estudo, os cacauicultores já iniciavam um processo de extração ilegal da madeira da Mata Atlântica (cf. figura 6).

Figura 6 – EXTRAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA, FAZENDA DOIS AMIGOS, OUTUBRO 1999



Foto: Emídio Neto

²³ Entrevista concedida ao autor por Elian Santos da Silva, 38 anos, natural de Ipiaú (BA).

O acampamento Carlos Marighella é também resultado deste conjunto de indicadores que caracterizam a crise experienciada na região sob influência da lavoura cacaueteira. Além disto, para o MST, o acampamento representa a possibilidade de ampliar sua atuação geopolítica na regional Baixo Sul (cf. tabela 10). O estudo realizado por Santos (2004) sobre o processo de territorialização²⁴ do MST na Bahia esclarece que a Regional Baixo Sul do MST foi criada a partir da divisão da Regional Sul. Isto se dá, segundo a geógrafa, por causa do crescimento da área de atuação do movimento, daí a necessidade em melhor distribuir sua inserção na região, uma vez que as grandes distâncias praticadas entre os municípios impediam a articulação de suas lideranças. A implantação da regional ocorre entre os anos 1995 e 1996, período marcado por fortes conflitos de terra em todo o país.

Tabela 10

ASSENTAMENTOS ORGANIZADOS PELO MST REGIONAL BAIXO SUL – BAHIA, 2003					
Assentamento	Município	Nº de Famílias	Área (ha)	Decreto Desapropriação	Data Criação
Mariana	Camamu	181	679,00	30/03/1988	29/04/1995
Santa Luzia	Valença	36	386,00	09/11/1996	30/12/1996
17 Abril / Tagril	Taperoá	76	999,00	18/08/1997	09/01/1998
Margarida Alves / Marimbu	Ituberá	30	522,25	20/11/1997	11/03/1998
Lucas Dantas / Jubiabá	Ituberá	50	701,78	20/11/1997	30/12/1998
Josenei Hipólito / Cascata	Ituberá	61	825,69	20/11/1997	29/05/1999
Paulo Jackson	Ibirapitanga	90	891,45	21/06/1999	31/12/1999
Che Guevara / Rodagem	Wenceslau Guimarães	60	848,25	22/10/1997	11/03/1998
Limoeiro	Camamu	55	1.303,46	25/09/1998	21/09/1999
Fábio Henrique Cerqueira	Wenceslau Guimarães	55	1.289,00	31/08/1998	30/12/1998
Paulo Freire / Preto Velho	Camamu	16	353,98	20/03/2001	14/12/2001
TOTAL	10 PA's	710	8.799,86		

Fonte: Inkra, MST (dezembro de 2003).

Elaboração: Projeto GeografAR *apud* Santos (2004).

²⁴ Segundo Fernandes (1999), a territorialização é um valioso instrumento de luta pela Reforma Agrária. Este conceito faz referência às múltiplas possibilidades de resistência advindas da conquista de frações do território, espaço em que se é possível desenvolver novas formas de sociabilidades e práticas culturais, bem como a formulação de um projeto político-econômico não hegemônico.

A principal estratégia utilizada pelo movimento na escolha das áreas a serem ocupadas, em geral, diz respeito a espaços que possuem algum tipo de fragilidade do ponto de vista legal, o objetivo é evitar o conflito direto com proprietários rurais. A primeira ocupação do MST na Bahia, por exemplo, se deu no município de Alcobaça, a terra já havia sido desapropriada da Flonibra (Floresta Nipo Brasil S/A, atualmente Floresta Rio Doce S/A) por iniciativa do então prefeito municipal, que pretendia assentar famílias ligadas ao seu grupo político. O movimento, sabendo do decreto presidencial de desapropriação, antecipou-se ao prefeito e ocupou a área, dando origem ao Projeto de Assentamento 4.045. Outro caso é o Projeto de Assentamento Eldorado situado no município de Santo Amaro. Quando da ocupação, a fazenda pertencia ao Grupo Econômico que à época estava sob a intervenção do Banco Central (SANTOS, 2004).

No caso do acampamento Carlos Marighella, os depoimentos dos trabalhadores asseguram que a fazenda, além de improdutiva, está penhorada pelo Banco do Brasil, portanto a área é passível de desapropriação para fins da reforma agrária. Outros fatores, contudo, são agregados ao espaço em disputa, como se observar no trecho a seguir:

(...) tão devendo o cabelo da cabeça aqui no município, fomos fazer um levantamento, é... ele não tem condição nenhuma de manter um latifúndio daquele. Nem de recuperar! Imagine de manter. Aí o que que acontece se ele abrir mão daquele latifúndio pra gente, daquela fazenda, aí o que que vai acontecer... os próprios companheiros dele, assim os fazendeiros vai ficar dizendo: "mas Miguel Pinheiro como é que você perdeu a fazenda pra uns miseráveis daqueles que não tem nada. Ah! eu queria que fosse a minha". É por isso que ele continua brigando, porque também tem aquela história, não tem dinheiro mas tem nome, você sabe que no que chama de sociedade classe alta, eles pode tá com o bolso puro, mas tá engravatado, é seu Pinheiro pra cá, é seu César Borges pra lá, teve nome, tem dinheiro, aí um ajuda o outro, e eles fica nessa guerra, porque um fazendeiro que está devendo o que aquele homem deve, se a lei neste país funcionasse mesmo, já tinha entregado aquela terra pra gente, porque a terra pertence a quem nela trabalha, não é quem é dono dela, tem aquele meio-mundo de terra, mas não trabalha, ela tem que tá cumprindo uma função social, e ali deixou de cumprir a função social há muitos anos, servia só pra eles tomar dinheiro (emprestado do banco) e fazer o que eles bem quisesse, mas empregar ali dentro nada.²⁵

O discurso do trabalhador rural fala em enfrentamento de classes, em justiça e função social da terra, apontando com clareza os limites morais da sua utilização, algo de difícil compreensão para os que durante muito tempo determinaram não apenas o uso do solo, mas também das pessoas que lhe serviam, transformando-as em objetos do seu patrimônio. O fragmento revela que apesar do enfraquecimento das elites rurais elas ainda se mobilizam na defesa de seus interesses, compreendendo o papel simbólico que uma ocupação de terra exerce em uma região. A seguir, a narrativa da trabalhadora rural retrata a ação decorrente de uma ação de reintegração de posse, realizada em março de 2005:

²⁵ Entrevista concedida ao autor por Adailton Silva Sousa, 39 anos, natural de Itajú do Colônia (BA).

Olha, foi horroroso, foi muito horroroso este último despejo, porque o pessoal chegaram com muita violência... e quebraram os barracos da gente tudo, tocou fogo e a gente tudo ali olhando... e pegavam os bichos da gente, as galinha e jogavam tudo dentro do fogo, e a gente tudo assistindo como se estivesse assistindo um filme de terror. Então, pra gente foi muito ruim.²⁶

Apesar da violência perpetrada contra os trabalhadores rurais, eles se reorganizaram e semanas depois ocuparam a área novamente. Obviamente que estes enfrentamentos produzem desgastes entre os acampados, trazem constrangimento aos camponeses, alguns desistem do embate, afinal de contas, já foram realizadas inúmeras ações de despejos desde a primeira ocupação realizada em 28 de outubro de 1999. Mesmo assim, estas pessoas resistem ao que parece ser uma luta que não diz respeito apenas ao lugar de trabalho, meio de produção na acepção marxista do termo. Elas disputam ferrenhamente o espaço social em que se identificam historicamente através das memórias do passado, das experiências de vida, da concepção que ensejam sobre o uso da terra, enfim, dos valores culturais que carregam em seu corpo e espírito.

A pesquisa com os moradores do acampamento Carlos Marighella é singular pelo fato de estar situada em uma localidade que já pôde vivenciar há quatro décadas um incipiente projeto de reforma agrária que ficou conhecido como Fazenda do Povo,²⁷ em que marcas foram deixadas nas memórias, no imaginário, na representação social dos que hoje tentam assegurar o direito de cultivar a terra.

²⁶ Entrevista concedida ao autor por Honorina Bernardes dos Santos, 61 anos, natural de Jequié (BA).

²⁷ Faz-se aqui referência à experiência realizada em Ipiaú – BA, quando em 8 de junho de 1963 o então prefeito, o advogado e escritor Euclides José Teixeira Neto assina o decreto-lei 965 que desapropria uma área de 157 hectares que passa a ser conhecida como Fazenda do Povo. A experiência desperta a preocupação de fazendeiros e políticos conservadores que registram denúncia contra o prefeito acusando-o de comunista. É então aberto Inquérito Policial Militar (IPM) que dura 21 meses. Ao fim do processo, Euclides Neto é absolvido, contudo muito de sua administração fica comprometida pela ingerência da junta militar que impede inclusive a desapropriação de outra fazenda com aproximadamente 300 hectares. Euclides é nomeado, já em 1987 durante a gestão Waldir Pires, Secretário de Reforma Agrária do Estado da Bahia. Em relação ao episódio da Fazenda do Povo, Teixeira Neto (1999) admite que sua intenção era minorar a situação das famílias carentes do município agravadas a época por uma intensa seca. A Fazenda do Povo é considerada a primeira desapropriação de terra com fins de reforma agrária, efetuada por um prefeito no Estado da Bahia. Sua importância é portanto histórica, mas também possui alta carga simbólica para os que hoje travam a luta no campo, em especial para aqueles que no seu passado receberam a notícia de que em Ipiaú houvera uma desapropriação de terra em benefício dos pobres. A respeito, ver SILVA, Albione Souza. *O caráter Socialista da gestão Euclides Neto no município de Ipiaú (1963-1967)*. Ilhéus: UESC, 2003.

2º Capítulo – O HOMEM: memórias, utopias e identidades

2.1. As memórias: rupturas e permanências no imaginário camponês

No Brasil, a consolidação industrial produz uma série de movimentos migratórios responsável, em larga medida, pela constituição de metrópoles e grandes cidades. A representação motriz, deste fenômeno, identifica o espaço urbano como o lugar do progresso, quer seja tecnológico, cultural, econômico ou social. Por outro lado, reserva ao universo rural camponês a caracterização do atraso em todos estes níveis. Desde então influentes setores da sociedade brasileira têm negado, por reiteradas formas, a existência de um mundo rural tradicional (ESTRELA, 2003; VEIGA, 2002).

Para estes importantes segmentos que atravessam o núcleo da esfera governamental e da sociedade civil, o campo que “existe” é aquele resultante das ações do modelo capitalista de produção, em que são utilizadas técnicas modernas no cultivo de alimentos, empregando-se a mecanização em alta escala em detrimento do trabalho manual e, principalmente, concentrando terras através da expropriação do pequeno agricultor (OLIVEIRA, 1994). De maneira que os camponeses são desafiados, a partir do processo de expropriação, a reinventar aspectos de sua tradição, daí que, no sentido de atuar como elemento estabilizador de referências culturais, ocorre um continuado processo de rupturas e permanências da memória social, implicando, dentre outras possibilidades, a formação de novos lugares de memória.

A sociedade contemporânea tem a necessidade de construir referências no tempo e no espaço para que seja possível recordar passagens, datas, feitos que já não podem mais, considerando que não há memória espontânea, ser recordados. Nora (1994) denomina esta construção como lugares de memória. Na verdade, tal recurso já vem sendo utilizado desde a Antiguidade (dos monumentos comemorativos até o registro escrito) como forma de atuar sobre a memória, mas atualmente foram ampliados e ganharam novas formas.

O historiador francês acredita que a crescente demanda por lugares de memória no mundo contemporâneo está diretamente relacionada com as mudanças da organização social pela qual passamos, principalmente pelo deslocamento dos trabalhadores do campo para a cidade. Nas palavras de Nora: (1994, p. 7) “pensemos nessa mutilação sem retorno que representou o fim dos camponeses, esta coletividade-memória por excelência cuja voga

como objeto da história coincidiu com o apogeu do crescimento industrial”. Neste ponto, pode-se fazer uma analogia do papel exercido pelos camponeses com as sociedades ditas “primitivas”, em que o segredo da memória ancestral é guardado e transmitido de geração em geração através da oralidade. Em outras palavras têm-se aqui a definição de memória étnica, elaborada por Le Goff (1992), que consiste na memória típica das sociedades sem escrita.

Dado este quadro teórico, é possível formular a seguinte reflexão: da mesma forma que o surgimento da escrita não representou o fim da oralidade, o deslocamento do camponês para os centros urbanos não representa o fim de um imaginário acerca do mundo rural. Logo, não se tem como respaldar a sentença de morte do campesinato, mesmo quando se reconhece a profunda transformação ocorrida no campo. Os camponeses não cancelaram as recordações do vivido. Mesmo quando deslocados para os centros urbanos e submetidos ao processo de proletarização e/ou marginalização, a experiência urbana destes sujeitos não anula o conhecimento acumulado na zona rural; ao contrário, possibilita a estes atores a chance de contrastar o vivido e decidir, dentre outras possibilidades, pelo retorno ao espaço de origem através de movimentos sociais de reivindicação da terra.

É natural que estes sujeitos incorporem novos hábitos e construam novos significados para práticas antigas, mas sem deixar, necessariamente, de atuar na sua relação com o espaço como camponeses. Quem teve a oportunidade de trabalhar a terra apreende uma série de códigos e práticas que não são abandonados ao subir no “pau-de-arara”. Queiroz (1988, p. 26) afirma que “(...) se a memória de determinados valores e comportamentos se desfizesse com o desaparecimento das organizações sociais, então seria impossível a utilização dos relatos orais em geral, e das histórias de vida em particular, na análise de coletividades e sociedades”.

Os camponeses não só ainda existem, como, também, não podemos colocar em dúvida o seu poder de preservação da memória através da forma como cuidam da terra, as relações de divisão do trabalho familiar, as manifestações lingüísticas²⁸ e culturais que são mantidas em suas comunidades. Em outras palavras, fala-se aqui da memória na qual a experiência dos camponeses representa uma lembrança viva capaz de traduzir em seu cotidiano séculos de trabalho no campo. A este propósito vale retornar a Nora (1994, p. 9) quando afirma que “(...) a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”, isto é, nos lugares de memória criados pelos sujeitos históricos.

²⁸ Destaca-se a utilização dos arcaísmos, formas do português arcaico que foram preservadas pela tradição oral, em geral, nas comunidades rurais. A este respeito, ver BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. 16. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

Segundo Le Goff (1992, p. 469), “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. A expressão “memória camponesa” revela algo em sua constituição, o adjetivo “camponesa” implica possivelmente a exclusão de outras formas de memória, o que a princípio não é verdadeiro, a memória social propõe uma unicidade que é supérflua, uma vez que atuam concomitantemente diversos fatores identitários, tais como: gênero, etnia, religião (HALL, 2004; ORTIZ, 1994). Além disto, não podemos imaginar que haja uma essência camponesa, ou um camponês padrão, o que temos na verdade são fortes vínculos estabelecidos com a natureza. Desta forma é possível entender o grande número de expressões que o caracterizam a partir das relações estabelecidas com o espaço geográfico e social, a saber: trabalhador rural, lavrador, agricultor, catingueiro, ribeirinho, sertanejo, sitiante, colono, morador.

Dentro deste universo, os trabalhadores rurais sem-terra necessitam construir, prioritariamente, uma unidade que seja capaz de apontar para o objetivo comum da coletividade que é a conquista da terra. Leite (2005) esclarece que no Brasil a emissão de títulos de posse da terra tem sido feita, na maioria absoluta dos casos, a partir da pressão hercúlea dos movimentos sociais que estrategicamente operam na formação de uma memória capaz de dar sustentação aos diversos enfrentamentos – e a isto chamam formação política.

Na compreensão de Menezes, U. (1992, p. 15), a memória coletiva serve “para assegurar a coesão e a solidariedade do grupo e ganha relevância nos momentos de crise e pressão”. Talvez por isso seja possível encontrar, no caso dos movimentos de luta pela terra, uma maior articulação dos trabalhadores que permanecem acampados em relação aos que já se encontram em projetos de assentamentos, uma vez que estes, ao se sentirem relativamente seguros em relação à propriedade da terra e portanto menos fragilizados do ponto de vista jurídico e social, acabam por redirecionar suas ações em consonância com outros anseios em que o coletivo não é mais prioritário. Já os acampados ainda se encontram, via de regra, marginalizados socialmente e excluídos do aparato jurídico do Estado. Esta situação faz com que seja necessária a construção de laços de solidariedade e de colaboração mútua para suplantar os problemas do acampamento.

A idéia de coesão do grupo é construída a partir das rupturas e permanências da memória dos indivíduos que reorganizam os fatos da sua experiência de maneira a justificar a participação na coletividade. Estas atualizações são possíveis, pois a memória atua a partir

de escalas temporais distintas. Nora (1994, p. 9) afirma que “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”. Nesta assertiva a expressão “elo” indica a relação entre presente e passado. A memória está efetivamente presa ao presente, mas em um eterno conflito com o passado. E é deste confronto entre experiência passada e identidade atual que Thomson (1997) elabora os conceitos de composição e reconhecimento que atuam simultaneamente no jogo da memória.

Na experiência dos sem-terra, a composição pode ser observada na leitura individual que os sujeitos fazem da realidade que os envolve em contraponto com as lembranças de outrora. Os ajustes produzidos, neste olhar retrospectivo, são necessários para explicar sua atuação no presente, pois é importante encontrar um elo que atribua sentido ao seu processo de luta, em que seja possível justificar as situações extremas as quais estão submetidos.

O relato a seguir, feito por uma trabalhadora, aponta o vínculo com a terra como o principal motivo de seu ingresso no MST:

Eu morava em Ipiaú na época, mas sempre eu tava mexendo com uns caqueirinhos lá no fundo, plantando uns temperozinhos, sempre com aquela coisa gostosa da roça, que eu sempre trabalhei na roça, sempre gostei da roça.²⁹

A narradora preocupa-se em esclarecer que o fato de residir no espaço urbano à época em que ingressa no movimento sem-terra não lhe traz descrédito, pois sua relação com a terra não foi rompida nem mesmo quando “morava em Ipiaú”. O campo é o espaço em que efetivamente pôde trabalhar, daí o uso insistente do advérbio “sempre” e do substantivo “roça”, reforçando a idéia de uma vida compreendida como “sempre roça”, mesmo que a distância, quando vive na cidade. E para manter os laços afetivos “com aquela coisa gostosa”, ela desenvolve uma estratégia, suplantando a separação: mantém uns “caqueirinhos” em que planta os “temperozinhos”. O uso do diminutivo reforça a dimensão de intimidade e de apego. O caqueiro é o símbolo da terra, que surge no discurso como lugar de memória em que é possível revivificar práticas culturais de outro tempo-espaço que naquela oportunidade se encontra distante, “lá no fundo”, mas que nunca esteve abandonado. Desta forma, ao apontar para sua origem, a narradora busca elementos do vivido que respaldem a condição de merecedora de uma porção de terra, por compreender que este é o seu espaço por excelência, lugar em que é possível desempenhar plenamente as habilidades que entende possuir. Sem muitas palavras, a trabalhadora rural sem-terra apresenta a sua composição em que são sintonizados o passado e o presente de sua existência.

²⁹ Entrevista concedida ao autor por Honorina Bernardes dos Santos, 61 anos, natural de Jequié (BA).

Já a idéia de reconhecimento diz respeito à memória social e representa a necessidade de ser aceito por uma comunidade. Para tanto, a memória acentua ou apaga lembranças buscando constituir uma composição que possa levar ao reconhecimento. Neste processo podem ocorrer omissões, releituras, distorções e sobretudo os silêncios. Thomson (1997, p. 52), ao analisar estes fenômenos, afirma que “(...) as chamadas ‘distorções’ da memória, embora talvez representassem um problema, eram também um recurso”. Estes processos não podem ser encarados como obstáculos ao trabalho do pesquisador, mas como fontes que podem contribuir para a pesquisa. Como afirma Nora (1994, p. 9):

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações.

É preciso compreender que os silêncios da memória não ocorrem como um ato efêmero caracterizado por um lapso, um simples esquecimento, mas, sim, como um processo complexo da mente humana que busca ocultar as lembranças de uma pessoa sobre temas e/ou fatos. Menezes, U. (1992) conceitua três formas de silêncios, as lembranças: indizíveis, vergonhosas ou proibidas.

Os silêncios podem estar relacionados a situações de agressão e violência as quais os sem-terra foram submetidos, notadamente aquelas de extrema brutalidade. Os traumas destas ocorrências provocam o bloqueio das lembranças que se caracterizam como indizíveis. No fragmento a seguir, o trabalhador nos fala de uma agressão que muda a sua vida:

Em 91 fui pra São Paulo, comecei a trabalhar na profissão, é vai, é vai, é vai, é vai trabalhando... aí a gente conseguiu comprar um terreno depois tive que vender esse terreno, eu tive um acidente lá, fui tentar correr atrás da vitória fora daqui da Bahia e lá me senti ameaçado por pistoleiro pesado também, os vagabundo de rua que num trabalha, coitado! Se Fernando Henrique, na gestão, tivesse dando força à reforma agrária, tivesse liberando terra pro povo, tenho certeza que... o mundo tivesse ladrão, mas não era tanto que nem tem agora, porque isso que aconteceu comigo foi dois assaltante, uns coitado. Só que eu num levei muito a sério porque é uns João ninguém... tem um momento que eu num gosto nem de lembrar desse caso.³⁰

Antes de ingressar no MST, o acampado pôde experienciar a vida na metrópole paulistana, assim como milhares de outros trabalhadores, em geral, deslocam-se na tentativa de ascender socialmente. Entretanto, depara-se com a violência urbana, “eu tive um acidente lá, fui tentar correr atrás da vitória fora daqui da Bahia e lá me senti ameaçado por pistoleiro pesado”, e passa a criticar o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso por não ter apoiado

³⁰ Entrevista concedida ao autor por Ailton Batista dos Santos, 41 anos, natural de Ibicuí (BA).

a Reforma Agrária, que, segundo o narrador, poderia diminuir a marginalidade. Por fim, com a voz embargada, interrompe a fala.

A narrativa assim apresentada carece de uma série de elementos que lhe construa algum sentido. A forma entrecortada como são apresentados os temas, associado ao silêncio no final do relato, constituem um problema a ser analisado. Na verdade, este enredo somente começa a se fechar no contexto da entrevista, na qual o sem-terra, sem citar diretamente os fatos ocorridos, concede informações que permitem montar o quebra-cabeça da sua chegada ao MST. O significado da expressão “acidente” é de fato o resultado da violência sofrida no referido assalto no qual o entrevistado perde a visão de um dos olhos, impossibilitando-o de exercer a profissão de marceneiro. Desempregado, retorna à Bahia e resolve aderir à luta pela terra. Neste espaço social, ele encontra uma solução para a sua exclusão e faz do adversário da Reforma Agrária, o ex-presidente da república, o responsável pelos efeitos da violência que sofrera.

Outra forma de silêncio ocorre quando surgem temas que lhes causam embaraço, como conflitos entre os próprios trabalhadores, ou ainda a dificuldade em reconhecer posicionamentos de outrora que sabidamente podem trazer prejuízos a sua composição atual como, por exemplo, assumir ter colaborado com as práticas dos grandes proprietários de terra desempenhando funções que hoje repudiam. Estas são as lembranças vergonhosas que dificilmente podem ser percebidas nos silêncios, dado o grau de autocontrole imposto às informações, diferentemente de quando as emoções e o distanciamento das interferências externas permitem ao sujeito mobilizar e dar vazão aos segredos da memória.

No relato a seguir o acampado fala da mudança em seu comportamento a partir do instante em que ingressou no movimento sem-terra:

Com certeza, me ajudou porque eu era um rapaz muito nervoso, eu me explodia rápido, eu usava droga, entendeu? O movimento recuperou isso tudo de mim, hoje em dia o que eu fumo mesmo é uma droga ainda, mas só o “Cavalinho”, mas também daqui uns dias também, já vou começar também a dar um tempo e parar com essas coisas, e começar a botar a cabeça pra frente, hoje eu já tenho uma família, entrei solteiro, de menor e já tenho uma família, tenho uma filha nascida de baixo do barraco da lona preta, né?³¹

Em seu discurso o narrador revela uma lembrança vergonhosa no intuito de negá-la a partir do contexto atual, e este é o motivo pelo qual divulga as memórias que podem lhe causar constrangimentos. Isto ocorre porque o presente oferece condições favoráveis para que se

³¹ Entrevista concedida ao autor por Djones Santos Oliveira, 21 anos, natural de Ipiaú (BA).

possa negar a experiência passada. As lembranças do sem-terra revelam que o contato com o movimento representa uma profunda mudança de hábitos e práticas. Ele deixa de lado o nervosismo, a agressividade, o uso de drogas, que considera, mais fortes por algo menos nocivo, mas que também será “recuperado” em sua vida, uma vez que está ciente dos males que lhe provoca. É chegado o momento de “botar a cabeça pra frente”, cuidar da família e exercer o papel social que é esperado, do agora homem, dentro do movimento social.

Por fim, temos as lembranças proibidas, em que a revelação de informações pode expor o indivíduo à exclusão do coletivo social, comprometendo a possibilidade do seu reconhecimento, ou ainda ocasionando o risco iminente de represálias. Nestes casos, o silêncio se dá por um apelo proibitivo externo, constituindo-se numa autocensura, como no trecho a seguir:

Nesta luta nós fomos levando nossas coisas... nossas coisas... nossas coisas, tivemos o primeiro despejo, nós foi, tudo que nós tinha lá dentro, destruído, tudo! Nós também não desistimos... posso falar uma palavra que... chega ao pref... o dono da fazenda?

Pesquisador – Pode.

O dono da fazenda, Miguel Pinheiro, chegou ao ponto de colocar o carro na pista em cima de mim pra me matar, eu caí dentro dos mato e alguém me socorreu e ele cascou fora! Então essa não é a primeira vez, várias!³²

A entrevistada, ao comentar as ordens de despejo, descreve a perda de seus objetos pessoais, levados para o acampamento com dificuldade. A repetição da expressão “nossas coisas” indica o trabalho que tiveram para transportar os bens destruídos na ação de reintegração de posse. Antes de continuar relatando sua experiência, pergunta, de maneira entrecortada, se pode falar algo a respeito do dono da fazenda. A maneira titubeante como a sem-terra formula a questão, revela certa ansiedade; a princípio parece querer falar do prefeito³³, “pref...”, posteriormente redireciona sua referência, mas a expressão “palavra que... chega” pode resultar da sua preocupação em saber se o que será dito chegará ao conhecimento do proprietário da fazenda em litígio. O fato é que somente após o esclarecimento destes questionamentos e se sentindo segura a narradora descreve o atentado vivenciado.

Em relação aos movimentos de luta pela terra, em geral, percebe-se a dificuldade dos trabalhadores e trabalhadoras em criticar abertamente as diretrizes da coordenação do

³² Entrevista concedida ao autor por Eliene da Silva (Lica), 42 anos, natural de Dário Meira (BA).

³³ A confusão neste sentido pode ser, em parte, compreendida pelo fato de o atual prefeito de Ipiaú ser pecuarista e cacauicultor, nomeando como secretária de Educação a esposa do proprietário da Fazenda Dois Amigos.

movimento em que estão inseridos. É possível que muitos permaneçam calados ao tratar destas situações, ou ainda neguem qualquer dificuldade, como nos relatos a seguir:

Oh! É bom! Tudo o que pertence lá dentro é ótimo! Desculpa... o que pertence lá dentro eu num tenho que botar defeito em nada! A lona... quando a gente recebe ajuda já é bom pra gente, quando a pessoa tem condições também de comprar a lona, também é ótimo também, a gente gasta muita lona, agora um pobrema como o meu pobrema... a quentura faz... fazia eu desmaiar demais, a pressão sobe muito, só o pobrema do barraco é esse, mas quando tá no tempo do frio é uma maravilha! Num tem outra coisa melhor do mundo, eu prefiro dormir ni um barraco que numa sala dessa aqui, você acredita?³⁴

Olha! Até hoje eu não tenho dúvida nenhuma, a minha dúvida é que vivo bem no movimento, me trata direito até hoje, porque eu num tenho nada, porque se num me tratasse eu iria falar, porque eu penso assim que só dói vivendo, e sobre esse problema eu num tenho dor nenhuma no movimento, é... silencioso as pessoas comigo e graças a Deus com a família toda.³⁵

As narrativas caracterizam o viver no acampamento como um espaço sem grandes contradições, as questões formuladas buscavam tencionar alguma fissura entre os acampados e a direção do MST. No primeiro relato, a trabalhadora falava da dificuldade em viver nos barracos de lona, e que em muitas oportunidades a falta da lona agravava ainda mais a situação. Quando questionada se era um problema de organização, a resposta foi rápida e clara: “Tudo o que pertence lá dentro é ótimo! Desculpa... o que pertence lá dentro eu num tenho que botar defeito em nada!” Mas não havia motivos para que pedisse desculpas, a não ser pela leitura, que muito habilmente fez, da expectativa de seu interlocutor. Como não era possível dar a resposta pretendida por este, a sem-terra pediu desculpas e passou a relativizar o problema de acesso à lona, transferindo-o da falha de organização do movimento para um viés pessoal: o problema estava na sua saúde, na pressão arterial que não agüentava o calor, “mas quando tá no tempo do frio é uma maravilha!”.

Já no segundo relato, a pergunta é ainda mais direta: “E dentro do movimento, seu Valdivino, pode ter assim divergências, as pessoas podem ter idéias diferentes das suas, como é que é essa relação do acampado com a coordenação do movimento?” Novamente o acampado não titubeia em afirmar que não tem dúvida nenhuma com o movimento, e para reforçar sua posição, complementa: “a minha dúvida é que vivo bem no movimento”. Se vive bem, não deveria ter dúvidas. Ele continua com sua argumentação, sustentando que não tem o que esconder sobre possíveis divergências, afinal, ele crê que “só dói vivendo”, e que a direção do MST é “silencioso” com a sua família. Tem-se então um enigma em suas palavras, que pode ser interpretado da seguinte forma: os problemas do acampamento

³⁴ Entrevista concedida ao autor por Eliene da Silva (Lica), 42 anos, natural de Dário Meira (BA).

³⁵ Entrevista concedida ao autor por Valdivino Machado dos Santos, 62 anos, natural de Ipiaú (BA).

existem, entretanto precisam ser resolvidos por aqueles que vivenciam a dor, é algo interno que não diz respeito a quem não vivencia estes problemas. Uma vez que a crítica aberta não ajuda a resolver os momentos de crise, pelo contrário, expõe aqueles que a fazem. O adjetivo utilizado revela a maneira como os problemas têm que ser contornados. Neste contexto, a lógica que impera é a do silêncio.

Nestes recortes discursivos, os narradores de alguma forma nos contam sobre as dificuldades de convivência em um espaço tão precário como as áreas reservadas para os acampamentos, principalmente os que ficam à beira da pista, espaço que denuncia a situação de pobreza extrema vivida por estes sujeitos, sem acesso a terra, água potável, comida, sem fontes estáveis de renda, eletricidade e segurança. A lona, neste contexto, é apenas mais uma expressão das inúmeras ausências que, inclusive, pode não fazer tanta falta, já que tantas são as prioridades.

Para encarar um cotidiano tão repleto de privações é necessário produzir reajustes nas reminiscências do vivido, o que não significa que estas pessoas estejam mentindo quando afirmam, por exemplo, que são felizes mesmo considerando a situação na qual se encontram. O que efetivamente fazem é buscar no detalhe da recordação a alegria que serve de força para perseverar na luta pela terra. Desta forma aparecem, em suas narrativas, trechos que apontam para fatos inusitados e curiosos sobre como encaram as situações experienciadas. A memória, nestas oportunidades, é chamada para criar permanências e rupturas capazes de salientar vieses que amenizem os dramas vivenciados pelos acampados. A narrativa a seguir trata da experiência do cárcere motivada pela resistência a uma ordem de despejo:

(...) o povo lá me chamava e dizia que eu só prestava pra comer e cantar, que lá tinha um... uma vez um companheiro lá que era morador velho, que já tava lá [na prisão] há muitos tempo, né? Até onde vai meu conhecimento me chamava Veiote, então Veião: "Tu quer comer Veião? Quer outra malmita que tá aqui?"; "Quero!", e ali comia, e aí o povo tirava o couro [brincava, fazia chacota] lá, e daqui a pouco os companheiro tudo que tava junto dentro da sala vinha e tirava meu couro, né? "Rapaz! Você come demais... tudo na barriga", e aí ficava fazendo resenha que quando a mulher chegava eu ficava chorando e chamando benzinho me ajuda, aí a resenha começava em cima, um tirava resenha pro outro, um fazia resenha pro outro e esse cara que resenhou já tá morto, coitado! Nós fazia muita resenha dele que ele queria quebrar os prato dele, aí eu falei: "Calma rapaz! Nós vai ser solto um dia, se nós sair sem comer esse negócio vai ser pior pra gente" e pensa que não foi chegado nele, né? E nós cantava era moda de viola lá dentro, eu mesmo pulava, o delegado num dizia nada a gente não, a gente cantava moda de viola... e pronto e graças a Deus foi o de sempre!³⁶

Ao rememorar o período em que estive preso, o sem-terra fala das brincadeiras comuns aos detentos, principalmente dos momentos em que se alimentava da marmita de outro

³⁶ Entrevista concedida ao autor por Adelino Santos de Jesus (Dole), 54 anos, natural de Barra do Rocha (BA).

preso, “morador velho”, que lhe cedia os restos de sua refeição apenas para rir, “tirar o couro” do narrador, que também agüentava a gozação, dos demais companheiros de cárcere, quando chorava ao clamar “benzinho me ajuda”, na visita da esposa. O sem-terra chega a lamentar, em tom nostálgico, a morte de outro colega de prisão, que, ao contrário dele, recusava-se a comer o que lhe era servido quebrando o prato. Cabe destacar que quando o narrador faz referência aos demais presos trata-os como “companheiros”, “povo”, já a cela é transformada em “sala”, espaço em que se vivem momentos alegres e descontraídos, onde se pode cantar e pular, porque o delegado não reclama. Soma-se a isto o fato de que, ao contar sua história, o sem-terra mostra-se alegre e desenvolto, em certo momento chega a rir da situação vivida.

Certamente, não é fácil achar graça desta situação, a ausência de liberdade por si só já representa uma violência, além disto, a natureza daquela vivência confere múltiplas precariedades quando se come resto da alimentação de outra pessoa, chora-se em desespero diante da visita da esposa, lamenta-se a perda de um companheiro que se recusava a comer o que lhe era servido, gesto que pode indicar a má qualidade dos alimentos. Como se pode observar tem-se, portanto, uma série de cenas trágicas. Entretanto, para falar deste conjunto de violências a melhor maneira encontrada pelo trabalhador é reajustá-las a algo mais palatável, o enredo é encarado como uma “resenha”, em que se amenizam as partes cruéis e ressaltam-se os momentos alegres. A memória faz a tragédia ganhar ares de comédia.

Outra narrativa explica como um episódio triste, atinente aos enfrentamentos fundiários, é rememorado, por uma trabalhadora, como algo alegre:

Ah! Porque pra sem-terra num há tristeza, toda tristeza pra um sem-terra é alegria porque, as vez, quando chegava: “vai dar despejo”, então ali pra gente era uma festa, porque toda a vez que passava o despejo a gente ia ali contar a luta... uns corria, outro escondia com medo da polícia, né? Aí depois que juntava quando passava essa fase toda que a gente saía da terra, aí era uma alegria pra gente, né? E ia rir, ia contar os caso que passou, pra gente num tem tristeza não.³⁷

A negação da tristeza somente é suplantada quando passa “essa fase toda”, expressão pequena que reúne uma série de sentimentos envolvidos no conflito, tais como: o desespero da fuga, o medo da violência policial, a angústia das incertezas, a aflição da morte anunciada nos armamentos dos pistoleiros, a revolta diante das injustiças, o ódio presente no desejo de vingança. Estas emoções, todas reunidas em uma fração do recorte discursivo, são superadas, momentaneamente, pela alegria do reencontro com os demais

³⁷ Entrevista concedida ao autor por Edísia Evete Amâncio Batista, 36 anos, natural de Itagibá (BA).

acampados. Novamente se dá vazão à dor através de recordações que reordenem o sofrimento vivenciado na luta.

Para os acampados, os problemas enfrentados fazem parte de sua trajetória de emancipação; em larga medida, estas situações são incorporadas como típicas do viver acampado. Quando se considera a origem de exclusão social destes sujeitos, percebe-se que a situação de penúria atual não diverge em muito de outros momentos que viveram. A pobreza extrema e a constante privação chegam a ser apresentadas como virtudes, o problema a ser resolvido é a conquista da terra, os demais obstáculos são colocados como barreiras até certo ponto necessárias para distinguir os merecedores deste prêmio. Esta postura faz com que os dirigentes do MST sejam preservados, em muitas oportunidades, das críticas abertas nas lembranças dos sem-terra, bem como sejam amenizadas as memórias que envolvem fatos dolorosos.

A memória social dos sem-terra não está incólume às interferências externas, o coletivo dos trabalhadores ao acessar, em seu cotidiano, os efeitos dos constantes reajustes deste imaginário produz respostas para reordenar as imagens que lhes são atribuídas. Em grande medida, isto se dá pelo fato de que na sociedade contemporânea a memória tende a ser fragilizada, uma vez que sua preservação vem sendo pautada cada vez mais pela visibilidade midiática, principal lugar de memória dos tempos modernos. A mídia pode construir ídolos como também realizar um moderno *damnatio memoriae*,³⁸ ou seja, apagar da memória aqueles atores sociais que não são mais convenientes aos seus interesses, ou melhor, aos interesses dos que controlam os meios de comunicação de massa. Cientes deste processo, os movimentos sociais de luta no campo organizam ações capazes de tencionar os espaços midiáticos, uma vez que, nestas oportunidades, é possível dar, mesmo que momentaneamente, visibilidade ao problema fundiário através da imprensa. As ocupações de propriedades rurais, prédios públicos, assim como as marchas e caminhadas caracterizam o reconhecimento, por parte dos trabalhadores rurais sem-terra, da necessidade de ocupar também este moderno lugar de memória.

No relato a seguir, é possível perceber esta preocupação na forma como os acampados reagem a uma ordem de despejo:

(...) teve um despejo que a polícia veio, mas aí a gente cansou, né? Todo dia era um despejo, sai e entra, entra e sai, sai e entra, entra e sai, aí a gente parou e pensou assim: “Rapaz! Vamo

³⁸ Segundo Le Goff (1992:437), “o Senado romano, angariado e por vezes dizimado pelos imperadores, encontra uma arma contra a tirania imperial. É a *damnatio memoriae*, que faz desaparecer o nome do imperador defunto dos documentos de arquivo e das inscrições monumentais”.

dar uma surpresa pra esses homem!"; "Vamo? Vamo!". A gente botou um incêndio, um fogo na pista muito bonito, foi sem-terra... inclusive eu ia até trazer.. esqueci até a revista procê dar uma olhada na revista, na revista tem uma foto da gente botando fogo na pista coisa mais linda do mundo! Ali! É só pra mostrar pra sociedade o que a gente quer. A gente quer trabalhar! E encontra polícia e o latifundiário que quer ver a gente pedir esmola na rua e a gente num quer saber disso.³⁹

Ao provocar um incêndio na BA-650, os trabalhadores interrompem o trânsito da rodovia, agregando novos fatos midiáticos ao conflito que até aquele instante estava restrito ao cumprimento da ordem de despejo por parte da polícia militar. O enfrentamento ganha novas proporções e passa a mobilizar um número maior de atores sociais que, a princípio, em nada se relacionam com os entreveros fundiários, são motoristas e passageiros que se vêem surpreendidos pelo fogo e passam a ter informações sobre os motivos do bloqueio da via pública. A ação de despejo passa para um plano secundário, uma vez que os policiais agora precisam se preocupar com a segurança dos veículos na pista, acionar o corpo de bombeiros para conter as chamas e ainda evitar que os sem-terra provoquem novos bloqueios.

Por sua natureza e imprevisibilidade, este conjunto de ações atrai a cobertura da mídia, que passa a corresponder a uma função estratégica dentro da ação patrocinada pelos sem-terra, já que o registro midiático confere uma forma peculiar de legitimidade ao conflito, pois o mesmo adquire uma condição de existência, que tem sido reconhecida como visibilidade, que ultrapassa as limitações impostas pelas circunstâncias físicas de verificação dos fatos, sendo anunciado a universos sociais impossíveis de serem atingidos pelos meios de comunicação de caráter interpessoal ou pela conversação dialógica. Ampliam-se, desse modo, as chances do movimento deixar de ser observado em uma perspectiva particular para ser analisado a partir de um conjunto de interesses mais amplos, assumindo *status* de um problema social.

A lógica é que os dramas vivenciados pelos acampados, por conta das recorrentes ordens de despejo, passem a ser percebidos pela sociedade em geral, daí a necessidade de transformar estas cenas cotidianas em espetáculo capaz de ser enquadrado em uma pauta midiática, pois a cobertura dos veículos de comunicação resulta em uma maior visibilidade social, mesmo que não positiva, para estes sujeitos. Nestas circunstâncias, o importante é que o ato ganhe eco para fora do universo do acampamento e consiga, de alguma forma, chamar a atenção para os problemas que ali ocorrem. É interessante observar que a expectativa a respeito do domínio midiático está fundada no nível do critério da visibilidade não associado, necessariamente, ao da busca por credibilidade. Esta dissociação sugere

³⁹ Entrevista concedida ao autor por Ailton Batista dos Santos, 41 anos, natural de Ibicuí (BA).

uma relação desproporcional e de uma certa subserviência do movimento em sua relação com a mídia.

Ao descrever a ação, o narrador utiliza adjetivos que revelam a maneira como prefere entender os fatos: o fogo é “muito bonito”, assim como colocar o fogo na pista é “a coisa mais linda do mundo!” Em geral, nestas circunstâncias, outros observadores podem descrever o fogo como algo destrutivo e a ação de provocá-lo como um ato criminoso. Entretanto, tais sentidos são ressignificados no relato do acampado: o fogo passa a ter o valor da chama existencial e a ação, de um grito de alerta à sociedade. Em suas palavras: “Ali! É só pra mostrar pra sociedade o que a gente quer. A gente quer trabalhar!” Como num espetáculo, que não deve se ater meramente aos atos, mas principalmente aos símbolos.

O valor do foco midiático é reconhecido ao fazer referência à fotografia na revista, uma vez que a imagem, de certo modo, revela a existência destes atores sociais tão constantemente negados em nossa sociedade. O sem-terra lamenta não ter levado a revista para a entrevista, porque mesmo estando presente para conversar com o pesquisador, o seu lugar de memória no processo histórico não se faz presente para comprovar as palavras de sua luta, este é o principal motivo de sua frustração. Pouco importa se o conteúdo da matéria tece uma crítica negativa a respeito da ação, o que realmente vale, a seu juízo, é a foto que o legitima, o reconhece, lhe dá existência em uma sociedade midiaticizada que atribui grande valor à imagem, independentemente dos fatos associados. Daí a preocupação do acampado em assegurar o reconhecimento do seu pedaço de memória materializado na fotografia.

O imaginário camponês é também atualizado por outro lugar de memória que está centrado na lembrança dos mortos. A recordação da morte, em geral, fruto da violência perpetrada contra os sem-terra nos conflitos fundiários, representa um estímulo aos que trilham os caminhos da luta no campo. Segundo Silva, M. (2004, p. 100), é a “Morte que será lembrada e celebrada durante os ritos, as orações e as canções. Morte que será parte da vida dos vivos, da experiência daqueles que teimam em continuar a escovar a história a contrapelo”. No Encontro Estadual do MST, em 2006, prestaram-se homenagens à memória do trabalhador Ojeferson Santos Bispo,⁴⁰ da regional Baixo Sul, morto no ano anterior.

Da mesma forma, os mártires são lembrados como exemplos a ser seguidos em palavras de ordem do tipo: “Chê, Zumbi, Antônio Conselheiro / Na luta por justiça / Nós somos

⁴⁰ Segundo informações de outros sem-terra, o trabalhador foi vítima de uma doença cujos sintomas eram febre alta e dificuldades para respirar, não sendo possível salvá-lo devido à dificuldade em providenciar o veículo para transporte associado ainda à má conservação da estrada que liga o acampamento ao centro urbano. Nas homenagens prestadas pode-se perceber que o sem-terra, que também era cantor e compositor, gozava de grande prestígio junto ao coletivo dos trabalhadores.

companheiros”. Contudo, nem sempre os trabalhadores sabem dimensionar com precisão a contribuição histórica destas personalidades nos enfrentamentos em favor do acesso à terra. Este aspecto é notado, por exemplo, na dificuldade apresentada, pelos acampados, em precisar o motivo que determina o nome do acampamento em estudo, uma vez que pouco sabem ou, ainda, não conhecem os fatos históricos empreendidos por Carlos Marighella, como se pode notar no seguinte relato:

O motivo eu não sei, deve ser algum homem... algum nome que botaram através de uma pessoa, que lutaram bastante pelo movimento, aí eles acharam apropriado botar, eu mesmo não sei do motivo, mas deve ser isso... é igual tem o acampamento Che Guevara que lutou pela gente, né? Pela revolução...⁴¹

O trabalhador desconhece os dados biográficos do líder guerrilheiro. Contudo, no jogo do imaginário, o sem-terra busca o que lhe parece evidente, a homenagem somente se dá aos que apóiam o movimento e a luta pela terra, logo, em um processo de generalização, reporta-se a outro guerrilheiro, mais famoso, que lutou pela revolução. É desta forma que consegue preencher, a sua maneira, a lacuna do obscuro, do desconhecido, daquilo que não pertence necessariamente a seu universo de conhecimento, e sim das lideranças que provavelmente determinam a escolha dos nomes. Para o trabalhador, o importante é conseguir produzir sentido, para este nome estranho, a partir da análise da sua realidade.

Entretanto, nem sempre é possível preencher estes vazios sem incorporar elementos externos à sua realidade, pois ao conversar com um trabalhador rural sem-terra, é provável que se perceba em seu testemunho marcas de uma representação que lhe é atribuída. Isto se dá pela incorporação de um discurso socialmente consolidado do qual o sujeito não consegue se dissociar. Não é surpresa ouvir um sem-terra afirmar, numa visão inatista, que não estudou pelo fato de não ser capaz de estudar, mas, na verdade, a não freqüência ao espaço escolar está relacionada, em geral, a outros problemas, tais como: à dificuldade de acesso, à necessidade de ajudar a família na roça desde criança ou até a proibição de ir à escola por parte da mesma; além de questões de ordem pedagógica que desestimulam sua permanência em sala de aula, a saber: a falta de adequação curricular, carência de material escolar, discriminação socioeconômico e/ou étnico-racial.

Desta forma, ao falar de sua baixa escolaridade, o trabalhador simplifica a questão em termos mais honrosos dentro da lógica do sistema social em que está inserido, uma vez que a leitura mais problematizada pode representar um enfrentamento com sua própria história de vida e com as estruturas hegemônicas, como pode ser observado no relato a seguir:

⁴¹ Entrevista concedida ao autor por Nebson dos Santos Oliveira, 23 anos, natural de Ipiaú (BA).

Era muita gente... quando eu ia procurar morada: [os fazendeiros diziam] “É... Edivaldo aí tem morada pra você, preciso de você, mas não tem morada...[para sua família]” aí ficava passando fome na cidade, porque pobre tem que passar fome na cidade mesmo, né?⁴²

Ao comentar a dificuldade em encontrar trabalho nas fazendas da região o sem-terra esclarece que o maior problema é o tamanho da sua família, símbolo cultural importante no imaginário camponês. Contudo, na atual condição de proletário rural, o núcleo familiar não tem lugar na estrutura do latifúndio. Segundo Baiardi (1984) esta situação é verificada na estrutura da lavoura cacaueteira, principalmente, a partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, Lei 4.914 de 2/3/1963.

A expressão “morada”, reiterada três vezes no fragmento, revela o tipo de relação que este trabalhador pretende manter com o espaço rural, algo estável que lhe ofereça segurança juntamente com o restante da família, e não os serviços eventuais que lhes são oferecidos, ou, ainda, a possibilidade de um emprego distante do núcleo familiar. Sobre este tipo de relação, Gorender (1994) nos fala da figura do morador, caracterizado como o trabalhador rural, notadamente chefe de família que recebe um salário de “condição”, em geral mais baixo do que o vigente no mercado pago à mão-de-obra familiar e não ao trabalho individual. Como se pode notar, nesta configuração, o salário ocupa função secundária, já que o importante para o camponês é assegurar o acesso de sua família à terra.

Frustrada esta possibilidade, o espaço urbano é a opção que lhe resta, lugar em que passa fome, daí sua conclusão: “pobre tem que passar fome na cidade mesmo”. Possivelmente este trabalhador não acredita que o pobre tenha que passar fome no espaço urbano ou em qualquer outro lugar, este é um discurso que lhe foi apresentado para justificar a saída da cidade e o ingresso no movimento social de luta pela terra. Ao reproduzir o discurso, o sem-terra apenas esclarece de maneira simplificada o motivo pelo qual, na atualidade, é um acampado, mesmo que ainda se encontre em uma situação em que fome e pobreza integrem o cotidiano em que vive.

A memória representa ainda um importante campo de atuação política do movimento social, e o MST, enquanto movimento social, busca envidar esforços no sentido de produzir uma memória do movimento que seja capaz de preservar o seu discurso político e unificar seus militantes. Em larga medida, na construção desta tradição perpassa a idéia de apropriação do popular que pode ser compreendida, por exemplo, pela incorporação de elementos presentes no cotidiano camponês ao projeto de sociedade que é idealizado pelas lideranças

⁴² Entrevista concedida ao autor por Edivaldo Oliveira Silva, 63 anos, natural de Ibirataia (BA).

do movimento, afetando, posteriormente, as ações das pessoas que constituem a base social do MST.

Ortiz (1994), ao analisar os estudos que investigam a identidade nacional, durante os diversos momentos da nossa história, destaca o que entende ser o elemento comum destas formulações teóricas, a saber: a associação da identidade nacional à cultura popular. Para o autor, a estratégia de formação da identidade nacional, invariavelmente, consiste na tentativa da apropriação fragmentária das manifestações culturais do povo, numa espécie de prolongamento da memória coletiva popular na intenção de construir uma memória nacional.

No caso do MST, busca-se a formação de uma memória do movimento social que, de maneira análoga ao problema da memória nacional, seja constituída pela extensão da cultura popular manifestada nos valores, hábitos e costumes dos trabalhadores sem-terra. O argumento sugerido é o da unidade necessária à preservação através, por exemplo, da mística de uma tradição camponesa cuja existência se encontra ameaçada pela perda da memória coletiva que não mais encontra espaço para sua ocorrência, dadas a velocidade e violência da expropriação determinada pelo capital.

O problema é que memória coletiva e memória do movimento social ocupam níveis diferenciados que impedem o prolongamento da primeira para a constituição da segunda, uma vez que a memória coletiva é da ordem da vivência e se aproxima do mito sendo, portanto, ritual e experienciada diretamente pelos atores sociais que constituem o grupo, enquanto que a memória organizacional não se concretiza imediatamente no cotidiano, pois é da ordem da ideologia, produto de uma história social projetada no futuro que pretende universalizar valores (ORTIZ, 1994). Depreende-se desta formulação que um projeto ideológico, por seu caráter prospectivo, não é capaz de aglutinar a multiplicidade de experiências do vivido, conseguindo no máximo produzir uma simplificação discursiva que solapa a diversidade da cultura popular em nome de uma univocidade ideológica, da organização que se pretende hegemônica. Sodré (1988) define esta apropriação do popular como um semicídio, em que os sentidos são reordenados no intuito de subjugar, dominar e impor valores culturais através de uma tradição inventada.

Sobre este aspecto cabe mencionar que “a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição” (HOBBSAWM; RANGER, 2002, p. 12). Segundo os historiadores ingleses a diferença entre a tradição e o costume está no fato de que o

primeiro conceito preza pela invariabilidade enquanto que o segundo não se pode dar o luxo de ser invariável, simplesmente, porque a vida não é assim. Desta forma, é possível que os acampados, por um lado, lutem pela restauração do direito negado de acesso a terra, atribuindo a luta um significado em prol do restabelecimento de uma série de práticas culturais, ou seja, motivados pelo costume. Enquanto que o MST busque responder, através da luta empreendida, a demanda histórica dos excluídos. Para tanto se faz necessário, enquanto organização, construir uma versão do passado que lhe autorize agir no presente. No dizer de Hobsbawm; Ranger (2002, p.15):

(...) muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos – inclusive o nacionalismo – sem antecessores tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real seja pela lenda ou pela invenção.

Desta forma, não são apenas as rupturas que constroem a utopia da memória do movimento social, mas, sobretudo, as permanências. Em toda esta discussão é possível pensar a condição dos trabalhadores rurais sem-terra através de representações sociais antagônicas: a memória destes sujeitos e a memória atribuída aos “sem-terra”, esta elaborada externamente por outros agentes sociais que avaliam e atribuem juízo de valor aos sem-terra e aquela relacionada à tradição camponesa que se constitui enquanto forma de representação. Enquanto a primeira está pautada pela tradição oral e sua conseqüente capacidade de ser fluida, imagética e criativa; a segunda é estática e estereotipada, caracterizando os sem-terra com expressões acionadas a partir de um lugar diferente daquele ocupado pelo antigo camponês. Reconhecer tais concepções torna-se imperativo para entender qual memória está expressa nos textos (da produção literária ao registro do historiador) e nos discursos que tratam das questões fundiárias, bem como o porquê de tais representações e suas múltiplas implicações no quadro social.

2.2. As utopias: a mística, o mito e a ideologia na construção do “amanhã”

Os enfrentamentos fundiários e as privações cotidianas são obstáculos à consecução do projeto de acesso à terra para os trabalhadores rurais que constituem o grupo de integrantes do acampamento Carlos Marighella. Estes sujeitos analisam, cotidianamente, na balança do vivido, os prós e contras de permanecerem na luta, em suas avaliações frente ao presente, que em muitas oportunidades se revela desalentador, se colocam reflexões e ponderações sobre um futuro que lhes proporcione melhores condições de vida. Assim, a leitura que

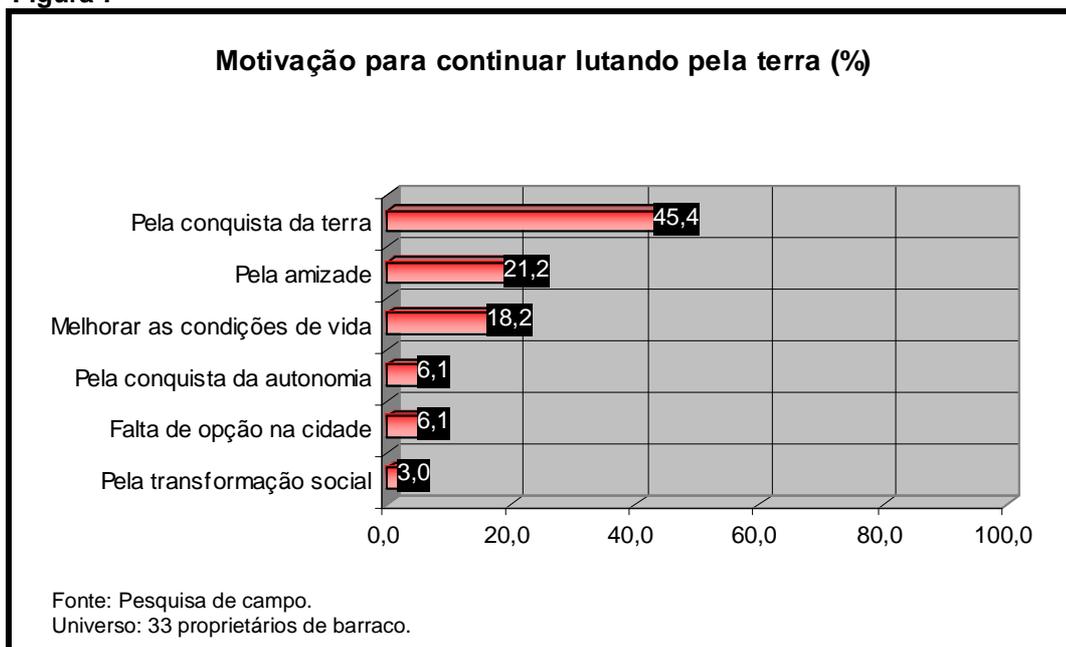
fazem da realidade em que vivem leva em conta não apenas o momento atual, mas primordialmente o que é imaginado em uma temporalidade prospectiva (cf. tabela 11 e figura 7).

Tabela 11

MOTIVAÇÃO PARA CONTINUAR LUTANDO PELA TERRA		
Respostas	Ocorrências	Percentual
Acredita na conquista da terra	15	45,4
Pela amizade encontrada no acampamento	07	21,2
Melhorar as condições de vida	06	18,2
Por uma questão de autonomia	02	6,1
Falta de opção na cidade	02	6,1
Pela transformação social	01	3,0
TOTAL	33	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.
Universo: 33 proprietários de barraco.

Figura 7



Em relação a estes dados, cabe esclarecer que a questão apresentada aos sem-terra foi a seguinte: “por que você continua no acampamento, mesmo com tantas dificuldades?” Por se tratar de uma questão aberta, buscou-se agrupar as respostas a partir da motivação principal. Pode-se então constatar, ao analisar as considerações dos acampados, que a minoria se mantém aferrada no conflito por motivos mais imediatos, como nos revelam as afirmações “pela amizade encontrada no acampamento” (21,2%) e “falta de opção na cidade” (6,1%). Neste caso ocorre uma diferenciação qualitativa das respostas, uma vez que

a primeira reconhece no acampamento o espaço privilegiado da sociabilidade, possivelmente em contraponto com o que outrora lhe fora negado nas experiências das roças de cacau e/ou centros urbanos. O acampamento é então visto como o lugar do igual, do semelhante, o qual mesmo nas agruras é reconhecido pelos trabalhadores como o espaço de reconhecimento e não da sua negação. Por sua vez, a segunda resposta trilha o caminho inverso, ao perceber o acampamento e seus problemas cotidianos como aquilo que lhe é possível no momento atual, não representando necessariamente o desejado por e para si. O espaço é sentido não como uma espécie de ancoradouro a ser melhorado, visando tornar-se lugar definitivo, mas como entreporto onde se aguardam melhores oportunidades. Apesar das divergências, é possível perceber em ambas as respostas o argumento do agora, que somados representam 27,3% dos entrevistados.

Já a maioria dos sem-terra enfrenta o cotidiano de privações e enteveros numa perspectiva que projetam para o futuro, o que é notado a partir do agrupamento das seguintes respostas: “acredita na conquista da terra” (45,4%); “melhorar as condições de vida” (18,2%); “por uma questão de autonomia” (6,1%) e “pela transformação social” (3,0%), o que perfaz um total de 72,7% do universo pesquisado. Percebe-se que em comum, as considerações apontam para um amanhã melhor a partir da luta do hoje. Diante deste agrupamento é possível perceber que as respostas estão imbricadas umas nas outras, já que a conquista da terra representa também o desenvolvimento da autonomia desejada, possibilitando ainda a melhoria de suas vidas, o que obviamente pode ser considerado como transformação social. Entretanto esta última resposta deve ser destacada das demais pelo fato de fazer menção a transformação da sociedade como um todo. No geral, os trabalhadores permanecem lutando pela terra por uma motivação particular que atenda, em grande parte, a seus interesses.

Os números ainda podem ser reagrupados se for considerado o que Marques (2000) denomina como comunidade utópica, que consiste na idéia do acampamento como um espaço transitório e propício para um tipo de relacionamento baseado em liberdade, igualdade e fraternidade. Neste sentido, o próprio viver no espaço já configura a idéia do futuro desejado, a transformação que se processa sob as barracas de lona não representa o velho, e sim o novo, a mudança. Logo, as respostas que valorizam o espaço como, por exemplo, as que justificam a permanência na luta através dos laços de amizade também devem compor o imaginário prospectivo, de maneira que somente aqueles que não se reconhecem neste contexto espacial possuem uma motivação de caráter mais imediato. Sendo assim, apenas os sem-terra que afirmaram estar no acampamento por falta de opção nos centros urbanos (6,1%) avaliam a sua realidade a partir, principalmente, do momento

presente, enquanto que todos os outros entrevistados (93,9%) analisam o contexto atual a partir do olhar, considerado relevante, para os desejados dias melhores.

Nos relatos a seguir são apresentados argumentos que justificam a permanência no acampamento Carlos Marighella:

A terra é a mãe! E ela fala: “Olha! Nós tem que ficar aqui!”, porque se nós sair daqui vai interar dois ano, três ano aqui, se nós sair, vai perder, viu? O nosso tempo, então nós tem que insistir aqui... pedir... pedir bem força a Deus, e tem vez que eu tô trabalhando e analisando a vida porque é difícil mermo... difícil mermo, então eu agradeço a Deus.⁴³

É, né? Eu estou aí pra ver se mudo, não é? Pelo o amor de Deus que eu tô cheia de trabalhar pros outros, trabalhar e num ver futuro, num ver nada.⁴⁴

As considerações presentes no primeiro fragmento referem-se à percepção de uma intimidade com o meio rural, “a terra é a mãe”, que lhe aconselha a não sair do acampamento, a não desistir da luta, “olha! Nós tem que ficar aqui!”. Como já são quase três anos de peleja, uma possível desistência é entendida como uma perda provavelmente daquilo que já vem sendo conquistado apesar de todos os problemas enfrentados no cotidiano, que são suportados graças à intervenção do sagrado, para o qual o sem-terra dirige suas preces e agradecimentos, afinal, a vida “é difícil mermo, então eu agradeço a Deus”. Bem diferente é o discurso adotado, no segundo fragmento, pela trabalhadora que fundamenta sua permanência no acampamento a partir de uma negação da experiência anterior. O seu projeto de futuro consiste na negativa do passado em que cansou de “trabalhar pros outros”. A sua resposta apresenta certo desânimo, a mudança desejada ainda não pôde ser experienciada, daí a súplica-lamento dirigida ao sagrado.

Os argumentos dos acampados revelam uma atenção com a situação atual, até porque não se pode pensar que os trabalhadores não estejam preocupados em solucionar as questões prementes do cotidiano. É óbvio que somente resolvendo e contornando os problemas imediatos conseguirão sobreviver, entretanto é o pensar no futuro, através das imagens que projetam de e para si, que faz com que estes sujeitos perseverem na luta pelo acesso a terra, até porque o acampamento não pode ser visto como um mero abrigo para os excluídos dos centros urbanos. Esta, por sinal, é uma explicação que desconsidera a grande capacidade dos sem-terra de resistir a tantos sacrifícios hodiernos através do alento imaginado nos dias vindouros representados de formas distintas.

⁴³ Entrevista concedida ao autor por Jerônimo Sales de Jesus (Ôna), 23 anos, natural de Jaguaquara (BA).

⁴⁴ Entrevista concedida ao autor por Eliane Aleixo dos Santos, 24 anos, natural de Dário Meira (BA).

Este processo de construção de imagens, de um futuro melhor diante de um presente de amarguras, pode ser chamado de utopia, que é caracterizada, no dizer de Santos, B. (1994, p. 278), pela “exploração de novas possibilidades e vontades humanas pela via da oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe”, em que a oposição imagética transforma o desejo incipiente, portanto algo frágil, em motivação de caráter existencial, sentimento consistente, capaz de promover ações objetivas para a materialização daquilo que se pretende conquistar. A utopia é constituída pela vontade de acessar o que o sujeito julga merecer.

O acampamento é uma espacialidade provisória em que as pessoas convivem por um período de suas vidas sem saber ao certo o tempo de permanência sob os barracos de lona preta, sem garantias de que será possível conseguir o acesso à terra, e, ainda, se esta parcela do território quando conquistada corresponderá àquela pretendida. A incerteza, portanto, faz parte da vida neste espaço-tempo, termo utilizado por Silva, M. (2004), em que se faz necessário construir respostas às angústias cotidianas através, dentre outras possibilidades, da produção de símbolos capazes de guardar os significados da luta. Para Bogo (1999), a construção de símbolos é algo comum às pessoas e grupos sociais, entretanto, o dirigente do MST alerta que neste processo existem os que fazem isto de forma consciente e os que agem de maneira alienada. Ao falar de sua experiência no movimento, exemplifica:

O símbolo que nos dava unidade era a cruz com diversas faixas brancas, os lençóis usados pelas crianças mortas pela fome e pelo sofrimento passado no acampamento da Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul. As escoras que mantinham a cruz de pé representavam todo o apoio que a sociedade nos dava (BOGO, 1999, p. 126).

Como se pode observar, o significado do símbolo é socialmente construído a partir da experiência dos sem-terra acampados na Encruzilhada Natalino (RS). No exemplo citado, o objetivo é produzir uma unidade dentre os sujeitos daquele espaço-tempo, de maneira que o sofrimento não seja negado, mas rememorado como um estimulante da luta que no hoje se empreende, reconhecendo ainda a colaboração de outros setores da sociedade solidários ao movimento. Por sua natureza, o símbolo é compreendido a partir de um contexto sociocultural que lhe dê sentido, uma vez que sua constituição é parcialmente motivada:

O símbolo tem como característica não ser jamais completamente arbitrário; ele não está vazio, existe um rudimento de vínculo natural entre o significante e o significado. O símbolo da justiça, a balança, não poderia ser substituído por um objeto qualquer, um carro, por exemplo.
(SAUSSURE, 2005, p. 82)

O rudimento de vínculo entre o sentido representado e o objeto que o representa pode ser entendido, em termos mais amplos, como a própria experiência. Desta maneira o símbolo atua como ferramenta capaz de socializar as experiências vividas em outros tempos e espaços, de maneira a aglutinar novos atores no teatro do vivido, consolidando uma forma de pensar e conseqüentemente de agir dentro da sociedade. No caso do MST, este processo recebe o nome de mística e objetiva sensibilizar o coletivo para os enfrentamentos através da construção de simbologias que sejam facilmente percebidas pelos integrantes do movimento social.

A fala a seguir contém uma reflexão sobre a utilização da mística no acampamento Carlos Marighella:

Essas... essas músicas vêm nos orientando muito, nos orienta, nos distrai, né? Porque durante uma hora que a gente tamos ali de cabeça baixa, tô as vezes pensando até em outras coisas, a gente começa cantando e a gente começa a orientar pela própria música, pela própria mística, aí a gente vai também se distraindo e vai também se apegando e se segurando mais ainda no movimento, porque uma música a gente sabe na música... que a música que é a musiquinha do próprio movimento, do próprio acampamento da Marighella, nós temos o grito de ordem, então isso tudo quando a gente começa a... é... pronunciando, cantando, batendo palma essas coisa assim, eu tenho certeza que distrai muito a gente e se... a gente se segura, então é isso que é o significado da gente cantar, da gente ter nossas mística, da gente ter os nosso grito de ordem, então é por aí!⁴⁵

Segundo o sem-terra, a mística é de grande importância nos momentos difíceis, em que os acampados se mostram desanimados. Sobre este aspecto, Silva, M. (2004, p. 83) comenta que a mística é a “aura da perseverança e da força, necessárias à resistência”, ou ainda, que a mística é a alma “que produz a garra necessária para combater as injustiças e a disposição para empenhar-se, desde já, na concretização histórica de nossos sonhos”. Estes aspectos podem ser percebidos quando o narrador assume que em certas oportunidades pensa “até em outras coisas”, talvez neste instante reflita sobre a possibilidade de deixar o acampamento, o fato é que ao entoar as canções e proferir as palavras de ordem o seu ânimo melhora.

O papel da mística dentro do MST é assim descrito por Silva, E. (2004, p. 52):

O MST realiza a mística para promover a identificação ideológica e cultural dos sem-terra. Nesse processo, a simbologia (danças, dramatização, cantos, rituais) representa aquilo que não é expresso corriqueiramente pelo diálogo verbal: o sentimento de crença na mudança da sociedade é socializado pela totalidade do grupo, o movimento, por meio de símbolos sínteses, como uma música que fale da luta histórica do camponês, como as ferramentas de trabalho do camponês, ou por uma dramatização que remonta a uma passagem histórica do grupo ou de uma liderança relevante para o MST, como Paulo Freire e Che Guevara.

⁴⁵ Entrevista concedida ao autor por Valdir de Souza Santos, 34 anos, natural de Ipiaú (BA).

Esta definição tem relação direta com alguns dos aspectos citados no relato do acampado, uma vez que as músicas versam sobre o movimento, e mais precisamente sobre o próprio acampamento, o que permite o reconhecimento dos sujeitos, identificando-os com a simbologia descrita na letra musical. A atenção à coletividade fica evidente no caráter ritualístico da mística que é sugerido pelos movimentos necessários para sua realização, ou seja, pronunciar, cantar, bater palma, o que não é comum, pelo menos a princípio, em um ato individual.

O comentário do sem-terra faz uso dos seguintes verbos para caracterizar a mística: orientar, distrair, apegar e segurar. A partir deste rol é possível inferir alguns dos sentidos atribuídos a esta produção simbólica: 1) o pedagógico, uma vez que esta ferramenta possibilita acessar uma série de conhecimentos e informações sobre o contexto no qual estão inseridos os enfrentamentos agrários; 2) o entretenimento, já que o canto, a dança, a dramatização são manifestações artísticas que produzem o prazer estético, o ritual da mística ao estimular a produção de imagens desvia a atenção dos problemas imediatos; 3) o afetivo, que se dá pela compreensão de que em um acampamento, como o Carlos Marighella, é necessário fazer com que as pessoas se envolvam com a luta, inclusive, no plano emocional; 4) o político, manifestado pela permanência no acampamento e na ampliação do engajamento dos militantes. Além dos elementos relacionados, podem-se somar os aspectos religiosos, ideológicos, históricos e morais (SILVA, M., 2004).

A mística é também percebida como o mistério (BOGO, 1999), presente na capacidade de renovar as forças nos momentos difíceis dos enfrentamentos de classe. Também para Silva, E. (2004), a mística é o inexplicável, aquilo que pode ser em parte compreendido através da simbologia que possibilita a identificação do indivíduo com a coletividade. Para este autor, a origem da mística no movimento sem-terra remonta às práticas da Teologia da Libertação, movimento teológico que surge, nas décadas de 1960 e 1970, como ruptura da Igreja Católica latino-americana com a tradição teológica do Vaticano. A negação deste paradigma possibilitou a formação de duas importantes instâncias dentro da estrutura da Igreja na América Latina, a saber: as Comissões Pastorais e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se caracterizaram pela forte atuação no sentido de mobilização política junto aos grupos subalternos.

Posteriormente, esta atuação ganha novos formatos a partir do instante em que os movimentos sociais assumem para si a responsabilidade da formação de seus quadros. No fragmento a seguir, o sem-terra, ao responder uma questão que versava sobre o valor das

diárias pagas atualmente nas roças de cacau, fala sobre a sua decisão em não mais trabalhar para o latifundiário:

Rapaz! Eu num tô sabendo não porque depois que eu, que eu... entrei, que ingressei aí no MST aí, na... tem... tem, deixa eu ver meu Deus! Vai completar oito anos, cê tá entendendo? Que aí num trabalhei mais pra latifundiário e num tô com saudade também não, tu tá me entendendo? Que a gente vai lutando ali com uma coisa a gente acostuma, né? A gente tá vendo que aquela coisa tem futuro pela frente aí a gente acostuma e pronto, foi tanto que eu nem sei mais como é que ia ser se eu saísse aí, pra procurar um serviço, num sei mais como é que eu faço, perdi assim a base, né? Que aí as luta da gente é muito diferente, só trabalha assim com aquelas coisa que a gente vê que tem futuro e tal, tem explicação das pessoa que entende mais do que a gente e por aí vai.⁴⁶

Ao iniciar a resposta, o acampado esclarece não estar informado sobre o valor das diárias pagas,⁴⁷ uma vez que, ao ingressar no MST, não mais trabalhou para o latifundiário, não sentindo saudades desta época, idéia reforçada pelo sorriso que indica o tom irônico utilizado na afirmação. Em seu contexto atual, empreende forças por aquilo que entende ter “futuro pela frente”, a terra, o que implica habituar-se aos enfrentamentos e privações do cotidiano, de maneira que não saberia o que fazer caso tivesse que procurar um “serviço”, já que a luta de hoje, na qual se trabalha em prol da idéia de futuro, é “muito diferente” do vivido anteriormente nas roças de cacau.

Ao encerrar sua fala, faz referência às explicações que recebe de outras pessoas “que entende mais do que a gente”. Sobre este entender mais, cabe mencionar Silva, E. (2004, p. 51) que ao analisar os efeitos da prática pastoral da Teologia da Libertação afirma: “a concepção de mundo do sem-terra, assentada na manutenção da ordem, foi desconstruída e ela passou a analisar a sua subordinação econômica e política a partir da lógica da injustiça social, difundida pelos agentes de pastoral”. No caso do acampamento em estudo não é observada a atuação de agentes pastorais, contudo as lideranças do movimento social intensificam estudos, debates e os rituais, através da mística, no intuito de construir uma leitura como a apresentada pelo trabalhador.

Para Stédile & Fernandes (1999, p. 59), a Teologia da Libertação é “uma espécie de simbiose de várias correntes doutrinárias. Ela mistura o cristianismo com o marxismo e com o latino-americanismo”. Ortiz (1994) denomina este tipo de combinação teórica de sincretismo científico, em que se escolhe, dentre as diferentes teorias disponíveis, elementos considerados pertinentes para a solução de uma determinada problemática. Desta forma, o humanismo cristão, a dialética materialista e o olhar pós-colonial latino-

⁴⁶ Entrevista concedida ao autor por Carlito Conceição, 57 anos, natural de Apuarema (BA).

⁴⁷ Outros entrevistados esclareceram que o valor das diárias pode variar entre R\$ 10,00 e R\$ 15,00.

americano são convidados, apesar de graves divergências, a subsidiar a reformulação da injusta sociedade em que os seres humanos são oprimidos.

Nas palavras de Freire (1997, p. 85), “o homem novo e a mulher nova vão nascendo na prática da construção revolucionária da sociedade”. A luta pela terra é também uma luta em favor de um novo homem e de uma nova configuração social, o que exige, segundo Silva, C. (2004), a produção de um novo mítico em que sejam conciliados os ensinamentos do evangelho com a obra de Karl Marx, de maneira a permitir a ligação do plano espiritual com o plano terrestre da luta de classes, “numa simbiose singular, o ‘novo’ parece estar no evangelho e o ‘Reino de Deus’ no socialismo” (SILVA, C., 2004, p. 54). Retomando a discussão de Ortiz (1994), a diferença entre os sincretismos, religioso e científico, reside no fato de que o primeiro busca fundar-se em uma memória que está voltada para o passado, ou seja, o discurso mítico que preserva a identidade dos sujeitos, enquanto que o segundo tem seus interesses focados em uma memória prospectiva, na construção de uma ideologia que atenda aos interesses dos que propõe tal memória.

No caso do MST, a mística está inserida em uma escala de tempos variados, uma vez que sua realização consiste em dramatizar o vivido, o que se vive e o que se deseja viver. Silva, M. (2004) define este processo ritualístico como o encontro do passado-presente com o presente-futuro. Em outros termos, a mística é o momento em que o mito e a ideologia são aproximados. É justamente o diálogo entre o ideológico e o mítico que caracteriza o discurso político-religioso responsável por traduzir, nas narrativas dos sem-terra, o sacrifício, empreendido na conquista da terra, como um rito de passagem necessário para atingir os objetivos propugnados, uma espécie de Odisséia em que o prêmio do retorno ao espaço sagrado da liberdade está assegurado aos que resistirem e perseverarem, caracterizando o que Marques (2000) denomina como “sacralização da luta pela terra”.

Nos próximos relatos, os aspectos atinentes ao discurso político-religioso são destacados:

Nóis só desiste se Deus descer do céu e dizer: “num tem condições de vocês...”, mas enquanto existir Deus no céu, urubu num come capim e nóis tamo junto com ela [a terra], e nóis temo esse ditado, e nóis temo que levar a reforma agrária em frente porque aqui na região de Ipiáú, a região do cacau o latifundiário que é o fazendeiro não dá a liberdade a nóis, que é o pequeno agricultor, ele só quer que a gente viva debaixo dos pés dele.⁴⁸

O meu é trabalhar, tá entendendo? O meu é clima, é terra e eu trabalhar, porque eu tenho tanta paixão que eu vou pegar um lote pra mim, pra eu fazer mesmo, e eu sustentar minha

⁴⁸ Entrevista concedida ao autor por Floriano Rosa de Souza, 32 anos, natural de Ilhéus (BA).

família daqui mesmo do suor do meu rosto, porque Deus disse que o homem tem que viver do suor do seu rosto, num é isso?⁴⁹

Pela primeira narrativa o trabalhador expõe que os acampados cumprem uma missão da qual não pretendem desistir. A forma como a argumentação é apresentada dá um tom divino à empreitada, pois somente uma intervenção do sagrado poderá impedi-los de seguir na jornada pela terra. Ainda assim, o trabalhador não pronuncia o termo desistir na frase atribuída ao sagrado, limitando-se à expressão “num tem condições de vocês...”. O silêncio representa a negação daquilo que efetivamente o trabalhador não acredita ser possível ocorrer, por isso arremata categoricamente: “enquanto existir Deus no céu, urubu num come capim”, o que implica dizer que não é da ordem natural das coisas desistir da luta até então empreendida contra o latifúndio, que na “região do cacau” subjuga os pequenos agricultores. Esta associação com o nível transcendental, a partir dos elementos apresentados, expressa a luta de classe como uma dimensão da qual participa o domínio do sagrado o que pode corresponder a uma busca de legitimidade e de recursos subjetivos que assegurem a confirmação do caminho trilhado, através da bênção divina, uma vez que os apoios seculares são escassos e intermitentes.

O segundo relato, em um primeiro momento, deixa margem para dúvidas, pois o trabalhador não esclarece precisamente qual substantivo colocar entre o pronome e o verbo ser: “o meu [?] é”. Talvez estivesse fazendo referência ao destino, o que nos permite concluir que as adversidades enfrentadas fazem parte do ritual emancipatório. De certa forma, é a crença neste processo que lhe conforta e motiva para continuar nos enfrentamentos que são vistos como provações do rito de passagem. O sem-terra crê que o resultado final lhe será favorável, pois sua sina é amar a terra e dela extrair a sobrevivência para toda família. Novamente, a ação política da terra conquistada, “pegar um lote pra mim”, é percebida como um gesto sacro, pois o ato decorrente da luta de classes se justifica na idéia de que se deve viver do suor do próprio rosto como orienta o discurso religioso “comerás o teu pão com o suor do teu rosto, até que voltes à terra de que foste tirado; porque és pó, e em pó te hás de tornar” (BÍBLIA SAGRADA, Gênesis 3, 17-19, p. 51).

Diante das análises, pode-se perceber a importância da utilização do discurso político-religioso que anuncia como legítimo a luta pela terra. Em geral, este argumento é apresentado em contraponto às prescrições do discurso jurídico que objetivam pacificar os enfrentamentos e permitir a subordinação do trabalho ao capital no campo (MARTINS, 1995; SILVA, M., 1999, 2004). A constituição do acampamento se dá por um interesse comumente

⁴⁹ Entrevista concedida ao autor por Jerônimo Sales de Jesus (Ôna), 23 anos, natural de Jaguaquara (BA).

partilhado, que é o acesso a terra. Entretanto, a permanência neste espaço é motivada pela maneira como os sem-terra interpretam o cotidiano, repleto de variadas limitações e conflitos, a partir do que projetam para o futuro. Associar o olhar ideológico ao mítico é um recurso que permite fazer do presente de privações um momento a ser tolerado em prol de um devir redentor. O discurso político-religioso une a luta de classes ao projeto divino. Desta forma, “o projeto camponês por eles ambicionado recebe influência da utopia da Terra Prometida, de origem bíblica” (MARQUES, 2000, p. 115).

Sobre esta questão, vejamos o que nos conta a presente narrativa:

A área do Carlos Marighella quando nós fomos ocupar, eu na realidade nem sabia que era aquela área, a gente pegamos assim reunimos o povo e quando, surgiu, falou assim: “hoje o trem [caminhão] vai passar, nós vamo pra terra”, foi na hora que surgiu o coordenador e falou assim: “Adailton, ó! Tem uma área no município de Itagibá e tem uma área no município de Ipiaú”, aí eu disse: “é claro, quero ir pro município de Ipiaú, eu moro no município de Ipiaú”, mas eu não sabia que era aquela área. Aí foi aquela expectativa, né? De conseguir uma certa quantidade de pessoas, pegamos o veículo, saímos em direção a terra, tipo o pessoal de Moisés, a Terra Prometida.⁵⁰

O sem-terra explica como se dá o processo de preparação para a ocupação da Fazenda Dois Amigos. Na oportunidade, o MST promovera duas ações simultâneas em municípios distintos, o narrador é convidado a escolher para qual localidade se dirigir e sua decisão leva em conta o espaço de sua residência. Por questão de segurança, as lideranças apenas informam o município em que irão ocorrer os atos de ocupação, o local exato somente será conhecido no momento da chegada. A ansiedade é ampliada com a expectativa que precede a ação, momento em que é necessário mobilizar um número suficiente de pessoas para realizar a tarefa de ocupar a área. Possivelmente devido às incertezas circunstanciais, alguns decidam desistir da empreitada.

Ao encerrar a narrativa, o sem-terra estabelece uma analogia com a Bíblia Sagrada (Êxodo 3, 1-22, p. 102), comparando a saída em direção à área a ser ocupada com o gesto do povo de Moisés a caminho da Terra Prometida. Tal como no texto sagrado, é preciso crer para caminhar em busca da libertação. A esperança preenche, neste instante, as lacunas da incerteza movendo o corpo para o espaço-tempo da desconhecida e desejada Terra Prometida, espacialidade do amanhã que compreende a visão utópica capaz de ver além da realidade cotidiana (BOFF, 1999).

Neste transcurso, o acampado se apropria do texto sacro que faz com que sua atuação enquanto militante seja compreendida como sagrada. Moura (1986), ao estudar o universo

⁵⁰ Entrevista concedida ao autor por Adailton Silva Sousa, 39 anos, natural de Itajú do Colônia (BA).

camponês, destaca a relação de intimidade que os camponeses estabelecem com o sagrado em que, geralmente, é dispensada a participação do representante das instituições religiosas. A figura do intermediário entre os dois planos, o sagrado e o profano, não é entendida como obrigatória para que o homem do campo possa acessar a simbologia do sagrado. É neste contexto de proximidade com a narrativa sacra que Ortiz (1994) aponta a ocorrência do fenômeno de apropriação do profano pelo sagrado, em que o homem repete os atributos divinos e através destes vai definir seu cotidiano de homem social. Obviamente que a leitura dos atributos divinos parte em grande medida de uma interpretação íntima e autônoma do discurso religioso. No caso do acampamento Carlos Marighella pode-se perceber esta autonomia a partir dos usos vocabulares dos acampados (cf. tabela 12).

Tabela 12

USOS LEXICAIS DOS ACAMPADOS DO CARLOS MARIGHELLA CAMPO SEMÂNTICO: O SAGRADO E A RELIGIÃO		
Vocábulos	Ocorrências	Percentual
Deus / Jesus	134	85,35
Igreja	12	7,64
Católico (a)	5	3,19
Evangélico (a)	4	2,54
Religião	1	0,64
Espiritismo	1	0,64
TOTAL	157	100,00

Fonte: Transcrições das entrevistas realizadas na pesquisa de campo.

A referência direta ao sagrado (85,35%) é de uso corrente, uma vez que as utilizações dos termos são notadas em dezenove das vinte e três entrevistas realizadas. Além disto, o uso é abrangente, pois os vocábulos podem ser empregados em diversos contextos, tais como: orações, súplicas, agradecimentos e desígnios. Por seu turno, as alusões às instituições religiosas somadas representam pouco mais de um décimo do campo semântico (13,33%), o que pode caracterizar uma apropriação do discurso político-religioso à lógica do universo camponês. Além deste aspecto, cabe destacar que a intimidade com o sagrado é reforçada pelo isolamento espacial que impede a freqüência aos templos, associada ao preconceito a que são submetidos os sem-terra em relação ao conjunto dos demais membros das instituições religiosas, como podem ser observados nas seguintes narrativas:

Ah, tenho! Tem um pessoal, uma família de gente que é evangélica, evangélica e tem nós... que é católico, nós já tem missa, o padre foi lá celebrar, rezou uma missa lá pra nós, nós num freqüenta muito a igreja aqui porque a gente... o pessoal ... não a igreja, a igreja é... apóia nós trata nós bem, o pessoal que vai pra igreja, a gente sente que eles num leva bem nós lá no

meio deles, num é querendo se dividir, nós num queremos se dividir, nós somos iguais a todos e todos somos iguais a nós...⁵¹

É tratado diferente porque durante o tempo que a gente tá lá, num foi nenhum, ninguém. Agora aqui [na zona urbana] estava mais perto, [a gente] tava freqüentando a igreja direitinho, tenho um irmão que conhece a gente muito tempo, desde a Vila [Tancredo Neves], então a gente, a gente tinha mais um... ia lá mais visitar a gente, tava até dando um curso bíblico ao povo lá... teve um mermo da igreja que disse que não ia, tem o preconceito, aquele preconceito, sabe?! Aí disse que num ia lá não, acho que tinha medo, acho que pensava assim: “Se eu for lá, os sem-terra vai esmagar a gente”, aí então num queria ir, aí... existe um preconceito deles com nós lá dos sem-terra.⁵²

Os relatos apontam para práticas discriminatórias que causam constrangimentos. De acordo com o primeiro fragmento, o sem-terra não se sente à vontade de freqüentar o templo católico, afinal de contas o trabalhador consegue perceber “que eles num leva bem nós lá no meio deles”. Já o segundo fragmento, narrado por uma trabalhadora evangélica, coloca que um dos membros da igreja se recusa a fazer uma visita ao acampamento, motivado por “aquele preconceito, sabe?!”. Estas ações não são generalizadas, entretanto a celebração de uma missa no acampamento por parte do padre, bem como o curso bíblico ministrado pelo irmão evangélico, não são aspectos que podem ser observados como regulares no acampamento Carlos Marighella.

O fato relevante para estes sujeitos é que a distância, espacial e social, dos templos não impede a prática de rituais, como a mística, em que os trabalhadores reordenam o espaço-tempo da sua experiência no acampamento, fazendo com que o ato ritualístico, de forte inspiração religiosa, esteja adequado a uma simbologia ordenada pelos atores sociais a sua realidade. Neste processo, por exemplo, a idéia de conformidade e passividade do discurso religioso praticada institucionalmente em variados templos é substituída pela ação do discurso político, em que este último busca no primeiro os elementos simbólicos capazes de compor uma explicação do gesto coletivo. Daí que “se por um lado na religião há a **face opiácia** do conformismo, há, por outro lado, a **face combativa** dos que usam o saber religioso contra as instituições legitimadas pelo poder teológico-político” (CHAUÍ, 1997, p. 310, grifo da autora), como podemos observar na fala a seguir:

(...) nós somos uma quantidade de gente, praticamente ainda tá pouca, mas olhando direitinho a gente sabe que Gedeão ele teve uma guerra muito grande, ele teve uma guerra muito grande, ele tava com trinta e dois mil homens pra ele conseguir aquela terra, só que tem que aqueles trinta e dois mil homem não foi suficiente... é quer dizer, ou que foi uma quantidade grande, mas que Deus num queria aquela quantidade, né? Voltando, aí ele falou assim: “Senhor! E como que eu vou vencer essa guerra? Com quantos quantidade de gente?”, aí Deus deu... “Oh! Todos esses que beber água... como os cães... esses servem, e todo aquele que agachar num serve”, então de trinta e dois mil homem voltou pra trezentos e trinta,

⁵¹ Entrevista concedida ao autor por Joscélino Felisberto Moreira, 42 anos, natural de Nilo Peçanha (BA).

⁵² Entrevista concedida ao autor por Maria Aparecida Alves Santos, 31 anos, natural da Fazenda Porto Grande (GO).

trezentos e trinta homens, então ele disse: “Senhor como é que eu vou viver? Como é que eu vou vencer essa batalha, com esse pingo de gente? Com arma?”, o Senhor disse: “Não!”, aí chegou ao ponto dele dizer: “E como que eu vou vencer?”, Ele disse: “Você chega! Circula a cidade e meia noite acende os tacho de fogo e começa a gritar e tocar as trombeta”, e com isso ele venceu, então muitas das vez a gente não faz muita das vez é... tocar trombeta que a gente sabe que hoje é uma coisa estranha, é uma coisa muito... pra nós chegar com a trombeta, mas nós chegou com os nossos cântico, cantando, todo mundo gritando e aí nós conseguiu retornar pra nossas casas.⁵³

A narrativa do acampado faz referência à passagem bíblica denominada “A vitória sobre os madianitas” (BÍBLIA SAGRADA, Juízes 7, 1-25, p. 284), oportunidade em que Gedeão lidera um grupo de trezentos homens numa ofensiva contra um acampamento inimigo, impondo-o severa derrota sem entretanto utilizar-se de nenhuma arma letal. O sucesso da ação é conseguido pela surpresa do ataque noturno em que são utilizados apenas tochas, trombetas e gritos que provocam o pânico nos madianitas, a ponto de eles, desesperados, voltarem suas espadas contra si próprios, tudo isto graças à intervenção do sagrado.

O sem-terra apresenta um conhecimento do texto bíblico que é rememorado no sentido de justificar a reocupação da área em litígio. É possível perceber uma analogia com o texto sagrado em, pelo menos, três aspectos: 1) a semelhança com a estratégia utilizada no momento em que a área é novamente ocupada pelo MST, uma vez que os sem-terra realizam um cerco em que são utilizados rojões e outros objetos capazes de produzir muito barulho no intuito de afugentar os prepostos do latifundiário: pistoleiros, seguranças, agregados, ou até mesmo outros trabalhadores sem-terra que não façam parte do movimento; 2) a idéia de que nem todos são merecedores do acesso à terra está presente na informação a respeito do número de acampados, considerado pequeno frente ao tamanho do desafio proposto. Contudo, este limite é superado quando contrastado com o texto bíblico em que a quantidade não é determinante para o sucesso da conquista da terra. O que efetivamente importa é que ali estejam os escolhidos capazes de perseverar, sacrificando-se em diversas oportunidades pela causa da reforma agrária. Assim como no texto sagrado, no qual apenas são selecionados para a batalha os que bebem a água como cães. É provável que na luta pela terra somente aqueles que reúnam a força necessária para resistir as dificuldades vivenciadas no conflito façam jus ao lote; 3) o uso do texto religioso de maneira a justificar a utilização da força como forma de atuação política que é fortemente motivada pelo argumento do retorno para a casa, lugar do qual não deveriam ter saído e para o qual o sagrado provém o regresso e assegura a vitória.

Este último aspecto é fortemente percebido quando observadas as emoções presentes nas entrevistas realizadas com os acampados do Carlos Marighella. Pode-se verificar que a luta

⁵³ Entrevista concedida ao autor por Valdir de Souza Santos, 34 anos, natural de Ipiaú (BA).

pela terra é compreendida, principalmente, como uma luta por justiça, em que os sem-terra reivindicam o direito que lhes fora negado, oportunidade na qual esclarecem que não querem tomar o bem alheio em prejuízo de outrem, mas sim acessar o que lhes é de direito (cf. tabela 13).

Tabela 13

USOS LEXICAIS DOS ACAMPADOS DO CARLOS MARIGHELLA CAMPO SEMÂNTICO: SENTIMENTOS		
Vocábulos	Ocorrências	Percentual
Justiça / Direito	52	30,77
Fé	40	23,67
Medo	32	18,93
Alegria / Felicidade	15	8,88
Esperança	13	7,69
Liberdade	13	7,69
Tristeza / Infelicidade	4	2,37
TOTAL	169	100,00

Fonte: Transcrições das entrevistas realizadas na pesquisa de campo.

O sentimento que é destacado pelas vozes dos sem-terra está representado nos vocábulos justiça e direito (30,77%), aqui reunidos, pois representam as duas faces da mesma moeda, uma vez que a idéia de justiça apenas se completa pela compreensão, por parte dos indivíduos, do direito correspondente, seja pela legislação em vigor ou, de maneira incisiva neste caso, pelos aspectos atinentes à economia moral (THOMPSON, E., 1998) do universo camponês. Este último conceito está relacionado à oportunidade com a qual os trabalhadores do campo buscam assegurar uma série de valores, hábitos, costumes e tradições que se encontram ameaçados pelo distanciamento do espaço rural e/ou pelo incremento de práticas econômicas que desestabilizam suas práticas culturais. A conquista da terra, por parte dos acampados, significa, por conseqüência, a garantia do direito de uma forma de viver caracterizada por este conjunto de fatores que podem estar representados, por exemplo, no conceito que fazem da expressão liberdade (7,69%), que, em geral, é associada à autonomia que estes trabalhadores anseiam ter para cuidar da porção do território conquistado; em outros termos, livres do latifundiário.

Neste árduo enfrentamento, a fé (23,67%) e a esperança (7,69%) aparecem como sentimentos que trazem a idéia de conforto depositado no porvir. A maior utilização do primeiro termo pode ser compreendida por uma associação semântica com o sagrado, que denota uma emoção de maior intensidade em relação à segunda expressão. Entretanto,

ambos os sentimentos estão voltados para o amanhã e atuam no sentido de preencher os vazios do hoje, marcados notadamente pela sensação de medo (18,93%) frente ao inesperado, a violência, a privação das condições elementares de vida, a exclusão social, a incerteza no futuro, como no registro anotado por um acampado: “o amanhã não pertence a nós, mas a esperança pertence”.⁵⁴ Apesar do contexto de inseguranças, o binômio constituído pelos termos alegria / felicidade (8,88%) prevalece sobre o pólo antitético tristeza / infelicidade (2,37%), o que caracteriza, dentre outras possibilidades, o grande esforço empreendido no sentido de transformar o acampamento em um ambiente em que sejam gestadas sociabilidades capazes de alinhar os diferentes sujeitos que constituem este espaço-tempo.

Cabe ressaltar que a maioria dos sem-terra não faz uma interpretação profunda dos símbolos com os quais convivem. O que não os impede de perceber os significados da sua luta a partir da experiência nos enfrentamentos agrários, em que a simbologia imbricada na descrição da reocupação da área seja, por exemplo, caracterizada como uma mística. O relato a seguir ilustra esta compreensão:

A... que nós encara os pistoleiro é a... a mística da gente, nós tem a mística como o fazendeiro também tem mística, né? Muitas vez ele num vai lá nem pra... pra matar o cara, num faz mal, mas atira, se o cara corre, né? Iguamente, igualmente a gente, a gente faz o quê? Outra fila grande, bastante gente, eles tá com pistolão, outra hora é bomba, com uma foice na mão e cai pra dentro mermo, aí é pau e pou! Eles pensa que é arma, mentira... é pistolão, pistolão e bomba, e aí quando pensa que não, eles corre, porque eles num vai acabar com todo mundo, num é?⁵⁵

Notadamente, o presente relato aponta os elevados riscos experienciados no momento da ocupação. Segundo o sem-terra, é preciso ter a “mística”, o jeito para enfrentar os pistoleiros, assim como a coragem: “cai pra dentro mermo, aí é pau e pou!”, mesmo porque o fato de a ação ser controlada pelos sem-terra não representa garantias do êxito. A verdade é que a utilização dos fogos de artifício, das bombas, os gritos, a multidão de trabalhadores avançando faz com que os pistoleiros batam em retirada e a área seja novamente conquistada, é assim que a utopia se transforma em ação sentida e vivida no cotidiano dos sujeitos. A este respeito Boff (1999) esclarece que a utopia é um fenômeno capaz de misturar o real e o irreal na produção de imagens projetadas no futuro desejado, uma vez que a realidade dada não é aceita, até porque a própria realidade nunca é dada e sim construída por aspectos, inclusive, não objetivos. Daí que a utopia não se opõe à realidade pelo fato de negá-la, pelo contrário, a utopia consiste no aspecto virtual da realidade que é negada e transformada pela ação humana.

⁵⁴ Entrevista concedida ao autor por Adailton Silva Sousa, 39 anos, natural de Itajú do Colônia (BA).

⁵⁵ Entrevista concedida ao autor por Adelino Santos de Jesus (Dole), 54 anos, natural de Barra do Rocha (BA).

Contudo, a utopia pode revelar-se um problema a partir do instante em que é institucionalizada pelo movimento social. O projeto de futuro até então gestado pelos acampados é tencionado a assumir novos matizes delimitados pelas lideranças do MST, que habilmente utilizam o caráter doutrinário do discurso político-religioso no sentido de estabelecer as diretrizes a serem adotadas. Foucault (1998, p. 43) afirma que:

a doutrina liga os indivíduos a certo tipo de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros. A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam.

Ao fazer uso do discurso doutrinário utilizado pelo movimento social, os trabalhadores estabelecem um campo de identificação delimitado pelo aspecto político-sagrado presente nos relatos. Por seu turno, o reconhecimento se dá, em larga medida, pela negação de outras possibilidades de interpretação da realidade; em outras palavras, os sem-terra são pressionados, pelo contexto experienciado no cotidiano dos acampamentos, a assumir a utopia institucionalizada pelo movimento. Para Marques (2000), este é o principal problema das comunidades utópicas, uma vez que o exagero presente no apelo doutrinário acaba por produzir movimentos niveladores que dão origem a práticas de enrijecimento cultural em que o espaço social, antes caracterizado a partir dos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, permita o surgimento de práticas anteriormente negadas, tais como: o controle ideológico das instâncias, as prescrições normativas autoritárias, as hierarquias e, até mesmo, a violência direta. Este conjunto de ásperas ferramentas passa a fazer parte da caixa instrumental da utopia pretendida pelo MST, que se propõe a realizar o parto do homem novo, através de uma ação pedagógica entendida como revolucionária, capaz de levar o conhecimento verdadeiro, formulado intelectualmente por suas lideranças, aos trabalhadores espalhados pelo território dos acampamentos e assentamentos do movimento. Nos termos de Silva, C. (2004, p. 41):

Essa questão sobre lideranças, consciência e educação das massas remete a alguns paradoxos na própria construção do “homem novo” no MST, pois é uma proposta do século XIX, na qual essas noções eram discutidas. Reconstituídas, tais noções imprimem a idéia de que o sujeito líder é superior, capaz de criar e formar novos homens “à sua imagem”. O homem universal ainda não é questionado dentro do Movimento mais avançado do Brasil.

Neste caso, ainda segundo a historiadora, a utopia está presa a uma concepção racionalista de verdade, pois está centrada na idéia do homem universal, para o qual é formulada uma resposta única aos problemas que lhes surgem a cada momento. O resultado efetivo desta visão é a prisão dos indivíduos a limites rígidos, constituindo uma perda da noção da diversidade e multiplicidade do viver destes sujeitos. A maneira pela qual os sem-terra

reagem a esta tentativa de institucionalização dos seus sonhos é o que se pretende analisar no jogo das identidades do universo camponês.

2.3. O jogo das identidades na formação do militante sem-terra

A identidade, segundo Hall (2004), não pode ser compreendida como uma essência natural, fixa e inata, própria de uma pessoa ou grupo. A identidade, seja ela individual ou social, constrói-se a partir da inserção do sujeito no processo histórico, oportunidade em que as demandas do cotidiano possibilitam-lhe forjar múltiplos olhares sobre a sua existência, de forma a explicar-se, a justificar-se frente ao mundo. Ainda de acordo com o autor, o mais adequado seria pensarmos em múltiplas identidades, uma vez que reunimos ao mesmo tempo referenciais que atuam em campos diversos e que se confrontam, em certas oportunidades, constituindo o jogo das máscaras sociais.

Dentro desta lógica, a identidade dos sem-terra não se reduz a uma “verdade” capaz de explicitar a gênese da subjetividade responsável pelo modo de ser destes sujeitos, não é possível encontrar uma explicação única para as causas que levam homens e mulheres a lutar por um lote dentro de um assentamento da reforma agrária no Brasil. Ao contrário desta postura reducionista, o debate sobre a identidade (MENEZES, M., 2002), principalmente no âmbito de uma coletividade, deve ser pautado por sua pluralidade, caracterizado pela diversidade de vozes identitárias encontradas na fala dos diversos atores que, no caso do trabalhador rural sem-terra, revelam sua forma de viver, de se posicionar enquanto agente político, de se relacionar com a natureza e com o sagrado. Estes discursos, na verdade, fazem referência as práticas culturais que não nasceram com estas pessoas, mas que lhes foram apresentadas, e posteriormente, quando contrastadas no jogo do vivido, sofreram modificações, tendo os seus sentidos recriados, ressignificados, negociados de maneira a contemplar suas experiências, elaborando, desta forma, suas referências identitárias.

Bourdieu (1989, p.118) afirma que “o mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto”. Isto implica compreender que os processos constituintes de identidades sociais estão associados à idéia de que é através da diferenciação que encontramos os nossos semelhantes, ou seja, nos reconhecemos a partir do contraste realizado frente ao que nos distingue. Neste jogo, o diferente passa a ter um importante significado para a afirmação do que seria, em tese, igual. Ortiz (1994, p.141)

chega a afirmar que “a identidade é neste sentido elemento de unificação das partes, assim como fundamento para uma ação política”, que, por sua vez, “se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos” (BOURDIEU, 1989, p. 159).

Em relação ao pertencimento de classe, os trabalhadores se declaram sem-terra e assumem franca oposição a figura do grande proprietário rural, em geral, tratado como fazendeiro (cf. tabela 14).

Tabela 14

USOS LEXICAIS DOS ACAMPADOS DO CARLOS MARIGHELLA CAMPO SEMÂNTICO: ATORES SOCIAIS DO CONFLITO		
Vocábulos	Ocorrências	Percentual
Fazendeiro	112	40,0
Sem-terra	108	38,6
Latifundiário	31	11,0
Trabalhador	19	6,8
Acampado	09	3,2
Trabalhador-rural	01	0,4
TOTAL	280	100,00

Fonte: Transcrições das entrevistas realizadas na pesquisa de campo.

No conjunto das entrevistas, percebe-se uma distribuição homogênea de referências aos atores sociais envolvidos no conflito. A figura do grande proprietário rural é mencionada em 51,0% das oportunidades, notadamente pela denominação “fazendeiro” (40,0%), forma consagrada pela tradição oral da região. O uso do termo “latifundiário” (11,0%), provavelmente, tem sua origem no discurso político-ideológico apresentado pelo MST, e pelo menos, por enquanto, não está incorporado ao conjunto de sua base social. No tocante aos trabalhadores, as referências totalizam 49,0% das citações. Contrariamente do que ocorre na caracterização do representante do latifúndio, o discurso do movimento parece estar estabilizado através da identificação que os sujeitos do acampamento Carlos Marighella fazem de si: a expressão “sem-terra” (38,6%) aparece de forma vigorosa nos relatos coligidos, em menor uso encontram-se as denominações “trabalhador” (6,8%) e “acampado” (3,2%); por fim, como resíduo estatístico, aparece o vocábulo “trabalhador-rural” (0,4%), que não é utilizado pelo coletivo do acampamento.

Desta forma, os sujeitos do acampamento Carlos Marighella constroem seu referencial a partir do contraste sociocultural, em um esquema sociológico que pode ser assim definido: aqueles que detêm a posse da terra em larga escala são contrapostos por aqueles que nada

possuem; estes são vítimas da exploração daqueles, os primeiros representam a materialização social do capital, enquanto os últimos são os expropriados pelo capital da sua condição social de homens e mulheres da terra, situação que é personificada na expressão que os identifica como sem-terra.

A análise histórica (MARTINS, 1995; GRZYBOWSKI, 1991; SILVA, M., 1999, 2004) nos revela que os camponeses não se tornam trabalhadores rurais por uma opção de vida. Na verdade, são expulsos por diversas estratégias do sistema capitalista da condição anteriormente vivenciada, em que o acesso a terra e a autonomia em relação ao seu trabalho estavam assegurados, para tornar-se mão-de-obra à disposição dos proprietários rurais, capazes de remunerar a sua força de trabalho. O processo de expansão do capitalismo no campo é descrito da seguinte forma por Martins (1995, p.152)

(...) de um lado, uma massa crescente de camponeses, isto é, de lavradores autônomos cuja existência está baseada estritamente no seu trabalho e no de sua família, estaria sendo expulsa da terra, expropriada; de outro lado, em consequência, essa massa de lavradores estaria se transformando em massa de proletários rurais, de trabalhadores sem-terra. O principal da expansão do capitalismo é basicamente isso: – os trabalhadores se transformam em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda a propriedade que não seja a propriedade da sua força de trabalho, da sua capacidade de trabalhar.

Expropriados da terra e dotados apenas da sua força de trabalho, os trabalhadores rurais iniciam a procura por emprego que lhes ofereça condições de sobreviver e reproduzir-se não mais como camponeses, mas como proletários a serviço do capital (MARTINS, 1995; SILVA, M., 1999, 2004). Obviamente que esta mudança produz uma série de transformações em diversos planos da sua vida, acarretando consequências que atingem a estruturação familiar, a relação com a natureza e o valor atribuído ao trabalho que desenvolve. Em síntese, as mudanças decorrentes do plano econômico-social implicam reajustes no seu modo de ser e viver.

Neste quadro, nota-se que o efeito da desterritorialização⁵⁶ é sentido em práticas culturais. Logo é preciso perceber que ao ser despojado de sua função social, o camponês também se vê alienado de muito de seus “valores, linguagem, rituais, canções e poesias que constituem espaços e práticas de identidade de classe” (MENEZES, M., 2002, p.43). Daí a necessidade do restabelecimento de elos culturais, associados à outra lógica, capazes de produzir alternativas que minimizem os efeitos destes deslocamentos.

⁵⁶ Sobre a problemática a respeito do conceito de desterritorialização ver Costa, R. (2004).

Ao ouvir os sem-terra do acampamento Carlos Marighella, percebemos, em suas narrativas, pontos de sua referência identitária construídos a partir de um discurso que justifique, ao mesmo tempo, o seu modo de vida e, por conseguinte, a própria luta pela terra. Dentre estes nortes simbólicos, destacam-se as falas que enunciam um sentimento de classe em que se busca, através do enfrentamento político, restabelecer direitos socialmente negados. É neste sentido que o debate sobre a formação desta identidade social se apresenta de maneira relevante para a melhor compreensão da construção identitária do militante sem-terra.

Feitas estas considerações é possível retomar o debate sobre a identidade classista a partir das vozes presentes no acampamento Carlos Marighella. De acordo com os relatos, percebe-se que o primeiro passo para tornar-se um militante sem-terra é a necessidade de reconhecer-se como socialmente excluído, portanto vítima de uma estrutura que reproduz desigualdades e responsável direta por sua situação de exclusão. Questionar tal estrutura, engajando-se no movimento dos sem-terra, abre a possibilidade para romper as amarras da estratificação social. A tomada de consciência (STÉDILE, 1994) é, portanto, fundamental para a mudança de postura no que diz respeito ao lugar ocupado anteriormente. O trabalhador deixa de ser um mero excluído, trabalhador oprimido que vende a sua força de trabalho, e passa a assumir-se como sem-terra, que em termos econômicos, num primeiro momento, não o diferencia da primeira condição, mas em termos sociais e culturais lhe proporciona condições de questionar, de tencionar a estrutura que o encerra.

O relato a seguir, feito por uma trabalhadora, aponta os motivos que levam a família a aderir à luta pela terra:

Pro movimento sem-terra é uma coisa simples... é porque... a gente, quando a gente não tem assim uma área própria, a gente sempre fica dependendo dos outros, então pra gente sobreviver não é tão fácil, é difícil! A luta é tremenda, mas se a gente tiver fé em Deus, a gente vence, viu? Então se a gente, se a gente não tem condições, a gente vai trabalhar pra quem? Pros latifundiários, não é isso? Pros fazendeiros, então a gente vai trabalhar pra eles é... recebendo aquelas michariazinhas... mas a realidade pra gente que tem família, pra gente conseguir uma vida digna, não é com os latifúndio que a gente vai conseguir, a gente vai conseguir uma vida digna se a gente lutar pra gente, então a gente trabalhava com os latifúndio e tava em casa e a gente ouviu, né? É... a gente ouviu falar no movimento, movimento sem-terra, aí inclusive eu fiquei entusiasmada, aí meu marido disse: "Mulher! Deixa isso pra lá", aí digo: "Olha! Eu tô cansada de andar de fazenda em fazenda", que nem aquele programa 'fazenda em fazenda', se a gente tava numa fazenda hoje começava a plantar, mas num tinha direito de colher, quando a gente... quando o milho já tava murchando o cabelo, o feijão já tava madurecendo agente num... num... tinha... num tinha direito de colher ele seco, porque de repente os animais do fazendeiro caía dentro e acabava com tudo, e a gente só vai é irando, entendeu? Já pensou, você derrama o seu suor e você vê que aquele trabalho seu num vai pra frente, só vai pra trás, só vai caindo, você vai acabando as força, vai chegar um ponto que você diz: "Eu vou largar de mão, num agüento mais, eu tô cansada!", entendeu? E foi o que

aconteceu com a gente, eu disse: “Olha! Num dá não”, a gente viver na cidade num pode viver, num tem um emprego fixo, não tem!⁵⁷

O primeiro argumento apresentado aponta a dificuldade encontrada pelos trabalhadores rurais que não tem acesso a terra, espaço em que é possível desenvolver o trabalho de maneira autônoma. A relação com o proprietário da área é caracterizada como de dependência, em que sempre serão necessárias deferências para o uso do solo no cultivo dos produtos relacionados a sua subsistência, mesmo quando lhe é autorizado à utilização de uma pequena área, não lhe são garantidos os direitos no momento da colheita, ou eventuais prejuízos provocados, no caso deste relato, pelo gado do “fazendeiro”. Em suas palavras fica evidente que depender de outras pessoas, mais especificamente do latifundiário, torna sua vida mais difícil, uma vez que seus projetos pessoais ficam subordinados aos interesses alheios.

O aparecimento do sem-terra enquanto sujeito social está relacionado ao conjunto de mudanças que atingiu o universo relacional da fazenda e significa a ruptura da relação de dependência existente entre trabalhadores rurais e grandes proprietários. Pois, até mesmo na condição de diarista e residindo na cidade, estes trabalhadores continuavam dependentes e subordinados aos interesses dos fazendeiros em muitos casos, evitando o confronto quando eram, de alguma forma, prejudicados: “para não ficar sujo, não encravavam com o patrão”. Neste sentido, a ação de ocupação concretiza a ruptura desta relação.

(MARQUES, 2000, p.116)

Ao rememorar suas lembranças do trabalho para o latifúndio, a trabalhadora queixa-se do valor recebido pelas atividades desenvolvidas, o salário pago é considerado baixo, a expressão utilizada já implica o reconhecimento depreciativo, por parte do patrão, do trabalho que desenvolve, entretanto o uso no diminutivo, “michariazinhas”, revela uma remuneração que lhe parece mais do que insuficiente, talvez possa ser classificada como imoral e injusta. Em tal contexto, são realizados constantes deslocamentos atrás de emprego e/ou melhores condições de trabalho. Esta permanente desterritorialização implica a impossibilidade do estabelecimento de laços duráveis, sociabilidades que lhe assegurem conforto nas situações cotidianas e proteção nos momentos de crise.

Segundo a sem-terra, a vida digna só é possível com o trabalho desenvolvido por e para si, “se a gente lutar pra gente”, a autonomia é ansiada e desejada pela família, mas o seu marido revela o medo do envolvimento com a luta de classe, pois as conseqüências podem não significar avanços, “Mulher! Deixa isso pra lá”. Entretanto, é o fato de outro medo, agora relacionado com o envelhecimento e a conseqüente fragilidade advinda da perda das forças físicas para a venda do seu trabalho, servir de “contra-fogo” ao medo anterior. A análise

⁵⁷ Entrevista concedida ao autor por Maria José da Conceição, 47 anos, natural de Piranhas (AL).

desta situação por parte dos membros da família, associada à idéia de que não é possível viver no centro urbano, faz com que a família se posicione em prol de uma mudança que somente será possível, dado o seu contexto histórico, através da luta pela terra.

Deste quadro surge uma concepção de mobilidade social pautada no enfrentamento de classes que se diferencia do projeto ideológico apresentado pelo modelo capitalista de produção, em que o trabalho é visto, por parte da massa trabalhadora, não como atividade que enriquece a burguesia, e sim como atividade capaz de gerar a riqueza necessária para que o trabalhador se libere da tutela do patrão. Martins (2004, p. 133) esclarece que “esse deslocamento da idéia de que a riqueza não é produto do trabalho explorado do trabalhador, mas resulta do trabalho e das privações do próprio burguês, na origem do seu capital, consagra e justifica para o trabalhador a sua exploração por outra classe”. Esta, por exemplo, é a lógica presente no pagamento do salário associado à produção desenvolvida, como ocorre no corte da cana-de-açúcar, em que o referencial do “bom” ou “mal” trabalhador está principalmente relacionado com a sua capacidade de produzir “mais” ou “menos” (SILVA, M., 1999). Portanto, tornar-se sem-terra significa desenvolver no trabalhador a consciência, dentro do projeto político-ideológico do MST, de que o trabalho, quando realizado para outrem, espolia riqueza e cria dependência. Por sua vez, a conquista da autonomia não se dará pelo excesso de produção, mas sim pela luta política, e neste contexto de classe, no sentido da restauração de direitos em prol da cidadania, da “vida digna” representada pela conquista da terra.

Outro trabalhador apresenta o seguinte relato:

(...) por que eu vou trabalhar com a reforma agrária? Pra eu ter um pedaço de terra meu, porque dali tem como eu morrer, deixar pra um filho meu, deixar pra um neto. E um latifundiário? Eu não faço nada disso, porque se eu plantar um pé de cacau hoje pra um latifundiário da barriga cheia, pra mim não tem valor, porque quem vai se lucrar é ele e não eu, e eu prantando um pé de cacau pra mim como fiz hoje daqui há dois... dois anos eu me lucro daquele pé de cacau, se eu prantar uma mandioca um aipim, com fome hoje, daqui há seis meses eu me lucro daquele pé de aipim, que eu vou arrancar ele, dá pra mim, dá pra minha família, e o latifundiário não, eu planto hoje, com a barriga cheia, ganhando aqueles dez conto que ele me pagou e daqui há seis meses quem vai se lucrar é ele, aquele dinheiro que eu ganhei, eu num sei donde entrou, porque comi... comi, fiz trabalho, cabou, saiu, eu tenho que ir atrás de outro. E eu com meu pedaço de terra?⁵⁸

Em seu discurso, o trabalhador aponta para a necessidade de produzir uma reserva de valor para os descendentes. Tem-se neste trecho a percepção de um projeto de futuro, a idéia de que a conquista da terra não corresponde apenas a um desejo imediato. Isto contradiz a tese economicista, de que a motivação maior dos que lutam pelo acesso a terra seria a

⁵⁸ Entrevista concedida ao autor por Floriano Rosa de Souza, 32 anos, natural de Ilhéus (BA).

premente necessidade de suplantar a fome, a exemplo da crítica de Thompson (1998) em relação aos *food riots* do século XVIII na Inglaterra; pelo contrário, em sua narrativa o sem-terra revela que o acampado, em sua trajetória de luta por uma parcela do território, passa fome e privações. Ao interpretar o discurso do sem-terra, também é possível notar o questionamento do projeto político preconizado pelo MST (STÉDILE, 1994; BOGO, 1999), em que se busca no socialismo a eliminação da propriedade da terra. Este é apenas um exemplo daquilo que Silva, C. (2004) denomina como “dobras”, ou seja, as contradições, entre as lideranças do movimento e sua base social, sobre os significados da luta pela terra.

Na prática, a luta pela Reforma Agrária representa uma tentativa de inversão da lógica de apropriação dominante, ou seja, de que a função social da terra prevaleça sobre o instituto da propriedade privada. Não se pode ignorar, no entanto, que o princípio da função social da terra remete, em última instância, a uma questão de ordem moral (MARQUES, 2000, p. 119).

Em suas lembranças, o sem-terra caracteriza o fazendeiro pela expressão “latifundiário da barriga cheia”, a adjetivação de ordem classista objetiva associar, por contraste, a fartura do capitalista em detrimento da miséria do trabalhador, materializada na expropriação do seu trabalho que se desloca na forma de lucro para o latifundiário / capitalista, “o latifundiário não, eu planto hoje, com a barriga cheia, ganhando aqueles dez conto que ele me pagou, e daqui há seis meses quem vai se lucrar é ele”. Por seu turno, o salário que recebe apenas lhe proporciona condições para manter-se vivo, para reproduzir-se socialmente na condição de trabalhador rural que vende sua força de trabalho para sobreviver, “aquele dinheiro que eu ganhei, eu num sei donde entrou, porque comi... comi, fiz trabalho, cabou, saiu, eu tenho que ir atrás de outro”. Assim, a luta pela terra representa a possibilidade de suplantar tal situação restabelecendo sua autonomia enquanto trabalhador.

Outro acampado narra a seguinte experiência:

Eu vim porque eu achei uma coisa que era bom pra mim, o seguinte... é que quando eu trabalhava pro latifundiário que é o fazendeiro, então eu num tinha muita liberdade, num tinha liberdade porque lá no trabalho, lá tinha empregado, cabo-de-turma, gerente, tudo no nosso pé, quando um não tava, o outro tava, e o cabo-de-turma é o que fica direto, então eu achei que aquilo ali era um cativo, e hoje em dia num existe mais cativo, eu achei por bem vir pro MST, vim cá dei uma estudada cá, pra ver como foi o jeito, foi um jeito muito bom, eu achei que é uma união muito grande, quando o latifundiário quer pisar um, chega tudo junto, então eu achei interessante e foi por isso que eu vim pro movimento sem-terra.⁵⁹

A narrativa faz referência ao trabalho desenvolvido para o fazendeiro como uma atividade caracterizada pela falta de liberdade, uma vez que a atuação do trabalhador está sempre vigiada pelos prepostos do latifundiário. Enfim, o espaço recebe a denominação de cativo,

⁵⁹ Entrevista concedida ao autor por Valdeinei de Souza Santos, 30 anos, natural de Ipiaú (BA).

lugar em que se sente aprisionado, por uma necessidade material, aos interesses de outrem, a quem reconhece, por inferência nossa, como senhor do cativo. A vinda para o MST representa a possibilidade da liberdade, portanto, o rompimento com a relação de opressão anteriormente descrita e que não é mais compatível com o momento histórico em que vive, “hoje em dia não existe mais cativo”. A sua chegada no acampamento é precedida por “uma estudada”, em que tenta compreender a lógica do movimento e perceber se tem forças para encarar a luta pela terra. Encanta-se com a união encontrada no acampamento. Diferentemente do passado, o trabalhador não está mais só, sua dor agora é dividida com outros companheiros que sofreram, assim como ele, a opressão do latifúndio, agora, “quando o latifundiário quer pisar um, chega tudo junto”. Neste espaço social, a idéia de classe se materializa no dia-a-dia, o que o leva a incorporar em seu discurso palavras e expressões que possivelmente não faziam parte do seu vocabulário nas fazendas em que trabalhara, o uso da expressão “cativo” revela o quanto tem estudado no cotidiano dos enfrentamentos fundiários.

Martins (2004) apresenta a seguinte caracterização das relações sociais no campo: quando o trabalhador é livre, ou seja, destituído do acesso a terra, e pode vender sua força de trabalho a quem lhe interessar, o trabalho que empreende é cativo, pois está aprisionado a uma relação que lhe impõe diversas restrições que são prescritas pelo proprietário da área. Neste caso, tem-se a sujeição do seu trabalho ao capital. Em outro contexto, quando o trabalhador tem acesso assegurado a uma parcela do território sem o jugo do patrão, o que lhe permite desenvolver relações estáveis com o espaço, além da autonomia para agir livremente o resultado do seu trabalho, quando dirigido ao conjunto da sociedade, é a sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1995). Logo, arremata o sociólogo, o trabalhador livre, que não tem acesso à terra, somente desenvolve o trabalho cativo, enquanto que o trabalhador que está preso a terra por relações estáveis desenvolve um trabalho autônomo, ou seja, o trabalhador cativo à terra reúne as condições para exercer o trabalho livre.

Além do termo cativo, os sem-terra fazem uso de diversas expressões para caracterizar o espaço em que viviam e em que pretendem viver (cf. tabela 15). A grande quantidade de denominações que faz alusão ao espaço rural (88,4%) aponta para os diferentes significados que a posse da terra pode representar. Não por acaso, “terra” é o vocábulo com maior incidência: 22,8%. Isto se dá pelo fato de o acesso a terra ser a causa e a possível solução do conflito fundiário, a expressão é comumente usada para designar o espaço negado que é desejado pelos sem-terra. O termo “roça” (21%) aparece logo depois e assume nos relatos dos acampados basicamente dois significados: o primeiro está

relacionado com as roças de cacau, espaço que indica principalmente a subordinação do trabalho ao capital – trabalho cativo – dentro da lavoura cacauzeira; o segundo, com maior ocorrência, está relacionado ao trabalho livre realizado em terra cativa, ou seja, no acampamento. Já a nomenclatura “fazenda” (16,6%) não abre espaço para ambigüidades, esta é a principal denominação utilizada para caracterizar as largas extensões de terras, lugar do trabalho cativo, da experiência que se pretende negar. Ainda associados a esta idéia, e com menor uso, aparecem “latifúndio” (0,9%) e “cativeiro” (0,9%), expressões oriundas do discurso político-ideológico do MST.

Tabela 15

USOS LEXICAIS DOS ACAMPADOS DO CARLOS MARIGHELLA CAMPO SEMÂNTICO: CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS		
Vocábulos	Ocorrências	Percentual
Terra	187	22,8
Roça	173	21,0
Fazenda	136	16,6
Acampamento	123	15,0
Cidade	95	11,6
Marighella	54	6,6
Mata	18	2,1
Dois Amigos	11	1,3
Campo	10	1,2
Latifúndio	7	0,9
Cativeiro	7	0,9
TOTAL	821	100,00

Fonte: Transcrições das entrevistas realizadas na pesquisa de campo.

De acordo com as vozes dos sem-terra, o projeto de vida digna só é possível através da luta pela terra, que em termos práticos acontece no “acampamento” (15,0%), lugar que reúne as alegrias e os sofrimentos destas vozes. Sobre o reconhecimento do acampamento, o termo “Marighella” (6,6%) é citado cinco vezes mais que a expressão “Dois Amigos” (1,3%). Esta caracterização remete à Fazenda em litígio, enquanto aquela denomina o espaço em transformação. Percebem-se também referências, em menor escala, à natureza nos termos “mata” (2,1%), de forma mais específica, e “campo” (1,2%), de maneira mais abrangente. Já o espaço urbano é caracterizado unicamente pela expressão “cidade” (11,6%). Em geral, tal definição é associada ao não-lugar de pertencimento, a cidade é descrita como oposição ao projeto de vida atual dos sem-terra. Via de regra, para estes sujeitos, as experiências urbanas servem como motivação para a luta pela terra.

Sobre as condições de trabalho nas roças de cacau, os sem-terra costumam exemplificar as tensões das relações a partir da imagem que constroem do cabo-de-turma, figura presente nas memórias dos trabalhadores da lavoura cacauzeira, assim descrita por um dos acampados do Carlos Marighella:

Eu vou lhe explicar, cabo-de-turma é simples, vamos supor: você é empreiteiro da roça, aí você quer uma produção ampla, você quer uma produção boa, você quer chegar ao final de semana, você tem...você quer... você tem uma manga cortando de foice aí... você quer cinco tarefa naquela semana dependendo da quantidade de gente que você tem, mas tem pião também que é manioso [malandro], tem pião também que é esperto, tem pião que vai pra roça, mas lá se você vacilar ele droba [indolente, finge que trabalha], as vezes você não tá no momento toda hora, as vezes empreiteiro tem quatro cinco empreitadas nem só aqui como na Dois Amigo, como em outra fazenda qualquer assim por diante, ali sempre é bom ele colocar uma pessoa tomando conta, ali vamo supor que você chama "cabo-de-turma", agora o empreiteiro fala o seguinte: "agora não dê moleza, se for preciso cê dá água no copo pra que aquela pessoa num saia do serviço", se aconteceu num foi só uma vez... breve, breve aconteceu aqui comigo em Ipiaú, aí a gente tá trabalhando e o camarada tá com um vaso de cinco litro na mão dando à pessoa no pé do serviço pra pessoa num sair dali e aí você num pode nem sequer comer uma jaca, não! Se der uma hora da merenda... nove hora, nove e meia tinha sempre alguma pessoa fazendo uma merenda pra que pegue no serviço mais forte, mas tem empreiteiro que num aceita você fazer uma merenda e é por isso que tem o cabo-de-turma pra que você num saia dali pra canto nenhum!⁶⁰

Como se pode notar, o cabo-de-turma é responsável por acompanhar de perto os trabalhadores de maneira a impedir as posturas "maniosas" de fuga do trabalho, de indolência, a "droba" do serviço, práticas que são descritas por Scott (2002) como formas cotidianas da resistência camponesa. Estas práticas são resistências às agruras do trabalho, portanto formas de minimizar a violência a que estão submetidos os trabalhadores. Entretanto, a função do cabo-de-turma não se restringe apenas ao controle do trabalho, seu papel é manter a ordem, controlar a palavra e regulamentar as regras do convívio social (MENEZES, M., 2002, p. 37). Assim como o feitor de outrora, o cabo-de-turma é temido pelo conjunto dos trabalhadores, sua principal arma de coerção são as ameaças, dirigidas aos trabalhadores, de perda do emprego ou corte do salário.

Neste fragmento é curiosa a reação inicial do entrevistado, pois sua resposta é precedida de uma risada que representa um certo espanto frente à pergunta que lhe foi dirigida. A proximidade que teve com a figura do cabo-de-turma durante a sua experiência nas roças de cacau faz com que esta personagem se torne por demais óbvia para a sua realidade. Algo que julga ser conhecido por todos, logo, ao ser surpreendido pela pergunta não consegue conter o riso diante da ignorância de quem o questiona. Ao construir sua exemplificação, coloca o pesquisador na condição de cabo-de-turma e representa a si próprio como "pião", trabalhador rural, o que demonstra ao mesmo tempo dois aspectos que

⁶⁰ Entrevista concedida ao autor por Ailton Batista dos Santos, 41 anos, natural de Ibicuí (BA).

são complementares: o entrevistado se identifica com a representação que constrói de si no enredo, ao passo que rechaça, pois transfere para outrem a representação do cabo-de-turma, personagem que está associado a um conceito negativo dentro do imaginário dos que vivenciaram o trabalho na lavoura cacauzeira.⁶¹

O relato de outro sem-terra descreve a sua percepção em relação à preocupação dos grandes proprietários rurais com o avanço do MST:

É porque eles acham assim que a gente cada vez mais, nós tamo se unindo, então durante uma hora que a gente se une eles acha que a gente vão quebrar com eles, vamo quebrar a vida de burguesia deles, porque eles num vai achar uma pessoa pra eles poder dar um dia de serviço, então se eles ver um final de semana um cacau seco ele que vai por os filho dele pra trabalhar, então eles fica com esse pensamento de dar um apoio a gente e a gente cada vez mais é... querer até vamos dizer assim, trespassar do nível deles, então eles acha se não der o apoio, a gente vai cada vez mais diminuindo que nem a gente sabemos que... no movimento ela existe uma... umas musicazinhas que vem nos orientando... vem nos orientando através da união, através da formiguinha, através da tala de fosco, “uma só é fácil de quebrar mas junta um fecho você pode abençoar... que não quebre”, então é um problema que cada vez mais vem trazendo a gente a nos fortalecer, e a sociedade porque a gente sabe que não... perante aqui, na cidade aqui, existe muitos latifúndio, então eles se organizam também, então eles diz: “Se a gente der crédito a esse povo, esse povo vão crescer e cada vez mais vai ficar difícil pra nós”, então vamo deixar eles viver abandonado porque hoje um tá com fome, amanhã a fome aumenta mais, então vai saindo um, sai o outro, quando pensar que não, isso aqui acaba. Então eu acho que eles num querem dar o apoio totalmente por causa disso!⁶²

Em seu discurso, o acampado, aponta que a união dos trabalhadores implica risco para “a vida de burguesia” dos proprietários de extensas áreas rurais. Martins (1995, p. 165) afirma que “o monopólio de classe sobre a terra e o monopólio de classe sobre o capital são imprescindíveis no capitalismo para subjugar o trabalho dos trabalhadores”. Desta forma, o controle social da terra e o conseqüente controle de sua produção, da sua renda, são aspectos primordiais desta hierarquização de classes, a concentração de áreas rurais representa a concentração de poder, portanto, de controle social, “A concentração da propriedade leva a um tipo de dominação sobre a população do campo. E esta dominação é que é a causa da pobreza, é a causa da miséria e, digamos, caracteriza o meio rural brasileiro” (SAMPAIO, 2007).

Neste sentido, a conquista de novas parcelas do território, por parte dos trabalhadores rurais sem-terra, representa não apenas o prejuízo, para o capitalista, do capital imobilizado na terra, mas, acima de tudo, a perda do poder econômico e simbólico concentrado na sua propriedade, “(...) mesmo que o proprietário não ponha a sua terra para trabalhar, ainda assim ela lhe dará direito de se apropriar de uma parte da riqueza socialmente produzida”

⁶¹ Uma constatação deste tipo valoriza a idéia de que em uma entrevista, o entrevistado sempre tem algo a revelar ao pesquisador, mesmo que de maneira não intencional (SAMUEL, 1990; THOMPSON, P., 1998).

⁶² Entrevista concedida ao autor por Valdir de Souza Santos, 34 anos, natural de Ipiaú (BA).

(MARTINS, 1995, p. 166). Na visão do trabalhador, os latifundiários não podem permitir que os sem-terra consigam “trespassar o nível deles”, a imagem que simboliza a falta do controle social é materializada na perda da mão-de-obra proletária que não pode ser substituída pelos membros da família burguesa, diferentemente do que ocorre em pequenas propriedades rurais geridas por camponeses, espaços em que as tarefas do labor agrário são distribuídas aos diversos membros do núcleo familiar.

O enfrentamento de classes também fica patente quando, em seu discurso, o sem-terra reconhece a organização dos latifundiários que, em sua opinião, refletem da seguinte forma: “Se a gente der crédito a esse povo, esse povo vão crescer e cada vez mais vai ficar difícil pra nós”. Nesta representação, a intenção dos militantes do MST é “quebrar” o latifundiário, a personificação do latifúndio é agredida em sua individualidade pelos trabalhadores que questionam um ordenamento quase divino que não pode ser tocado, o espanto é proporcional ao crescimento, ou seja, a organização dos trabalhadores que rompe com as regras, até então estabelecidas, do jogo social. Por outro ângulo, a quebra que os trabalhadores propõem não é um ato de mera vingança contra a personificação do latifúndio, mas sim de justiça, de reparação diante da violência e da exploração vivenciadas em terras alheias. Estas vozes fazem constantes referências à palavra “direito” ou “justiça”, logo, o que verdadeiramente almejam é “quebrar” a estrutura que os encerram, que os aprisionam, que lhes retiram a dignidade enquanto sujeitos.

A narrativa revela ainda que a música é utilizada no processo de formação da subjetividade sem-terra. Geralmente as letras trazem um conteúdo de cunho pedagógico-moral que tem como objetivo preparar os militantes para a luta pela terra. A alusão feita à expressão “uma varinha é mais fácil de quebrar do que um feixe” novamente caracteriza o senso de união que precisa ser desenvolvido dentro do movimento, caso contrário, o enfraquecimento da coletividade representará o fracasso da luta. Os sem-terra sabem que a arte é forte instrumento de sensibilização, portanto utilizam-na para a formação do sujeito militante.

Ao assumir a condição de sem-terra, o sujeito, agora militante do MST, passa a agir em defesa do projeto ideológico apresentado pelo movimento, os enfrentamentos ocorrem cotidianamente em situações aparentemente sem importância. Nestas oportunidades, os sem-terra são desafiados a explicar-se perante um público que lhe questiona o porquê das ações que patrocinam. Tais situações, em geral, proporcionam momentos de desgastes em que são hostilizados, quando não criminalizados por seu posicionamento perante a sociedade.

Sobre estas circunstâncias, uma militante esclarece:

(...) eu que vou fazer essa pergunta pro senhor: se eu tiver indo dentro de um onibu e alguém falar mal dos sem-terra, tá bulindo comigo! Pode ser... ele pode ser homem, pode ser mulher, pode ser quem for, como eu cheguei na Insinuante na passeata [em Ipiáú], eu discuti com uma senhora dentro da Insinuante, porque ela falou: “Ah! Os sem-terra é bandido, os sem-terra é bandoleiro!”, aí eu falei: “Minha senhora! Porque a senhora está falando isso?”, “Ah! Porque meu... meu irmão tá lá!”, aí eu falei: “Então a senhora também está louca pra ir pra lá! Ó, filha! Eu nunca fui algemada aqui não, por roubo, nem por droga, nem bandidagem não, pode ir presa por causa de um movimento desse, mas não por causa disso!”, pronto! Aí eu fui embora, vim pra fila e nós continuamo a caminhada...⁶³

É possível que a voz condenatória dos sem-terra, tenha vindo de uma representante dos segmentos populares, uma vez que o irmão desta senhora também é sem-terra. Percebe-se então que os sujeitos que, em tese, deveriam se perfilar na luta de classe acabam por se enfrentar, “os afrontamentos sociais não são mais apenas de ordem econômica. Eles se dão também entre as diferentes maneiras pelas quais os indivíduos e grupos entendem viver sua existência” (GUATTARI; ROLNIK apud SALES, 2006, p. 68). Enfim, temos aqui uma situação em que a representante da população local expõe a sentença de “bandido” e “bandoleiros” aos sem-terra. Esta senhora, ao proceder desta maneira, assume para si o discurso que socialmente lhe foi apresentado por setores sociais diversos do seu, discurso no qual ela acredita e se constitui em importante referencial para sua identidade. A resposta que ouve, da representante dos sem-terra, mesmo que em tom irritadiço, talvez irônico, está centrada na lógica do reconhecimento de sua interlocutora como uma representante da mesma classe social a qual pertence: “Então a senhora também está louca pra ir pra lá!”. Marques (2000, p. 114) esclarece que o processo de reconhecimento ocorre a partir de duas direções: “(...) uma que parte do interior do grupo, relativa à auto-atribuição de identidade, auto-imagem ou reconhecimento pretendido; outra que tem origem externa e corresponde ao modo como o grupo é reconhecido pelos outros”.

A militante sem-terra se preocupa em expor claramente que nunca praticou atos que atentem contra aquilo que compreende como errado e passível de punição: “drogas”, “roubo”, “bandidagem”. Estas expressões não entram em concordância com outro viés da sua conformação identitária, afinal de contas, além de “sem-terra” ela também é “trabalhadora”, o que representa uma existência construída através do esforço, portanto distante de práticas ilícitas; suas conquistas resultam do seu trabalho na roça, que se constitui em outro viés característico do seu modo de vida, atuando próximo à natureza diferentemente dos que habitam os centros urbanos, fechando assim a tríade: trabalhadora, rural e sem-terra.

⁶³ Entrevista concedida ao autor por Eliene da Silva (Lica), 42 anos, natural de Dário Meira (BA).

Neste caso, a possível prisão é resultado de sua luta e do envolvimento com os sem-terra, daí que a representação do cárcere ganha valores diversos dos socialmente estabelecidos, pois a perda da liberdade deixará de ser interpretada como ato de justiça e passará a ser vista como a materialização da injustiça social. Assim, a narradora deixa de ocupar o lugar de criminosa e passa a ser considerada vítima de uma representação social que lhe é atribuída de maneira discriminatória, cuja conseqüência é a criminalização dos seus atos.

Ainda em relação à fala desta trabalhadora, percebe-se a alusão a uma caminhada realizada no município de Ipiaú que, no contexto da entrevista, faz referência a um protesto que objetiva dar visibilidade ao movimento, em especial, aos acampados do Carlos Marighella que, após um período de aproximadamente sete meses tornam a ocupar a Fazenda Dois Amigos, conforme a presente reportagem publicada, em 26 de janeiro de 2007, no jornal Agora:

**MST realiza manifestação nas ruas de Ipiaú
Entre os sem-terra que participaram da manifestação, estavam dezenas de militantes que
fazem parte do acampamento Carlos Marighella**

Cerca de 600 militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) foram às ruas centrais de Ipiaú, na manhã da última quinta-feira (25), para protestar contra a falta de cumprimento, por parte do Incra, de um acordo em relação ao acampamento Carlos Marighella, naquele município, e reivindicar na agência do Banco do Nordeste do Brasil a liberação de créditos do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf-A). Os projetos foram encaminhados há mais de cinco meses para a instituição financeira e esta ainda não havia se pronunciado em relação ao assunto.

Após percorrem as principais ruas do centro da cidade, os manifestantes, procedentes de dois assentamentos e um acampamento, se concentraram na praça Rui Barbosa, em frente a agência do BNB. Foi realizada uma audiência entre lideranças do movimento e o gerente da agência, que anunciou para o dia 15 de fevereiro a assinatura dos primeiros contratos no assentamento Margarida Alves, no município de Ituberá. Após as assinaturas dos contratos serão liberados os créditos.

O gerente José Henrique de Carvalho informou que no dia 15 de fevereiro uma equipe será deslocada para o assentamento Margarida Alves, em Ituberá, com o objetivo de viabilizar a assinatura dos contratos, com posterior liberação dos créditos. Ele também anunciou a data em que serão assinados os contratos do pessoal do assentamento Limoeiro, no município de Igrapiúna. O gerente também informou que dos 55 contratantes do assentamento Che Guevara, em Wesceslau Guimarães, 40 já receberam os créditos, enquanto os restantes a liberação ocorrerá após a hierarquização.

Nova ocupação

Entre os sem-terra que participaram da manifestação, estavam dezenas de militantes que fazem parte do acampamento Carlos Marighella, em Ipiaú. Estes protestavam contra a falta de cumprimento de um acordo firmado entre o MST, o ouvidor agrário e os herdeiros do espólio de Rosalino Astogildo Pinheiro, no sentido da efetivação da compra da fazenda Dois Amigos, para fins de reforma agrária. O acordo foi firmado no ano passado e envolvia a mudança temporária do acampamento para uma área no perímetro urbano de Ipiaú. "Decorridos mais de 250 dias (o prazo era de apenas 110 dias), continuava sem cumprimento e não tivemos outra alternativa a não ser reocupar a fazenda", lembrou o diretor estadual do MST, Fulgêncio Cardoso Novaes. O

dirigente adiantou que os sem-terra adotaram novas estratégias de resistência na área ocupada e denuncia que estão recebendo ameaças de pistoleiros.

A história do Acampamento Carlos Marighella teve início no dia 22 de outubro de 1999, com a ocupação da fazenda Dois Amigos, que apresenta uma área de 800 hectares. A partir de então, diversos episódios tornaram o local num campo de luta e disputa judicial. A estatística do MST indica que já foram verificados 12 despejos, 26 prisões e inúmeras manifestações, incluindo passeatas e atos públicos, e sucessivos conflitos. Muitas das famílias que fazem parte do acampamento estão na esperança de que esta nova ocupação seja definitiva.

(CASTRO, 2007)

Figura 8 – MANIFESTAÇÃO DO MST NAS RUAS DE IPIAÚ, JANEIRO 2007



A manifestação durou toda a manhã até o fim da audiência com o gerente do Banco do Nordeste

Foto: Jornal Agora

O que importa, por enquanto, é percebermos que a luta pela terra não se restringe ao espaço rural (cf. figura 8), implicando a necessidade de deslocamento para os centros urbanos, numa estratégia de ocupação de espaços simbólicos mais eficazes para a legitimação das demandas do movimento. No dizer de Blanco (1997, p. 37), “os novos movimentos sociais perseguem o reconhecimento político de suas demandas e para isto necessitam da persuasão, da troca e do consenso social. O primeiro implica entrar na agenda política; o segundo requer o acesso aos meios de comunicação”.

O MST acumula uma experiência de aproximação com os dois campos anteriormente mencionados, podendo-se dizer que o movimento tem como certa a necessidade de apresentar-se à sociedade mais geral, especialmente às frações urbanas, segmento relevante na construção de consensos a respeito da importância da causa defendida pelo

movimento, ganhando-se, assim, espaço midiático e, ao mesmo tempo, produzindo o constrangimento das autoridades. Comparato (2001, p. 111) coloca que:

(...) os estrategistas do MST sabem muito bem que um acampamento à beira de uma rodovia tem muito mais visibilidade do que no interior das terras, do mesmo modo que montar um acampamento provisório em frente ao palácio do governo, ou diante de órgãos do governo ou agências bancárias, garante presença no noticiário da televisão e nos jornais.

No dia 25 de janeiro de 2007, os sem-terra são recebidos por autoridades do município, concedem entrevistas às emissoras locais de rádio e ocupam a agência do Banco do Nordeste de Ipiaú, somente desocupando o prédio público após a liberação de crédito para outros assentamentos da região. Há nestes gestos o reconhecimento, por parte da sociedade, da força política do movimento mesmo após um período de refluxo. Enquanto movimento social, a legitimação do MST se dá na medida em que a sociedade percebe a sua existência, dentre outras possibilidades, através de uma mobilização que conta com um grande contingente de militantes. Esta ação produz um triplo efeito: 1) constitui-se em recado direto aos latifundiários que são afrontados em praça pública; 2) transmite ao conjunto da população, através do apelo jornalístico do ato, as mensagens do movimento, atingindo, inclusive e principalmente, um número considerável de potenciais trabalhadores rurais sem-terra; 3) no âmbito interno, contribui para a animação do grupo por ter conseguido um feito não cogitável fora da experiência do movimento. Este acontecimento pode ser, também, interpretado pela necessidade de criação de eventos:

Partindo de figuras públicas eminentes ou representantes de organizações coletivas, tais gestos e atitudes são simbólicos, servem para comunicar tomadas de posição a um público que tanto pode ser uma audiência invisível e anônima, quanto outros parceiros qualificados da cena política, em geral ambos. A criação de eventos é, assim, uma condição *sine qua non* para a dinâmica desta cena. Nas democracias de massa, eles constituem – na linguagem do jogo, cara a seus atores – os diversos lances feitos de palavra-ação (CHAVES, 2000, p. 178).

Sobre a capacidade de reconhecimento social, por parte dos movimentos de luta pela terra, Marques (2000, p. 113) esclarece que “sua força e poder de pressão dependem de sua organização e do número de famílias mobilizadas, bem como da imagem que veicula para a sociedade em geral”. Portanto, no jogo da formação da identidade sem-terra, tais movimentos não abrem mão dos meios de comunicação de massa como importante instrumento de visibilidade na luta política.

A incorporação da esfera midiática como espaço estratégico indica a existência do reconhecimento da mídia enquanto terreno a ser conquistado para efeito de legitimação das bandeiras do movimento, adquirindo-se com isto uma valorização simbólica necessária para que o campo político venha a comportar as reivindicações como dignas de serem tratadas

como prioridades. Neste sentido, tornar público a criação de eventos e associá-los à cobertura midiática viabiliza ganhos simbólicos relevantes, especialmente no que se refere à declaração pública de existência da questão enquanto problema social, a concorrer com outros problemas existentes, ou seja, adquire-se existência pública, para além do espaço local. A natureza dessa existência também é geradora de impactos sobre os outros entes que compõem o jogo, a exemplo dos proprietários de terra. Essas conseqüências decorrentes do poder simbólico são bem traduzidas por Bourdieu (1989, p. 14) ao afirmar que “o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo”.

Esta atenção dedicada à presença nos espaços midiáticos fica evidente em outra declaração que comenta a ocupação da Câmara dos Deputados, em Brasília. A ação ocorreu em 6 de junho de 2006 e foi patrocinada por trabalhadores rurais ligados ao Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), dissidência do MST.

Eu mesmo achei uma coisa que num era pra eles ter feito aquilo, entendeu? Eu acharia que eles entrou lá de maneira isolada, num era pra ter feito aquilo porque eles tinha um instância, dos movimentos sociais que lutam pela terra, acho que tem uma instância, né? O MST, eu acho que eles devia fazer uma conversa com nós primeiro, pra depois e ver se tinha como fazer essa mobilização, agora chegar lá quebrando tudo pra... o senado todo eu não achei de acordo, por que nós têm várias maneira de negociar e se nós fosse lá pra dentro pra negociar... acho que tem o presidente que apóia os movimentos sociais que lutam pela terra, eu acharia que eles entraram lá de maneira isolada, certo.... que teve outra ocupação também do MST na fábrica de celulose que... as mulheres quebraram tudo, mas ali foi uma questão de fazendeiro, multinacional... aí eu concordo, mas uma coisa nossa [o congresso] que é do povo brasileiro chegar lá e acabar, eu num concordo, não é bem por aí não.⁶⁴

A estratégia utilizada pelo MLST é condenada, pois o movimento agiu de maneira isolada, sem consultar a instância dos “movimentos sociais que lutam pela terra”. Talvez aqui o narrador faça referência à Via Campesina⁶⁵. Neste sentido, a ação passa a representar um não alinhamento com as proposições do MST, o que leva o militante sem-terra a descrever a iniciativa do MLST em termos que se aproximam da representação atribuída, a si próprio, por seus adversários, pois reforça em seu discurso a idéia de “baderneiros”, uma vez que o protesto se restringe à quebradeira gratuita de “uma coisa nossa que é do povo brasileiro”.

A preocupação com a imagem se revela a partir da compreensão de que a ação de um grupo traz conseqüências para todos os movimentos sociais que lutam pela Reforma

⁶⁴ Entrevista concedida ao autor por Djones Santos Oliveira, 21 anos, natural de Ipiáú (BA).

⁶⁵ De acordo com o boletim informativo do MST, a Via Campesina “é uma articulação de organizações camponesas de todo mundo. Uma das mais expressivas organizações de movimentos de trabalhadores de diferentes formatos e ideologias, em cerca de cem países de todos os continentes. A primeira conferência da Via foi na Bélgica, em 1993, onde os movimentos camponeses sentiram a necessidade de se conhecer e se articular melhor” (MST, 2004).

Agrária, uma vez que a sociedade, em termos gerais, não faz distinção dentre as siglas e suas divergências ideológicas, acabando por reconhecer a todos como sem-terra, e principalmente como integrantes do MST, tido como o maior movimento social do campo brasileiro. Sobre este aspecto, Comparato (2001) esclarece que o MST, mesmo com uma base social menor que, por exemplo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), consegue, graças ao seu poder de mobilização social, produzir uma maior visibilidade midiática, o que acarreta a idéia de que o MST se constitui no maior movimento de luta pela terra no Brasil.

Entretanto, a opinião do militante muda quando o assunto é a ação coordenada pela Via Campesina e praticada exclusivamente por mulheres dos movimentos sociais que resulta na destruição de um viveiro de mudas e de um laboratório da Aracruz Celulose, situado no município de Barra do Ribeiro (RS), em 8 de março de 2006, Dia Internacional da Mulher. À época dos acontecimentos, diversos órgãos da imprensa nacional realizam a cobertura dos fatos a partir de um viés desfavorável aos movimentos sociais, relatando principalmente que a ação fora praticada de maneira deliberada e gratuita, trazendo além de prejuízos econômicos, danos ao progresso da ciência. Desta forma, os “sem-terra” são descritos como contrários ao desenvolvimento tecnológico, e, portanto caracterizados como atrasados e contrários ao avanço científico.

Não restam dúvidas de que o resultado midiático desta ação é, no conjunto da sociedade, negativo à representação dos movimentos sociais que lutam por acesso a terra. Mesmo assim o trabalhador defende os atos das companheiras, expondo como justificativa o fato de que naquele instante não se destruía um símbolo do povo, o congresso Nacional, mas do latifúndio controlado por uma empresa multinacional. Se de fato existem diferenças no alvo dos protestos, no que diz respeito à exploração realizada pela mídia temos semelhanças, contudo desta vez o militante assume para si, através dos argumentos que elenca, parte da responsabilidade, já o MST opta por assumir, através dos depoimentos de suas lideranças, o ônus da ação coletivamente praticada, inclusive pagando o preço do desgaste de sua imagem perante a sociedade.

Outra divergência pode ser notada no reconhecimento do presidente Lula como um aliado dos trabalhadores rurais na luta pela Reforma Agrária no Brasil. Nem todas as lideranças do MST concordam com esta posição, uma vez que os resultados práticos da aliança com o governo federal vêm sendo cada vez mais questionados por representantes de diversos movimentos sociais. Sobre esta questão, é preciso destacar que pesquisadores (OLIVEIRA, 2006; SAMPAIO, 2006) dos conflitos fundiários brasileiros discordam veementemente da

política agrária praticada no atual governo, classificando-a como um programa de assentamentos que não atinge os alicerces da concentração da posse da terra no país.

No próximo relato, o trabalhador rural sem-terra fala das motivações que levam alguns companheiros a desistir da luta:

(...) Eu já vi bastante companheiro desistir da luta e até tombem por causa de vaidade, tá entrando na luta, às vezes aonde não se pertence, já tombem já tem visto companheiro de querer brigar com outro lá dentro, e nós sentar e explicar a situação pra ele que não é assim, que nós num trabalha dessa forma, aí eles acha que nós tá massacrando eles, tá entendendo? Mas nós tá recolhendo o companheiro, aí tem muitos dele que num entende, aí que não vai ficar ali que não vai ficar mandado por ninguém, viu? Que nunca viram ninguém ficar trabalhando coletivo pra os outro, viu? E ele num vai ficar ali fazendo coxo [trabalhando] pros outro e... eles pega e sai.⁶⁶

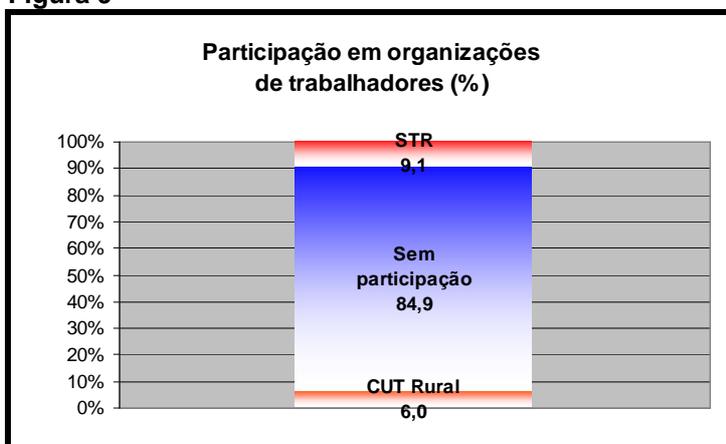
De acordo com a narrativa, alguns acampados saem do movimento por causa da “vaidade”. Isto é possível devido às agruras enfrentadas no acampamento; por outro lado, a expressão também pode ser interpretada como certo desencontro entre os desejos do sujeito e as diretrizes do MST. Nesta perspectiva, a vaidade simboliza um comportamento arrogante por parte daqueles que não se enquadram nas regras de convivência do grupo, daí o uso da expressão “não se pertence”, que ainda pode ser associada à falta de adaptação à vida no campo. Esta dificuldade em fazer parte de um coletivo pode ser compreendida, em parte, pela ausência de experiência em organizações sociais de trabalhadores (cf. tabela 16 e figura 9). No caso do acampamento Carlos Marighella, a maioria absoluta dos sem-terra (84,9%) ingressa no movimento sem ter vivenciado outras formas de organização social, apenas alguns trabalhadores (15,1%) já haviam participado de entidades sindicais.

Tabela 16

PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES	
Entidades	Quantidade
CUT Rural	02
STR	03
Sem participação	28
TOTAL	33

Fonte: Pesquisa de campo.
Universo: 33 proprietários de barraco.

Figura 9



Fonte: Pesquisa de campo. Universo: 33 proprietários de barraco.

⁶⁶ Entrevista concedida ao autor por Jerônimo Sales de Jesus (Ôna), 23 anos, natural de Jaguaquara (BA).

Segundo o relato, outros sem-terra deixam o acampamento⁶⁷ após brigas que são motivadas pela incompreensão da necessidade do trabalho coletivo. O acampado dissidente se sente explorado, pois entende que a direção do movimento o está “massacrando” ao exigir que suas atividades, pelo menos em parte, sejam direcionadas à coletividade. É preciso compreender que tais sujeitos, frente ao contexto de privações em que se encontram, evitam desgastar-se em áreas de produção coletiva delimitadas pela liderança do movimento, uma vez que este esforço representa um desgaste a mais, além de representar um tempo que lhe faz falta para o desenvolvimento de ações que possam lhe interessar mais diretamente. O quadro torna-se mais difícil quando o acampado é “convidado” a ceder parte da sua produção, o que é visto, em muitas ocasiões, como algo inaceitável. Afinal, o acampado que não “vai ficar ali fazendo coxo pros outro” logo se vê sem alternativas, não lhe restando outra opção que não seja a saída do acampamento. Sobre esta questão, os atuais acampados esclarecem que a produção e o conseqüente valor aferido, nestes espaços, constituem um fundo de reserva destinado a situações especiais e/ou emergenciais que é administrado por um tesoureiro escolhido dentre o conjunto dos trabalhadores.

É provável que haja divergências sobre a utilização destes recursos, bem como a maior ou menor participação na tomada de decisões, como nos alerta Vazzoler e Eid (2004, p. 6):

O problema que pode ocorrer é que começa a se conformar nesses coletivos uma estratificação entre seus membros, originada das funções desempenhadas, do diferencial de acesso às informações e das oportunidades de inserção no processo decisório. Essa situação pode levar a um distanciamento entre dirigentes e a base.

Além da possível má gestão do fundo ou da falta de participação nos processos deliberativos por parte dos trabalhadores, existe outro aspecto capital para a compreensão dos motivos que contribuem para um não alinhamento às normativas do movimento. A expressão, citada pelo sem-terra, “não vai ficar mandado por ninguém”, revela mais do que uma simples divergência ou desconfiança para com as lideranças; a afirmação aponta para o desejo de não se submeter ao ordenamento que lhe é imposto pelos dirigentes do movimento.

Para o sem-terra, a conquista da parcela do território simboliza a aquisição de certa autonomia em relação a outros atores sociais. Sua história de vida, em geral, é marcada por um longo acúmulo de enfrentamentos vividos nas resistências cotidianas perante o latifúndio, e que em grande medida permitiram a continuidade da sua existência, mesmo

⁶⁷ Neste caso, tratamos da área ocupada na Fazenda Dois Amigos, e não do acampamento provisório à margem da rodovia.

diante de situações desfavoráveis, bem como dos elementos culturais que lhes são peculiares. A este respeito, Scott (2002, p. 11) define as formas cotidianas de resistência camponesa como “a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros”. Logo, não podemos estranhar o processo de autodefesa elaborado pelo imaginário do sem-terra que personifica no dirigente a figura do antigo patrão, afinal de contas, ambos lhe subtraem o trabalho.⁶⁸

Como se pode observar, tem-se aqui uma importante “dobra” entre os interesses dos trabalhadores e do movimento social. A questão é perceber até onde os trabalhadores se orientam pelo projeto político-ideológico do MST, e, por outro lado, até onde o MST corresponde às demandas dos trabalhadores. Muito diferentemente do que é idealizado por lideranças do movimento, os sujeitos de sua base social sabem se apropriar dos fragmentos que lhes interessam, ressignificando-os em práticas e símbolos que atendam aos seus projetos. Desta forma, os objetivos iniciais convergentes, entre a direção e a base social, que podem ser reunidos na luta pela conquista da terra podem se revelar diametralmente divergentes em um segundo instante, ou seja, após a conquista da área em disputa. Guardadas as devidas proporções, esta é a situação descrita por Scott (2002, p. 30):

A revolução socialista, quando ocorre, pode eliminar muito dos piores males do regime antigo, mas, raramente, ou até nunca, foi o fim da resistência camponesa. As elites radicais que capturaram o Estado terão em mira objetivos diferentes daqueles dos camponeses que os apoiaram anteriormente. Enquanto o campesinato apega-se a sua pequena parcela, elas podem vislumbrar uma agricultura coletivizada. Enquanto o campesinato é devotado à autonomia local, elas podem querer uma estrutura política centralizada. Finalmente, eles podem querer taxar o campo de modo a industrializá-lo e certamente desejarão reforçar o estado versus a sociedade civil.

Ao estudar o processo de formação de subjetividades dentro do MST, Silva, C. (2004) aponta que na estrutura disciplinar do movimento não há espaços para desvios de condutas. Sejam elas comportamentais ou ideológicas, o infrator das normas prescritas pela organização social tem apenas duas opções: ou é disciplinado, ou é excluído dos quadros do movimento. Segundo a autora, em grande parte isto se dá pela interpretação ortodoxa que se faz do pensamento marxista, em que se pressupõe a necessidade de uma vanguarda, constituída por intelectuais, capaz de conduzir os trabalhadores do campo no seu processo de emancipação. Estes seriam sujeitos sem “cultura”, sem o conhecimento necessário para organizar a sua luta enquanto classe.

⁶⁸ Nesta pesquisa não foi possível entrevistar ex-acampados do Carlos Marighella, entretanto, em visita a outro acampamento do MST, situado às margens da BR-101 no município de Ibirapitanga – BA, pude conversar com uma família de sem-terra prestes a abandonar a área. Em resumo, apontavam o trabalho em áreas coletivas como o principal motivo da não permanência no movimento. Em suas palavras, isto significava “falta de liberdade”, e segundo estas pessoas, outras famílias já haviam saído do acampamento pelo mesmo motivo. Lamentavelmente este diálogo não foi gravado.

Neste contexto, a disciplina funciona como um instrumento pedagógico para aqueles que, em tese, desconhecem a sua condição social, logo se faz necessário formatar padrões de conduta até o momento em que os militantes internalizem este comportamento disciplinador. Tal concepção pode ser percebida nas palavras de uma importante liderança do MST: “Extraordinário é quando os membros de uma organização aprendem a orientar-se por conta própria, através da consciência do dever, por entender, compreender e decidir colocar em prática as decisões, para atingir os objetivos traçados coletivamente” (BOGO, 1999, p. 124). Evidentemente que a “coletividade” que irá traçar os objetivos desta organização é aquela que já adquiriu a “consciência do dever”. Novamente se percebe as estratégias que estratificam os sujeitos envolvidos na luta. No intuito de refutar tal compreensão, Silva, C. (2004, p. 43) registra que:

Muitos homens e mulheres que fazem parte do MST apenas seguem suas vidas, aram a terra, plantam, cuidam dos animais, de suas casas, de seus problemas cotidianos, sem relacionar diretamente isso tudo a uma luta política, ideológica. Podem não fazer grandes discursos ou gestos, mas nem por isso são menos importantes ou lutam menos. E é essa multiplicidade de sujeitos, com suas diferenças e entendimentos de como ser “sem-terra”, que constitui os acampamentos e assentamentos, territórios do MST, que tem garantido a permanência do Movimento e de suas lutas nas últimas décadas.

Thompson, E. (1997b), ao estudar as ações de caçadores ilegais nas florestas inglesas do século XVIII, constata que a caça irregular, além de saciar a fome dos camponeses, também representava uma resistência aos impostos cobrados pelo uso dos recursos naturais da propriedade. Desejar saber em que os caçadores pensavam no momento da captura dos animais é irrelevante se considerarmos a consequência, deste ato, no plano social.

Da mesma forma, nos conflitos fundiários, cultivar a terra não é menos importante para a transformação das relações sociais do que dominar os instrumentos teóricos para a luta de classes. O fato é que ao trabalhar no campo, a partir do modelo que idealizam, os trabalhadores sem-terra resistem a outro modelo econômico anteriormente vivenciado no “cativeiro” de propriedades alheias. Obviamente que alguns podem, com o passar do tempo, acumular capital tornando-se pequenos capitalistas. Entretanto, dado a forma com que se relacionam aos valores culturais, esta, provavelmente, não será a primeira opção. A resistência ao projeto político-ideológico apresentado pelo MST talvez seja um bom exemplo de sua tenacidade ao universo rural tradicional.

Desta forma o trabalhador que foge das orientações da direção do movimento social, em geral caracterizado como um sujeito sem consciência, é na verdade um ator importante na luta de classes, de forma que seu instinto de autopreservação, por mais egoísta que possa

parecer, no fundo reflete um pacto com um compromisso maior que é o seu modo de ser e agir no mundo, e no caso dos sem-terra, pode-se dizer que isto já representa algo muito importante. Sobre a questão da falta de consciência, Silva, C. (2004, p. 43) conclui que:

Mas, e se essa falta de consciência, essa falta de vontade de alguns indivíduos em seguir exatamente os caminhos propostos por lideranças ciosas em construir o “novo” for pensada muito mais como uma linha de fuga, de escape? Quem sabe, ao invés de sujeitar-se a modos de ser, de viver, de trabalhar, a fim de serem exemplos “concretos” de como a “sociedade ideal”, “o homem novo” pode tornar-se possível, os homens e mulheres não estejam exercitando e experimentando sua liberdade.

A construção de uma identidade social ou “consciência” pode ser pensada a partir da idéia de ressentimento de classe, proposta por Barbelet. Para este autor, a produção desta subjetividade de classe não está associada a um processo intrinsecamente motivado, mas é fruto da interação entres os sujeitos e suas circunstâncias sociais, portanto, das relações de classe. O ressentimento “é vivenciado quando um agente externo nega oportunidades e valores que seriam do direito dos atores, sendo, assim, um sentimento de indignação contra a desigualdade” (BARBELET *apud* MENEZES, M., 2002, p. 39). Esta definição se aproxima do conceito formulado por outro autor, ao definir que “(...) as ações humanas entram em choque com as regras instituídas e reificadas no cotidiano de uma determinada sociedade, tornando-as conscientes” (TURNER *apud* MARQUES, 2000, p. 113).

Estes autores comungam com o formulado por Thompson, E. (1997a) ao analisar o processo de formação da classe operária inglesa. O historiador inglês define o conceito de classe como uma categoria histórica, que se estabelece a partir do relacionamento dos sujeitos que, a partir de certos momentos, tem objetivos em comum. Portanto, sua constituição é tanto social como cultural, pois adquire existência em um processo de luta que desenvolve a aquisição contínua de identidades culturais e políticas.

As classes não existem como entidades separadas, que olham ao redor, encontram uma classe inimiga e começam logo a lutar. Pelo contrário, as pessoas se encontram em uma sociedade estruturada de modos determinados (crucialmente, mas não exclusivamente, em relações de produção), experienciam a exploração (ou a necessidade de manter o poder sobre os explorados), identificam pontos de interesse antagônicos, começam a lutar por estas questões e no processo de luta se descobrem como classe, chegando a conhecer esse descobrimento como consciência de classe (THOMPSON, E., 1997a, p. 149)

Assim, a produção de valores para os sem-terra, em especial o sentimento de pertencimento social, se dá na luta, no processo em que se disputam espaços onde seja possível (re)criar uma identidade de classe capaz de estabelecer laços culturais e posturas sociais diferentes daquelas experienciadas como proletário rural. Estes sujeitos formatam sua consciência classista a partir de suas experiências, na maioria das vezes, desconsiderando formas clássicas de organização social (cf. tabela 17).

Tabela 17

USOS LEXICAIS DOS ACAMPADOS DO CARLOS MARIGHELLA CAMPO SEMÂNTICO: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO		
Vocábulos	Ocorrências	Percentual
Movimento	163	79,12
Coletivo (grupos de famílias)	35	17,00
Sindicato	3	1,46
Associação	3	1,46
Cooperativa	1	0,48
Partido	1	0,48
TOTAL	206	100,00

Fonte: Transcrições das entrevistas realizadas na pesquisa de campo.

A análise dos vocábulos utilizados pelos acampados para caracterizar as formas de organização revela como os sem-terra se reconhecem como protagonistas dos enfrentamentos agrários, uma vez que utilizam a expressão “movimento” (79,12%), termo de uso abrangente que não se restringe apenas à sigla da qual fazem parte, mas à concepção de um projeto de vida baseado na terra que é incorporado pelo conjunto dos trabalhadores. A utilização deste vocábulo reforça o processo em que vivem, ao deslocar-se em novas direções. Como discutido anteriormente, nem sempre a organização de luta política respalda a totalidade dos objetivos destes sujeitos, podendo em algumas situações transformar-se em obstáculo para sua realização. Exemplo desta “dobra” é o trabalho organizado no “coletivo” (17,00%), que pode ser questionado ou até mesmo rejeitado pelos trabalhadores, que no conjunto das entrevistas não revelaram perceber como relevantes para sua trajetória outras possibilidades de organização política.

No tocante aos movimentos que lutam pela terra, o que temos efetivamente em termos práticos é que a aceitação, por parte do trabalhador, do projeto ideológico que se materializa no cotidiano dos acampamentos e assentamentos destas entidades pode representar a possibilidade da conquista de um pedaço de chão. Por outro lado, a rejeição deste aporte de subjetividades pode levá-lo a desistir definitivamente do projeto de acesso a terra, como também produzir novas errâncias (SILVA, M., 1999, 2004), em busca de outro chão que se faça pedaço em sua vida. Logo, ao que parece, não se trata necessariamente da presença ou ausência de consciência, mas sim de convencimento ou não dos sujeitos frente aos discursos que lhes são apresentados pelos movimentos sociais durante os encontros na história sob os barracos de lona.

3º Capítulo – A LUTA: a história sob os barracos de lona preta

3.1. Constituição do acampamento e origem das famílias

A ocupação da Fazenda Dois Amigos, na madrugada do dia 28 de outubro de 1999, dá início ao conflito fundiário, pela posse dos 733,8 hectares,⁶⁹ entre os integrantes do MST e o representante do latifúndio cacaeiro. Segundo os relatos dos sem-terra, o contingente inicialmente envolvido na ação era composto por aproximadamente quarenta e cinco trabalhadores, entre homens e mulheres. O número era considerado pequeno e colocava em dúvidas o êxito da ocupação, mesmo assim os sem-terra resolvem seguir na empreitada, de maneira que chegam ao local enfrentando a chuva e o frio.

Figura 10 – ACAMPAMENTO CARLOS MARIGHELLA, OUTUBRO 1999



Foto: Ayan Hohlenwerger

Ao amanhecer, o acampamento é erguido nas margens da BA-650 (cf. figura 10), oportunidade em que surgem as primeiras expectativas, conforme o presente relato:

(...) chegamos três hora da manhã, não dava pra enxergar nada, só malmente uma estradinha dentro do mato, jogamos a lona lá, descarregamos o caminhão, esperamos o dia amanhecer, aí sim foi que aumentou a expectativa, que o pessoal, alguns moradores passou lá e disse que o homem era muito valente, que atirava, fazia e acontecia. Mas a gente naquela euforia, naquela esperança, montamos logo um acampamento, alguns barracos, e não teve de

⁶⁹ A área foi considerada de interesse da Reforma Agrária pelo decreto presidencial de 20 de agosto de 2001 (BRASIL, 2001a).

imediatamente nenhuma repressão, ficou naquela pressão psicológica, ele [o fazendeiro] sempre dizendo que ia fazer, acontecer com a gente, que ia matar.⁷⁰

De acordo com as informações dos acampados, os sem-terra, que participam da ocupação, estavam alojados em um acampamento provisório localizado no município de Itagibá, sendo transportados para o local em uma camioneta, modelo F-4000. A cidade de Itagibá foi escolhida pelo movimento como base das ações da Regional Baixo Sul do MST, basicamente por dois motivos: 1) No município havia, desde 1983, uma experiência de luta pela terra que resultara na conquista de algumas áreas para o cultivo comum; 2) O pároco local, padre Petrônio,⁷¹ oferece apoio às ações do movimento social.

Em Itagibá, o MST já havia realizado ações de ocupação que resultaram na prisão de alguns dos seus militantes. O movimento realiza, então, uma série de atividades no município para exigir a libertação dos sem-terra que se encontravam presos. O resultado da mobilização é a ampliação das famílias cadastradas e a construção de um acampamento no mercado municipal (cf. figura 11).

Figura 11 – MERCADO MUNICIPAL DE ITAGIBÁ, AGOSTO 1999

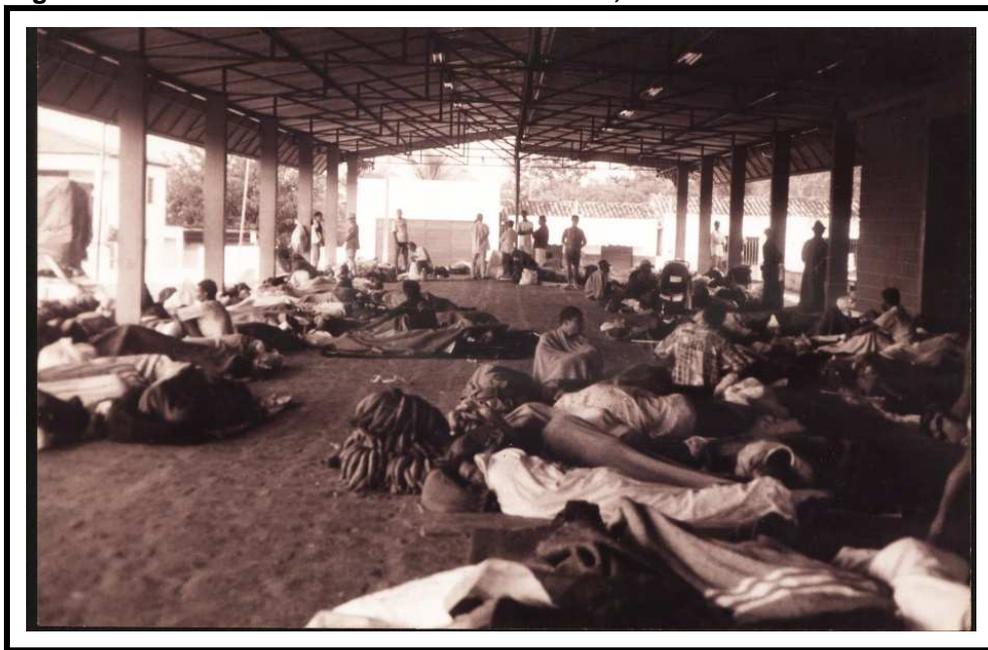


Foto: Ayan Hohlenwerger

Posteriormente, ainda no município de Itagibá, o acampamento é deslocado para os perímetros urbanos, conforme o seguinte relato:

⁷⁰ Entrevista concedida ao autor por Adailton Silva Sousa, 39 anos, natural de Itajú do Colônia (BA).

⁷¹ Além de padre Petrônio, os acampados também reconhecem a colaboração de padre Ignácio, do município de Dário Meira, e de irmã Sunta, em Ipiáú.

Nóis tava acampado na saída do posto de gasolina, fica próximo à casa de farinha, de frente à casa de farinha tem logo na entrada um quebra-mola e tava acampado ali, mas o primeiro acampamento logo no início foi na praça, foi lá na saída do bairro 31 de março, lá num terreno baldio, o dono da fazenda pegou doou o terreno pra nós fazer os barraco, aí dali pra cá foi quando teve a prisão, os menino... e aí fizemos o acampamento na saída de Itagibá, na saída que vem pra Ipiaú.⁷²

Apesar de a ocupação durar muitos anos o caráter provisório do acampamento continua presente até os dias atuais, uma vez que os sem-terra são obrigados a se deslocar devido às reiteradas ações de reintegração de posse. Nestas oportunidades os trabalhadores ficam, em geral, à margem da pista aguardando o momento para retornar à área, não sendo possível estimar o tempo da nova ocupação, de acordo com as lideranças é preciso reunir as forças para retomar o território. Este período pode levar 48 horas, ou, como no caso mais recente, sete meses. Esta instabilidade é uma das mais importantes características do acampamento, espaço-tempo fortemente marcado pelas incertezas.

No caso do Carlos Marighella, onde já transcorreram praticamente oito anos de conflito, tal imprevisibilidade faz com que o fluxo de pessoas seja constante, havendo inclusive casos em que a movimentação ocorra nos dois sentidos pelo mesmo núcleo familiar, conforme a narrativa a seguir:

Agora mesmo tem dois anos, né? Que a gente veio pra aqui, porque agente ficou aqui, aí depois a gente tava achando que... num ia dar, aí saiu, foi trabalhar ni fazenda, aí viu que na fazenda num tava dando certo, porque tava trabalhando pros outro, então vamo voltar de novo e tal, aí nós tornou a voltar pra aí de novo.⁷³

A sem-terra esclarece que após um período no acampamento sua família resolve voltar a trabalhar nas fazendas, pois não acreditava que fosse efetivamente possível conquistar a terra, o que consiste em uma decisão perfeitamente compreensível frente aos constantes embates que desgastam os acampados, agravando as relações de confiança e afetando, sobretudo, o ânimo da coletividade. Posteriormente o núcleo familiar reconsidera a possibilidade de retornar ao acampamento, pois não consegue trabalhar “pros outro”. Esta constatação é determinante para a decisão de retomar a luta, pela posse da terra, no acampamento Carlos Marighella, novamente negando a experiência do trabalho assalariado nas roças de cacau.

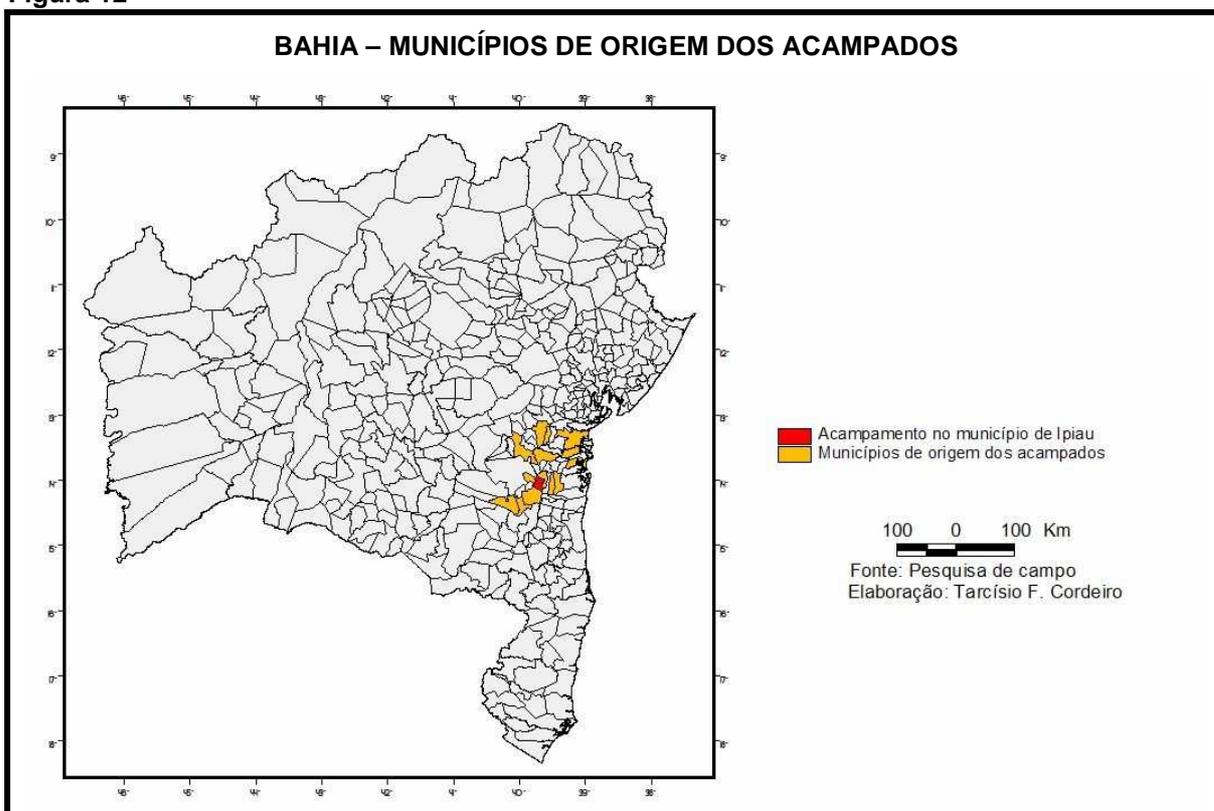
A dinâmica presente neste tipo de deslocamento não diz respeito apenas à inconveniência produzida pelos constantes despejos, mas a todo um conjunto de fatores que se associam nas avaliações dos sem-terra, determinando a permanência ou não no acampamento. Se,

⁷² Entrevista concedida ao autor por Ailton Batista dos Santos, 41 anos, natural de Ibicuí (BA).

⁷³ Entrevista concedida ao autor por Elisângela Passos Couto, 29 anos, natural de Salvador (BA).

por um lado, ocorrem ponderações relativas às privações com as quais precisam se relacionar cotidianamente, o medo decorrente das violências às quais estão expostos durante os entreveros com o latifúndio e a polícia do Estado, a expectativa de melhores oportunidades disponíveis em outros espaços, a não adaptação às regras do movimento social; por outro, há o desejo de acesso a terra em que poderão trabalhar livremente sem o jugo do fazendeiro, possibilidade, que permitirá reatar laços culturais e de sociabilidades, em um espaço que proverá, posteriormente, suas necessidades materiais, servindo como reserva de valor para os descendentes. Estes sujeitos podem ainda considerar que as adversidades sofridas no campo não diferem substancialmente da violência e exclusão vivenciadas nos centros urbanos, além das demandas pessoais que levam os sem-terra a optar ou não pela continuidade no acampamento. Todos estes aspectos fazem com que o acampamento seja um espaço em que se verificam constantes mudanças no coletivo que o constitui. A origem dos trabalhadores consiste em um dado importante para a compreensão da dinâmica experienciada nos deslocamentos dos trabalhadores (cf. figura 12)⁷⁴.

Figura 12



Os dados, sobre a naturalidade, dão conta de que no universo pesquisado, 8 pessoas são naturais de Ipiaú (24,24%), 10 da região do Cimiruc (30,30%), 10 do Baixo Sul baiano

⁷⁴ Neste mapa não está incluída a naturalidade da única sem-terra nascida em outro Estado, mais precisamente no município de Piranhas – Alagoas.

(30,30%), 4 de outras regiões da Bahia (12,16%), e apenas uma pessoa é natural de outro Estado brasileiro (3,0%). Quando considerada a localização do acampamento, no município de Ipiaú, constata-se que 97% dos acampados têm sua origem num raio que não ultrapassa 300 quilômetros de distância.

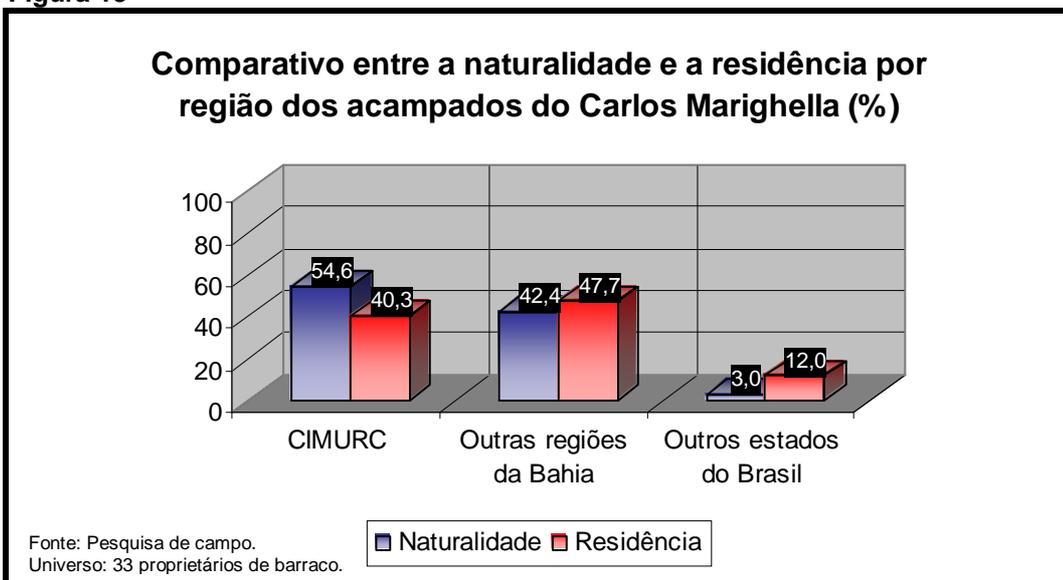
O contraste, das informações sobre as localidades de nascimento e de residência dos sem-terra (cf. tabela 17 e figura 13), colabora para indicar o caráter dinâmico encontrado no espaço em discussão, cuja composição leva em conta a grande participação daqueles que, segundo Silva, M. (1999), são os errantes da terra.

Tabela 17

NATURALIDADE E RESIDÊNCIA POR REGIÃO DOS ACAMPADOS DO CARLOS MARIGHELLA			
Região	Naturalidade	Residência	Alusões totais
CIMURC	18	27	45
Outras regiões da Bahia	14	32	46
Outros estados do Brasil	01	08	09
TOTAL	33	67	100

Fonte: Pesquisa de campo.
Universo: 33 proprietários de barraco.

Figura 13



A maioria dos acampados é natural dos municípios circunvizinhos ao acampamento que integram a área de atuação do Cimurc, contudo o percentual de naturalidade (54,6%) não encontra correspondência direta com a residência verificada nestas localidades (40,3%). A explicação para tal contraste são os deslocamentos, em busca de trabalho, produzidos pela

crise econômica experienciada no colapso da lavoura cacaueteira, o que determina o movimento migratório para outras regiões da Bahia, ou ainda para outros estados do Brasil, o que é notado pelo incremento dos índices de residência sobre a taxa de nascimentos nestas localidades.

Verifica-se, no plano das demais regiões baianas, uma leve variação entre os índices de naturalidade (42,4%) e residência (47,7%), indicando movimentos pontuais, caracterizados pelo surgimento esporádico de oportunidades de emprego ou ainda demandas de ordem particular. Entretanto, no plano nacional, o índice de nascimentos (3,0%) é quadruplicado pelo percentual relativo às localidades de moradia (12,0%), de maneira que o movimento, diferentemente da variação anteriormente observada, revela-se consistente e indica uma opção efetiva para os trabalhadores que percebem maiores oportunidades em municípios situados em outros estados. Este aspecto é também notado quando considerado os usos lexicais, dos acampados, relativo ao campo semântico das localidades (cf. tabela 19):

Tabela 19

USOS LEXICAIS DOS ACAMPADOS DO CARLOS MARIGHELLA CAMPO SEMÂNTICO: LOCALIDADES		
Vocábulos	Ocorrências	Percentual
Ipiaú	79	36,75
Ibirataia	30	13,95
Jequié	29	13,49
São Paulo	26	12,09
Salvador	22	10,23
Wenceslau Guimarães	15	6,98
Gandu	12	5,58
Itabuna	2	0,93
TOTAL	215	100,00

Fonte: Transcrições das entrevistas realizadas na pesquisa de campo.

No que diz respeito às referências feitas às localidades, nas entrevistas dos acampados, pode-se verificar que os trabalhadores apresentam vínculos mais efetivos com os municípios, próximos ao acampamento – Ipiaú (36,75%) e Ibirataia (13,95%) – que são utilizados como pontos de apoio à luta pela terra, assim como a cidade pólo regional de Jequié (13,49%). Em seguida, aparecem as citações a capital paulista (12,09%) que superam, inclusive, as alusões a capital baiana (10,23%), bem como os demais municípios da região, Wenceslau Guimarães (6,98%), Gandu (5,58%) e Itabuna (0,93%).

As referências à cidade de São Paulo, em detrimento de localidades mais próximas ao acampamento, estão associadas ao imaginário dos acampados, que compreendem a capital paulista, bem como o Estado de São Paulo, como um lugar em que é possível realizar o sonho da transformação, da vida sofrida em bonança. Sobre este aspecto, Estrela (2003, p. 209) comenta que:

O fato de São Paulo se apresentar como o Estado brasileiro em que as relações capitalistas estavam (estão?), de longe, mais desenvolvidas em relação aos demais e, além disso, mostrar significativo desenvolvimento econômico deu margem à criação de um rico e interessante conjunto de representações sociais. São Paulo era (ou continua sendo?) visto por seus habitantes e pela população dos demais Estados brasileiros como lugar da riqueza, do progresso, da modernidade, do trabalho, da pujança, enfim, do Eldorado.

O fato é que, no conjunto das informações coligidas, a maioria dos sem-terra faz referências a espaços que extrapolam os limites do contexto regional mais imediato. Para estes sujeitos, a luta pela terra implica também a resolução dos problemas vivenciados nas sucessivas migrações em que o acampamento é também compreendido como espaço da trajetória errante. Já outro grupo, ligeiramente menor que o anteriormente descrito, opta por ingressar na luta por um pedaço de terra num acampamento próximo aos locais de origem e/ou residência, opção que lhes permite, por exemplo, acessar uma rede de apoio que minimize os problemas vivenciados na área de conflito.⁷⁵

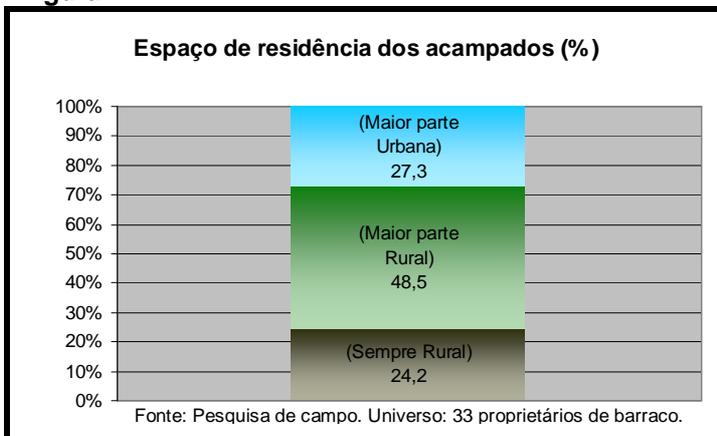
Outro dado importante para a melhor compreensão da origem dos sem-terra que constituem o acampamento Carlos Marighella são as informações relativas ao espaço de residência destes sujeitos, em que é possível verificar a predominância, na perspectiva da moradia, do meio rural sobre o urbano (cf. tabela 20 e figura 14).

Tabela 20

ESPAÇO DE RESIDÊNCIA DOS ACAMPADOS	
Espaço	Quantidade
Sempre rural	08
Maior parte rural	16
Maior parte urbana	09
Sempre urbana	00
TOTAL	33

Fonte: Pesquisa de campo.
Universo: 33 proprietários de barraco.

Figura 14



⁷⁵ Leite (2005) descreve a utilização desta estratégia em áreas de assentamentos.

Majoritariamente, os trabalhadores afirmam ter residido a maior parte da vida em áreas rurais (48,5%), já outro segmento declara nunca ter saído deste espaço (24,2%), de maneira que os percentuais, quando somados, indicam que aproximadamente sete em cada dez entrevistados estabelecem relações mais constantes com o espaço rural. Por outro lado, não são notadas referências à residência exclusivamente urbana, apesar de um conjunto de acampados reconhecer a experiência nas cidades como superior ao tempo vivido no campo (27,3%). Possivelmente, para este último grupo, a luta pela terra apresenta significados diferentes daqueles que já conhecem o cotidiano do universo rural. Logo, é admissível pensarmos a luta pela terra a partir destas duas perspectivas. As falas a seguir ilustram o modo como duas trabalhadoras, com origens distintas (rural e urbana), esclarecem os motivos da vinda para o acampamento:

(...) a gente ficava passando como Deus planejava e ele [o fazendeiro] falou com meu marido pra... que ia dar a roça de meia, aí na linguagem dele deu a roça de meia, só que não foi bem como a gente planejou, né? Meu marido entrou na roça, tava toda morta, o cacau tava todo morto! Aí vai ele [o marido] com os filho... vai dizer: "nós vamos zelar essa roça", e... Bel deu de meia e tal, tudo bem! Mas só que foi engano nosso, nosso sonho foi de água abaixo, quando o cacau tava todo na folhinha nova, aí ele [o fazendeiro] disse: "É, num dá mais pra vocês ficarem aqui", ó... o latifúndio o que que faz, "Num dá mais pra vocês ficarem aqui, porque aqui eu vou botar, eu vou consertar essa casa e depois eu vou botar", é... não sei se era a mulher dele que vinha pra roça, né? "Minha mulher vai vir pra roça e tal", antes, num tinha, né? Aí, eu disse: "É, fazer o que, né? A roça é sua!", aí que que nós vai fazer? Nada! Aí ele pediu um prazo, deu o prazo, mas Deus é maravilhoso! Quando eles [os latifundiários] planeja uma coisa, Deus planeja outra coisa melhor, aí foi aonde eu vim me parar aqui no movimento, e tô até hoje!⁷⁶

Rapaz! Eu trabalhava das seis da manhã, num tinha horário não, às vezes eu ia pra casa duas horas da madrugada, tinha horário não... é porque era um bar e restaurante, entendeu? Então a mulher morava em Ibitupã e tinha um bar lá, aí ela ia e vinha todos os dias, aí deixava eu pra fechar o bar, chegava alguém pra beber eu tinha que ficar até o cliente sair, aí sempre chegava uma amiga minha pra ficar comigo, mas num tinha horário pra fechar não, tinha pra abrir sim.⁷⁷

A primeira narrativa revela um momento da trajetória errante de uma família de trabalhadores rurais que resolve, após o rompimento unilateral do contrato anteriormente acordado com o representante do latifúndio, se dirigir ao Carlos Marighella, que é tratado pela sem-terra como "movimento", termo de uso comum dos acampados. A narradora inicialmente discorre sobre o esforço da família em recuperar a roça de cacau ofertada na meia pelo produtor rural, o qual, segundo o relato, toma a área oferecida após a recuperação dos cacauzeiros. A astúcia do fazendeiro é denunciada pela expressão "antes num tinha, né?", sugerindo a mudança de postura por parte do empregador, que além de não cumprir o trato da meia, solicita a saída dos trabalhadores rurais da sua propriedade sob o argumento da mudança da família do fazendeiro para o local. A ordem é recebida com

⁷⁶ Entrevista concedida ao autor por Maria José da Conceição, 47 anos, natural de Piranhas (AL).

⁷⁷ Entrevista concedida ao autor por Eliane Aleixo dos Santos, 24 anos, natural de Dário Meira (BA).

uma resignação aparente, “é, fazer o que, né?”, que disfarça mágoa para com o gesto injusto. Para a família de camponeses, que se vê lesada, não há outro recurso que não seja retirar-se da fazenda, pois não dispõe de forças para contrapor o ordenamento social estabelecido. Segundo a narradora, a solução para as errâncias da família é atribuída à entidade divina, que aponta na direção do movimento social. Possivelmente, para este núcleo familiar, o acampamento representa a oportunidade do retorno definitivo a terra, o que possibilita retomar uma série de práticas interditas durante as errâncias pelas fazendas da região cacauzeira.

No segundo relato, a motivação da migração está centrada na rotina extenuante de trabalho vivenciada num bar e restaurante, localizado no centro urbano. A descrição da extensa carga de trabalho é o foco da narradora, afinal de contas pegar no batente às seis da manhã e encerrar o expediente, em algumas oportunidades, às duas da madrugada representa uma jornada de 20 horas consecutivas. Nas palavras da sem-terra, “num tinha horário pra fechar não, tinha pra abrir sim”. O fragmento assinala a violência presente na relação de trabalho em que o indivíduo é coisificado, transformado em objeto: “eu tinha que ficar até o cliente sair”. A permanência, por parte da narradora, nesta função por um determinado período de sua vida é compreendida por outras informações apresentadas no contexto da entrevista, que revelam a ausência de oportunidades de emprego em sua cidade. Além disso, com 24 anos ela só havia estudado até a quinta série do ensino fundamental, e a baixa qualificação a impossibilitava de exercer outras funções. Para esta acampada, o movimento sem-terra representa a esperança de acesso a algo absolutamente novo, que apesar de não ter sido experienciado, é desejado, uma vez que o espaço urbano parece não corresponder às expectativas da narradora.

Em ambas as narrativas, percebe-se a experiência da pobreza que acaba por determinar a exploração tanto no trabalho empreendido nas roças de cacau, como no desenvolvido no centro urbano. É por isso que as trabalhadoras desejam, através do ingresso no acampamento Carlos Marighella, mudar de vida. Contudo, conforme ilustram os relatos, tal mudança apresenta significados distintos. Em certas oportunidades, mudar pode representar o desejo pelo restabelecimento de uma série de práticas, costumes e hábitos, enquanto que em outros momentos pode caracterizar a vontade de adquirir uma nova série de práticas culturais.

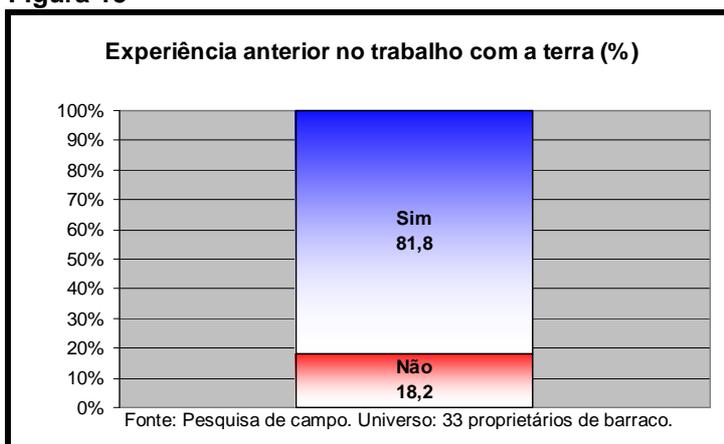
A delimitação destes dois grupos pode ser percebida mais nitidamente através das respostas atinentes à experiência, anterior ao acampamento, no trabalho com a terra (cf. tabela 21 e figura 15).

Tabela 21

EXPERIÊNCIA ANTERIOR NO TRABALHO COM A TERRA	
Experiência	Quantidade
Sim	27
Não	06
TOTAL	33

Fonte: Pesquisa de campo.
Universo: 33 proprietários de barraco.

Figura 15



Os dados possibilitam a compreensão de que a luta pela terra é prioritariamente uma pugna pelo retorno dos que no passado aprenderam o ofício do labor agrário (81,8%). A estes sujeitos se une um conjunto de pessoas dispostas a conhecer outra forma de vida orientada pelo trabalho no campo (18,2%). A importância do relacionamento com a terra pode ser ainda observada na construção argumentativa, proposta por alguns dos acampados, que intenta apresentar uma origem rural que justifique sua atuação no MST, mesmo que se encontrem distanciados do contato com a terra por um longo período de suas vidas, conforme pode ser percebido nos argumentos apresentados a seguir:

Minha família já é trabalhadora rural, que a gente foi criado na roça e aí desde pequeno que a gente trabalha na roça, né? Minha mãe levava a gente pra roça, aí trabalhava, aí outra família me pediu pra ela, né? Aí vim morar com essa outra família em Itagibá, porque a gente morava numa cidadezinha pequena perto de Itagibá, aí eu vim morar com essa família em Itagibá, então, aí eu fiquei, aí morei vinte e dois ano com essa família, eu casei, aí depois de casada com dois filho, foi que eu fui participar do movimento.⁷⁸

As imagens captadas pela memória da sem-terra fazem referência ao tempo da infância em que a mãe conduzia os filhos para o trabalho na roça. Esta relação inicial com o campo parece ser interrompida no momento em que a narradora é entregue aos cuidados de outra família com a qual convive por um longo período no centro urbano. Apenas após o casamento e o nascimento dos filhos é que dá início à tentativa de retorno ao espaço rural, oportunidade em que adere ao movimento.

Outra constante no conjunto dos acampados que integram o Carlos Marighella é a baixa escolaridade que atinge de forma indistinta homens e mulheres de todas as faixas etárias (cf. tabela 22, figuras 16 e 17).

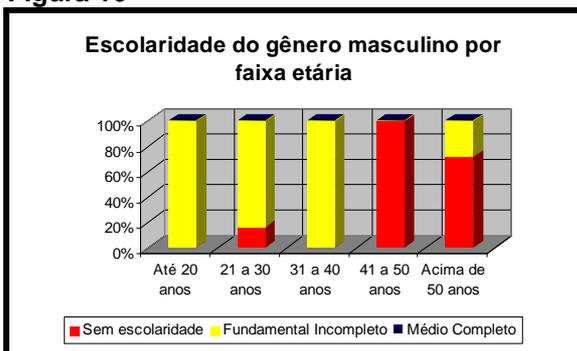
⁷⁸ Entrevista concedida ao autor por Edísia Evete Amâncio Batista, 36 anos, natural de Itagibá (BA).

Tabela 22

FAIXAS ETÁRIAS	MASCULINO			FEMININO		
	Sem escolaridade	Fundamental Incompleto	Médio Completo	Sem escolaridade	Fundamental Incompleto	Médio Completo
Até 20 anos	-	2	-	-	2	-
21 a 30 anos	1	5	-	1	2	-
31 a 40 anos	-	3	-	1	1	-
41 a 50 anos	3	-	-	3	-	-
Acima de 50	5	2	-	1	-	1
TOTAIS	9	12	0	6	5	1

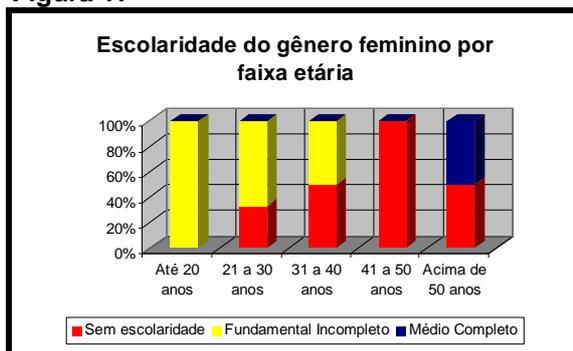
Fonte: Pesquisa de campo.
Universo: 33 proprietários de barraco.

Figura 16



Fonte: Pesquisa de campo.

Figura 17



Fonte: Pesquisa de campo.

Nos questionários aplicados nota-se que apenas uma trabalhadora tem o nível médio completo, enquanto a maioria, 17 trabalhadores (doze homens e cinco mulheres), apresenta uma escolaridade restrita a algumas séries do ensino fundamental. Nestes casos, a permanência no espaço escolar não ultrapassa a sexta série. Já outro expressivo grupo, constituído por 15 entrevistados (nove homens e seis mulheres) nem mesmo tinha freqüentado a escola, declarando-se também analfabetos. As informações quando contrastadas apontam que os acampados mais jovens, via de regra, conseguem freqüentar pelo menos as séries iniciais do ciclo básico, enquanto que a não escolarização aumenta nas faixas etárias em que a idade é maior, independentemente do gênero. A exceção é o caso da sem-terra que pôde concluir o ensino médio.

A baixa escolaridade e o analfabetismo dos acampados reduzem em larga escala a possibilidade que estes sujeitos têm de pleitear oportunidades de emprego que exijam uma

maior qualificação. Este aspecto pode determinar, quando das errâncias nos centros urbanos, a baixa remuneração percebida em trabalhos não formais, em que o disposto pela legislação trabalhista é desconsiderado. No relato dos acampados, esta situação pode ser notada nas referências ao trabalho doméstico, geralmente destinado às mulheres, bem como ao da construção civil, no caso dos homens. Para estes sujeitos, com baixa escolarização, há também a possibilidade da participação em atividades não legalizadas, como a que se verifica na presente narrativa:

(...) já voltei em São Paulo várias vez, pra empreiteira, trabalhar de ser pedreiro, já fiz lá três obra, uma em Sapibemba, outra em Itaberaba e outra em Pintiado, vim de lá, três obra e vim embora e de lá fui... até o Paraguai comprar mercadoria pra vender aqui, fui na Argentina comprar coisa e eu digo; “Óia! essas coisa num dá certo não!”, eu posso perder tudo que tô arrumando e duma hora pra outra e aí num dá certo, eu vou largar esse negócio! A gente ganha muito, vai ganhando, vai ganhando pensando que tá bem, quando pensa que não, pegaram um companheiro de junto da loja, prenderam ele na federal, ele e um primo meu.⁷⁹

Em seus deslocamentos o narrador busca empreender atividades que melhor assegurem sua sobrevivência, daí as sucessivas migrações para a capital paulista, cidade na qual consegue empregar-se como pedreiro em pelo menos três oportunidades. Em seguida, comenta sobre as viagens ao Paraguai e Argentina, momento em que realiza compras de mercadorias para serem revendidas no Brasil. A atividade se mostra lucrativa, mas também perigosa, como na referência à prisão de um companheiro e de um parente. Na narrativa, tal acontecimento apresenta um efeito didático que é determinante à suspensão do seu envolvimento com o comércio clandestino. Ambas as atividades representam, em níveis distintos, uma arriscada situação para o trabalhador, pois são caracterizadas pela ilegalidade – trabalhista, do qual o trabalhador é vítima, no caso da construção civil, e, criminal, quando da comercialização de contrabando.

Retomando o debate sobre a escolarização dos acampados, é preciso reconhecer o esforço empreendido pelo MST no sentido de assegurar o acesso dos acampados, de todas as idades, à educação. Os relatos dos acampados revelam uma preocupação com a educação dos filhos que, apesar de todos os transtornos ocasionados pelo conflito, freqüentam a escola com regularidade graças a um veículo que transporta as crianças em idade escolar, 6 a 14 anos, diariamente, do acampamento para as escolas. Cabe registrar que, apesar da legislação educacional garantir o acesso dos menores à escola, o transporte, mesmo precário (cf. figura 18), somente foi conquistado após uma ação do movimento que ocupou a sede do poder executivo municipal, com as crianças e mulheres do acampamento.

⁷⁹ Entrevista concedida ao autor por Ademar Bispo Cardoso, 65 anos, natural de Itagibá (BA).

Figura 18 – TRANSPORTE ESCOLAR DAS CRIANÇAS, JULHO 2007



Foto: Mateus dos Santos

No acampamento encontra-se também um pequeno grupo constituído por três jovens que realizam o curso superior da Pedagogia da Terra, ofertado pela UNEB em parceria com o MDA, no assentamento Primeiro de Abril, situado no extremo sul baiano, mais precisamente no município do Prado.

O problema maior se dá entre os jovens e adultos que há tempos não freqüentam o espaço escolar. Para estes sujeitos, o movimento propõe inicialmente uma formação básica, ministrada por professores leigos, que intenta primordialmente alfabetizar os trabalhadores ou, no dizer dos sem-terra aprender, a “pelo menos assinar o nome”. No caso do acampamento em estudo, os jovens que fazem o curso superior são os responsáveis pelo processo de alfabetização dos demais acampados. Entretanto, há um momento em que os professores do acampamento precisam se ausentar da área para freqüentar as aulas no curso de Pedagogia da Terra. Nesta oportunidade são substituídos por um sem-terra que estudou até a quinta série, cuja escolha parece ter sido determinada pela habilidade de ler, demonstrada na leitura de textos bíblicos.

Além deste trabalho, tem-se em execução o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) do governo federal, que em parceria com os movimentos sociais e universidades vem atuando no sentido de reduzir os alarmantes índices da baixa escolarização verificada em áreas de acampamentos e assentamentos rurais. O programa apresenta pontos muito positivos no que diz respeito a sua concepção e execução, como a

presença de educadores dos movimentos na elaboração dos módulos distribuídos gratuitamente ou ainda a construção de um calendário flexível que atenda às demandas específicas de cada região como, por exemplo, o momento da colheita e as datas relativas as mobilizações do movimento.

Entretanto, segundo o relato dos acampados no Carlos Marighella e dos monitores do Pronera responsáveis pela execução do programa no acampamento, ocorre uma série de entraves que atrapalham a melhor consecução das atividades educacionais programadas, a saber:

- 1) inadequação do espaço físico em que são ministradas as aulas;
- 2) número de educandos superior ao permitido por turma;
- 3) dificuldade de acesso dada as grandes distâncias a serem percorridas. Este fator amplia, inclusive, o risco das emboscadas;
- 4) as deficiências visuais dos trabalhadores que são ampliados pela dificuldade em ler à noite, em geral, sob a luz do lampião a gás;
- 5) os constantes despejos, apontados de forma unânime como o maior problema, que implicam na perda do material escolar e a posterior dificuldade em motivar os educandos a retomar os estudos.

Como se pode notar são muitos os obstáculos interpostos ao sucesso do programa, contudo os trabalhadores seguem na luta pela educação, construindo ou reconstruindo espaços para as aulas, salvando o que é possível do material escolar nas oportunidades em que são despejados, tentando aprender a ler o que não conseguem sequer ver. Empreendendo, desta maneira, um esforço grandioso não apenas para acessar a terra, mas também à educação.

Em síntese, a proximidade do acampamento, em relação às localidades de origem dos acampados, a experiência anterior destes sujeitos com a terra, as relações de sociabilidade anteriores ao acampamento, assim como a baixa escolaridade são fatores que contribuem para o ingresso dos trabalhadores no movimento social de luta pela terra.

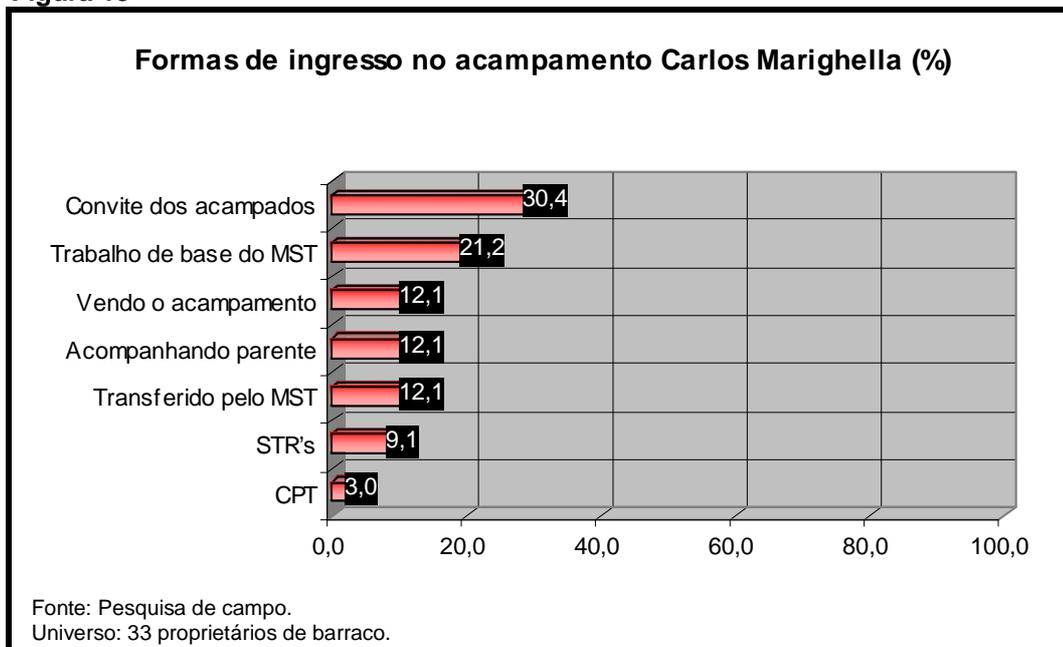
No tocante às modalidades de ingresso das famílias acampadas no Carlos Marighella, são múltiplas as formas verificadas de adesão. Sendo estas classificadas a partir das explicações dadas pelos acampados à seguinte questão: “Como foi que você veio fazer parte do acampamento Carlos Marighella?” (cf. tabela 23 e figura 19).

Tabela 23

FORMAS DE INGRESSO NO ACAMPAMENTO CARLOS MARIGHELLA		
Modalidade	Ocorrência	Percentual
A convite de outros acampados	10	30,4
Trabalho de base do MST	07	21,2
Vendo o acampamento à margem da rodovia	04	12,1
Acompanhando parente (pai, mãe, cônjuge, irmão)	04	12,1
Transferido de outro acampamento do MST	04	12,1
Associação de trabalhadores rurais / STR's	03	9,1
Ação da Igreja / CPT	01	3,0
TOTAL	33	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.
Universo: 33 proprietários de barraco.

Figura 19



Ao analisar as considerações dos acampados, pode-se observar que a principal forma de entrada para o acampamento é o convite elaborado diretamente por outros acampados (30,4%), seguido pelo convencimento realizado através do trabalho de base do MST (21,2%). Estas modalidades de ingresso, quando somadas, representam pouco mais da metade do universo pesquisado, e aparentemente podem ser aproximadas pelo caráter de persuasão efetivado por um diálogo que precede a adesão ao movimento. Entretanto ocorre, na perspectiva qualitativa, uma importante diferenciação entre tais respostas quando são contrastados os demais aspectos, uma vez que o convite quando efetuado por um acampado em geral é dirigido a um conhecido, pessoa com a qual já mantém alguma

relação de sociabilidade. Nas entrevistas são realizadas referências a convites feitos por pessoas do círculo social anterior ao acampamento, tais como: amigos, vizinhos ou membros de igreja. Em algumas das narrativas o convite fora apresentado por alguém que ainda não integrava o acampamento. Estes casos são notadamente marcados pelo caráter de adesão coletiva ao movimento, do tipo “eu vou se você for”. Por seu turno, a chegada precedida pela atuação política do MST não requer, a princípio, uma proximidade anterior entre os acampados, tendo em vista que os novos militantes possivelmente são desconhecidos daqueles que já fazem parte do movimento. Estas pessoas são recrutadas, por militantes do MST, em áreas periféricas dos centros urbanos ou ainda em áreas rurais sob forte influência do latifúndio monocultor em que o desemprego e a falta de oportunidades determinam um alto índice de exclusão social como o encontrado na região do Cimiruc.

Desta forma, é possível que nos enfrentamentos e adversidades experienciados posteriormente por estes sujeitos, os laços sociais antes construídos pelos que já se conhecem contribua para amenizar os problemas colocados no cotidiano. Obviamente que isto não representa garantias da permanência na luta. Devido aos diversos aspectos que influenciam as tomadas de decisão dentro de um acampamento, é evidente que um sem-terra pode desenvolver laços de amizade, respeito e admiração mesmo quando adentra o acampamento sem um cicerone, enquanto que grupos já anteriormente formados podem se desfazer no transcurso do tempo. De qualquer sorte, a principal forma de ingresso é a do convite realizado por um conhecido, o que pode representar uma segurança a mais no universo de incertezas dos enfrentamentos no campo.

Esta idéia também está presente no argumento apresentado por aqueles que passam a fazer parte do acampamento a partir do momento em que resolvem acompanhar um parente (12,1%). A tomada de decisão por parte dos acampados, na maioria das vezes, não está relacionada a uma dependência intrínseca com a figura do núcleo familiar que inicialmente ingressa no movimento social. Por exemplo, os filhos não são, via de regra, crianças que acompanham os pais, geralmente já se encontram na fase adulta, o que lhes permitiria tomar outro caminho, mas eles decidem seguir a orientação dos progenitores. Pelo que pode ser observado, o vínculo familiar é determinante para o deslocamento de algumas das famílias acampadas. Nestas circunstâncias, o caráter cultural solidifica os laços de parentesco ampliando o núcleo familiar que passa a incorporar, dentre outros, tios, sobrinhos, primos, cunhados, enteados, na adesão à luta pela terra, causa que a todos interessam. De acordo com Moura (1986), a solidariedade presente nos laços de parentesco

soma-se a importância do trabalho familiar dentro do universo camponês, que determina dentre outras possibilidades a divisão das tarefas a serem realizadas na roça.

Nos questionários são também registradas adesões ao acampamento, associadas à visibilidade conseguida pelo MST através de suas ações ou ainda pela localização estratégica dos barracos de lona preta à margem da rodovia. Em geral, o espaço selecionado para a formação do acampamento deve atender a uma logística que facilite o acesso a água, favoreça a segurança e possibilite a visibilidade social do mesmo, entre outros recursos. No tocante a este último aspecto, os índices (12,1%) confirmam a importância deste critério. Segundo Comparato (2001), o MST tem consciência de que a luta pela terra não pode ficar restrita ao espaço do conflito, o que fica evidente pela série de ações perpetradas no sentido de atrair a atenção de outros setores da sociedade para os problemas fundiários. Um dos resultados desta preocupação – mostrar-se para um público mais amplo – é a atração de novos militantes para a base social do movimento.

Outras possibilidades de ingresso estão relacionadas ao diálogo político com entidades com as quais o movimento mantém certa afinidade ideológica e que colaboram para a ampliação da sua base social. De acordo com as respostas, nota-se que alguns acampados foram encaminhados para o Carlos Marighella através de STR's (9,1%), enquanto que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) viabilizou o ingresso de outro acampado (3,0%).

Sobre as relações do MST com outras entidades, as entrevistas com os sem-terra revelaram situações também conflituosas. Um exemplo é a mudança da bandeira, de orientação política, quando um acampamento deixa de fazer parte de um movimento e passa a integrar outro; a adesão em massa de uma associação de pequenos produtores ao MST é outro exemplo; ou ainda a disputa entre o movimento e um sindicato rural sobre o controle de um acampamento. A própria relação das lideranças locais do MST com a coordenação regional da CPT parece apresentar certo distanciamento. Talvez, este seja um dos motivos da baixa influência desta importante aliada do movimento social na indicação dos quadros presentes no acampamento.

Há também um grupo de trabalhadores que já militava no MST e que foi transferido para o Carlos Marighella (12,1%). Sobre as motivações destas transferências, existem várias possibilidades relatadas pelos sem-terra, a saber: a extinção do acampamento original; dificuldades de relacionamento vivenciadas, pelo acampado, no acampamento de origem; mudança por determinação da direção regional no intuito de reforçar algum setor de organização no acampamento de destino; demandas particulares.

Os relatos a seguir versam sobre a forma de ingresso no acampamento Carlos Marighella, em que se pode evidenciar a combinação dos fatores elencados:

Companheiro é o seguinte, eu vim pra o MST, eu morava na cidade de Ibirataia, né? Mas sempre vinha pra Ipiaú e via aquele movimento ali, aqueles barraco, mas ninguém nunca tinha me convidado, aí quando foi um dia, aí foi um militante de lá do... do MST de Ibirataia, aí convidou um companheiro meu, né? Que nós trabalhava junto, amigão que trabalhou junto, aí ele veio e foi e participou pra mim se eu queria acompanhar ele pra vim, né? Aí: “Vambora! Você vai que dia? Vai hoje?”, aí nós entremo, ajeitemo, truxemo o que tinha ou não, aí nós foi correr atrás do dinheiro da lona, que nós não tinha, né?⁸⁰

Rapaz! A minha chegada pro Movimento Sem-terra foi uma chegada até diferente da dos outro porque eu não fui bem convidado, eu tava na cidade, eu e Nêgo Damasceno que é meu primo, aí a gente ouviu dizer que os sem-terra tava aí, nós foi lá pra dar uma olhada nos sem-terra e dar uma força, ia até ter um despejo e aí, lá a gente encontrou o companheiro João Alberico que é Becão, aí ele falou: “Rapaz! O que é que cês tá fazendo na cidade, Rapaz! Uns homem desse servindo de, de, de, de... bucha de canhão pra malandragem. Umbora pra terra! Trabalhar!”, aí eu olhei pro lado, olhei pro outro e falei: “Rapaz! É melhor mesmo. Em vez do cara tá na cidade sem opção nenhuma, vamo pra roça”, e aí cheguei na roça já me indicaram um setor logo que aí virei da frente de massa, fiz parte da militança, desisti poucos dias atrás, mas vou voltar de novo e aí foi assim que eu entrei, né? Dentro do movimento.⁸¹

O primeiro fragmento chama a atenção para a impressão do acampamento visualizado várias vezes no percurso entre os municípios de Ibirataia e Ipiaú, o trabalhador revela já neste momento certo interesse ou, quem sabe, curiosidade pelo movimento. Contudo não havia sido convidado, até que um militante do MST faz o convite a um amigo, pessoa da sua confiança que divide consigo a decisão de participar da luta pela terra. O relato, portanto, é apresentado numa crescente, já que num primeiro instante a visualização do acampamento, na beira da pista, cria um desejo inicial que é ampliado pelo convite de um representante do MST, possivelmente uma liderança. Entretanto é a relação de confiança com o “amigão” que sela a tomada de decisão que já vinha sendo construída há algum tempo.

O segundo relato registra o contato inicial a partir de uma curiosidade a respeito do movimento sem-terra. O narrador que à época reside no espaço urbano se dirige ao local em que se encontram os sem-terra para dar “uma olhada”, dar “uma força”. A segunda expressão revela certa simpatia pelo que ainda não é devidamente conhecido, como se pode notar pelo emprego da primeira frase. Novamente a visibilidade estratégica construída por uma ação do MST propicia o primeiro contato (cf. figura 20). Nas palavras do narrador, “eu não fui bem convidado”, ou seja, o interesse inicial parte de sua pessoa para o movimento, o diálogo com uma liderança do MST apenas formaliza o convite, que vem precedido de uma provocação a respeito da situação social vivenciada no espaço urbano. Soma-se a estes fatores a referência ao primo, que não deve ser entendida como casual,

⁸⁰ Entrevista concedida ao autor por Adelino Santos de Jesus (Dole), 54 anos, natural de Barra do Rocha (BA).

⁸¹ Entrevista concedida ao autor por Djones Santos Oliveira, 21 anos, natural de Ipiaú (BA).

uma vez que Nêgo Damasceno é dirigente regional do MST. Provavelmente o ingresso de ambos tenha se dado a partir daquele instante, obedecendo à lógica do apoio mútuo estabelecido pelos laços de parentesco.

Figura 20 – MOBILIZAÇÃO DO MST, MARÇO 2000



Foto: Rogério Ferrari

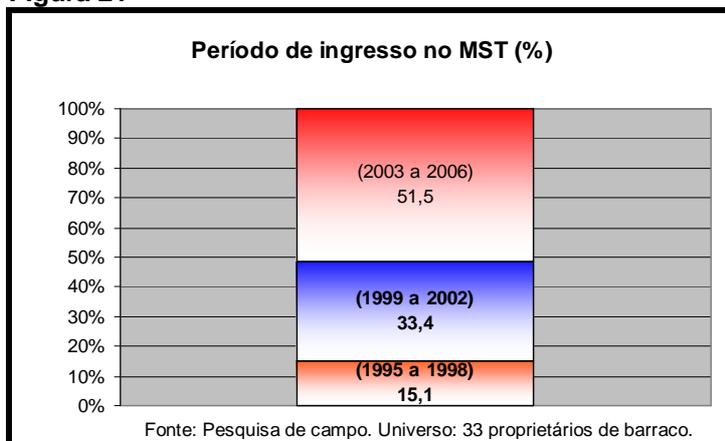
É possível, ainda, pensar na contribuição do contexto político para as variações na procura pelo movimento social e a conseqüente participação nos acampamentos, como pode ser observado no fluxo de ingresso dos trabalhadores no MST (cf. tabela 24 e figura 21).

Tabela 24

PERÍODO DE INGRESSO NO MST	
Períodos	Quantidade
1995 a 1998	05
1999 a 2002	11
2003 a 2006	17
TOTAL	33

Fonte: Pesquisa de campo.
Universo: 33 proprietários de barraco.

Figura 21



Os dados indicam que apenas um pequeno grupo (15,1%) dos acampados militava no movimento num período anterior à ocupação da área, que corresponde cronologicamente ao primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Em seguida há um incremento

maior de famílias (33,4%) observado no período relativo ao segundo mandato do ex-presidente. Contudo, é no momento relativo à gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva que se verifica uma maior adesão (51,5%) dentre os sem-terra, superando inclusive a somatória dos dois mandatos de seu antecessor. Neste sentido é possível que as expectativas por mudanças na estrutura fundiária nacional, gestadas principalmente durante o PNRA realizado em 2003, somada ao apoio conquistado pelo movimento social junto às instâncias governamentais e, sobretudo, pela identificação dos sujeitos que constituem a sua base com o atual governo, tenham sinalizado, aos trabalhadores, um momento favorável para o ingresso no MST.

Apesar das constantes apresentadas, é preciso levar em conta que a adesão ao movimento social de luta pela terra compreende uma série de códigos subjetivos que não estão vislumbrados nos índices. Os números apenas indicam tendências de comportamento que não podem ser confundidos como delimitações exatas. Para isto, basta verificarmos que muitos são os expropriados da terra que não fazem necessariamente a escolha pelo retorno ao campo através dos movimentos sociais, ou que ainda fazem a opção definitiva pelos centros urbanos. Daí a necessidade de reconhecer que a decisão de ingressar ou deixar o acampamento é, antes de qualquer coisa, um ato determinado pela leitura particular que cada indivíduo faz da realidade, caso contrário incorre-se no erro de desconsiderar a experiência nos desdobramentos do conflito fundiário.

3.2. O conflito fundiário e as estratégias de enfrentamento

Leite (2005) classifica os conflitos fundiários, basicamente, em três tipos: o primeiro é a “resistência na terra”, situação em que os trabalhadores rurais permanecem na área onde trabalhavam e/ou moravam, contra a vontade do proprietário; o segundo é denominado “ocupação paulatina”, oportunidade em que pequenos grupos de posseiros criam benfeitorias e pretendem ter, dentro de um certo tempo, o seu direito de posse reconhecido, é uma ocupação silenciosa que não pretende chamar a atenção durante sua constituição; o último, se dá através da “ocupação” massiva de áreas públicas ou improdutivas por parte de movimentos organizados de luta pela terra.

O conflito verificado pela posse da área relativa à propriedade rural denominada Fazenda Dois Amigos envolve estas três modalidades de disputa, o que caracteriza um conflito “misto” (LEITE, 2005), uma vez que existem trabalhadores antigos da fazenda que

permanecem na área com a esperança de receber um pedaço de terra a título de indenização trabalhista; já outros são posseiros que iniciaram a ocupação, aproveitando-se da situação de abandono da propriedade; por fim, existem as dezenas de famílias, integrantes do MST, que passam a reivindicar a desapropriação da área, a partir do final de 1999, para fins da reforma agrária. Diante deste quadro, o enfrentamento não apenas ocorre entre os trabalhadores e o latifundiário, mas também entre os próprios trabalhadores em suas variadas condições.

As tensões relativas aos confrontos, dentro daqueles que não possuem a propriedade da terra, podem ser verificadas na exposição feita por um acampado:

A gente nunca botou ninguém, posseiros assim pra fora, e chegar e dizer: “Você vai ter que sair”. Teve sim, os conflitos, aí nos conflitos, eles mesmo, ficam do lado dos fazendeiros e sabem, quando chegam quinhentas pessoas, seiscentas pessoas ali, não tem como eles ficarem, aí eles caem fora, mas dizer que a gente chegou assim: “você vai sair agora”, aí o que eles pegam, toda vez que eles armam um conflito desses o único meio que eles têm de lutar contra a gente, no dizer deles, é fazendo alarme falso, e começa botar no rádio, já foi pra televisão dizer que a gente somos agressores e tal, mas dizer que a gente chegou e agrediu um trabalhador igual a gente, não!⁸²

O sem-terra esclarece que o movimento não expulsa os trabalhadores que já se encontravam na área em litígio. O que ocorre, na perspectiva do narrador, é que nos conflitos fundiários os posseiros fazem uma aliança com os fazendeiros contra o MST, é por isso que o movimento passa a tratá-los como adversários, naturalmente quando da ocupação por parte dos trabalhadores rurais sem-terra, os posseiros deixam a área. É notável a forma como o sem-terra tenta negar o uso da violência contra os que reconhece ser “trabalhador igual a gente”, pois sua descrição dos fatos dá a impressão de que os posseiros abandonam a área quase que por livre e espontânea vontade, uma vez que não é dito em nenhum momento, “você vai ter que sair”, “você vai sair agora”. Talvez, não seja preciso dizer nada quando chegam 500, 600 pessoas ligadas ao MST ocupando a área em disputa. Neste caso, a violência não precisa se materializar, já está implícita na desproporção dos atores envolvidos no conflito.

Ciente das divergências entre os trabalhadores, o proprietário da área em litígio age no sentido de construir as condições para que o enfrentamento interno se agrave. De acordo com o relato do sem-terra, o conflito é “armado” no intuito de caracterizá-los como agressores. Sobre este processo, é possível pensar que a influência do produtor rural viabilize, por exemplo, o acesso das prováveis vítimas, do ataque sem-terra, aos meios de comunicação de massa, que passam a descrever o que o narrador denomina “alarme falso”,

⁸² Entrevista concedida ao autor por Adailton Silva Sousa, 39 anos, natural de Itajú do Colônia (BA).

momento em que são aventadas intrigas e maledicências contra os integrantes do MST, ou ainda na construção de um texto jornalístico em que as informações sejam imprecisas ou parciais, enfim, com um viés desfavorável aos acampados. Um exemplo deste procedimento é a reportagem a seguir publicada em jornal de circulação nacional no dia 20 de dezembro de 2004:

Fazendeiro acusa Incra de estimular invasões na Bahia

O fazendeiro Miguel Brito Pinheiro, dono da fazenda Dois Amigos, em Ipiaú, sul da Bahia, acusa o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de estimular as invasões e descumprir a lei que impede a vistoria em terras invadidas.

Depois de cinco anos ocupando uma parte da propriedade, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) tomaram a casa sede e expulsaram os 40 empregados e meeiros, na semana passada. Dois moradores foram feridos com golpes de faca. A fazenda, de 700 hectares, invadida em 1999, só foi vistoriada no primeiro semestre de 2000. Na época, já estava em vigor a lei que suspende as vistorias em terras invadidas por um prazo de dois anos. O superintendente do Incra no Estado, Marcelino Antonio Martins Galo, alegou que a vistoria foi realizada antes de ocorrer a invasão e considerou as terras improdutivas.

Um ofício enviado pelo Incra à juíza de Ipiaú, Maria Fausta Cahyba Albuquerque, em fevereiro de 2000, prova o contrário. No documento, o ouvidor agrário Gercino José da Silva Filho, pede que a juíza suspenda o mandado de reintegração de posse contra os invasores da fazenda, pois "referido imóvel será objeto de vistoria do Incra no prazo aproximado de 30 dias para verificar sua produtividade ou improdutividade".

Segundo Pinheiro, a irregularidade seria suficiente para tornar nulo o processo de desapropriação, mas isso não ocorreu. O Incra insistiu na ação expropriatória com base em laudo feito quando a área de produção já era controlada pelo MST. A fazenda explora a cultura de cacau. Pinheiro alega que, após a invasão da sede, o instituto forneceu informações falsas à Justiça para evitar que os sem-terra fossem despejados. "Foi dito que a área já estava desapropriada e que o dinheiro tinha sido colocado à nossa disposição, o que não é verdade".

Segundo o superintendente, o processo foi regular. "O fazendeiro contestou o laudo, mas perdeu, e já estamos com o dinheiro para pagar a desapropriação". Ele mesmo confirma, no entanto, que o processo judicial ainda não está concluído. "O fazendeiro entrou com uma cautelar, mas apenas para adiar a desapropriação". Depois da ação da semana passada, Pinheiro decidiu entrar com pedido de indenização contra o Estado e a União para se ressarcir dos prejuízos.

(TOMAZELA, 2006)

Agindo desta maneira, o representante do latifúndio visa a se aproveitar da cizânia entre os trabalhadores, como é possível perceber no comentário feito por uma acampada a respeito da participação destes adversários internos no apoio à ação de despejo requerida pelo latifundiário: "o fazendeiro convidou as pessoas e a polícia deu cobertura."⁸³ As pessoas são, na verdade, posseiros que se viram obrigados a sair com a chegada do movimento, além de trabalhadores rurais desempregados da região que são contratados pelo proprietário rural para auxiliar na destruição do acampamento após a ação de despejo acompanhada pela Polícia Militar (PM).

⁸³ Entrevista concedida ao autor por Honorina Bernardes dos Santos, 61 anos, natural de Jequié (BA).

Em síntese, o procedimento é o seguinte: o fazendeiro consegue um mandato de reintegração de posse junto à comarca cível do município de Ipiaú, angaria recursos para executar a ordem de despejo, diante da expectativa de resistência, a ação conta com a participação de um grande contingente militar⁸⁴ oriundo de batalhões de Itabuna e Jequié, que executa a ordem judicial. Os sem-terra são obrigados a se instalar às margens da rodovia, enquanto isso, os trabalhadores mobilizados pelo fazendeiro entram na área, destroem a infra-estrutura do acampamento, como dito anteriormente, e recebem a autorização do proprietário para colher o cacau na “meia”. Com a retirada da polícia e a saída dos colhedores de cacau contratados pelo fazendeiro, os trabalhadores rurais sem-terra novamente se mobilizam e reocupam a área.

Diante do exposto, é natural que os sem-terra não permitam a presença, no território em disputa, de posseiros e outros trabalhadores que estejam aliados ao fazendeiro. Estes sujeitos não são merecedores, na perspectiva dos militantes do MST, da confiança e do respeito de seus semelhantes, uma vez que mudaram de lado, traindo a sua classe social. Para os traidores, a saída compulsória é a única opção possível no momento em que a área é reocupada pelos sem-terra. Sobre a problemática em questão, é oportuna a discussão formulada por Menezes, M. (2002, p. 36):

As relações entre iguais nem sempre ocorrem dentro de linhas democráticas, mas se constroem também sob critérios de sanção, reprovação para aqueles que se comportam a favor do dominante, quando rompem com algum costume, valor ou regra social da comunidade.

Não há dúvidas a respeito da adesão de trabalhadores à causa do fazendeiro contra os sem-terra. Não é possível, entretanto, afirmar o mesmo sobre os interesses que determinam este tipo de aliança. Talvez os trabalhadores tenham sido “comprados” pelo fazendeiro, quem sabe buscassem se vingar dos que se apropriaram do espaço sem pedir licença, ou até mesmo por interpretarem a ação do MST como apropriação do bem alheio. Lembremos que a ideologia que sustenta o modelo econômico capitalista se dissemina por todos os setores da sociedade, “o que faz a força da subjetividade capitalística é que se produz tanto no nível dos opressores, quanto dos oprimidos” (GUATTARI; ROLNIK *apud* SALES, 2006, p. 69). Contudo, a maior dúvida consiste em saber se, neste caso específico, os traidores tiveram a possibilidade de não trair, ou seja, se efetivamente foram convidados a permanecer na área, ou se a possível permanência estava condicionada a adesão às regras estabelecidas pelo movimento social. Caso os termos se apresentem desta maneira, o convite representa uma coerção.

⁸⁴ Os sem-terra em seus relatos afirmam que em determinadas oportunidades foram utilizadas mais de 300 policiais militares.

Esta questão se mostra pertinente quando considerada a postura do movimento em relação a um antigo trabalhador rural da Fazenda Dois Amigos que durante o conflito recebe uma área da propriedade como indenização relativa a um processo movido na justiça do trabalho⁸⁵. O MST propõe um acordo com este trabalhador, descrito nos seguintes termos por uma sem-terra:

É, duzentos hectares, mas só que ele entrou de acordo com Fulgêncio [coordenador regional do MST], aí deu vinte, deu duzentos hectares dele, aí ele passou cem e ficou com cem, pra deixar ele em paz, né? Deixar ele quieto pra que... se... se Miguel num pagasse a ele, os de cá ia pra lá, né? O... a gente ia lá tomar conta lá, mas só que ele chegou e fez esse acordo: "Oh! Você fica com cem, e libero cem pra vocês, pra vocês me deixar em paz", então tudo bem!⁸⁶

Agora a questão não é mais a traição, mas se trata da apropriação de uma área que legalmente é entregue a um antigo agregado da fazenda. Pelo que pode ser apurado, a respeito deste caso, os sem-terra desconfiavam que o agregado estava, na verdade, em acordo com o fazendeiro e que a ação movida na justiça do trabalho objetivava apenas embargar o processo de desapropriação da área, daí a movimentação dos acampados no sentido de não permitir a entrada do velho camponês caso o fazendeiro não quitasse a indenização, "se Miguel num pagasse a ele, os de cá ia pra lá, né?", idéia reforçada pelo eufemismo: "a gente ia lá tomar conta lá". Como a demarcação efetivamente ocorreu, o trabalhador acorda a divisão da área que lhe cabe junto ao movimento, sob o argumento de não ter mais problemas com os sem-terra, "pra deixar ele em paz, né?", expressão que indica o condicionamento do conflito caso o acordo não fosse aceito.

A versão apresentada pelo coordenador regional do MST, Fulgêncio de Novaes, é diferente da relatada pela sem-terra. Para o dirigente, o acordo com o trabalhador previa a aquisição da área indenizada através de uma associação formada pelos próprios acampados que viabilizariam a compra por intermédio de um crédito financiado pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA).⁸⁷ Com este gesto, o movimento objetivava manter o controle sobre a parcela do território destinado à indenização trabalhista.

O fato é que os cem hectares posteriormente vão ser entregues, através de acordo judicial, ao requerente que negocia a área para um outro fazendeiro da região. Segundo o dirigente do MST, o trabalhador teria dito que a venda da área para o fazendeiro se deu sob ameaças. O problema maior, para os sem-terra do Carlos Marighella, é que a referida área

⁸⁵ Em 22 de setembro de 2005, o *Diário Oficial* publica edital de leilão público de cem hectares do imóvel rural denominado Fazenda Dois Amigos, a ser realizado em 9 de novembro de 2005, avaliados em 50 mil reais, em favor do senhor Ivonilzo da Silva Ferreira, consoante a ação movida na Vara do Trabalho de Ipiáú, constando ainda no referido edital a seguinte observação: "Imóvel gravado com várias hipotecas ao Banco do Brasil e Ceplac, agências de Ipiáú/BA" (TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 5ª REGIÃO, 2005).

⁸⁶ Entrevista concedida ao autor por Maria Aparecida Alves, 31 anos, natural da Fazenda Porto Grande (GO).

⁸⁷ Órgão vinculado à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri) do Estado da Bahia.

corresponde à parcela da propriedade rural que está localizada à margem da rodovia, portanto local estratégico para o controle de entrada e saída do referido acampamento. O latifundiário que adquire o controle do acesso à fazenda é considerado, pelos trabalhadores, uma pessoa perigosa e violenta, que de maneira reiterada ameaça os acampados. A placa de advertência fixada na entrada que dá acesso ao acampamento é apenas uma ilustração do clima de tensão vivenciado no acampamento (cf. figura 22). Além do caráter conativo da sentença, é importante perceber a preocupação, do novo proprietário, em modificar o nome do espaço, agora não mais Fazenda Dois Amigos, e sim Fazenda Califórnia. Desta forma ao renomear o espaço pretende-se, no plano simbólico, apagar a referência de luta construída pelos trabalhadores rurais sem-terra, no antagonismo do acampamento Carlos Marighella com a Fazenda Dois Amigos.

Figura 22 – PLACA DE ADVERTÊNCIA, JULHO 2007



Foto: Mateus dos Santos

Afora os problemas relativos a esta questão, existe o que pode ser denominado de disputa central, empreendida pelos sem-terra contra aquele que até o momento detém, no plano jurídico, a posse da propriedade em litígio – Fazenda Dois Amigos. No caso em estudo, o conflito com o latifundiário é desenhado basicamente a partir de dois movimentos: a ocupação e a reintegração de posse, denominada pelos acampados como despejo. A ocupação é o principal instrumento de pressão do movimento, já o despejo parece ser a mais importante ferramenta utilizada pelo adversário dos sem-terra, que intenta através da execução da ordem judicial desmobilizar os trabalhadores rurais sem-terra, ou, ainda, fazer

com que estes sujeitos pressionem o Incra no intuito de que a desapropriação ocorra em termos mais favoráveis ao latifundiário. Fernandes (2000, p. 33) esboça uma síntese do referido fenômeno:

Para a mudança dessa conjuntura é necessária a negociação política mediada por diferentes forças e interesses. De um lado a reação dos latifundiários por meio da contratação de pistoleiros e pedidos de liminares de reintegração de posse. De outro lado, os sem-terra resistem à reintegração e enfrentam os pistoleiros. Fazem marchas até as cidades, realizam manifestações e ocupam prédios públicos como formas de pressionar o governo na tentativa de uma solução para o conflito. Nesse contexto, os governos federal e estaduais procuram uma resposta para a questão agrária por meio da desapropriação ou compra da área ocupada. Noutras vezes, as famílias são despejadas violentamente pela polícia e ocupam outro latifúndio, de onde podem ser despejadas novamente. Os sem-terra ocupam e reocupam a terra até conquistarem o assentamento.

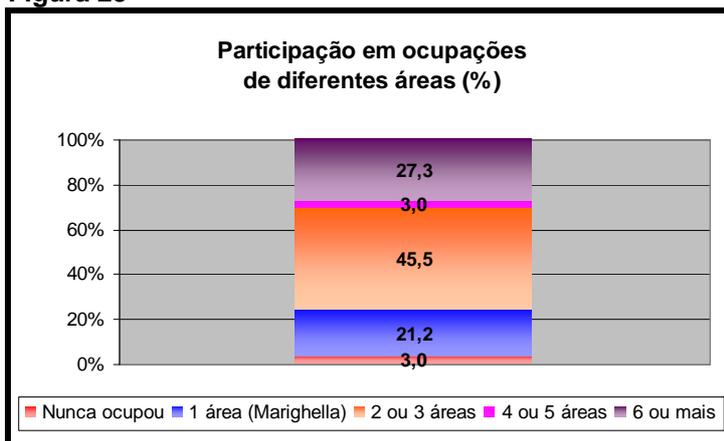
Não tem sido diferente a estratégia de pressão utilizada pelos atores sociais envolvidos no conflito em questão. Apesar do transcurso do tempo que poderia, em tese, amenizar os embates, o que se verifica em relação ao acampamento Carlos Marighella é o incremento da utilização de procedimentos que intentam desestabilizar, em diversos planos, o adversário, seja o fazendeiro ou os sem-terra. Por sua vez, cada parte litigante busca articular forças para resistir às investidas inimigas impondo-lhes novas ofensivas. Em síntese, mesmo quando não ocorrem ações efetivas, de ocupação ou despejo, as partes permanecem em prontidão. No conflito fundiário, como afirmado anteriormente, a ocupação é a principal estratégia de luta dos sem-terra (cf. tabela 25 e figura 23):

Tabela 25

PARTICIPAÇÃO EM OCUPAÇÕES DE DIFERENTES ÁREAS	
Intervalos	Quantidade
Nunca ocupou	01
1 área (Marighella)	07
2 ou 3 áreas	15
4 ou 5 áreas	01
6 ou mais	09
TOTAL	33

Fonte: Pesquisa de campo.
Universo: 33 proprietários de barraco.

Figura 23



Fonte: Pesquisa de campo. Universo: 33 proprietários de barraco.

Os sem-terra, conforme as informações da tabela, que participam apenas da ocupação no Carlos Marighella (21,2%) ou que nunca atuaram em ações de ocupação (3,0%), representam uma minoria. Os acampados, em sua maioria (75,8%), já pôde participar de pelo menos mais de uma ocupação em locais diferentes. O que revela a mobilidade destes

sujeitos, no efetivo deslocamento para ações do MST espalhadas por todo o Estado. A narrativa a seguir descreve uma destas ações:

Nóis foi ocupando, quebrando a cerca e ocupando a terra e cortando os ocalipto e já outras parte dos companheiro, já recortando aquela madeira, já impiando, outro atrás colocando fogo nos ocalipto, outra parte já limpando e inclusivamente eu que tava... que eu fui coordenando um acampamento de lá do... antes que eu morava em Palmeiras, com quinze família responsável por... eu coordenando, aí essas família, essas quinze família que eu levei, nós foi cavando a terra e outra equipe já prantando e nós fez grande sucesso lá na Veracel!⁸⁸

A ação empreendida nas plantações de eucalipto da Veracel Papel e Celulose S/A, localizada no município de Eunápolis, extremo sul do Estado, contou com um grande contingente de militantes do MST deslocados de diversas regiões da Bahia. Segundo o trabalhador, que coordenava um grupo de 15 famílias do acampamento Palmeira, a ação é articulada e distribuída por diversos grupos: uns cortam as árvores, outros empilham a madeira, os demais põem fogo e finalmente um outro grupo limpa a área. Esta mobilidade dos sem-terra, que atuam em diversos espaços do território baiano, pode dar margens à falsa idéia, de que o trabalhador conquista uma área, vende, e vai atrás de outra área para ocupar, o que não possui nenhuma correspondência com os fatos observados nos conflitos pela terra, Leite (2005).

Sobre a principal estratégia utilizada pelo latifundiário – os despejos – tem-se a seguir as informações que constam nos autos da ação de reintegração de posse, processo número 1089/99, datado de 11/01/2001, e que constituem num relato apresentado à Juíza de Direito Maria Fausta Cajayba Rocha Summers Albuquerque pelos oficiais de justiça Antônio Fernando Sousa e Maria da Conceição Santana Barreto.

Ao chegarmos à Fazenda Dois Amigos encontramos o grupo e integrantes do Movimento dos Sem Terra, reunimos o grupo de integrantes que ali se encontravam, esta Oficial de Justiça começou a ler o mandado advertindo que o delito de resistência à desocupação ocasionaria em prisão em flagrante por desobediência à ordem judicial. Fui interrompida por uma mulher que portava uma criança de aparentemente um ano e meses em um braço e no outro um facão fora da bainha. A mesma ofendeu a oficial de justiça e disse que “a Juíza é quem deveria ir ela mesma tirar eles de lá, porque que ela não vinha”. A oficial de justiça voltou a ler o mandado e insistiu para que recebessem contrafé e cópia do despacho, após dez minutos um homem de nome Ailton Batista dos Santos, recebeu a contrafé e cópia do despacho da Juíza, assinando, daí, pediu licença ao coronel Ivo para ir de bicicleta à Cidade de Ipiaú, chamar o advogado Paulo Magalhães, o que foi concedido. Alguns dos presentes concordaram em sair, e foram apanhar seus pertences; minutos depois chegou um grupo de integrantes que estive (sic) no Fórum de Ipiaú, em torno de uns cinco ou seis, sendo o Sr. Rogério Ferrari, o Sr. Beco de Tal e outros que não sabemos o nome e passaram a incitar a todos à resistirem (sic) a desocupação (sic). Daí armaram-se todos de paus, pedras, foices, facões e machados. Delimitaram uma linha dizendo que se a polícia passasse dali teria que ser derramado sangue; “que só saíam dali os ossos”, passaram a cantar o hino do MST; alguns gritavam “venham cachorros, filhos da puta”, outros diziam, “atira porra!”, “atira caralho!”, “aquela falsa não pode fazer isso conosco”,

⁸⁸ Entrevista concedida ao autor por Jerônimo Sales de Jesus (Ôna), 23 anos, natural de Jaguaquara (BA).

“atira desgraça, cambada de filho da puta de merda”, um rapaz de nome Djones segurou seus órgãos genitais, avançou contra o coronel Ivo, com uma foice em punho e disse “venha me cheirar seu vagabundo”, “daqui ninguém sai”, “Seu coronel, se você quiser que espere a ordem da Regional do Baixo Sul, não vamos cumprir nenhuma ordem sua, nem da Juíza!”, “Venha logo sus (sic) cachorros”, os demais integrantes gritavam “isso mesmo”, à todas as palavras de ordem ditas por qualquer dos companheiros, ficando assim configurado a resistência ao cumprimento da ordem judicial emanada do mandado de reintegração de posse, o desacato a autoridade e ainda o crime de desobediência à ordem judicial. É o que nos cumpre certificar.
(ARAÚJO, 2005, p. 139)

De acordo com o referido processo, foram conduzidos à prisão, pela prática de crime de resistência e desobediência à ordem judicial, os seguintes trabalhadores rurais: Adailton Silva Sousa, Adelino Santos de Jesus, Ailton Batista dos Santos, Alberico França de Oliveira, Ana Paula Pitanga Queiroz (presa com o filho de aproximadamente um ano e meses nos braços, conforme relatam os Oficiais de Justiça), André Silva dos Santos, Antônio Alves dos Santos, Antônio Carlos Pereira Brito, Carlito Conceição, Claudionor Sampaio Nunes, Florisdete Sena de Andrade, Gildásio José de Jesus, Joarez Araújo, Ronaldo Oliveira de Jesus, Valdek Jesus Silva e Valdevando dos Santos. Em situações como esta é determinante a atuação do MST, que disponibiliza através da sua estrutura de contatos uma rede de assistência jurídica aos trabalhadores que, via de regra, não conseguem dispor de recursos suficientes para a contratação dos serviços advocatícios imprescindíveis em ocasiões como a apresentada.

Seis anos após o episódio pode-se apurar, com auxílio dos atuais acampados, o destino de alguns destes sujeitos, uma vez que não foi possível recolher informações precisas sobre o paradeiro de pelo menos nove pessoas. Soube-se, entretanto, que um trabalhador havia falecido, outro estava na coordenação da regional Baixo Sul do MST e, finalmente, um grupo de cinco sem-terra ainda faz parte do acampamento Carlos Marighella. A seguir são apresentadas algumas das memórias destes sujeitos a respeito do referido episódio:

Com trinta dias veio um, agora esse que veio, veio quente! O capitão Ivo de Jequié, eu acho que ele hoje é... trabalha em Salvador..., e logo depois dos trinta dias, aí eu fui procurando pelos menino, quando eu vi um bocado de gente lá! Aí ele perguntou: “Rapaz! Este homem tá preso, tá preso, tá preso...”, eu sei que foram vinte preso, ao todos foram vinte, quatro no momento foi liberado porque era de menor, quatro de menor, mas foram... acho que foram dezesseis preso, inclusive ele respeitou os de menor, mas num respeitou uma mulher parida com [uma criança de] um ano e cinco meses, uma coitada duma Ana Cláudia, eu num sei nem se ela tá aqui, ela se chama Ana Cláudia, ela tava parida com um ano e cinco meses, e um senhor de idade que chama senhor Alberico, eu fazia questão que ele tivesse aqui também nessa entrevista, ele tem quase cem anos de idade, bem velhinho, bem baixinho, mas agora é quente, o véio tem uma saúde que eu fico... até me sinto envergonhado pela saúde do véio, quase cem ano e hoje, faz o que eu não faço, quem dera eu puder fazer o que Alberico inda faz ainda, inda fala assim e se brincar, casa três vez que o véio é quente .⁸⁹

⁸⁹ Entrevista concedida ao autor por Ailton Batista dos Santos, 41 anos, natural de Ibicuí (BA).

O acampado havia anteriormente relatado que uma ordem de despejo não conseguira êxito, pois os sem-terra haviam provocado um grande incêndio na BA-650, impedindo a passagem dos veículos. Frente ao inusitado, decorrente do fogo na pista, a PM não pôde efetuar o cumprimento do mandado judicial. Segundo o acampado, esta é a motivação da violência empregada, por parte da força policial, na ação subsequente realizada trinta dias após a tentativa inicial de despejo, “com trinta dias veio um, agora esse que veio, veio quente!”. Na perspectiva do narrador, sua prisão ocorre de maneira arbitrária, uma vez que não é apresentada uma motivação concreta. Este aspecto é reforçado pela opção em comentar a prisão de uma companheira⁹⁰ com uma criança nos braços e de um indivíduo com noventa anos, bem como de menores. Fatos que revelam, para o trabalhador, o caráter desrespeitoso da ação policial.

Na verdade, a descrição do episódio a partir da prisão destas pessoas faz parte de uma das estratégias de resistência, dos acampados, à ordem de reintegração de posse. Nestas situações, é comum a utilização do escudo humano formado por idosos, crianças e mulheres, que objetivam apelar para a sensibilidade da tropa. A estratégia dos sem-terra é não permitir que a desocupação ocorra com o emprego da violência física por parte da PM. O comentário a seguir, feito por um acampado, versa sobre este tipo de procedimento:

(...) a gente fica na... sempre na expectativa, vier o despejo tá todo mundo arrumado e agora mermo quando teve o último despejo, nós veio pra pista, esperar a tropa na pista, a tropa veio e a gente veio de encontro, só que não deu direito a eles de atrapaçar o portão e sempre segurou ali, com a meninada, com a mulherada, segurou ali sem violência, que nós num quer violência, nós queremos mermo é a terra, que é o nosso direito, que esse direito nós temo, tenho certeza que nós temos!⁹¹

A narrativa faz alusão ao despejo realizado em junho de 2006. Segundo o trabalhador a maneira como os acampados impedem, de maneira pacífica, a entrada da tropa tem como objetivo o não enfrentamento com as forças do Estado. O que se intenta, de acordo com o acampado, é pressionar as autoridades para o reconhecimento do direito – acesso à terra – que é negado aos sem-terra. A estratégia da barreira humana também objetiva fazer com que a desocupação ocorra sob o controle dos trabalhadores, ou seja, que a saída da área atenda o ritmo dos acampados, permitindo que estes consigam transportar em segurança o máximo possível de pertences. É fato que os objetos dos sem-terra não são numerosos, contudo dada à exigüidade do tempo para o cumprimento da ordem judicial associada à precariedade da infra-estrutura de transporte que dispõem, os trabalhadores se vêem obrigados a escolher qual objeto será transportado, são momentos em que se decide, por

⁹⁰ Não foi possível saber o que ocorreu com a sem-terra presa no episódio em tela.

⁹¹ Entrevista concedida ao autor por Joscelino Felisberto Moreira, 42 anos, natural de Nilo Peçanha (BA).

exemplo, levar o colchão e deixar a cama. É evidente que caso o despejo esteja ocorrendo, na perspectiva da velocidade de saída, sobre o controle da PM, a possibilidade de perdas, para os sem-terra, aumenta consideravelmente. No entanto, nem sempre a polícia está disposta a se mostrar sensível a uma negociação com os trabalhadores, como se pode notar na ação de janeiro de 2001, em que ocorre a prisão de um trabalhador rural sem-terra que à época contava com 90 anos de idade, conforme dito acima. Ele rememora a ocorrência da seguinte forma:

Olha me prenderam à toa quando eu tava na rodagem, eu podia tá dentro da fazenda, me prendeu, meus [...] perdido, meus alimento tá perdido, meus animal tá tudo perdido por aí à toa, uma jumenta tá aí perdida aonde teve o despejo, diz que parece até que atiraram na... no... na jumenta, bom... eu vi a jumenta hoje, eu vim... vi hoje! E a bichinha tá magrinha, solta na rodagem... minhas roça de aipim, banana plantada com meu dinheiro da minha aposentaria tá tudo à toa...⁹²

Inicialmente, na narrativa do trabalhador, é exposta a não compreensão dos motivos que determinam sua prisão, “me prenderam à toa quando eu tava na rodagem”. Em seguida passa a relatar as perdas que tivera em decorrência de outra ordem de despejo. Neste momento do relato, é importante perceber que, apesar dos prejuízos acarretados pelas ações de reintegração de posse, o trabalhador não se preocupa apenas com os danos materiais. Os argumentos utilizados pelo sem-terra, indicam um afeto com as posses que estão “à toa”, sem o cuidado e o carinho do trabalhador. A temática da prisão serve como estímulo às lembranças afetivas dos bens perdidos no conflito fundiário, o que caracteriza a violência simbólica experienciada na luta pela terra.

Esta trajetória de enfrentamentos é compreendida como motivo de orgulho para outro sem-terra, preso em decorrência da resistência e desobediência à ordem judicial:

Pra mim, o que me dá dignidade mesmo é quando eu saio em qualquer lugar, o pessoal fala assim: “oh! aquele companheiro ali é da Marighella, lá do Baixo Sul”, e a gente já fomos preso, já fomos massacrados, espancados, mas a gente tinha sempre o orgulho de dizer assim: “foi pela luta do movimento, foi pela Marighella”, não por vandalismo, por dizer assim: “ah! é vagabundo, foi preso por que tava roubando, não!!!”, nós fomos preso uma vez e vamo tá, vamo tá não, nós sempre estamos preparado para levar dez, mais dez despejo, e ser preso mais dez vezes, mas por ali a gente não desiste não.⁹³

A dignidade, segundo o narrador, está associada ao reconhecimento social que é, em grande medida, determinado pelo comportamento do trabalhador em momentos agudos. Em seu relato, aspectos notadamente negativos, tais como: a prisão, o espancamento e o massacre, são vistos por outra ótica quando o que se leva em conta é o resultado de uma

⁹² Entrevista concedida ao autor por Alberico França de Oliveira, 96 anos, natural de Ipiaú (BA).

⁹³ Entrevista concedida ao autor por Adailton Silva Sousa, 39 anos, natural de Itajú do Colônia (BA).

ação política em favor da luta pela terra, e não por vandalismo, roubo ou vadiagem. Nestes casos, a prisão torna-se uma espécie de prêmio que atesta o prestígio, daí o orgulho, atribuído pelo movimento ao militante. O militante faz uso desta experiência a seu favor, tanto que arremata a fala afirmando estar disposto novamente a ser preso, quantas vezes for necessário. Existe aqui uma importante estratégia de luta utilizada pelo movimento social que consiste no enaltecimento das ações compreendidas como corajosas, dos seus militantes. O objetivo do MST é apresentar modelos de comportamento a serem seguidos pela coletividade do acampamento. Para tanto, é preciso ressignificar o sentido atribuído a prisão, que passa a ser percebida, pelos acampados, como algo que não é necessariamente justo, dado o caráter autoritário e arbitrário em que pode ser determinada.

Já para outro sem-terra a prisão é tratada com dificuldade:

Pesquisador – É... o senhor já participou de diversas ações, tanto de ocupação quanto de despejo, não é, seu Carlito? E parece que teve um momento que o senhor foi preso, não foi isso?

Carlito – Foi, exatamente.

Pesquisador – Me conte como foi essa história?

Carlito – Rapaz, é... essa história aí... a gente... eles prenderam a gente aí e... e...⁹⁴

Apesar de reconhecer o fato de ter sido preso, o trabalhador não consegue abordar o episódio, de modo que em sua resposta ele tenta ganhar tempo, talvez para refletir sobre o que dizer ou como dizer. No entanto, não consegue tratar o tema. O seu silêncio, contudo, pode nos dizer algo a respeito da experiência que motiva o cárcere, pois é possível que a recordação lhe traga constrangimentos por não conseguir explicar o porquê de ter sido preso, nos termos que lhes sejam favoráveis, ou pode estar vinculado a um momento traumático de sua existência, o que acaba por determinar um bloqueio em relação aos acontecimentos. Na verdade, não se pode aqui precisar entre as lembranças vergonhosas ou indizíveis (MENEZES, U., 1992), mas é pertinente compreender que nem todos os trabalhadores conseguem assimilar os efeitos deste tipo de violência.

Os despejos são ações traumáticas, não apenas pelo emprego da violência física, mas, sobretudo, pela violência simbólica a qual os sujeitos são submetidos. A fala a seguir descreve uma destas ações, realizada em fevereiro de 2005:

(...) chamaram a gente, fizemos a reunião com eles (os policiais), fizemos o acordo, só que na última hora, eles não cumpriram, o fazendeiro chegou e queimou nossos barracos que ainda

⁹⁴ Entrevista concedida ao autor por Carlito Conceição, 57 anos, natural de Apuarema (BA).

estava de pé, alguns pertences nossos, cortou nossas plantações, que é uma coisa triste da gente ver, sabe o que é você plantar, ver um pé de mamão seu ali carregadinho, só que o mamão ainda tá verde, e o cara chegar lá e meter o facão, cortar na sua frente e você não poder fazer nada. Este foi o fator que mais pegou, pesou pra gente foi esse. Pegá nossos bichos, nossas galinhas, nossos patos e joga dentro do fogo vivo, e a gente tá ali, a gente suportar, se conter porque a polícia tava protegendo eles, aí muita gente entrou em desespero mesmo.⁹⁵

Da narrativa é possível inferir que para o fazendeiro não é suficiente destruir a estrutura física do acampamento (cf. figura 24), é preciso também atingir o aspecto moral dos acampados, que eles, desmotivados ou revoltados, resolvam desistir da luta ou até mesmo praticar um ato que incorra em condenação por atitude criminosa. Como se pode notar, o conflito é também uma guerra psicológica, em que fatores emocionais são também explorados pelas partes litigantes. No presente exemplo, a destruição dos víveres dos acampados em fogueiras públicas, algo absolutamente dispensável para o efeito prático da reintegração de posse, intenta desestabilizar a capacidade de organização dos trabalhadores, que é fundamental para uma reação futura, pois as condições necessárias para reocupar a área dependem diretamente da mobilização dos trabalhadores acampados, que levam um tempo para recompor as forças após as baixas sofridas, quando, por exemplo, um grupo de trabalhadores resolve deixar o acampamento após um despejo ou ainda quando parte dos acampados está presa.

Figura 24 – BARRACOS DESTRUÍDOS APÓS DESPEJO, FEVEREIRO 2005



Foto: Ayan Hohlenwerger

Outro relato dá conta do emprego da violência física empreendida por policiais militares:

⁹⁵ Entrevista concedida ao autor por Adailton Silva Sousa, 39 anos, natural de Itajú do Colônia (BA).

A história de ser preso foi assim que eu... teve o despejo, o despejo foi marcado, aí eu cheguei e levantei cedo pra ir cortar madeira ali encostada no barraco mermo, né? Aí quando eu chego cá, tá as poliça, um bocado de policial lá, e aí que foi que eles fizeram? A gente marcou lugar pra eles num passar, nem eles passar, nem a gente passar, aí eles botaram atalho por fora e cercaram... cercaram a gente lá, nós tudo, os companheiros, aí nesse meio tempo eu querendo sair, mas eu num pude, num tive... num teve como, tinha uns companheiro lá... que ainda cismaram com a poliça, aí botaram um atalho lá, aí vieram com um facão, aí tava com um facão na bainha, aí lá vinha com outro facão, a poliça, né? Com facão e com o revólver na mão ameaçando a gente, aí ele pegou na bainha de facão aqui, aí eu peguei na bainha de facão e ele com o cabo do facão puxando, mas ele num conseguiu tomar, aí eles entraram na briga comigo, aí eu passei a perna nele, ele [o policial] caiu, eu caí junto com ele, aí juntaram mais uns quatro e me gemaram... aí me gemaram, e vieram dizendo que eu tava armado com aquela faca, né? A faca veio pra cá, eu bati minha perna ainda, aí eu dei uma de querer furar, né? Pra ver se me sortava, aí eles: “Não, num tem nada não! Tem nada não!”, aí parece que eles já ficaram com medo... assim me jogaram encima desse carro, um caminhãozão, daqui pra Jequié, com cada buraco, que nós quando chegou lá com os joelho tudo roxo, sim... e depois disso eles me deram uma porrada aqui [aponta para a região do abdômen] que ficou uns oito dia roxo, mode do cacete, uns oito dia roxo, aí foi um bocado de companheiro preso eu sei que levou catorze dia preso na delegacia, e aí a juíza queria cobrar, queria acho que era trinta e poucos mil pra poder soltar.⁹⁶

O sem-terra explica em detalhes o cerco empreendido pela tropa da PM na ação de reintegração de posse, descrevendo ainda a postura adotada para aqueles que esboçam algum tipo de resistência ou reação. De acordo com o narrador, a sua prisão ocorre após um conflito direto com a polícia, e o emprego da expressão “eles entraram” determina quem é considerado responsável pelo uso da violência, o trabalhador acuado apenas reage, “eu passei a perna nele, ele caiu, eu caí junto com ele”, mas acaba imobilizado pelo contingente policial. No trajeto em que é conduzido ao caminhão da força pública o trabalhador simula um corte – “a faca veio pra cá, eu bati minha perna ainda” – para ver se consegue ser liberado, mas os militares não caem na dissimulação do sem-terra, que é posteriormente trasladado, juntamente com outros companheiros, para o município de Jequié. A forma como o deslocamento se dá produz hematomas em seus joelhos, e ele recebe ainda uma pancada de cacete que atinge a região do abdômen, de maneira que o corpo fica marcado pelas agressões. O sem-terra comenta ainda sobre o tempo de cadeia, 14 dias, e faz referência a um valor que deveria ser pago para que os trabalhadores fossem colocados em liberdade.

Segundo Araújo (2005), dada à tipificação criminal do caso, resistência e desobediência à ordem judicial, não caberia, obrigatoriamente, a manutenção dos trabalhadores em regime de cárcere, uma vez que o próprio Delegado de Polícia poderia, após lavrar o auto de prisão em flagrante, ter arbitrado o valor da fiança. Contudo este não foi o procedimento adotado e o processo é encaminhado à autoridade judiciária. Por sua vez, a juíza encarregada de julgar o caso resolve, após analisar o pleito do arbitramento de fiança com pedido de

⁹⁶ Entrevista concedida ao autor por Adelino Santos de Jesus (Dole), 54 anos, natural de Barra do Rocha (BA).

dispensa do recolhimento, fixar a fiança no valor de 20 salários mínimos por trabalhador, o que à época representava R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por pessoa. Considerando que havia 16 militantes presos, a soma necessária para a colocação em liberdade do grupo perfazia um montante total de R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais). O pedido é novamente reiterado junto à magistrada, no qual é exposta a situação social dos trabalhadores, bem como o risco ao qual estavam sendo submetidos, pois dividiam a cela com criminosos de notória periculosidade. Mesmo assim o pedido é indeferido, sendo apenas relaxada a prisão do idoso de 90 anos. De acordo com o advogado dos trabalhadores:

Diante da impossibilidade, não nos restou outra alternativa senão pleitear perante o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia uma ordem de *habeas corpus*, medida de "urgência" prevista na Constituição Federal para garantir o direito de ir e vir "sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder".⁹⁷ Só após os tramites burocráticos do TJ-BA é que, no dia 23 de janeiro de 2001, tivemos nosso pedido de medida liminar concedido pelo Desembargador Luis Fernando de Sousa Ramos, relator do processo, determinando a "imediata liberação" dos pacientes.
(ARAÚJO, 2005, p. 146)

É evidente que o êxito da liminar somente pode ocorrer diante da série de inobservâncias das determinações judiciais que, entretanto, só foram consideradas pela instância estadual do judiciário, uma vez que no plano local a justiça parece ter construído uma interpretação particular do caso. O resultado efetivo desta forma de análise é que os sem-terra permanecem presos durante 14 dias, sendo colocados em liberdade no dia 24 de janeiro de 2001, período em que deixam de exercer o gozo da liberdade e são submetidos a uma experiência humilhante, degradante e violenta. Para Araújo (2005), o interesse da magistrada da comarca de Ipiaú era tão somente criminalizar os militantes do MST, tanto que a referida juíza em seu despacho entende a ação dos trabalhadores como um esbulho, desconsiderando o caráter da pressão social por justiça, conforme estabelece, por exemplo, o ministro Luiz Vicente Cernicchiaro em voto a respeito de semelhante situação:

No esbulho possessório, o agente dolosamente, investe contra a propriedade alheia, a fim de usufruir um de seus atributos (uso) ou alterar os limites do domínio para enriquecimento sem justa causa. No caso dos autos, ao contrário, diviso pressão social para concretização de um direito (pelo menos - interesse).
(ARAÚJO, 2005, p. 145)

Ainda segundo Araújo (2005), os argumentos de embargo à desapropriação da área da Fazenda Dois Amigos e a solicitação da imediata reintegração de posse, apresentado por seu proprietário, são de que a função social da propriedade fora interrompida em

⁹⁷ Artigo 5º, LXVIII da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

decorrência da crise desencadeada pela praga da vassoura-de-bruxa, o que, na perspectiva do produtor rural, parece justificar o abandono da área em contenda por tempo indeterminado. Faz-se ainda referência à aplicação da Medida Provisória número 2.183/2001, que impede a vistoria e desapropriação em imóvel “invadido” (BRASIL, 2001b). O curioso é que a ocupação da Fazenda Dois Amigos ocorre dois anos antes da publicação da referida medida provisória.

Mesmo assim, o fazendeiro consegue liminar favorável, ao mandado de segurança interposto no Supremo Tribunal Federal (STF), concedida pelo ministro Carlos Veloso, em 16 de agosto de 2001. O mérito da referida liminar somente é julgado pelo plenário do STF em 20 de agosto de 2003, sendo indeferido após uma sessão decidida no voto de Minerva, conforme nota publicada pelo STF:

Supremo mantém decreto desapropriatório de fazenda na Bahia

O Plenário do Supremo Tribunal Federal negou hoje (20/8) o pedido do espólio de Rosalino Astrogildo Pinheiro formulado no Mandado de Segurança 24133, que queria anular o decreto presidencial de desapropriação, da fazenda Dois Amigos, localizada no município de Ipiaú, na Bahia.

Os herdeiros de Rosalino Pinheiro alegavam que a propriedade não podia ser desapropriada para fins de reforma agrária, visto que sofreu infestação da praga “vassoura de bruxa”, o que comprometeu a produção da lavoura de cacau, a qual foi recuperada com o apoio da Ceplac – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira mediante projetos elaborados nos anos de 1996, 1998 e 1999, além de terem sido celebrados convênios de parceria agrícola, com vistas à melhoria da produtividade e realização de sua finalidade social.

Além disso, argumenta o espólio, a fazenda havia sido invadida por integrantes do Movimento Sem-Terra (MST), no que resultou uma ação judicial de reintegração de posse ajuizada em dezembro de 1999, e que ainda tramita na comarca de Ipiaú. Os proprietários ganharam a liminar em janeiro de 2000, mas sustentam que os sem-terra se recusam a cumprir a decisão judicial.

Em fevereiro de 2000, entretanto, o ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva Filho, pediu ao juiz a suspensão do mandado de reintegração de posse. Já em abril de 2001, a juíza da comarca de Ipiaú requereu ao Tribunal de Justiça da Bahia a intervenção federal em razão do descumprimento do mandado de reintegração. A vistoria do Incra que declarou a propriedade improdutiva foi realizada entre os dias 21 de março e 02 de abril de 2000.

O relator do pedido, ministro Carlos Velloso, afirmou em seu voto que o primeiro fundamento – de infestação de praga na lavoura – deve ser rejeitado, porque são fatos que podem recair sobre uma propriedade rural.

No entanto, em relação à invasão dos sem-terra, Velloso considerou que o ato realmente pode ter afetado a produtividade do terreno. Ele entende que a vistoria do Incra foi feita enquanto persistia a invasão da propriedade pelo MST, o que não poderia ocorrer. Dessa forma, ele deferiu a segurança.

Os debates foram acirrados e a votação terminou em seis votos a cinco pela negação do pedido. Foram vencidos os ministros Nelson Jobim, Cezar Peluso, Ellen Gracie, Celso de Mello e o relator.

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2006)

Após, praticamente, quatro anos de litígio entre as partes, a instância maior da justiça brasileira reconhece apenas a nulidade de um pedido de liminar, o que não representa, por exemplo, a imediata desapropriação da área em conflito em prol dos trabalhadores. Esta situação apenas ilustra o quanto o conflito por terra está entrelaçado ao plano jurídico, e que os desdobramentos processuais da justiça legal não são suficientes para atender à justiça social, principalmente quando são considerados os prazos e as medidas protelatórias que emperram a celeridade das decisões judiciais. Para Comparato (2001), a judicialização dos entevos no campo, além de retardar as emissões de posse em favor dos sem-terra, funciona como recurso utilizado para tentar descaracterizar o movimento social na tentativa de enquadrá-lo como um movimento criminoso. Sobre o processo de criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra, Paulino (2006, p. 63) comenta que:

Não surpreende, portanto, que o latifúndio continue perseguindo estratégias legais de criminalizar a luta, e a mais recente e inquietante surgiu no apagar das luzes dos trabalhos, no Congresso Nacional, em 2005, quando a CPI da Terra classificou a ocupação de terras como ato terrorista, propondo uma Lei que deverá ser votada pelo Congresso Nacional em breve, a qual preconiza o enquadramento dos trabalhadores envolvidos na luta pela terra em crime hediondo, o que pressupõe a imprescritibilidade do “crime” e as penas mais rigorosas afiançadas pelo Código Penal Brasileiro.

Martins (2004) acredita que a injustiça se expressa na formulação da própria legislação, o sociólogo esclarece que no modelo capitalista de produção não mais se encontra a condição cativa que assegurava ao senhor a extração do trabalho escravo. No contexto atual, o mesmo não ocorre com o trabalhador livre que, sendo a princípio juridicamente igual a seu patrão, depende de outros mecanismos de coerção para ceder a outrem a sua capacidade de trabalho. Enquanto o primeiro sofre uma coerção física, o segundo é coagido por um conjunto de formulações que intentam negar a existência da coação, daí a eficiência desta forma de violência em que a vítima não se compreende como tal.

A desigualdade econômica existente entre o trabalhador rural e o latifundiário somente pode ocorrer dentro de um sistema jurídico que legitime a expropriação do trabalho alheio, criando uma falsa idéia de igualdade entre as partes (MARTINS, 1995). Se considerarmos ainda que o Estado controla o monopólio da produção legislativa (SILVA, M., 1999, 2004), compreenderemos que a luta do trabalhador rural contra o latifúndio, em certa medida, se constitui também em uma luta contra o próprio Estado que deveria manter, como um princípio, a posição de imparcialidade capaz de mediar os conflitos no campo.

A seguir, os relatos revelam a indignação de um trabalhador rural diante da sua prisão, que é motivada pelo fato do acampado comercializar sacas de cacau, que haviam sido colhidas

na área do acampamento Carlos Marighella, após um período de ocupação em que os sem-terra cultivaram a lavoura da fazenda:

Quando nós chegamos lá [na Delegacia], o que nós recebemos foi fama de vagabundo e ladrão! Dito pelo delegado... de Ibirataia, aí nós disse a ele, por que motivo ele tava suspeitando a gente de vagabundo e ladrão? Ele disse, porque o denunciado que ele tinha recebido de vinte saca de cacau tinha sido roubada da fazenda Dois Amigo, aí nós disse: "Bom! O senhor bota o cidadão que trouxe essa denúncia da gente aqui! Na nossa frente! Pra ele provar!", aí ele disse: "Não! Num quero saber! Tô cumprindo as minhas Leis e a minha ordem", aí nós disse: "Certo! Você tem direito de cumprir sua Lei e sua ordem, agora não com esses tipo de investigação que você tá investigando a gente, que nós temos prova que não é roubado", aí nessa denúncia que nós tá convesando, aí ele disse: "Não! Arquiva eles pra lá! Pra dentro do xadrez... lá pra grade! Que depois eu vou investigar eles".⁹⁸

Ao ser tratado, em um primeiro instante, pela autoridade do Estado como vagabundo e ladrão, o trabalhador rural se depara com uma realidade em que a sua voz não será respeitada, os seus argumentos são desconsiderados, uma vez que a representação social que ocupa, ou seja, a condição de sem-terra, é vista de maneira criminalizada pelo agente público. Este, por sua vez, esclarece em sua fala a condição de autoridade que tem o dever de cumprir as leis e estabelecer a ordem social, mesmo que para isso tenha de silenciar-se em relação ao contraditório, esquivando-se de apresentar o ônus da prova e sentenciando os trabalhadores ao cárcere. Perante a esta situação, o uso da expressão "Tô cumprindo as minhas Leis e a minha ordem" por parte do delegado, posteriormente reforçada pela frase do trabalhador "Certo! Você tem direito de cumprir sua Lei e sua ordem...", indicam como este último percebe a situação de desigualdade em que se encontra, a Lei é "minha" ou "sua", e não de todos, serve a um lado, a um discurso, a uma classe social. O relato prossegue e aponta para o momento em que o fazendeiro responsável pela denúncia do roubo do cacau chega à delegacia do município de Ibirataia:

(...) aí quando nós tá nesse debate chegou o fazendeiro, aí o que foi que ele fez? Combinado com o fazendeiro, o delegado, retirou o fazendeiro pra num conversar na minha presença, porque eu tava assinando um recibo que eles me mandaram assinar, aí depois ele vortou, vortou, aí nós tornemo a conversar, aí perguntei a ele quantas vez nós... nós era ladrão repeti três vez... repeti várias vez, "Adonde foi que você nunca viu um ladrão de cinco pessoas, de dia tamanho, carregado, com uma F-4000 carregada de cacau e trazer pra dentro da cidade onze horas do dia?", aí ele achou de num me responder, ajustamente ele num tinha como provar que esse cacau tinha sido roubado, porque se fosse roubado quem era que ia com cinco pessoa de dia tamanho pra uma grande cidade daquela municipada, na pista, chegar dentro do depósito, descarregar, ficar despreocupado.⁹⁹

A narrativa revela a percepção do trabalhador em relação ao posicionamento da autoridade pública. A postura do delegado de retirar o denunciante da sala em que se encontra o trabalhador representa para o sem-terra a aliança do homem da "Lei" com o latifundiário, os

⁹⁸ Entrevista concedida ao autor por Floriano Rosa de Souza, 32 anos, natural de Ilhéus (BA).

⁹⁹ Floriano Rosa de Souza, conforme citado.

seus interesses devem ser tratados à parte, sem a presença inconveniente do “ladrão de cacau”.

O trabalhador se mostra estupefato com a prisão a que está sendo submetido, pois não consegue compreender, a partir da sua lógica, como alguém seria capaz de comercializar o produto do roubo em plena luz do dia. Seus argumentos caracterizam a maneira como se sente injustiçado, uma vez que não existem evidências da acusação, mas mesmo assim se vê obrigado a assinar um “recibo” que lhe foi apresentado.

Frente aos excessos anteriores, não seria improvável que estivesse assinando um termo de confissão, e mesmo que isto não tenha se configurado materialmente, simbolicamente ele atua como réu, pois ocupa o lugar que lhe foi reservado no que Ortiz (1994) denomina teatro social. Em seguida o trabalhador arremata o discurso:

(...) aquele cacau que ele pegou com o fazendeiro acho que num teve quase nada, foi dividido pra ele, que foi até junto com uma promotora até da cidade, que tava tudo envolvido junto com ele, eu sei que nós fiquemo... era pra sair com quatro dia, passemos oito dia nosso advogado castigando aqui, veio papel de Brasília pra ser liberado a gente, eles engavetaram os paper, eles engavetaram, junto com o seu Paulo Souto, porque seu Paulo Souto também é contra a reforma agrária, ele num apóia, ACM também num apóia a reforma agrária, só quem apóia, somos nós e o nosso presidente Lula, e ele tando [na presidência] nós tem a certeza que ele num vai disconcordar de nós e nem nós dis... da reforma agrária, nós morre junto com a reforma agrária, é lutando, luta aquele pedacinho de terra, nós consegue o nosso, conseguiu, conseguiu, também vamos ajudar outro que é da mesma crasse da gente que é pra mesma parte que vir pra gente, a minha vem pra um companheiro meu, vem prum neto meu, vem prum neto do outro companheiro, nós num é... só deseja ter não, nós deseja pra todos, nós num somo latifundiário que só deseja pra ele e miséria pros outro!¹⁰⁰

Novamente o sem-terra reforça a impressão que tem do conluio entre o fazendeiro e as autoridades públicas, fazendo também menção à promotora responsável pela apreciação do caso. Em seguida, comenta sobre o tempo de prisão e a forma incisiva como o advogado, contratado pelo MST, atua no processo, inclusive providenciando um “papel de Brasília” que é engavetado pelas autoridades responsáveis pelo cárcere. Outro aspecto que merece destaque é a forma como o sem-terra personifica os aliados e adversários da Reforma Agrária, o que sinaliza a importância da conjuntura política, como fator que exerce influência direta, nos embates agrários.

O fato é que quando o tempo de existência do acampamento é dividido ao meio (cf. tabela 26 e figura 25), percebe-se uma incidência maior de acampados (60,6%) que ingressam no acampamento na fase mais recente entre os anos de 2003 a 2006, enquanto que um

¹⁰⁰ Floriano Rosa de Souza, conforme citado.

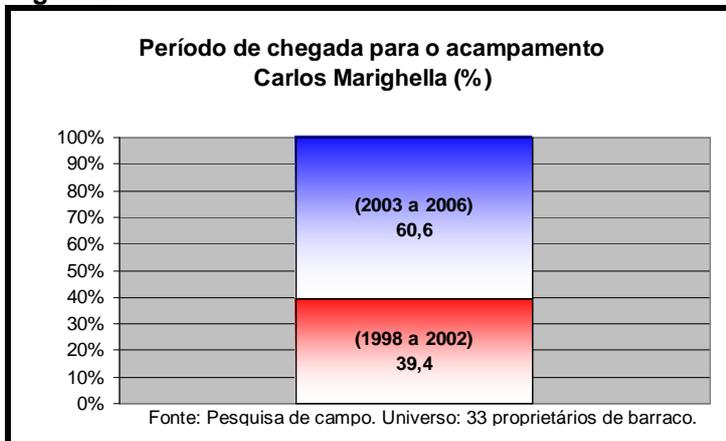
número menor de acampados (39,4%) tem participado do conflito há mais tempo, uma vez que ingressaram no movimento no período entre os anos de 1998 e 2002.

Tabela 26

PERÍODO DE CHEGADA NO ACAMPAMENTO CARLOS MARIGHELLA	
Períodos	Quantidade
1998 a 2002	13
2003 a 2006	20
TOTAL	33

Fonte: Pesquisa de campo.
Universo: 33 proprietários de barraco.

Figura 25



Esta divisão coincide com a mudança do controle político no plano federal, quando, num primeiro instante, o MST realiza franca oposição ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. De acordo com os relatos dos acampados, nesta primeira fase são destacadas as dificuldades em estabelecer o diálogo com as instâncias governamentais e o bloqueio do apoio institucional por parte do Incra. Para os trabalhadores, o quadro é revertido a partir do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003, que conta com o apoio político do MST, e que viabiliza, por exemplo, a liberação de créditos a programas destinados a atender demandas do movimento social.

No plano estadual, a eleição de Jacques Wagner para o governo da Bahia, em outubro de 2006, foi motivo de grande comemoração pelos acampados. O político do PT é considerado um aliado do movimento social. Além da expectativa em relação à atuação do executivo estadual, os sem-terra comemoram também a reeleição de Valmir Carlos da Assunção, integrante do MST, reeleito pelo PT com expressiva votação. Este parlamentar é posteriormente nomeado Secretário de Estado, ocupando desde o início de 2007 a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza (Sedes). A euforia dos sem-terra é ampliada com a eleição de mais um aliado, o ex-prefeito de Itabuna, Geraldo Simões, para deputado federal, que assume após a posse de Jacques Wagner a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri) do Estado da Bahia. A presença destes políticos em funções estratégicas do executivo estadual traz esperança aos acampados, que passam a acreditar que o assentamento pode ocorrer brevemente, abreviando as agruras e sofrimentos, resultantes das diversas formas de violência experienciadas pelos sem-terra.

3.3. As experiências de violência dos acampados

Os despejos não são as únicas experiências de violência vivenciadas pelos trabalhadores rurais sem-terra, lamentavelmente o campo brasileiro é um palco marcado notadamente, desde os tempos da colonização portuguesa, pelo uso da força para a regulação fundiária (GRZYBOWSKI, 1991; MARTINS, 1995; FERNANDES, 2006). Em relação aos enfrentamentos agrários contemporâneos, Leite (2005) anota que o aumento considerável das ocupações como instrumento de pressão social, a partir da década de 1990, está proporcionalmente relacionado ao aumento do número de assentamentos, assim como do registro de mortes em decorrência dos conflitos no campo brasileiro. Como exemplos do uso indiscriminado da violência, além da certeza da impunidade por parte dos agressores, têm-se os massacres de Corumbiara (RR), 1995; Eldorado de Carajás (PA), 1996; e Felisburgo (MG), 2004. Somente em 2004, segundo a CPT (2005), ocorreram no país 1.801 casos de violência no campo, envolvendo mais de 1 milhão de pessoas.

Além do uso da força impetrada por latifundiários em defesa dos seus interesses, tem-se ainda a violência simbólica oriunda de uma forte concepção preconceituosa difundida amplamente em nossa sociedade pelas elites rurais. Esta é uma forma de violência que atinge diretamente a identidade. Neste caso, os trabalhadores rurais sofrem justamente por aquilo que efetivamente caracteriza o seu modo de viver, de se fazer presente no mundo. Na condição de oriundos da zona rural são muitas vezes estigmatizados não apenas por sua condição social, econômica ou étnico-racial, mas também pela maneira com que falam nossa língua, pois, são comumente vítimas de um processo refinado de preconceito sócio-lingüístico, Bagno (2002).

Em muitas oportunidades é a violência simbólica que justifica o emprego da violência física, uma vez que o uso da coerção corporal parte da concepção de que o trabalhador rural não está habilitado para o diálogo, o que legitima o uso da força. Somados a estes aspectos, tem-se o descompasso entre o tempo da justiça e o tempo daqueles que são injustiçados nos conflitos fundiários no Brasil – segundo os dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário 1995/96 do IBGE, 45,10% das terras estão sob o controle de 0,89% do total dos estabelecimentos agrícolas, GeografAR *apud* Santos (2004) – o que contribui para o incremento da violência no campo.

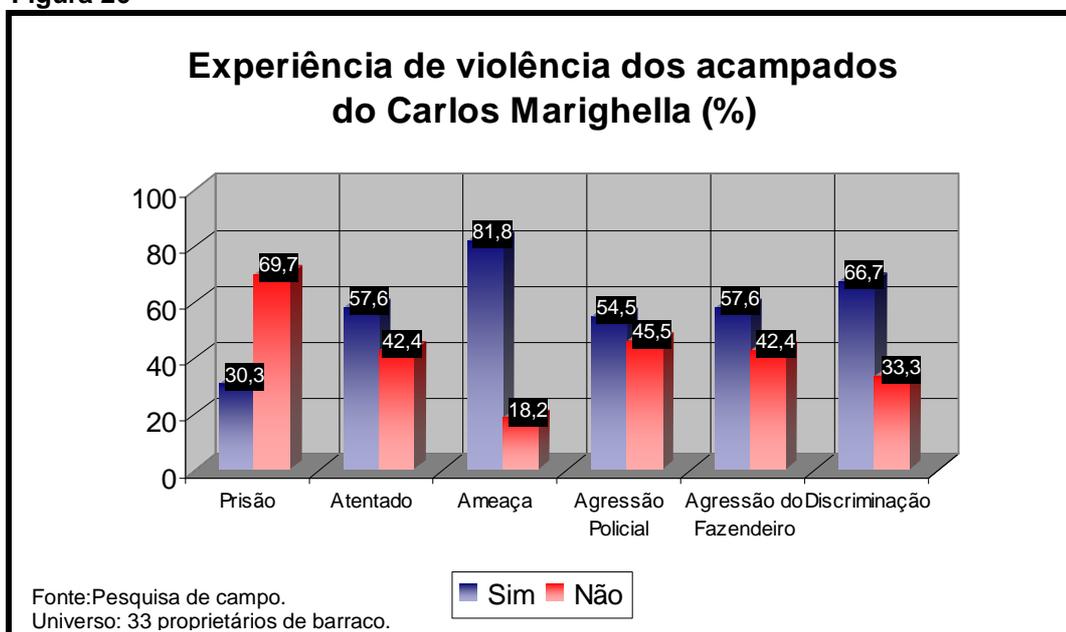
No Carlos Marighella, são registradas várias formas de violência contra os acampados (cf. tabela 27 e figura 26).

Tabela 27

EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DOS ACAMPADOS DO CARLOS MARIGHELLA			
Modalidade	Sim	Não	TOTAL
Prisão	10	23	33
Atentado	19	14	33
Ameaça	27	06	33
Agressão Policial	18	15	33
Agressão do Fazendeiro	19	14	33
Discriminação	22	11	33

Fonte: Pesquisa de campo.
Universo: 33 proprietários de barraco.

Figura 26



No conjunto dos questionários, as ameaças (81,8%) aparecem como a principal forma de violência contra os acampados. Geralmente estas ameaças são oriundas dos representantes do latifúndio cacauero podendo ser dissimuladas ou diretas, sendo vivenciadas, segundo os relatos dos acampados, cotidianamente. Logo após, tem-se as atitudes discriminatórias (66,7%) para como os trabalhadores. Neste caso, a agressão pode vir de qualquer pessoa da sociedade, que compreende o sem-terra a partir da ideologia proposta pelas elites rurais, em que estes sujeitos são descritos como “vagabundos”, “preguiçosos” ou “marginais”. São também feitas referências às agressões físicas, do fazendeiro (57,6%) e da polícia (54,5%), estas, em geral, associadas à atuação da PM nos despejos, e aquelas a ação dos prepostos do latifúndio cacauero. Diferentemente, das agressões físicas que em geral buscam intimidar os sem-terra, os atentados (57,6%) intentam contra à vida destas pessoas, segundo os relatos, são tiros disparados contra o

acampamento durante a noite, tentativas deliberadas de atropelamento, emboscadas armadas nas estradas que levam ao acampamento, por pistoleiros, a mando do fazendeiro. Além disto são feitas referências às prisões (30,3%) que são consideradas irregulares pelos trabalhadores. Os relatos a seguir, apresentam alguns destes episódios:

(...) eu fui alvo desses homem também, a gente tava trabalhando e escutava muitos tiro na cabeceira da roça, só que a gente num levava a sério porque ele fazia aquilo era pra amedrontar a gente e aí a gente num pensava que eles queria fazer algum coisa com a gente, amedrontava dando tiro pra lá, tiro pra cá, só que muita gente... muitas família nós perdemos por causa de muitos tiro, muita zuada, botava a gente pra correr das roça, as vez a gente tava trabalhando, aí chegava com rifle pesado: “pára de trabalhar!”. Aí beleza... quando a gente pensava que não tava rodeado, dois, três, tinha um tal do padre, eu não tenho vergonha de falar o nome dele eu acho que ele tá até guardado [preso] e aí esse homem ameaçou a gente várias vezes e várias vezes mandado pelo fazendeiro e aí vai, vai e vai a gente...¹⁰¹

Bateram, me pegaram com a foice na mão, me jogaram no chão, pisaram nas minhas costa, pisaram na minha cabeça depois bateram aqui na minha cintura, no meu abdômen, várias caceteadas eu e o companheiro Charlie Brown, nós ia ser morto, entendeu? Por que ele... o comandante era Ivo, na época, que era o major Ivo, porque o major Ivo só ia pra esses conflito mesmo de rebelião, sem-terra e esses tipo de coisa, entendeu? Então ele é um comandante já pra pancadaria, entendeu? Aí ele pegou, eu e o companheiro Charlie Brown, botou numa viatura pra dar um sumiço na gente, mas a sorte nossa foi o advogado que chegou logo assim e viu a gente no camburão, aí ele falou: “Não! Bota os menino lá no caminhão”, aí foi que ele botou nós no caminhão, mas se num fosse o advogado eu nem sei se eu tava contando esta história hoje, entendeu?¹⁰²

O primeiro relato discorre sobre a forma como os sem-terra, quando ocupam a área da fazenda Dois Amigos, são agredidos pelos pistoleiros do fazendeiro. Segundo o narrador, os tiros disparados na “cabeceira da roça” objetivavam afugentar as famílias do acampamento. Por sua vez, o acampado não acredita que tais criminosos realmente atentem contra sua vida, de maneira que o sem-terra dá prosseguimento aos trabalhos na terra, apesar da “sinfonia” das balas, “muitos tiro, muita zuada”. Conforme a narrativa, às vezes, o pistoleiro se aproximava e ordenava a suspensão das suas atividades, e em algumas oportunidades o trabalhador é cercado por dois, três homens armados.

O segundo relato registra a violência sofrida por um sem-terra em decorrência da ação policial durante um despejo. O trabalhador apresenta em detalhes a maneira como é abordado, em que a violência empregada, pela PM, é desproporcional e desnecessária, “me jogaram no chão, pisaram nas minhas costa, pisaram na minha cabeça depois bateram aqui na minha cintura, no meu abdômen, várias caceteadas”. Em seguida, o sem-terra mostra maior preocupação quando conduzido, juntamente com outro acampado, para uma viatura da PM, diferentemente dos demais companheiros presos que estavam sendo levados para o caminhão da força pública. O Fato de ser colocado em um outro veículo, faz com que o

¹⁰¹ Entrevista concedida ao autor por Ailton Batista dos Santos, 41 anos, natural de Ibicuí (BA).

¹⁰² Entrevista concedida ao autor por Djones Santos Oliveira, 21 anos, natural de Ipiaú (BA).

trabalhador compreenda a gravidade da situação em que se encontra, levando a inferir, que possivelmente seria executado, em suas palavras “pra dar um sumiço na gente”. Segundo o relato, a sorte do acampado é a chegada do advogado do MST que solicita ao comandante da operação a mudança do veículo, “Não! Bota os menino lá no caminhão”. Cabe registrar ainda a descrição, feita pelo narrador, do comandante da PM que “só ia pra esses conflito mesmo de rebelião, sem-terra e esses tipo de coisa, entendeu? Então ele é um comandante já pra pancadaria”.

A violência sofrida pelos acampados aparece, nas entrevistas dos sem-terra, como o principal problema do conflito fundiário vivenciado no Carlos Marighella (cf. tabela 28):

Tabela 28

USOS LEXICAIS DOS ACAMPADOS DO CARLOS MARIGHELLA CAMPO SEMÂNTICO: PROBLEMAS DOS ACAMPADOS		
Vocábulos	Ocorrências	Percentual
Despejo	110	29,26
Prisão / Preso	78	20,73
Pistoleiro / Bandido	53	14,10
Ameaça / Violência	38	10,11
Tiro / Morte / Matar	31	8,25
Polícia / Policial	21	5,59
Fome	19	5,05
Lona preta	17	4,52
Doença	9	2,39
TOTAL	376	100,00

Fonte: Transcrições das entrevistas realizadas na pesquisa de campo.

Nas entrevistas, todos os principais problemas dos acampados estão associados a práticas violentas, a começar pelos despejos (29,26%), que podem ocasionar as prisões (20,73%) dos trabalhadores. Logo após aparecem o medo dos pistoleiros / bandidos (14,10%), o primeiro termo sempre relacionado com ação do fazendeiro, enquanto que a segunda expressão pode fazer referência à situação de marginalidade que é negada pelos acampados. As ameaças (10,11%) do representante do latifúndio aparecem seguidas pelo medo da morte (8,25%) no conflito fundiário, em decorrência de atentados. A violência policial (5,59%) também é citada nas entrevistas. No total, o conjunto destas experiências representa um elevado índice (88,04%) de preocupação com a violência com a qual os trabalhadores deparam no cotidiano do enfrentamento fundiário. Os demais problemas, dos acampados, dizem respeito, a infra-estrutura do acampamento e a precariedade em que se

encontram, em alusões à fome (5,05%), à doença (2,39%), ou ainda à lona preta (4,52%). Este último termo pode ser utilizado em referência a má qualidade do material, a dificuldade em adquiri-lo, ou ainda na descrição das dificuldades em viver sob este tipo de cobertura.

Apesar de sofrer com todas estas situações, muitos sem-terra persistem na luta. Para Scott (2002, p. 27) “a obstinação e a força de tal resistência decorrem diretamente do fato de que ela é firmemente enraizada na luta material vivenciada e partilhada por uma classe”. Em grande medida, isto somente é possível através do cotidiano das famílias no espaço em conflito, momento em que a resistência é determinada pelos laços de sociabilidade e por um conjunto de procedimentos, muitos deles criativos (cf. figura 27), que permitem suportar tamanha pressão.

Figura 27 – ACAMPADA SECA ROUPAS EM VARAL IMPROVISADO, MARÇO 2000



Foto: Rogério Ferrari

3.4. O cotidiano das famílias sob os barracos de lona preta

As famílias que constituem o acampamento Carlos Marighella são constantemente obrigadas a se deslocar para acampamentos provisórios, em geral, à beira da pista. Nesta fase do conflito, o cotidiano reserva uma série de obstáculos que impedem, por exemplo, o acesso dos trabalhadores a terra, de maneira que a produção e a conseqüente comercialização de produtos ficam comprometidas, o que implica a perda da principal fonte

de renda dos sem-terra. Além deste fator, ocorre a ampliação dos problemas atinentes à infra-estrutura, bem como o aumento da exposição ao perigo, uma vez que a proximidade com a rodovia amplia o risco de atentados ou até mesmo de acidentes. Sobre este momento na vida dos acampados, denominado por eles como “a vida debaixo da lona preta”, há os seguintes relatos:

Rapaz, a vida debaixo da [lona] preta num é fácil, é ruim, é ruim mermo! A gente só suporta a lona porque a gente alembra da terra, mas se a gente não alembra da terra e dizer assim: “Não vou lembrar da terra”, a gente não suporta, eu acredito que ninguém suporta, porque é feio! De baixo da lona você sofre de dia, você sofre de noite. De noite ela soa, a lona soa e ela começa a pingar, tem vez que manhece o dia a coberta tá molhada, no correr do dia é o calor, o calor que a quentura do sol bate encima, ela é fina, a temperatura do sol passa pra nós debaixo da lona, então a gente fica desassossegado, minha mulher mermo, teve um tempo atrás que me disse: “Nêgo! Eu num tô agüentando mais”, aí eu falei: “É o jeito ir pra debaixo de um pé de pau, o correr do dia passa fora do barraco, quando a noite o sol esfriar, volta pro barraco”, a única coisa que nós pode fazer é isso, que se nós for sair dos sem-terra pra nós ir também... pros latifundiário também vai dar no mermo, a gente vai viver aquela vida que nós pegava cinqüenta reais, fazia uma comprazinha e voltava, ficava puro, ficava sem uma sandália, ficava sem um sapato e num tinha pensamento de melhorar nunca, nesse estilo dos cinqüenta reais por semana! Que nos sem-terra nós tá sofrendo, a lona é uma coisa difícil mermo, passa quem tem coragem, que tem coragem e alembra que amanhã vai ser bom, então se num for alembra na bondade, não fica, eu acredito que ninguém fica porque num é fácil não, a lona?!... A lona preta é uma coisa triste.¹⁰³

A gente dorme assim mesmo, quantas vez a gente num já acordou meia noite, chovendo aquela lona rasgava e água caía toda por cima da gente, a gente tem que manhecer o dia encostada, pra aquela água num bater, pra poder jogar outra lona por cima, né? Então é difícil acordar com água dentro de casa, tudo isso já passou, eu também já passei, meus filho mesmo, é um sofrimento pra gente.¹⁰⁴

A lona preta ela chega até quatro mês, não todas, mas ela chega a quatro mês, vai depender do tempo, mais quente ela dura menos, mais feio [frio] ela dura mais, dura mais...¹⁰⁵

Segundo o primeiro relato, a “vida debaixo da preta num é fácil”, sendo apenas suportada pelo alento da possível conquista da terra, condição que determina o ânimo para continuar sob os barracos de lona. O sofrimento provocado pela precariedade da moradia é sentido tanto no período diurno, marcado pela intensidade do calor, quanto durante a noite, em que o frio e a umidade deixam a coberta molhada. Em uma situação tão extrema tenta-se desenvolver estratégias, como passar o dia debaixo de árvores até “o sol esfriar”, para retornar aos barracos. É assim que o sem-terra vai persistindo na luta e convencendo a companheira a não desistir, a não voltar para os “latifundiários” que pagam pouco, o suficiente apenas para fazer uma “comprazinha” e novamente “ficar puro”. O diminutivo aqui representa o baixo valor pago pelo representante do latifúndio, enquanto que a expressão

¹⁰³ Entrevista concedida ao autor por Valdinei de Souza Santos, 30 anos, natural de Ipiaú (BA).

¹⁰⁴ Entrevista concedida ao autor por Edísia Evete Amâncio Batista, 36 anos, natural de Itagibá (BA).

¹⁰⁵ Entrevista concedida ao autor por Joscelino Felisberto Moreira, 42 anos, natural Nilo Peçanha (BA).

utilizada caracteriza a falta de recursos do trabalhador, que justamente por isso mantém uma relação de dependência com o fazendeiro.

No segundo relato, a sem-terra comenta sobre o momento em que a lona não resiste à força da chuva, oportunidade em que a família tem que passar o restante da noite “encostada”, na espera que o dia amanheça, aguardando o momento em que é possível providenciar o conserto dos estragos causados pela água. Esta é uma situação comum aos demais acampados e é determinada pela constante precipitação pluviométrica da região e, principalmente, pelo desgaste da lona, que precisa ser substituída de tempos em tempos.

Conforme o último relato, a durabilidade do plástico é determinada pela temperatura ambiente. No calor, o material se desgasta mais rapidamente, enquanto que no frio a vida útil da cobertura é maior, podendo chegar até quatro meses, dependendo da qualidade do produto utilizado. A dificuldade de acesso à lona se apresenta como um dos problemas vivenciados pelos acampados. Por sua vez, a coordenação do acampamento responsabiliza o Incra pelo atraso no fornecimento do material. Ainda sobre o viver sob os barracos de lona, há a seguinte narrativa:

Tem família que num güenta e têm muitas família que tão adoecendo através do plástico, viu? Viciado demais... tem pessoas que tá dando até febre tifo, viu? Então quer dizer na minha família mermo agora é... uns três ou quatro de febre de tifo, [...] tomem tá internada, e tá... a suspeita é febre tifo... então é através da lona preta, porque de dia esquentada demais e de noite esfria demais!¹⁰⁶

De acordo com o narrado, a insalubridade do acampamento gera problemas de saúde nos acampados. Para o sem-terra, o plástico da lona é o responsável pela febre tifo,¹⁰⁷ uma vez que permite a oscilação entre o calor do dia e o frio da noite. Seguramente esta não é a causa da enfermidade, mesmo que seja considerado que a alteração brusca e cotidiana da temperatura provoque doenças que apresentem sintomas semelhantes à referida enfermidade. O importante é perceber nesta informação que os acampados podem estar sendo acometidos pela febre tifóide, o que indica a gravidade da situação sanitária em que vivem, alojadas em espaços inapropriados à convivência coletiva, possivelmente fazendo uso de água não adequada ao consumo humano, não dispondo de condições básicas de higiene para o trato dos alimentos e/ou eliminando de maneira inadequada seus excrementos.

¹⁰⁶ Entrevista concedida ao autor por Valdivino Machado dos Santos, 62 anos, natural de Ipiaú (BA).

¹⁰⁷ Segundo o dicionário Houaiss e Villar (2001), a febre tifóide é uma doença infecciosa provocada pela bactéria Gram-negativa *Salmonella typhi*, endêmica na África, na Ásia e na América do Sul, transmitida pela água ou por alimentos contaminados pelos excrementos humanos infectados e caracterizada por febre alta, prostração, diarreia, podendo também gerar graves problemas cardíacos, digestivos e neurológicos, devido à liberação de toxinas bacterianas na corrente sanguínea.

Quando doentes, em situação mais grave, os sem-terra são encaminhados para os hospitais da rede pública das cidades vizinhas, e enfrentam os problemas comuns à parcela da população que faz uso do sistema público de saúde disponível nestas localidades. A precariedade destes serviços faz com que, em momentos agudos, os sem-terra utilizem as reservas, quando possuem, de recursos próprios ou do caixa coletivo do Carlos Marighella, ou, ainda, de doações de pessoas externas ao acampamento, para que seja possível acessar a rede particular de atendimento à saúde. Apesar da solidariedade presente entre os acampados, em oportunidades como estas é o núcleo familiar que exerce o papel fundamental na resolução do problema, não apenas cuidando do ente enfermo, mas principalmente buscando viabilizar o atendimento ao doente e a posterior aquisição dos medicamentos necessários ao tratamento da enfermidade.

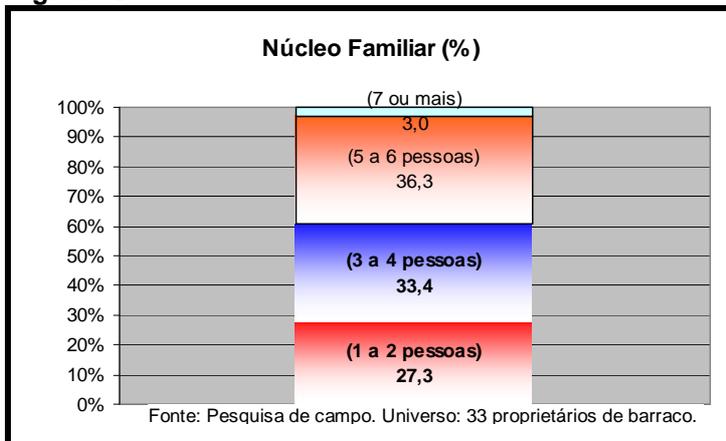
Em relação à estruturação familiar, os acampados estão organizados a partir de núcleos que, do ponto de vista numérico, não são homogêneos e podem ser classificados em três grandes grupos (cf. tabela 29 e figura 28).

Tabela 29

NÚCLEO FAMILIAR	
Intervalos	Quantidade
1 a 2 pessoas	09
3 a 4 pessoas	11
5 a 6 pessoas	12
7 ou mais	01
TOTAL	33

Fonte: Pesquisa de campo.
Universo: 33 proprietários de barraco.

Figura 28



Há um segmento formado por acampados que tenta conquistar o acesso à terra sozinho ou acompanhado por apenas uma pessoa, em geral o cônjuge (27,3%). Nestas circunstâncias encontram-se pessoas que, com o passar do tempo, afastam-se do núcleo familiar, ou que deixam os filhos sob os cuidados de parentes enquanto vivenciam os enfrentamentos. Outro segmento é composto por casais, via de regra, mais jovens que mantêm os filhos no espaço em disputa, são famílias compostas por três a quatro pessoas (33,4%). Entretanto, a maior parte dos núcleos familiares é constituída por proles numerosas, que abrigam, inclusive, parentes de segundo grau ou agregados, são núcleos formados por pelo menos cinco pessoas (39,3%). A análise dos usos lexicais dos acampados pode auxiliar a compreensão da base familiar dos sujeitos que integram o Carlos Marighella (cf. tabela 30).

Tabela 30

USOS LEXICAIS DOS ACAMPADOS DO CARLOS MARIGHELLA CAMPO SEMÂNTICO: ESTRUTURA FAMILIAR / GÊNERO		
Vocábulos	Ocorrências	Percentual
Família	114	21,03
Filho (a)	96	17,71
Mulher	90	16,61
Pai	76	14,02
Mãe	49	9,04
Homem	45	8,30
Marido / Esposo	34	6,27
Criança	31	5,72
Esposa	7	1,29
TOTAL	542	100,00

Fonte: Transcrições das entrevistas realizadas na pesquisa de campo.

No conjunto das entrevistas, percebe-se uma referência constante à expressão “família” (21,03%). Esta constância pode ser entendida pela importância que tal forma de organização exerce na logística do movimento social. A família consiste na unidade básica de atuação do MST, uma vez que as atividades do acampamento são distribuídas por grupo de famílias, assim como as cestas básicas são calculadas pelo número de famílias e não de acampados, o próprio Incra utiliza esta informação em seu cadastro.

Em seguida vem o vocábulo “filho (a)” (17,71%), que é comumente utilizado como sinônimo de criança, termo também citado pelos entrevistados (5,72%). Apenas eventualmente a palavra “filho (a)” faz referência a pessoas emancipadas. A interpretação deste uso nos discursos dos sem-terra pode estar associada à preocupação, por parte dos pais, com os filhos menores, uma vez que em suas falas os sem-terra esclarecem que é preciso, por exemplo, estar atento ao risco de atropelamento das crianças que transitam à margem da pista (cf. figura 29), cuidar da saúde, alimentação e segurança da prole, viabilizar as condições para que as crianças freqüentem a escola, ou, ainda, permanecer na luta para que os filhos, no futuro, possam herdar um pedaço de terra.

Figura 29 – ACAMPAMENTO DE BEIRA DE PISTA, JULHO 2007



Foto: Mateus dos Santos

As alusões à figura paterna (14,02%) superam as referências à figura materna (9,04%). Neste caso, a maior incidência sobre o progenitor revela o grau de participação, desta figura, nas decisões do núcleo familiar. As falas indicam que, por exemplo, o pai decide a entrada ou a saída do acampamento, mesmo quando sua decisão é fortemente influenciada pela atuação da figura materna. Já no cotidiano do acampamento, esta situação apresenta uma inversão: quando considerado a soma das citações dos termos “mulher”¹⁰⁸ e “esposa” (17,90%), tem-se um índice superior ao apresentado pelo conjunto “homem” e “marido / esposo” (14,57%).

Nota-se no acampamento em estudo que as mulheres participam de maneira mais efetiva dos problemas vivenciados no cotidiano do espaço, enquanto os homens, em geral, estão ausentes à procura de emprego, trabalhando fora ou na área da própria ocupação. Entrementes, é possível perceber a predominância masculina no controle do espaço. As decisões, em geral, são tomadas pela coordenação do acampamento, instância em que atuam poucas mulheres.¹⁰⁹ Sobre a problemática do gênero, o presente relato ilustra a preocupação de uma trabalhadora em relação a sua condição de mulher “sozinha”:

Quando eu tomei conhecimento do que era o sem-terra eu senti um desejo enorme de participar, mas só que eu achava que não tinha possibilidade porque era uma pessoa que não

¹⁰⁸ A soma se dá pelo fato do termo “mulher” ser utilizado tanto em referência à condição de gênero, quanto ao papel ocupado no núcleo familiar.

¹⁰⁹ Durante as visitas, sempre fui recepcionado por coordenadores do sexo masculino.

tinha marido, eu achava que uma pessoa sozinha não tinha como se manter numa terra ou eles não iam aceitar. Mas aí depois, eu conversando com algumas pessoas que já eram de lá, né? Aí me informaram que não tinha importância, que eu podia me dirigir a eles, que eu ia conseguir uma vaga lá no assentamento. Aí foi isso que eu fiz.¹¹⁰

A angústia da narradora diz respeito a não aceitação, por parte dos acampados, de uma mulher que não é casada. Neste caso específico, trata-se de uma viúva com 61 de idade que não se sente à vontade para ingressar no movimento. Esta posição apenas é repensada quando entra em contato com outros acampados e é informada que sua condição não representa um problema. É provável que isto tenha se dado por conta dos valores atribuídos, no imaginário camponês, ao papel social reservado a uma mulher “sozinha”, que ao não possuir a referência do marido, perde uma propriedade determinante na configuração social do qual a narradora faz parte. A aceitação desta no acampamento não significa que as dificuldades interpostas por sua condição deixam de existir dentro do espaço em análise. Segundo Silva, C. (2004), o MST formula um discurso que intenta anular as desigualdades entre as relações de gêneros, com o objetivo de fazer com que os militantes adotem práticas em que o gênero não determine, por exemplo, o tipo de tarefa a ser realizado. Apesar do esforço, segundo a historiadora, o movimento acaba por reproduzir em suas publicações, discursos e símbolos marcas do modelo que vem tentando negar, o que caracteriza novas “dobras” entre o discurso e prática. Independentemente destas formulações que buscam considerar e incorporar as possibilidades de transformações nas relações de gênero, os acampados agem a partir de uma lógica relacionada a suas práticas e costumes, como se pode observar na seguinte narrativa:

A questão da família foi porque eu ficava solteiro, eu era solteiro, aí eu acharia... rapaz! Trabalhava e pegava dinheiro e vinha pra aqui pra cidade e gastava, quando era dia de segunda-feira eu olhava pros quatro canto, a mão pura e sem dinheiro, o rango num tinha, aí eu parei e pensei: “Rapaz! Eu vou arrumar uma família porque sem mulher num dá certo não!”, é roupa pra lavar, prato, barraco pra arrumar, que nossas casa é de lona na verdade. Na época, quando eu vim pra ver, era na frente o acampamento, nós num tinha conquistado aquela terra lá pra dentro ainda, era ali o acampamento, barraco de lona, aí eu comecei a namorar com uma... com uma dona, aí falei: “Agora eu quero namorar com você, agora eu quero um futuro pra eu casar, se você vê que você assume a sua responsabilidade de ser um mãe de família, eu vou assumir... e eu também vou ter a minha responsabilidade de assumir você também, como um pai de família”, aí ela falou: “Olha! Eu também quero assim, se você assume, hoje mesmo eu vou pro barraco com você. E se você fazer isso comigo?”, na época... que ela era num... num ... ela num tinha tido relação nenhuma com outro homi, ela falou: “E se você aproveitar de mim e depois me largar, eu vou ficar um pouco chateada!”, aí eu disse: “Isso eu lhe garanto!”, e com isso nós já vai fazer dois ano que nós tá junto!¹¹¹

¹¹⁰ Entrevista concedida ao autor por Honorina Bernardes dos Santos, 61 anos, natural de Jequié (BA).

¹¹¹ Entrevista concedida ao autor por Jerônimo Sales de Jesus (Ôna), 23 anos, natural de Jaguaquara (BA).

O narrador esclarece que a constituição da família se dá por uma premência para mudar de vida, pois somente casado pôde, por exemplo, economizar dinheiro. É possível que tenhamos aqui não apenas a necessidade do acúmulo material, mas, sobretudo, a demanda por um reconhecimento social que é dispensado ao homem casado. Ao ocupar este papel, o sem-terra passa a ser visto, pelos demais acampados, como uma pessoa capaz de assumir obrigações e responsabilidades que ultrapassam os limites do núcleo familiar. Sobre este rito de passagem, cabe mencionar que no conjunto das entrevistas a expressão “jovem” foi citada apenas três vezes, o que talvez sinalize a não valorização, no contexto em análise, da fase intermediária entre a criança e o adulto. Na realidade do acampamento, os adolescentes precisam, de maneira célere, se tornar adultos, caso contrário, são levados a deixar o espaço para prosseguir os estudos, ou, ainda, para procurar emprego nos centros urbanos.

O sem-terra apresenta uma visão da figura feminina enquadrada no estereótipo da dona de casa, afinal de contas, “é roupa pra lavar, prato, barraco pra arrumar”. O casamento é ajeitado após uma negociação com “uma dona”, a futura esposa, na qual se estabelece que a relação não deve ser um mero namoro, pois o objetivo de ambos é constituir uma família, em que a mulher deverá exercer o papel reservado a uma “mãe de família”, e o sem-terra assumir a responsabilidade que cabe a um “pai de família”. Estas responsabilidades condicionadas pelo gênero representam seguramente uma diferenciação dos papéis a serem desempenhados, futuramente, pelos cônjuges. Nota-se ainda uma condicionante para o aceite entre as partes: a companheira exige o respeito por sua condição, pois “ela num tinha tido relação nenhuma com outro homi”. Este aspecto é, por sinal, valorizado pelo sem-terra que prontamente atende a solicitação “Isso eu lhe garanto!” Daí, sem grandes formalidades, o casal é formado a partir do momento em que a trabalhadora passa a morar no barraco do narrador.

No tocante à renda familiar, pode-se verificar a diferença entre os momentos nos quais os acampados ocupam a área em litígio e as oportunidades em que estão alojados à beira da pista. Notadamente a primeira situação oportuniza melhores condições para o sustento das famílias, uma vez que podem, com o acesso a terra, produzir alimentos comercializáveis. No momento em que o questionário sociocultural é aplicado, os sem-terra se encontravam em um acampamento provisório, situado nas proximidades do terminal rodoviário de Ipiaú. Segundo as informações coligidas, na oportunidade, o rendimento médio das famílias era inferior ao valor do salário mínimo vigente¹¹² (cf. tabela 31 e figura 30).

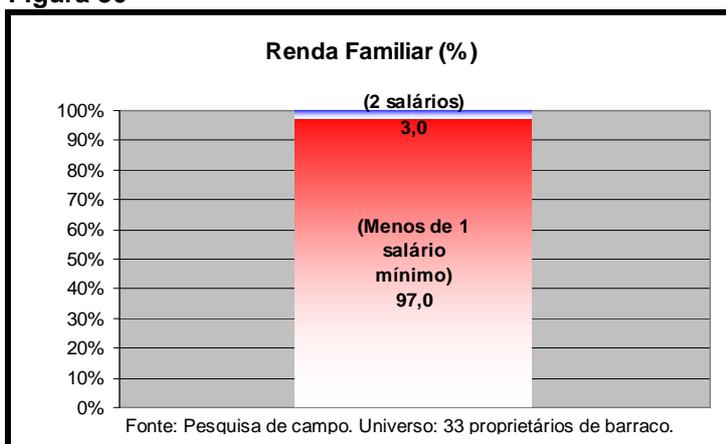
¹¹² À época, o salário mínimo estava fixado em R\$ 350,00.

Tabela 31

RENDA FAMILIAR	
Valor estimado	Famílias
< 1 salário mínimo	32
2 salários mínimos	1
TOTAL	33

Fonte: Pesquisa de campo.
Universo: 33 proprietários de barraco.

Figura 30



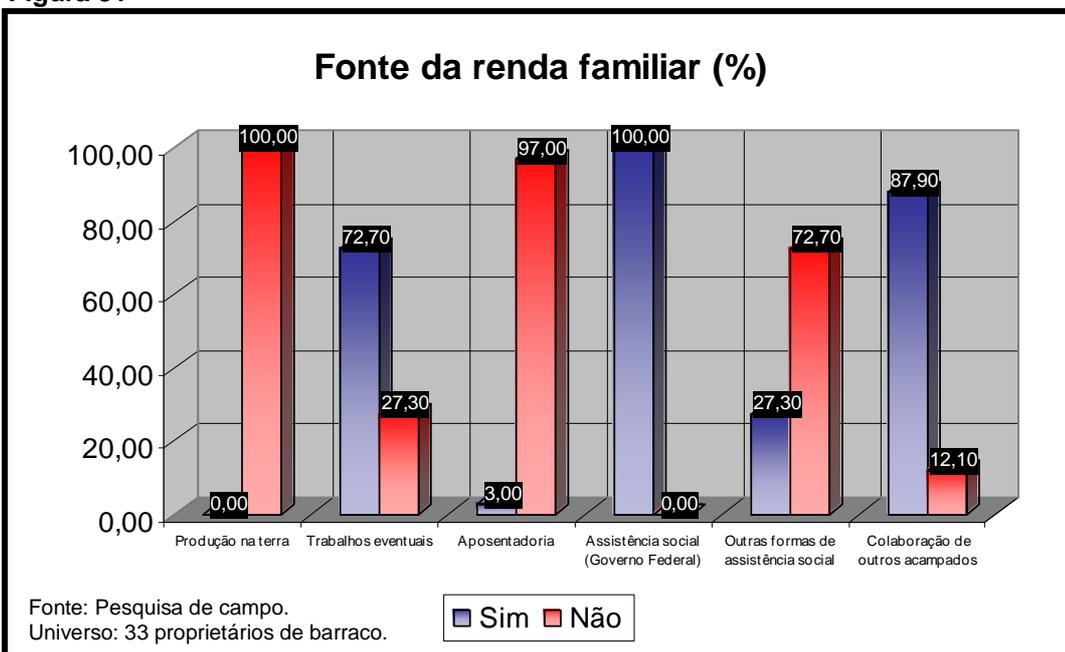
Sobre as fontes de renda das famílias acampadas no Carlos Marighella são registradas as seguintes possibilidades (cf. tabela 32 e figura 31).

Tabela 32

FONTE DA RENDA FAMILIAR			
Modalidades	Sim	Não	TOTAL
Produção na terra	00	33	33
Trabalhos eventuais	24	09	33
Aposentadoria	01	32	33
Assistência social (Governo Federal)	33	00	33
Outras formas de assistência social	09	24	33
Colaboração de outros acampados	29	04	33

Fonte: Pesquisa de campo.
Universo: 33 proprietários de barraco.

Figura 31



A produção na terra estava paralisada, uma vez que os sem-terra estavam fora da área em litígio. Este aspecto agrava seriamente a situação dos acampados, pois não era possível produzir absolutamente nada no local em que se encontravam. Esta situação faz com que uma parcela dos trabalhadores busque empregos eventuais (72,70%) nos centros urbanos regionais ou em propriedades próximas ao acampamento, conforme o seguinte relato:

(...) eu consegui, um fazendeiro lá que arrumou um trabalho pra mim, vizinho de lá do Marighella, Magalhães, aí eu trabalhei com ele, mas se eu falasse que era do movimento sem-terra, ele me tirava da fazenda, aí eu fiquei trabalhando com ele dois mês, eu ganhava o quê? Quinze reais por dia cortando mangueira [pasto] de foice, aí quando ele descobriu, um dia num teve jeito, aforçado um dia de quarta-feira eu... teve... num teve jeito que falasse pra ele que tinha que vir cá em baixo que teve uma assebréia, aí ele me investigou tanto... “Você vai fazer o quê em Ipiaú, hoje?”, aí eu falei: “Rapaz! Eu tenho que ir, em Ipiaú hoje, com ou sem falta e eu só vou tá aqui, amanhã”, aí então ele falou: “Umbora, que eu vou te levar!”, aí ele veio mais eu, quando chegou ali de frente o acampamento, eu disse: “Eu vou ficar aqui”, ele disse: “Tu mora aonde?”, e eu disse: “Eu moro aqui no acampamento”, “Aí então você vai escolher ou o acampamento ou lá!”, aí eu falei: “É, então sendo assim, se você tiver pensando...”, “Você tem família?”, eu disse: “Tenho”, “Rapaz! Você é um rapaz trabalhador, você num tem preguiça de fazer nada e você tá aqui? Você pega a sua família, arruma suas coisinha que amanhã de manhã eu já levo você com tudo!”, aí eu acharia que num seria melhor pra mim, aí eu falei: “Num dá!”, porque pra eu pegar minha família, botar na fazenda do cara pra ele viver me massacrando... aí eu falei: “Oh! Num dá!”, então eu fui buscar só minhas coisa que tinha lá e você pode botar outro na minha vaga, aí ele... num sei se foi por merecimento ou se ele ficou com pena, aí ele falou: “Então você fecha essa quinzena.”, aí eu trabalhei num dia de quarta, num dia de quinta e sexta, sábado eu recuperei um dia de quarta-feira, um dia de quarta-feira que eu perdi e aí quando foi sábado de tarde eu vim embora.¹¹³

A narrativa descreve a maneira dissimulada como o sem-terra consegue um emprego temporário em uma fazenda vizinha à área do Carlos Marighella. O narrador tem consciência de que a permanência naquele trabalho estava condicionada à capacidade em não revelar para o patrão a sua condição de integrante do MST. Esta situação é prolongada até o momento em que sua identidade social é exposta, oportunidade em que o fazendeiro lhe apresenta o ultimato “ou o acampamento ou lá!”. O sem-terra faz a opção pelo acampamento, pois não pretende viver sendo massacrado, conforme sua opinião.

Sem acesso a terra, os trabalhadores, quando não conseguem realizar trabalhos eventuais, passam a viver basicamente do auxílio de instituições e/ou pessoas. Sobre esta questão os acampados do Carlos Marighella reconhecem, na totalidade dos questionários analisados, as contribuições provenientes dos programas de assistência social do governo federal, em que se destacam: o Programa Fome Zero, que fornece cestas básicas aos acampados, mesmo com algum atraso; e o Programa Bolsa Família, que assegura uma renda mínima mensal para as famílias com crianças em idade escolar que freqüentam regularmente a escola. Este índice impressiona, principalmente quando contrastado, por exemplo, com a

¹¹³ Entrevista concedida ao autor ao autor por Jerônimo Sales de Jesus (Ôna), 23 anos, natural de Jaguaquara (BA).

ajuda mútua entre os acampados, uma vez que uma parcela dos integrantes do acampamento (12,10%) afirma não reconhecer a prática da solidariedade entre os mesmos. Em menor escala (27,30%), também foram citadas outras formas de ajuda ao sustento das famílias, patrocinada por instituições religiosas, filantrópicas, educacionais, ou ainda por pessoas que individualmente ofertam sua contribuição aos acampados. Desperta atenção, inclusive, o fato de um fazendeiro doar, com certa regularidade, carne bovina para os trabalhadores, quando estes se encontravam no terreno próximo à rodoviária de Ipiaú. Outra possibilidade para saciar a fome é a pesca. O relato a seguir apresenta uma síntese deste processo:

Foi difícil, mas a gente tamos aí é... é... o governo federal que tá do nosso lado, tenho certeza que a intenção dele é cada vez mais nos ajudar... a gente ficava ali e vinha uma cesta básica pra gente e a gente ficava... nós temos aí uma pessoa que ajudava aí também é... é [...] sempre ia lá, dá uma fresquinha pra nós, fim de mês aí, né? Mas pouco, mas pouco com Deus é muito, pegava os noventa e cinco reais da Bolsa Família e aí nós ia vivendo uma vida difícil também, justamente tinha um rio também a gente ia ali pescando lá e rolava uma muquequinha e tal, fim de semana, difícil... e quando tinha a muquequinha o tempero não tinha, e aí muitas das vez a mulher perguntava: “como é que vou aprontar esse peixe sem tempero?”, então é difícil, mas nós mermo assim nós... nós venceu!¹¹⁴

Muito diferente desta realidade é a fase em que os acampados ocupam a área da Fazenda Dois Amigos. A explicação, no dizer de uma trabalhadora, o “mistério”, está no contato com a terra que possibilita a produção agrícola:

Porque lá, o mistério é esse, lá a gente pranta uma batata, a gente come um aipim, uma mandioca faz uma farinha, pranta couve, pranta alface e colhe tudo o que a gente planta, já dá pra comprar outra coisa, então tem muita coisa, que vale a pena a gente sobreviver lá.¹¹⁵

Como é possível perceber no relato, na oportunidade em que os sem-terra ocupam a área do conflito, a principal fonte de renda passa a ser a produção na terra. A análise dos usos lexicais dos acampados, no tocante à produção na terra, revela uma mudança estratégica no cultivo dos produtos agrícolas (cf. tabela 33).

Tabela 33

USOS LEXICAIS DOS ACAMPADOS DO CARLOS MARIGHELLA CAMPO SEMÂNTICO: PRODUÇÃO NA TERRA		
Vocábulos	Ocorrências	Percentual
Cacau	154	53,47
Aipim / Mandioca / Farinha	120	41,67
Outros produtos	14	4,86
TOTAL	288	100,00

Fonte: Transcrições das entrevistas realizadas na pesquisa de campo.

¹¹⁴ Entrevista concedida ao autor por Valdir de Souza Santos, 34 anos, natural de Ipiaú (BA).

¹¹⁵ Entrevista concedida ao autor por Eliene da Silva (Lica), 42 anos, natural de Dário Meira (BA).

Os acampados fazem o constante uso do termo “cacau” (53,47%), produto que é cultivado na área em conflito e que representa uma fonte significativa de renda para os trabalhadores. Entretanto, o fazendeiro disputa com os sem-terra a produção da lavoura cacauzeira, tanto que os acampados já notaram que os despejos estão, em geral, associados ao período da colheita do cacau. A este respeito uma sem-terra esclarece que “(...) eles vem e tomam, aí quando eles levam o cacau a gente volta”, de maneira que “(...) a gente não tá mais fazendo aquele futuro de cacau, porque também quando chega o tempo do cacau eles começam a dar despejo, né?”.¹¹⁶

Esta situação faz com que os acampados passem a adotar o plantio de produtos de cultivo “mais fácil”, de menor ciclo produtivo e de maior aceitação nas feiras livres (cf. figura 32), principalmente o cultivo da mandioca, para fabricação da farinha e a alimentação de animais, assim como o aipim consumido pelos acampados, e comercializado nas feiras livres da região (41,67%). Também são feitas referências, em menor escala (4,86%), a outros produtos agrícolas cultivados: o feijão, a cana-de-açúcar (para fabricação de aguardente ou extração da garapa), frutas (banana, mamão, jaca) e hortaliças.

Figura 32 – PRODUÇÃO DE BANANA E AIPIM, AGOSTO DE 1999

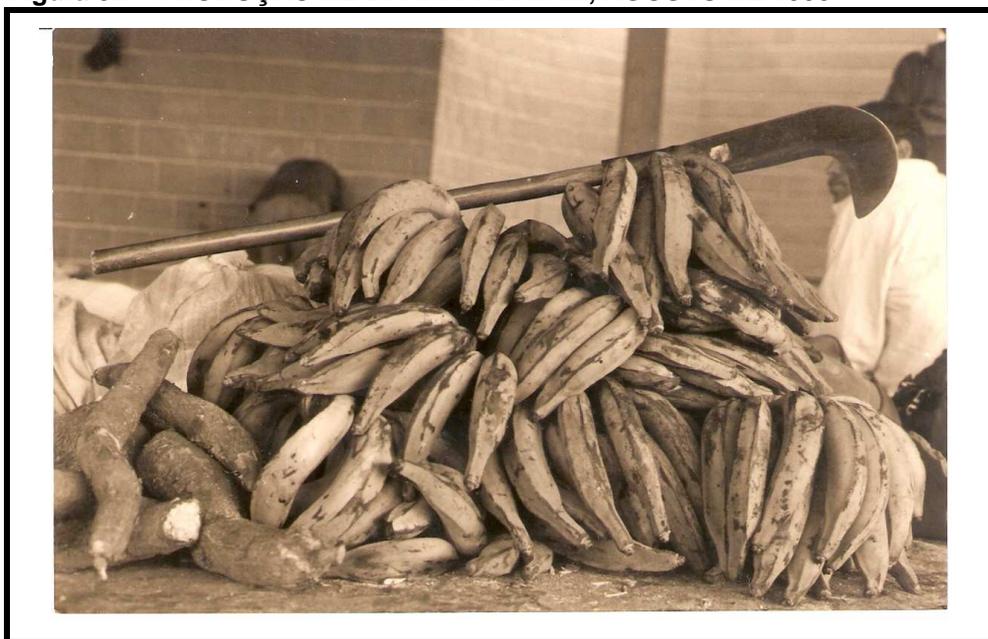


Foto: Ayan Hohlenwerger

O relato a seguir faz referência à produção e comercialização de alguns destes produtos:

(...) o aipim é... o primeiro passo da gente é plantar o aipim porque o aipim serve pra muita coisa, com aipim você faz o bolo, você faz a farinha, você come ele cozido, aipim em primeiro

¹¹⁶ Entrevista concedida ao autor por Elian Santos da Silva, 38 anos, natural de Ipiaú (BA).

lugar porque um plantio bom que a gente faz mermo é aipim, e o aipim é vendagem, o aipim é vendagem, pode chegar na feira que você vai vender um real, dois real o quilo é rápido, num pé de aipim ele sendo bom ele vai dá quase dez quilo, um pé de aipim dependendo da maneira dele, né? Porque tem pé de aipim que dá bom, graúdo e tem pé que dá miúdo, mas mermo pequeno que ele dá, ele dá dinheiro, a gente vem com aipim pra rua e volta com dinheiro por isso nós faz a feira, tem a verdura que ajuda também, você trazendo pra feira você vende. Eu quero plantar também é a mandioca tem que plantar, né? Se a terra... a terra cabe, vamo plantar também é uma coisa muito boa, serve pra galinha, pra um animal, então eu mermo quero plantar isso tudo, com fé em Deus eu quero plantar isso tudo aí!¹¹⁷

Em sua narrativa, o trabalhador ressalta a importância do aipim na vida dos acampados, uma vez que este produto tem múltiplas funções. O sem-terra deixa claro o destino da sua produção, a feira livre no centro urbano “a gente vem com aipim pra rua e volta com dinheiro”, assim vai conseguindo comprar aquilo que não é produzido na terra. Por sinal, a terra, na concepção do narrador, pode produzir uma variedade de alimentos, “a terra cabe, vamo plantar”. Talvez seja esta, a maior lição destes homens e mulheres que fazem do uso da terra algo múltiplo, repleto de sentidos e significados, que em sua jornada pelo acesso à terra, acabam por transformar a paisagem monocromática da monocultura cacaueteira, em um espaço de difícil definição e compreensão, mas certamente repleto de cores, alegrias e vida.

¹¹⁷ Entrevista concedida ao autor por Valdeinei de Souza Santos, 30 anos, natural de Ipiaú (BA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença do MST no Baixo Sul baiano simboliza, sobretudo no município de Ipiaú (BA), o questionamento do projeto monocultor do cacau, pautado na expropriação camponesa em favor da concentração fundiária e do trabalho assalariado associado a este modelo. Em contraponto a esta estrutura fundiária formula-se, a partir da territorialização do movimento social, uma concepção de acesso a terra mais democrática, na qual os camponeses possam exercer sua autonomia enquanto sujeitos, livres do trabalho executado em favor dos fazendeiros da lavoura cacaeira. São estes dois projetos que se enfrentam nos diversos conflitos por terra nesta região, inclusive o que se verifica no Acampamento Carlos Marighella / Fazenda Dois Amigos. O que se disputa, nestes casos, é muito mais do que uma área, pois o que se pretende conquistar é um espaço onde seja possível estabelecer práticas sociais que, na perspectiva das partes litigantes, são antagônicas.

A desestabilização econômica da lavoura cacaeira favorece os movimentos sociais de luta pela terra que atuam nesta região. Contudo não são apenas os aspectos da economia que determinam a adesão, por parte dos trabalhadores expropriados, a estes movimentos. Pois a experiência da pobreza, da fome, das agruras determinadas pela sujeição do trabalho camponês ao capital materializado no latifúndio são aspectos vivenciados, de longa data, por estas pessoas. O que determina, em larga escala, a disposição para a luta é o desejo dos sem-terra em restabelecer uma série de práticas culturais que passam a ser negadas pela expropriação, acentuada a partir da crise iniciada na década de 1990.

É preciso considerar, no tocante à experiência anterior dos sem-terra, que o trabalho empreendido nas roças de cacau, por mais violento e desigual, estava inserido em um contexto de relações sociais estabilizadas, em que havia regras não-oficiais, mas tácitas, de comportamento nas quais tanto o trabalhador quanto o latifundiário balizavam suas ações. A desestruturação da economia cacaeira produz mudanças que afetam tais práticas, o que permite inferir que a adesão aos movimentos sociais de luta pela terra na região seja determinada, via de regra, por aqueles que intentam reconquistar uma pequena parte do que, relutantemente, perderam. A economia moral, neste caso, é um fator determinante da resistência, dos sem-terra, às agressões do latifúndio.

Na medida em que o aparato jurídico do Estado se mostra ineficiente para atender às demandas dos enfrentamentos fundiários, o que é benéfico ao latifúndio, a luta pela terra ganha contornos de justiça popular, reforçando ainda mais o apelo moral do conflito. De

maneira que os sem-terra entendem a luta pela terra como um direito, independentemente das ações protelatórias prescritas judicialmente em favor do latifúndio. Os trabalhadores, apenas como ilustração deste processo, posicionam o discurso jurídico, construído no plano terrestre, em posição inferior ao discurso religioso, inspirado em prescrições compreendidas como sagradas, que justifica a atuação política destes sujeitos. Além disto, os trabalhadores fazem uso de toda uma simbologia, a qual denominam como mística, em que buscam firmar referências, no tempo-espaço, da luta que empreendem.

Os sem-terra, de um lado, sofrem as violências perpetradas pelo latifúndio cacauero, sejam elas físicas ou simbólicas, sendo obrigados a se deslocar para outros espaços; por outro, estes sujeitos se organizam e mobilizam forças para ocupar o espaço das grandes fazendas de cacau e transformá-lo. Neste processo, tanto as ocupações, como os despejos são utilizados no intuito de causar desgaste às forças do adversário. Apesar dos transtornos que levam muitas famílias a desistir da luta e da desigual correlação de forças com o latifúndio, o movimento, ao contrário do fazendeiro, se revigora com as novas famílias dispostas a ingressar na luta. Neste sentido, o MST faz a leitura de que o tempo joga a seu favor.

A saída de trabalhadores do acampamento, inclusive, não é vista como uma ruptura definitiva com o movimento social. Os sem-terra deixam a área em conflito e eventualmente retornam, sendo aceitos, via de regra, sem maiores problemas. Na verdade, a chegada ao acampamento não é algo difícil, o problema é a permanência, diante dos obstáculos interpostos na trajetória de conquista do pedaço de terra. O trânsito de pessoas pode ser incrementado ou reduzido a partir de uma série de variáveis que fazem deste espaço um lugar de constantes chegadas e saídas. Os próprios acampados reconhecem a necessidade de ausentar-se do conflito por um período em que é possível, por exemplo, trabalhar para o latifúndio ou até mesmo descansar da rotina de angústias e ansiedades, momento em que se reúnem forças para retomar a luta. Em outras oportunidades, o afastamento tem um efeito cautelar, em que a saída da área de conflito revela um cuidado frente ao agravamento da crise. Nestes casos, sempre se leva em conta a possibilidade do retorno.

O acampamento Carlos Marighella é um território fluído. Ele já esteve no mercado municipal de Itagibá, e, a partir de 1999, passa a estar na Fazenda Dois Amigos, às vezes se encontra à margem da rodovia BA-650, ou nas proximidades do terminal rodoviário de Ipiaú. Este aspecto é uma característica deste espaço-tempo, que sempre se renova, pois continua aglutinando pessoas e estabelecendo redes de sociabilidades que são formadas a partir do interesse comum em conquistar o acesso a terra.

Sobre o MST, cabe registrar que com muita determinação e coragem o movimento fez com que a questão agrária fosse transformada, no Brasil, em uma pauta para além dos créditos agrícolas, subsídios de produção ou políticas fiscais para *commodities*. O movimento, sobretudo, teve a capacidade para mobilizar homens e mulheres sem-terra em prol da luta coletiva. Nem por isso, o MST deixa de apresentar questões que precisam ser problematizadas, principalmente nos momentos em que o movimento parece caminhar no sentido de institucionalizar-se, transformando as regras, fundamentais à convivência social no acampamento, em limites enrijecidos do que devem ser, por exemplo: as utopias, memórias e identidades de seus militantes.

O fato é que as negociações empreendidas pelos trabalhadores com os variados segmentos da sociedade – representantes da justiça, instituições religiosas, partidos políticos, universidades, jornalistas, pessoas comuns que comprem o excedente da produção nas feiras livres, enfim, com todos os interlocutores do espaço urbano – fazem com que os sem-terra sejam os protagonistas da luta que se constrói sob os barracos de lona preta, à revelia do que é imaginado em muitas oportunidades por governos, latifundiários, bem como por dirigentes do movimento social.

Este texto é limitado pelo tempo histórico, em seu inexorável devir, que não possibilita nunca um final, e, sim, um *continuum*. O que na verdade se encerra, pelo menos por enquanto, é a presente pesquisa. Entretanto a luta prossegue no acampamento Carlos Marighella, espaço dinâmico em que novos fatos acontecem a cada instante. O que permite seguramente que novas questões sejam lançadas a partir dos desdobramentos desta experiência, tais como: caso se confirme a conquista da área, em que medida os laços de sociabilidade estabelecidos na fase do acampamento serão mantidos no momento em que os trabalhadores estiverem assentados? Como responderão os representantes do latifúndio perante a desapropriação da área? Até que ponto o MST conseguirá corresponder às expectativas daqueles que integram o acampamento? Como os demais atores sociais, que observam o conflito a distância, compreendem a atuação dos militantes do MST? E os que não ficaram no acampamento, o que fazem em suas errâncias?

Tais questionamentos são, sem dúvida, gatilhos capazes de acionar projéteis rumo a outros estudos, que possivelmente irão trilhar outros caminhos. O importante é que a riqueza das vozes sem-terra se apresenta sempre aberta às novas pesquisas, nas quais a memória das experiências dos trabalhadores e a produção acadêmica se unam em nome do conhecimento, pois o saber, como nos fala Paulo Freire, é fruto da partilha, da comunhão, e não da sua negação.

GLOSSÁRIO

A mão pura – ausência de recursos financeiros, sem dinheiro.

Bandeirar – juntar as cabaças de cacau em pequenas rumas, que depois são levadas à pilha maior, onde são quebradas e descaroçadas (TEIXEIRA NETO, 1997).

Barcaça – local em que são secadas as amêndoas de cacau.

Barcaceiro – trabalhador responsável pela secagem do cacau nas barcaças.

Botar para correr – expulsar, colocar para fora do local.

Burara – pequena propriedade rural cuja produção de cacau não ultrapassa 400 arrobas por ano.

Burareiro – relativo à burara, pequeno produtor rural.

Cabo-de-turma – empregado da fazenda de cacau que fiscaliza o trabalho de colheita do produto.

Cacau – em sentido figurado significa dinheiro.

Caiu o cacau – expressão que indica chuva forte.

Correr o dia – durante o dia, no transcurso do dia.

Dar uma fresca – auxiliar alguém, ajudar.

Droba – qualidade da pessoa indolente que finge trabalhar.

Fazer coxo pros outro – trabalhar para outrem sem aferir renda, ser explorado.

Fazer resenha – brincar, fazer chacota.

Manioso – malandro, esperto.

Partidista – o mesmo que pica-pau.

Pica-pau – atravessador, comerciante que adquire o cacau em pequenas quantidades e revende a casas especializadas em compra e venda do produto.

Pistolão – fogos de artifício.

Rodagem – estrada.

Ter futuro – ter perspectiva de algo, expressão em geral associada à idéia de mudança.

Tirar o couro – o mesmo que fazer resenha.

Trem – refere-se ao caminhão; veículo, em geral, utilizado para o deslocamento dos sem-terra.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia. In: *Ética e História Oral*. Projeto História, n. 15, Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de História – PUC/SP. São Paulo: EDUC, abril 1997, p. 145-155.
- AMADO, Jorge. *Terras do sem fim*. 34. ed. São Paulo: Record, 1996.
- ARAÚJO, Antônio Carlos de; MIDLEJ, Rosalina Ramos. *Projeto de Desenvolvimento Regional: o caso do agropólo do vale do Rio das Contas*. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo25>>. Acesso em: 17 mar. 2006.
- ARAÚJO, Clóves dos Santos. *O judiciário e os conflitos fundiários no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2005.
- BAIARDI, Amílcar. *Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueteira da Bahia*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- BAGNO, Marcos (org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. 16. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- BÍBLIA SAGRADA*. Trad. dos originais mediante a versão dos Monges de Maredsous (Bélgica) pelo Centro Bíblico Católico. 100. ed. São Paulo: Ave Maria, 1995.
- BLANCO, Victor Sampedro. Movimientos Sociales: debates sin mordaza – desobediência civil y servicio militar (1970 – 1996). *Boletín oficial del estado centro de estudios constitucionales*. Madri, 1997.
- BOFF, Leonardo. *O despertar da águia: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOGO, Ademar. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. *Constituição Federal*, Brasília, 1988.
- BRASIL. Decreto não numerado, de 20 de Agosto de 2001. *Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais que menciona, e dá outras providências*, Brasília, 2001a.

BRASIL. Medida Provisória nº 2183, de 24 de Agosto de 2001. *Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências*, Brasília, 2001b.

CASTRO, José Américo. MST realiza manifestação nas ruas de Ipiaú. *Jornal Agora*. Disponível em: <<http://www.agora-online.com.br/?area=noticias&idkey=2474>>. Acesso em: 13 fev. 2007.

CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1997.

CHAVES, Chistiane Alencar. *A marcha dos Sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumarã, 2000.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo Brasil 2004*. Brasília: CPT, 2005.

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. *São Paulo em perspectiva*, dez. 2001, vol. 15, n. 4, p. 105-118.

COSTA, José Fialho. *As causas da crise do cacau: exposição de fatos*. Salvador: Artes Gráficas, 1998.

COSTA, Rogério Haesbaert. *O mito da desterritorialização: do fim “dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

ESTRELA, Ely Souza. *Os sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Humanitas, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Formação e territorialização*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e a luta pela reforma agrária no Brasil. In: *Observatório Social da América Latina – OSAL*, setembro / 2000. p. 33-36.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/PDF/Desenvolvimento%20territorial.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2006.

FERREIRA, Lúcia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. *Linguagem, identidade e memória social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. 33. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. *Bahia cacauera: um estudo de história recente*. Salvador: EDUFBA, 1979.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Instituto de Cacau da Bahia: meio século de história*. Salvador: ICB, 1981.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Em torno da propriedade da terra*. Salvador: Arembepe, 1997.

GERMANI, Guiomar I. *Cuestión Agrária y Asentamiento de Población en el Área Rural: La Nueva Cara de la Lucha por la Tierra*. Bahia, Brasil (1964 – 1990). Tese de Doutorado, Barcelona: Universidad de Barcelona, 1993.

GERMANI, Guiomar I. *Expropriados – Terra e Água: o conflito de Itaipu*. Salvador: Edufba, 2003.

GOMES, I. Z. *Terra e subjetividade: a recriação da vida no limite do caos*. Curitiba: Criar Edições, 2001.

GOENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HEINE, Maria Luiza. *Jorge Amado e os coronéis*. Ilhéus: Editus, 2004.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE, *Censo Demográfico 2000*. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 maio 2005.

IBGE, *Produção Agrícola Municipal 2003*. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 maio 2005.

JORNAL AGORA. *Geraldo e o Consórcio*. Itabuna: 8 fev. 2007.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. (org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

JUSTO, Marcelo Gomes. *Capim na fresta do asfalto: conflito fundiário violento e justiça*. São Paulo: Humanitas, 2002.

KOOPMANS, Pe. José. *Além do Eucalipto: o papel do extremo sul*. Salvador: BDA, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

LEITE, Sérgio. Assentamentos rurais no Brasil: impactos, dimensões e significados. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LEITE, Sérgio et alii. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2005.

MARINHO, Pedro Lopes. *O estado e a economia cacauceira da Bahia*. Ilhéus: UESC, 2004.

MARINHO, Pedro Lopes. Exportação de cacau, crescimento e desenvolvimento regional no Sul da Bahia (1965 – 1980). In: *Revista de Economia*, v. 28/29. Curitiba: UFPR, 2003. p. 7-25.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. *De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2000.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: HUCITEC, 2000.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MENEZES, Marilda Aparecida de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. *Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande, jan./jun. 2002, vol. 21, no. 1, p. 32-44.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB*, USP/SP. São Paulo: EDUSP, 1992, no. 34, p. 9-24.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.

MST. Caros amigos e caras amigas do MST. In: *Boletim Informativo*. Ano III, no. 66, 2004.

NABÃO, Maria Teresa P. Algumas questões acerca da utilização de fontes orais no âmbito da pesquisa histórica. *Revista Pós-história*, São Paulo: UNESP / Assis, 2000, vol. 8, p. 121-143.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. *Políticas públicas e o agronegócio cacau*. Ilhéus: Editus, 2004.

NORA, Pierre. Os lugares da memória. In: *História e Cultura, Revista do programa de estudos de pós-graduação em história do departamento de história – PUC/SP*. Projeto História, n. 10. São Paulo: EDUC, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A “não Reforma Agrária” do MDA / INCRA no governo LULA*. 2006. Trabalho apresentado na reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO. Porto Alegre, 2006. Disponível em : <<http://www.landaction.org/gallery/AnaoReformaAgrariaNoGovernoLULA.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2007.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais. *Revista NERA*, Presidente Prudente, jul./dez. 2006, ano 9, no. 8, p. 52-73.

POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (org.) *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

POLICARPO JÚNIOR. A caça às bruxas: a polícia federal abre investigação sobre denúncia de que o cacau na Bahia foi alvo de sabotagem. *Veja*. São Paulo: Abril, edição 1963, ano 39, n. 26, p. 52-53, 5 jul. 2006.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In.: *Cultura e Representação, Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de História – PUC/SP*. Projeto História, n. 14. São Paulo: EDUC, fevereiro 1997, p. 25-39.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética e história oral. In.: *Ética e História Oral, Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de História – PUC/SP*. Projeto História, n. 15. São Paulo: EDUC, abril 1997, p. 13-49.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In.: SIMSON, Olga Moraes Von (org.). *Experimentos com histórias de vida*. São Paulo: Vértice / Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 14-43.

SALES, Celecina Maria Veras. *Criações coletivas da juventude no campo político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST*. Fortaleza: BNB, 2006.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Brasil não está fazendo reforma agrária. *Folha Blumenauense*, Blumenau, 5 ago. 2006. Entrevista concedida à Lana Cristina – Agência Brasil. Disponível em: <http://www.plinio50.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=178>. Acesso em: 22 maio 2007.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. In.: *Revista brasileira de história*, n. 19, vol. 9, São Paulo: setembro 1989 / fevereiro 1990, p. 219-243.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Cirlene Jeane Santos e. *O processo de territorialização do MST no projeto de assentamento Eldorado a partir da sua espacialização no Estado da Bahia*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande, jan./jun. 2002, vol. 21, no. 1, p. 10-31.

SILVA, Albione Souza. *O caráter Socialista da gestão Euclides Neto no município de Ipiaú (1963-1967)*. Monografia. Ilhéus: UESC, 2003.

SILVA, Cristiane Bereta da. *Homens e mulheres em movimento: relações de gênero e subjetividades no MST*. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

SILVA, Émerson Neves da. *Formação e ideário do MST*. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: UNESP, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

STÉDILE, João Pedro. A questão agrária e o socialismo. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Supremo mantém decreto desapropriatório de fazenda na Bahia*. Edição on-line, 20 ago. 2003. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br/noticias/impreNsa/ultimas/ler.asp?CODIGO=58670&tip=UM>>. Acesso em: 23 nov. 2006.

TEIXEIRA NETO, Euclides José. *Dicionareco das roças de cacau e arredores*. Ilhéus: Editus, 1997.

TEIXEIRA NETO, Euclides José. *Trilhas da Reforma Agrária*. 3. ed. São Paulo: Littera, 1999.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de ALTHUSSER*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1 – A árvore da liberdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997a.

THOMPSON, Edward P. *Senhores e Caçadores*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Ética e História Oral, Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de História – PUC/SP*. Projeto História n. 15. São Paulo: EDUC, abril 1997, p. 51 – 84.

TOMAZELA, José Maria. Fazendeiro acusa INCRA de estimular invasões na Bahia. *O Estado de São Paulo*. Edição on-line, 20 dez. 2004. Disponível em: <<http://www22.estadao.com.br/nacional/noticias/2004/dez/20/97.htm>>. Acesso em: 13 out. 2006.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 5ª REGIÃO. *Diário Oficial*. Salvador: EGBA, edição 1457, ano VI, p. 17, 22 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.trt05.gov.br/trt5new/areas/grafica/do/Diario050922-interior.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2005.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, J. (org.) *História Geral da África: metodologia e pré-história*. Vol. I, São Paulo: Ática / UNESCO, 1982.

VAZZOLER, Márcia Regina; EID, Farid. Cooperativismo em assentamentos de Reforma Agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST na economia capitalista. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA*, 2., 2004, Belo Horizonte. Anais do II Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/congrent/Trabalho/Trabalho30.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2007.

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas (SP): Autores Associados, 2002.

VELOSO, Marília Lomanto. *As “vítimas” de Rosa do Prado: um estudo do direito penal sobre o MST no extremo sul da Bahia*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2006.

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

As entrevistas têm como objetivo permitir o contato com as memórias e experiências dos trabalhadores e trabalhadoras do acampamento Carlos Marighella, para tanto se utiliza neste trabalho o formato de entrevista semi-aberta, em que as questões, em geral, são formuladas no instante do encontro respeitando a dinâmica do diálogo, não havendo obrigatoriedade em seguir uma determinada seqüência, mas obviamente pautando a conversa a partir de temas sugeridos ao entrevistado. Em nosso caso, destacam-se as seguintes temáticas:

1. Local de origem, trajetórias de vida, relação com a terra e com o cacau.
2. A crise na economia cacauzeira.
3. O contato com MST
4. Ocupação da Fazenda Dois Amigos / constituição do Carlos Marighella.
5. O cotidiano no acampamento.
6. Principais problemas e dificuldades encontradas no Carlos Marighella.
7. A experiência das ordens de reintegração de posse, os “despejos”.
8. Outros tipos de violência: atentados, ameaças, prisões, discriminações.
9. Origem da renda familiar.
10. O significado da luta pela terra em suas vidas.

APÊNDICE 2

Pesquisa de campo

LEVANTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DOS ACAMPADOS NO CARLOS MARIGUELLA IPIAÚ - BAHIA 2006

1. Nome: _____

2. Sexo: () Masculino () Feminino

3. Idade: _____anos

4. Escolaridade: () não escolarizado () fundamental () médio () superior

5. Naturalidade: _____

6. Em quais municípios já residiu antes do acampamento?

7. Espaço de residência: o(a) entrevistado(a) considera que...

- () sempre residiu em áreas rurais
- () residiu a maior parte da vida em áreas rurais
- () residiu a maior parte da vida em áreas urbanas
- () sempre residiu em áreas urbanas

8. Experiência anterior no trabalho com a terra: () Sim () Não

9. Em quantas ocupações, considerando áreas diferentes, você já participou:

- () 1 ocupação (somente no Carlos Marighella)
- () 2 ou 3 ocupações
- () 4 ou 5 ocupações
- () mais de 5 ocupações

10. Em que ano você entrou no M.S.T.: _____

11. Em que ano você chegou no Carlos Marighella: _____

12. Além do M.S.T., você já participou de outros movimentos de luta pela terra?

Quais? _____

13. Experiências de violência vivenciadas na luta pelo acesso à terra:

- () Prisão
- () Atentado
- () Ameaças
- () Agressão por parte da polícia
- () Agressão por parte do proprietário rural
- () Discriminação
- () Outras violências: _____

14. Valor estimado da renda familiar (em salários mínimos): _____

15. Quantidade de pessoas que integram o núcleo familiar: _____

16. Fonte da renda familiar:

- () Produção na terra
- () Trabalho remunerado (emprego formal, diárias, bicos)
- () Aposentadoria
- () Programas de assistência social (bolsa família, fome zero)
- () Apoio de entidades e/ou particulares
- () Colaboração dos demais acampados
- () Outras rendas: _____

17. Como foi que você veio fazer parte do acampamento Carlos Marighella?

18. Por que você continua no acampamento, mesmo com tantas dificuldades?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)